



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**JOÃO LUCAS MOURA E SOUZA**

**“UM ATO DIGNO DE LOUVORES”: ASSISTÊNCIA E BENEFICÊNCIA NA SANTA  
CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS (1876-1889).**

**Campinas - SP**

**2023**

**JOÃO LUCAS MOURA E SOUZA**

**“UM ATO DIGNO DE LOUVORES”: ASSISTÊNCIA E BENEFICÊNCIA NA SANTA  
CASA DE MISERICÓRDIA DE CAMPINAS (1876-1889).**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História, na Área de História Social.

Supervisor/Orientador: Aldair Carlos Rodrigues

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELO ALUNO JOÃO  
LUCAS MOURA E SOUZA, E  
ORIENTADA PELO PROF. DR. ALDAIR  
CARLOS RODRIGUES.

**Campinas - SP**

**2023**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

So89u Souza, João Lucas Moura e, 1997-  
"Um ato digno de louvores" : assistência e beneficência na Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1876-1889) / João Lucas Moura e Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Aldair Carlos Rodrigues.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Santa Casa de Misericórdia de Campinas (SP). 2. Assistência social - Campinas (SP). 3. Associações de beneficência. 4. Hospitais - Campinas (SP) - História. I. Rodrigues, Aldair Carlos, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

**Título em outro idioma:** "An act worthy of praise" : assistance and beneficence in the Santa Casa de Misericórdia of Campinas (1876-1889)

**Palavras-chave em inglês:**

Social assistance - Campinas (SP)

Beneficence associations

Hospitals - Campinas (SP) - History

**Área de concentração:** História Social

**Titulação:** Mestre em História

**Banca examinadora:**

Aldair Carlos Rodrigues [Orientador]

Gisele Pôrto Sanglard

Rodrigo Camargo de Godoi

**Data de defesa:** 12-06-2023

**Programa de Pós-Graduação:** História

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-0303-855X>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/4093553216524733>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 12/06/23, considerou o candidato João Lucas Moura e Souza aprovado.

Prof. Dr. Aldair Carlos Rodrigues (Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Camargo de Godoi (IFCH/Unicamp)

Profª. Dra. Gisele Pôrto Sanglard (COC/Fiocruz)

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.*

## AGRADECIMENTOS

É curioso como o caminho trilhado pelo historiador pode, muitas vezes, ser comparado às trajetórias seguidas pelos sujeitos históricos que tomamos como base em nossos trabalhos. Em ambos os casos, há a formulação de projetos e de pretensões planejadas para o futuro, um itinerário de uma jornada com planos traçados e objetivos delineados. Contudo, as circunstâncias históricas desconhecidas pelos sujeitos históricos reconduzem esses caminhos desenhados de forma inesperada, forçando-o a se adaptar conforme as novas necessidades. O historiador – que nada mais é que um sujeito histórico com um pouco mais de noção das situações históricas em que está inserido – está sujeito às mesmas intempéries em sua pesquisa historiográfica, que o força a reconsiderar as direções até então definidas. Meu pai costuma afirmar que a vida é aquilo que fazemos enquanto planejamos. Altero a frase para os seguintes termos: a história é aquilo que vivemos enquanto planejamos.

As considerações acima fazem menção as adaptações sofridas no curso dessa pesquisa devido à pandemia de Covid-19. O meu mestrado começou no início de 2020 e, após a primeira aula da pós-graduação, a Unicamp paralisa suas atividades. O que era para ser apenas quinze dias, estende-se por tempo indeterminado e força todos os planos delineados pelo projeto de mestrado por uma dura reformulação de percurso, devido às dificuldades encontradas no acesso aos arquivos e às bibliotecas. Nesse ponto, vale mencionar o grande apoio recebido por colegas ligados ao Centro de Memória-Unicamp (CMU), especialmente ao João Paulo Berto, que muito contribuiu para o andamento dessa pesquisa, por viabilizar o acesso às fontes que utilizei ao longo desta pesquisa.

Enquanto algumas oportunidades se fecham, outras até então desconsideradas se abrem. No ano seguinte, em 2021, começo minha carreira no magistério na rede municipal de São José dos Campos. Essa experiência rendeu grandes desafios, todavia, sobretudo, proporcionou-me um imenso aprendizado, não apenas como docente, mas também como pesquisador. Apenas atuando como professor é possível perceber a relação entre o magistério e a vida acadêmica, permitindo que a prática da pesquisa ganhasse novos contornos e eu pudesse deslumbrar novos olhares ao meu objeto de pesquisa, encarando-o não apenas como um especialista, mas vendo como seria representado a um aluno. Em outras palavras, este trabalho se enriqueceu bastante a partir do momento que o observei por outras perspectivas, ampliando possíveis relações que só foram possíveis em contato com a sala de aula.

Essa pesquisa também é fruto dos direcionamentos e do acompanhamento do meu orientador o professor Dr. Aldair Carlos Rodrigues, cujos conselhos e orientações me guiaram

nesta jornada. Agradeço por ter me acompanhado, até aqui, por toda a minha trajetória acadêmica e muito do que evolui como pesquisador é graças a sua paciência e dedicação em trilhar comigo esses primeiros passos.

Em sequência, dedico menção aos meus pais. O apoio incondicional deles foi o combustível necessário para perseguir e persistir nesse caminho. Ter um filho historiador é, no mínimo, curioso. Significa ser constantemente interlocutor voluntário ou não de inúmeras discussões históricas, conviver com conversas e observações sobre períodos remotos, ser chamado para ler um documento de mais de um século sobre alguma aparente efemeridade com tamanha excitação como se tivesse achado ouro. Apesar dessas excentricidades, não houve nenhum momento em que não os tivesse do meu lado, em que não tive seu apoio em minhas decisões de forma que me inspirasse a transpor os obstáculos que aparecessem. Impossível expressar o crédito devido que lhes compete, dessa forma, escrevo essa singela homenagem para expressar toda a minha afeição e reconhecimento por tudo que fizeram.

Por fim, quero agradecer meus amigos que me acompanharam e me apoiaram nessa jornada, pois, sem esse incentivo, o caminho teria sido ainda mais penoso. Em primeiro lugar, quero mencionar a grande estima que tenho pelo meu companheiro de graduação e de mestrado, Júlio Capelupi. Em razão de termos uma vida acadêmica semelhante, desde a iniciação científica e entrado juntos na pós-graduação, nossa amizade possibilitou o compartilhamento de nossas conquistas e um apoio para os desafios encontrados nos diferentes momentos dessa caminhada. Outra pessoa que quero agradecer é minha companheira Bruna Thaís que, principalmente nessa reta final da dissertação, dedicou-me um imenso incentivo e confiança em meu potencial, sendo de grande estímulo nos momentos de maiores desafios. Além disso, vale mencionar o esforço e dedicação realizados pela Letícia Albissu, minha revisora de texto e colega, que esteve comigo desde meus primeiros relatórios de pesquisa na época da iniciação científica. Com ela, pude desenvolver e evoluir muito minha escrita e parte do que cresci academicamente dedico a ela. Outros amigos que quero mencionar neste agradecimento são: Felipe, Gabrielle, Leandro, Douglas, Victória e Wilson. Pessoas com quem compartilhei várias conversas e risadas, com quem solidifiquei fortes laços de amizade que quero levar comigo com grande carinho.

## RESUMO

A Santa Casa de Misericórdia de Campinas foi capaz de envolver diferentes setores sociais em seu entorno. Esse vínculo com a população campineira se moldou a partir de diferentes funções que a instituição exerceu na sociedade, definidas, neste trabalho, pelo seu papel nos setores na assistência, na beneficência, na área médica, na religião e na sociabilidade. Essas funções permitiram que a instituição pudesse adquirir credibilidade em diferentes estratos sociais, motivando que diversos indivíduos se envolvessem com doações pecuniárias e/ou oferecessem serviços ou materiais à Misericórdia ou, ainda, participando de sua administração. O interesse nesta dissertação é compreender como esses papéis exercidos permitiram que ela conseguisse agregar uma base social diversificada, de modo que motivasse a participação desses grupos, além de vermos o alcance que a instituição possuía e sua representatividade, incluindo os significados que as doações e a própria Santa Casa tiveram na sociedade. Por um lado, veremos como a instituição se inseriu dentro de um projeto das camadas abastadas como uma forma de manutenção de poder e de seus privilégios sociais e econômicos. Do outro, por causa da heterogeneidade de sua base social, veremos a instituição como multifacetada, com significados distintos conforme os interesses de cada grupo social.

**Palavras-chaves:** Santa Casa de Misericórdia de Campinas (SP); Assistência social – Campinas (SP); Associações de beneficência; Hospitais.

## ABSTRACT

The Santa Casa de Misericórdia of Campinas was able to involve different social sectors in its surroundings. This bond with the population of Campinas was shaped based on the different functions that the institution played in society, defined, in this work, by its role in the sectors of assistance, beneficence, public health, religion and sociability. These functions allowed the institution to acquire credibility in different social strata, motivating several individuals to get involved with pecuniary donations and/or offer services or materials to Misericórdia or, even, participating in its administration. The interest in this dissertation is to understand how these roles allowed it to aggregate a diverse social base, in a way that motivated the participation of these groups, in addition to seeing the reach that the institution had and its representativeness, including the meanings that donations and Santa Casa itself had in society. On the one hand, we will see how the institution was inserted within a project of the wealthy classes as a way of maintaining power and their social and economic privileges. On the other hand, due to the heterogeneity of its social base, we will see the institution as multifaceted, with different meanings according to the interests of each social group.

**Key-words:** Santa Casa de Misericórdia de Campinas (SP); Social assistance – Campinas (SP); Beneficence associations; Hospitals – Campinas (SP)



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Repetições de membros nas mesas administrativas (%).....	47
Gráfico 2 - 1ª participação em mesas administrativas da Irmandade da Misericórdia de Campinas (em %).....	51
Gráfico 3 - Proporção de capitalistas, proprietários e fazendeiros nas mesas administrativas da Irmandade de Misericórdia de Campinas.....	53
Gráfico 4 - Proporção de membros das mesas administrativas da Irmandade de Misericórdia de Campinas que participavam na administração de sociedades locais.....	56
Gráfico 5 - Quantidade de doações pecuniárias à Santa Casa de Misericórdia de Campinas feitas por membros das mesas administrativas.....	61
Gráfico 6 - Doações pecuniárias à Santa Casa de Misericórdia de Campinas feitas por membros das mesas administrativas separadas por faixas de valor.....	62
Gráfico 7 - Porcentagem de maçons nas mesas administrativas da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. ....	70
Gráfico 8 - Porcentagem de maçons como doadores da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. ....	75
Gráfico 9 - Proporção de capitalistas, proprietários e fazendeiros como doadores da Irmandade de Misericórdia de Campinas.....	105
Gráfico 10 - Proporção de capitalistas, proprietários e fazendeiros como doadores da Irmandade de Misericórdia de Campinas nas categorias A e B.....	106
Gráfico 11 – Composição social dos pacientes da Santa Casa de Campinas.....	139

Gráfico 12 – Quantidade de doações por categoria.....145

Gráfico 13 – Doadores sem informações por categoria.....146

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Maiores remetentes de escravizados à Santa Casa de Campinas e a sua participação em mesas administrativas e em doações à instituição. ....	127
Tabela 2 – Quantidade de nacionais pobres atendidos pela Santa Casa de Campinas.....	143
Tabela 3 – Doadores sem sobrenomes e sem menção de filiação familiar.....	155
Tabela 4 – Doadores anônimos.....	158

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
I. <i>Objetivo, recortes e personagens .....</i>	14
II. <i>Fontes e metodologias de pesquisa .....</i>	26
<b>CAPÍTULO 1 – O PERFIL DAS MESAS ADMINISTRATIVAS.....</b>	<b>36</b>
1.1. <i>O perfil do idealizador da Irmandade da Misericórdia.....</i>	36
1.2. <i>O perfil das Mesas Administrativas da Irmandade da Misericórdia.....</i>	47
1.3. <i>Conclusão .....</i>	65
<b>CAPÍTULO 2 – MAÇONS E ULTRAMONTANOS NA SANTA CASA DE CAMPINAS .....</b>	<b>66</b>
2.1. <i>Santa Casa de Campinas como espaços entre rivais.....</i>	66
2.2. <i>Santa Casa da Misericórdia de Campinas: a religião, a educação e a conciliação .....</i>	85
2.3. <i>Conclusão .....</i>	96
<b>CAPÍTULO 3 – A BENEFICÊNCIA E A SANTA CASA DE CAMPINAS COMO RESPOSTA À QUESTÃO SOCIAL .....</b>	<b>98</b>
3.1. <i>Doações aos pobres: Filantropia ou caridade? .....</i>	98
3.2. <i>“Ato digno de louvores”: doação como forma de exaltar os grupos abastados.....</i>	104
3.3. <i>Termos e controle: beneficência como antídoto contra a fratura na coesão social .....</i>	116
3.4. <i>Beneficência, controle e prestígio social: a Santa Casa de Campinas como prevenção à fratura social e promoção dos grupos abastados .....</i>	123
3.5. <i>Conclusão .....</i>	135
<b>CAPÍTULO 4 – BENEFICÊNCIA NAS CAMADAS POPULARES E INTERMEDIÁRIAS DE CAMPINAS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA .....</b>	<b>137</b>
4.1. <i>Limitações da fonte e invisibilidade dos sujeitos .....</i>	137
4.2. <i>Camadas populares como pacientes da Santa Casa de Campinas .....</i>	139
4.3. <i>Da invisibilidade para os primeiros contornos das camadas intermediárias e populares ..</i>	145
4.4. <i>Doações com informações e camadas intermediárias e populares .....</i>	148

4.5. <i>Doadores sem sobrenome</i> .....	155
4.6. <i>Doações anônimas e religiosidade</i> .....	158
4.7. <i>Conclusão: o que muda com a participação intermediária e popular na Santa Casa?</i> .....	162
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>164</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>169</b>
5.1 <i>Fontes:</i> .....	169
5.2 <i>Referências</i> .....	171

## INTRODUÇÃO

### I. *Objetivo, recortes e personagens*

Iniciadas as construções em 1871 e inaugurada em 1876, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas foi a instituição hospitalar de maior respeitabilidade na cidade e referência na província. Em razão de sua atuação na assistência aos mais pobres, esfera bastante negligenciada até então no município, o hospital ganhou grande credibilidade entre os campineiros, tornando-se destino de inúmeras doações oriundas de diferentes estratos sociais e atuando como um espaço aglutinador de diversos atores em torno da beneficência. Nossa intenção com essa pesquisa, então, é compreender o porquê de diferentes grupos sociais se envolverem com essa Santa Casa.

Para melhor contemplar esse questionamento, é necessário ter em mente que essas razões estão relacionadas aos interesses desses grupos nas funções traçadas para a instituição dentro do contexto social campineiro, mas também, considerá-las em diálogo com esferas mais amplas. Portanto, veremos as motivações pertinentes às vantagens, aos ideais e às recompensas relacionadas a esses indivíduos a partir dos papéis exercidos pela Santa Casa: na sociabilidade, na beneficência<sup>1</sup>, na assistência<sup>2</sup>, na religião e na área médica.

As Misericórdias reuniam a alta sociedade local, onde homens e mulheres de camadas abastadas e de prestígio social se envolviam em associações fechadas em prol da caridade<sup>3</sup>. Suas ações abrangiam diferentes práticas de assistência: cuidado aos doentes, distribuição de esmolas, auxílio aos presos e abrigo aos expostos. A estrutura da instituição se baseava nas confrarias tradicionais católicas, mas ela se distinguiu delas em dois aspectos. O primeiro é quanto a autonomia das Santas Casas, principalmente em relação à hierarquia eclesiástica: esta limitando-se apenas a aprovar a parte religiosa – como as capelas –, não interferindo quanto à parte médica. Ou seja, apesar de se assumir como uma instituição leiga religiosa, ela garantiria

---

<sup>1</sup> A escolha pelo termo “beneficência” foi feita com a intenção de englobar a ideia de filantropia e de caridade; ou seja, quando a motivação da doação não é especificada ou difícil de ser delimitada, optamos por usar o termo beneficência. Sobre as diferenças entre filantropia e caridade, aprofundaremos a questão no decorrer da introdução e no terceiro capítulo, a partir de uma discussão conceitual e, depois, de um cruzamento com as fontes.

<sup>2</sup> Quando nos referirmos, ao longo da dissertação, sobre os termos “beneficência” e “assistência”, a diferenciação pensada é que o primeiro se referiria à forma da ação dos doadores e o segundo a quem ela atende. Em outras palavras, a função beneficente da Santa Casa reflete na possibilidade de as pessoas contribuírem financeiramente ou com serviços para a instituição; já o papel assistencial seria o público-alvo a quem ela se dedica, ou seja, as camadas populares.

<sup>3</sup> TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Mestrado em História: PUC-RS, Porto Alegre, 2007, p.29.

para si uma independência da ingerência clerical em sua função de socorrer os mais pobres. Essa peculiaridade tem origem desde o século XVI, visto que o Concílio de Trento, “ao ceder às pressões portuguesas reconhecendo as Misericórdias como instituições de ‘imediate proteção régia’, excluíra-as da alçada do Ordinário. O que significava que, sob o controle das Misericórdias, a assistência hospitalar escaparia ao controle da Igreja”<sup>4</sup>.

O segundo se refere à assistência. Embora as outras irmandades religiosas também prestassem socorros às enfermidades, elas se limitavam ao atendimento a seus membros e a seus familiares, enquanto nas Santas Casas esse papel se invertia e tomava uma maior centralidade. Em geral, os irmãos das Misericórdias não visavam, ao ingressar nessa irmandade, a própria assistência, pois o foco – tanto da instituição, quanto dos irmãos – era acudir aqueles sem recursos, ou seja, os mais pobres<sup>5</sup>. Dessa forma, o espaço seria disposto de uma maneira hierárquica, onde a posição do irmão e do assistido reforçaria a relação desigual entre a elite local e as camadas populares.

Essa dinâmica se aproxima daquilo que é definido como “relações de dom”, termo que expressa interações de troca envolvidas – segundo Mauss –, pela tríade “dar-receber-retribuir”, sendo que o último elemento, também chamado de “contradom”, não anula o dom original, mas recomençaria o ciclo<sup>6</sup>. Segundo essa teoria, essas trocas não obedeceriam a uma lógica monetária precisa, ou seja, a quantia que o doador entrega não é aquilo que receberia, mas sim haveria a intenção de estimular os laços dentro das relações sociais.

Muitas vezes esses laços criam relações desiguais, como quando aquele que recebe o dom inicial não consegue retribuir. Segundo Godelier, as relações de dom apresentam uma dualidade, de modo que o dar e o receber instauram um vínculo de solidariedade, mas também de superioridade. As trocas do dom não visam uma equidade e, por vezes, as contribuições unilaterais da relação geram uma discrepância entre as partes. É importante pensarmos que essa desigualdade pode ser desejada pelo doador, pois expressa as hierarquias sociais da qual faz parte, de modo que a doação – ou dádiva – contribui positivamente para seu *status*, legitimando sua posição na sociedade<sup>7</sup>. Assim, apesar da permanência da tríade, a retribuição não partiria do donatário, mas sim das recompensas sociais que a doação proporcionaria.

<sup>4</sup> ABREU, Laurinda. *O papel das Misericórdias dos lugares de além-mar na formação do Império português*. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol. VIII(3): 591-611, set.-dez. 2001, p.593.

<sup>5</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

<sup>6</sup> Sobre a teoria do dom ver mais em: GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2019; GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Instituto Piaget, 1997.

<sup>7</sup> GODELIER, op. cit., p. 23.

Contudo, enquanto as relações de dom descritas por Mauss estariam fora da esfera econômica, nas aqui analisadas, esse fator teria um peso bem mais substancial. Isso porque o interesse pela beneficência estaria intrinsecamente ligado com a preocupação com a saúde da mão-de-obra, fosse ela escrava, liberta ou imigrante. Ou seja, a Santa Casa de Campinas estaria inserida em um projeto de revitalização dos trabalhadores, delimitada por interesses na produtividade. Então, as recompensas sociais de *status* e legitimação na sociedade estariam acompanhadas por uma racionalidade capitalista dos fazendeiros e produtores campineiros com ganhos econômicos que desejavam custear um hospital para evitar prejuízos com moléstias entre seus empregados e escravizados. Logo, a beneficência na Santa Casa não é apenas pautada dentro das lógicas sociais resumidas pelas relações de dom, mas sim interferidas pela inserção da cidade na economia capitalista e pelo crescimento econômico.

Além disso, o elemento da dádiva, usado aqui nessa dissertação, não estaria dissociado da questão do poder. No fundo, o primeiro é a forma que o segundo será projetado, será sua aparência. Em outras palavras, a Misericórdia se mostraria como fruto das doações das camadas abastadas, isto é, de seus dons; mas essas ações também refletiam projetos de poder desses grupos. Dessa maneira, para seus interesses fossem implementados, era necessário revesti-los de um caráter de benevolência a seus autores, servindo-se, assim, das dinâmicas ligadas à dádiva apontadas acima. Portanto, as doações e as relações de dom seriam instrumentalizadas em função das questões de poder que envolviam a Santa Casa de Campinas.

Quanto a hierarquização nas Misericórdias, Claudia Tomaschewski as considera um locus onde as elites se reuniam com o objetivo de controlar a assistência, com o interesse de tentar governar as camadas populares<sup>8</sup>. Dessa forma, podemos ver que a doação para uma entidade assistencial pode não apenas reforçar o *status* do doador, mas, principalmente, como dissemos, contribui para a manutenção de seu poder, na medida em que torna a instituição um dos instrumentos de controle sobre a população pobre por parte das camadas abastadas.

Essa população assistida pela Santa Casa, ou seja, os mais pobres, seriam aqueles que teriam como única forma de sobrevivência sua força de trabalho. Sua condição ficava prejudicada se sua saúde fosse atacada por alguma moléstia que impedisse de garantir seu sustento. Nesses casos, esses indivíduos buscavam suas redes de sociabilidade primária, isto é, laços familiares ou de compadrio que pudessem socorrê-los nesse momento de necessidade. Acontece que, se caso essas redes forem inexistentes ou insuficientes, essas pessoas passariam para um grupo que precisariam de socorros alheios para sobreviver, saindo da condição de

---

<sup>8</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 13.



pobreza anterior para ser considerado miserável. A intenção por parte da Santa Casa de Campinas e das camadas abastadas é restabelecer meios que esse pobre doente possa se convalescer sem cair na miséria, evitando o agravamento de problemas sociais e urbanos na cidade, como revoltas populares.

Essas relações de troca descritas acima, nas quais a retribuição não parte daquele que a recebe, muitas vezes são chamadas de “caridade” ou “filantropia” – sendo ambos os termos referentes às motivações das doações, que têm respectivamente, como regra geral, vinculação a uma virtude cristã e ação secularizada voltada à utilidade social. Como veremos mais aprofundadamente no terceiro capítulo, não abordaremos as contribuições destinadas à Santa Casa com base nessa diferença entre os conceitos, pois é comum a sobreposição de razões que levam alguém a doar, sendo pouco frutífero encaixar as doações em uma ou outra definição. Houve a preferência, então, de designá-las como beneficência. Por outro lado, esses termos são interessantes para entendermos os papéis projetados à Misericórdia, ou seja, se desempenharia uma função religiosa e/ou de utilidade social.

Essa preferência conceitual pelo termo beneficência, em vez de denominarmos como filantropia, recai pela tentativa de não induzirmos um sentido às doações de forma generalizada. Mesmo que o termo filantropia engloba a ideia de caridade, o primeiro carrega um significado de utilidade social às motivações dos doadores. Embora, como veremos, essa característica englobava muitas contribuições, ela acaba por supervalorizar essa racionalidade e, por consequência, eclipsar outros elementos que a doação possa carregar. Mesmo que o recorte tratado tenha evidenciado o discurso de uma utilidade social nas doações, não podemos desconsiderar que a realidade brasileira da segunda metade do século XIX continuou ainda muito marcada pela religiosidade católica que motivava os doadores.

O recorte temporal estabelecido pela pesquisa, entre 1871 e 1889, contempla mudanças significativas em âmbito nacional e local, que afetam direta ou indiretamente a cidade de Campinas, as expectativas depositadas na Santa Casas e o comportamento da beneficência na instituição. Como ponto inicial, escolhemos o início das obras da Misericórdia, entendendo como um marco para o processo que abarcaria os esforços de reunir as contribuições e os apoios necessários, articulando grupos sociais importantes da cidade em torno das funções que a instituição desempenharia para possibilitar a efetuação do projeto. Como fim da nossa baliza temporal, determinamos o ano de 1889 por ser o início de uma série de epidemias de febre amarela que assolariam a cidade na década seguinte. Acreditamos que essas epidemias transformariam a dinâmica campineira em sua sociabilidade, economia e em sua relação com a

assistência e com a beneficência, estabelecendo um outro contexto de estudo, diferente do que a pesquisa pretende realizar e, assim, sendo um importante marco para fecharmos nossa análise.

O período escolhido abarca o processo de desestruturação do regime escravista – desde a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, até a abolição em 1888 – que desencadeia uma nova composição social, impactando as funções esperadas da Santa Casa no âmbito local por seus administradores. As transformações relacionadas ao processo de abolição ganham mais importância ao notarmos o fato de que os principais financiadores e administradores da instituição fossem membros da elite cafeeira escravocrata campineira – ou sendo a ela ligados – e os escravos e os libertos serem uma parcela expressiva dos pacientes atendidos. Veremos, no decorrer desse trabalho, como o crescimento da população egressa da escravidão sinalizava uma necessidade mais urgente de uma assistência gratuita vinculada à necessidade de renovar os laços de dependência entre os antigos senhores e os libertos – duas funções presentes nas intenções dadas à Misericórdia de Campinas. Essa Santa Casa torna-se, então, uma instância privilegiada para se observar as transformações históricas de finais do século XIX, principalmente quanto ao fim da escravidão, já que interrelaciona múltiplos agentes sociais a ela ligados de diferentes maneiras.

Além disso, o processo de abolição se vincularia com a beneficência, pois o crescimento das alforrias nas décadas finais da escravidão seriam projetadas socialmente, pelas camadas dominantes, como ações virtuosas e filantrópicas. Nesse aspecto, o desenvolvimento da imprensa campineira, observada aqui através da *Gazeta de Campinas*, ganha um destaque especial, pois é com esse veículo de informação que as manumissões seriam enaltecidas ao público campineiro. Essa relação, entre alforria, filantropia e imprensa, se torna ainda mais significativa ao notarmos, como veremos ao longo da dissertação, que esses senhores anunciados como virtuosos ao alforriarem também estavam presentes em projetos beneficentes como a Santa Casa de Campinas. Podemos citar como exemplo como foi noticiada a alforria concedida por Domingos Leite Penteado a seu escravo Anastácio, descrito como “um ato este que se não comenta; tem o elogio em si”<sup>9</sup>. Domingos esteve presente como doador da Misericórdia em duas oportunidades, entregando duas vezes a quantia de 500\$000 réis, uma para a construção do hospital e a segunda entre 1882 e 1883, além de ter sido membro da terceira mesa administrativa da instituição.

---

<sup>9</sup> “Manumissão”, *Gazeta de Campinas*, 14/11/1877, ed. 1178, página 2.

No âmbito político, houve a criação do Partido Republicano Paulista, em 1873, e o crescimento de ideias republicanas<sup>10</sup> que encontraram bastante espaço em Campinas, de modo que esta ficasse conhecida como “Meca republicana”<sup>11</sup>. Essa efervescência política também encontraria ressonância na Misericórdia, o que se pode observar pela presença de muitos republicanos entre doadores e administradores da instituição, inclusive com nomes que participaram da Convenção de Itu.

Ademais, ao longo da pesquisa, a presença de maçons na Santa Casa campineira será um tema explorado, visto que o recorte proposto contempla parte de um período agitado na maçonaria brasileira. De 1863 a 1882, a instituição maçônica estava dividida entre duas obediências: a ordem do Vale do Lavradio – liderada por José Maria da Silva Paranhos, conhecido como Visconde do Rio Branco – e a ordem dos Beneditinos – ligada a Saldanha Marinho. Essas duas ordens tinham características próprias, sendo a primeira fiel ao governo monárquico e a segunda mais ligada ao republicanismo<sup>12</sup>, provocando uma disputa de legitimidade entre elas. Desse modo, a ordem dos Beneditinos se envolveria mais em pautas sociais em alta naquele momento, como a abolição da escravidão e a República, e é dessa mesma obediência que encontraremos mais membros dentro da Santa Casa de Campinas.

Relacionada também à maçonaria, um pouco antes do nosso recorte, ocorre também a chamada Questão Religiosa, conflito em que se contrapunham, de um lado, o clero ultramontano, e de outro a maçonaria e o império. Esse contexto ganha ainda mais peso, para esse estudo, pois um dos grupos cuja relação na Misericórdia investigaremos constitui-se de membros da hierarquia eclesiástica. No decorrer da pesquisa veremos como tais transformações sociais e políticas nacionais repercutiam nas relações estabelecidas na Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

No âmbito local, Campinas é palco de diversas modificações espaciais e sociais, em consequência da expansão do café, que desencadeou, no período, um grande desenvolvimento econômico seguido de grande crescimento demográfico, melhoramentos urbanos e uma

---

<sup>10</sup> Entendemos como republicanismo aqueles que defendiam o sistema da República e, como consequência, faziam oposição à monarquia vigente. Além disso, seus entusiastas estariam ligados, direta ou indiretamente, ao Partido Republicano Paulista. As características e as reivindicações desse grupo foram percebidas tendo como ponto de partida as definições estabelecidas por Ângela Alonso, em: ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e terra, 2002.

<sup>11</sup> PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: publicações da Academia Campinense de Letras, nº20, 1969, p. 216.

<sup>12</sup> RIBEIRO, Luaê C. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2011, p.5.

industrialização voltada à produção do café. Novos empreendimentos surgiram, como a inauguração do Passeio Público e o Clube de Corridas Campineiro em 1878, a linha de bondes em 1879, além da “introdução da indústria em Campinas, com as manufaturas e fábricas ligadas à agricultura (máquinas e implementos agrícolas), ao vestuário (chapéus), à iluminação doméstica (velas de cera) e à construção civil (olaria)”<sup>13</sup>. Além disso, a cidade se torna destino de muitos imigrantes europeus, vindos tanto para as lavouras de café, quanto para o centro urbano, alterando a composição demográfica campineira. Essas transformações urbanas e econômicas começaram a inserir as camadas abastadas campineiras em uma mentalidade capitalista, projetando um racionalismo econômico através de um investimento financeiro com a finalidade no lucro e na produtividade, com impactos nas relações de trabalho e de assistência. Com isso, esse contexto em mutação envolveu a Santa Casa e a beneficência que a financiou, influenciando os interesses projetados à instituição pelos doadores.

O desenvolvimento urbano campineiro fez surgir necessidades que estavam intimamente ligadas com as funções que a Santa Casa iria desempenhar. Em outras palavras, a iniciativa do hospital só foi possível pois o contexto de crescimento da cidade gerava um ambiente social problemático, de um lado, pela pobreza urbana – com uma massa de miseráveis dependentes do socorro alheio – e, de outro, pela falta de estrutura da cidade que criava condições propícias para proliferação de doenças. Dessa forma, a Santa Casa tinha a intenção de remediar as questões provocadas pelo crescimento desigual da cidade e do agravamento da questão social que poderia desencadear as crises epidêmicas e no perigo do pauperismo urbano.

Esse novo cenário urbano também modificou outras esferas, como a proliferação de costumes e ideias advindas da Europa, de modo que a cidade se tornou conhecida como polo defensor de concepções ligadas ao progresso, à civilização e, tendo destaque, como já citado, ao republicanismo, embora seus defensores fossem dependentes da tradicional elite senhorial escravista campineira. Dessa forma, essas novas ideias encontrariam um contexto ambíguo em que se adaptariam à realidade escravocrata existente na cidade. Assim, é importante termos em mente que o recorte espacial desta pesquisa, segundo Lapa, estaria em um contexto de atrito entre “duas cidades”: uma entusiasta do processo de modernização e do progresso, convivendo com outra de ordem social escravocrata e senhorial<sup>14</sup>. Essas duas realidades coexistiam e acarretavam uma tensão latente na sociedade campineira, cuja camada abastada queria abafar

---

<sup>13</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, p.23.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 21.

o foco de possíveis revoltas sociais em conjunto com a tentativa dos ex-senhores de manterem os laços de dependência com seus ex-escravos.

Nesse cenário, a criação da Misericórdia responderia aos anseios de vários os lados da realidade presente em Campinas. Primeiro, a instituição teve como principal grupo financiador a elite escravocrata, cujos interesses se voltavam para a continuação dos laços senhoriais. Segundo, a Santa Casa também representou um melhoramento nas necessidades urbanas ao desenvolver a assistência da cidade e minimizar as questões sociais, além de ser um espaço destinado ao saber médico, ou seja, um meio de cura institucionalizado pelos diplomas de faculdades de medicina que vão se chocar, em muitos casos, com os meios de curas populares. Terceiro, ela atuou como um espaço para a recuperação da mão-de-obra e, por sua vez, para o aumento da produtividade para os grupos escravocratas e capitalistas. Por outro lado, o hospital foi também um espaço importante no atendimento gratuito de uma parcela considerável das camadas populares, como imigrantes e libertos.

Esse contexto fez com que a instituição, segundo Rocha, se tornasse um ângulo de análise estratégico para compreender as novas exigências urbanas e sociais e as relações entre os grupos dominantes locais com as demais camadas da população<sup>15</sup>, ou, em outras palavras, a reformulação de novas formas de domínio social intencionadas pelos grupos abastados em meio a um contexto de urbanização e de fim de escravidão. Assim, a Santa Casa foi um espaço de mediação, tensão e acomodação entre elementos aristocráticos, escravocratas e burgueses, respondendo às necessidades de manutenção das hierarquias sociais, das mudanças econômicas e urbanas e dos anseios populares através da assistência.

O sacerdote Joaquim José Vieira foi o principal idealizador do hospital e primeiro provedor da Irmandade, tendo permanecido no cargo de 1876 até 1882. Vieira recebeu sua educação sacerdotal no seminário ultramontano fundado pelo bispo D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)<sup>16</sup>, com quem tinha grande proximidade. Após perder a vaga para vigário da cidade, o sacerdote se dedicou ao seu projeto de construir um hospital assistencial e beneficente, levando recursos a partir das contribuições dos doadores. Assim, a construção e a continuidade da Santa Casa de Campinas contaram com os esforços do religioso em conjunto com as doações constantes à instituição oriundas de diferentes camadas sociais.

---

<sup>15</sup> ROCHA, Leila Alves. *Caridade e Poder: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)*. Campinas: UNICAMP, 2005 (mestrado em Política e História Econômica), p.5.

<sup>16</sup> WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p.167.

Os colaboradores da Santa Casa, por sua vez, eram de diferentes setores da sociedade campineira e os dividimos, nesta pesquisa, em grupos com base em características comuns que compartilhavam. No geral, suas contribuições foram feitas a partir de valores monetários, com materiais e serviços ou participações na administração da irmandade, encontradas nas listas de doadores publicadas nos relatórios da provedoria e, quanto ao quadro administrativo, no livro sobre o centenário da Santa Casa<sup>17</sup>. Analisaremos essas documentações mais profundamente na etapa a seguir, quando nos detivermos nas fontes e metodologias.

Quanto à participação dos poderes públicos, ao contrário do que usualmente aparece na historiografia sobre as Misericórdias brasileiras no período imperial, sua presença foi esparsa, aparecendo nos relatórios da provedoria de forma pontual em apenas três oportunidades, com uma concessão de loteria – 6:000\$000 réis –, uma contribuição do tesouro provincial – 2:000\$000 réis – e uma doação realizada diretamente pelo imperador D. Pedro II – 1:000\$000 réis. Assim, notamos que a instituição campineira recebeu a maior parte de suas contribuições de setores da sociedade campineira do que por meio do financiamento público. Essa peculiaridade pode ser explicada pelo contexto de pujança econômica e expansão urbana que a cidade vivenciava somado ao fato das mudanças sociais e demográficas enfrentadas com as transformações causadas pela Lei do Ventre Livre. Esse novo cenário disponibilizava grupos sociais endinheirados que viam com temor a situação social que se encontravam, buscando novos meios de manter sua hierarquia e o controle social.

Entre os grupos analisados, o primeiro deles contemplava os fazendeiros, proprietários e capitalistas campineiros<sup>18</sup>. Possuindo patrimônios e recursos, esses indivíduos seriam oriundos de uma parcela economicamente abastada e socialmente bem inserida e, em geral, contribuíram com doações vultosas ao longo de todo o período, com frequentes somas iguais ou superiores a 1:000\$000 réis, de modo que alguns deles se tornaram irmãos beneméritos na história da instituição. Em razão do interesse em observar como a Santa Casa de Campinas contribuía com o reforço das hierarquias sociais, esse grupo indicava o envolvimento daqueles com posses na instituição, principalmente os fazendeiros, por constituírem o grupo econômico

---

<sup>17</sup> SANTA Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1972. 234 p.

<sup>18</sup> Essas categorias foram atribuídas pelos almanaques de Campinas utilizados como fonte e fazem referência ao Imposto da Matriz Nova. Esse imposto, criado pela Câmara de Campinas, classificava os lavradores, os proprietários e os capitalistas da cidade em diferentes classes, de acordo com a possibilidade de contribuição de cada grupo, ou seja, divididos conforme a média de produção, os valores de aluguéis ou do volume de dinheiro a prêmio. Os almanaques não fizeram divisão por classes, apenas consta três listas com os nomes divididos nesses separados nas três categorias utilizadas nessa dissertação.

em destaque na expansão cafeeira da cidade e um dos mais preocupados em relação ao fim da escravidão.

O segundo era composto de funcionários públicos e profissionais liberais, como advogados, médicos e jornalistas, principalmente aqueles ligados à *Gazeta de Campinas*. Em geral, esse grupo – sobretudo os últimos mencionados – seria defensor daquilo que poderia ser chamado de ideais progressistas, isto é, tomavam posicionamentos, segundo a definição de Lapa, considerados modernos<sup>19</sup>; ou, ainda, como elabora Galzerani, “o progresso é concebido como sinônimo de civilização, de sociedade moderna, de democracia, de república, e nunca de monarquia”<sup>20</sup>. Outros pontos defendidos que podemos destacar são a defesa da abolição da escravidão, dos discursos civilizatórios (tendo como base as sociedades americanas e europeias), e da imigração – acerca desse último ponto, vale salientar a relação que teve com um projeto de branqueamento da população. À necessidade de mão-de-obra em Campinas pela ascensão do café e ao aumento do número de libertos no decorrer do processo de abolição, podem-se relacionar os esforços em tornar a cidade um importante destino de imigrantes europeus ainda no período imperial. Tais esforços, por sua vez, revelar-se-iam parte de um projeto de branqueamento de Campinas para exclusão da população, tornando a região uma das mais brancas do período.

Já em relação ao progresso, seus defensores não buscavam subverter a ordem, mas sim considerá-la em sua ideologia, utilizando-a de modo a colaborar com o poder econômico e social dos grupos dominantes. Desse modo, percebemos que esse segundo grupo ou fazia parte ou tinha íntimas relações com a elite cafeeira, fosse por laços de parentesco ou pelas relações de compadrio. Assim, ao mesmo tempo que as novas ideias defendidas pretendiam modificar o cenário, também tencionavam manter no poder as camadas abastadas.

Desse modo, vale a pena problematizar o significado do termo “moderno”, utilizado muitas vezes por esse grupo para caracterizarem a si mesmos. Em vez de uma conotação de ruptura ou mudança, suas propostas se direcionavam mais a uma acomodação de polos opostos. Ou seja, uma forma de concessão desses indivíduos ligados às camadas abastadas que, em virtude das transformações sociais e econômicas em curso, mantivessem seus privilégios. Dessa maneira, a modernidade nesse grupo seria melhor definida como uma “modernização

---

<sup>19</sup> LAPA, op. cit., p. 19.

<sup>20</sup> GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*. Campinas: Unicamp/CMU Publicações, 2016, p. 182.

conservadora”<sup>21</sup>, que inserisse na lógica capitalista, mas que preservasse as hierarquias senhoriais, mesmo com o fim da escravidão.

Esse grupo, além do prestígio social, também possuía grande participação política e presença na imprensa, fazendo parte das lojas maçônicas locais. Muitos desses indivíduos eram formados na Faculdade de Direito de São Paulo, como Francisco Quirino dos Santos, Manuel Ferraz de Campos Sales, Francisco Glicério<sup>22</sup>, entre outros.

Seu envolvimento com a Santa Casa se deu através de doações pecuniárias – de soma inferior à do grupo anterior – e, sobretudo, pelo uso da imprensa, sendo uma parte de colaboradores, redatores e/ou proprietários da *Gazeta de Campinas*, importante jornal que circulava na cidade. Esse vínculo entre imprensa e a Santa Casa, que será recorrentemente acionado ao longo da dissertação, mostra como era importante divulgar a beneficência como parte dos interesses desses segmentos da elite campineira. Isso porque, ao promover a instituição e seus doadores, cria-se um meio em que a beneficência poderia atrair mais donativos enquanto recompensa, na forma de *status*, ao doador. Através desse vínculo, é possível aprofundar-se na função dos periódicos nos projetos assistenciais e na beneficência.

O terceiro grupo incluía os membros do clero. Além de o próprio idealizador do hospital ser um padre, outros indivíduos estavam próximos da irmandade faziam parte da hierarquia eclesiástica. Por exemplo, como veremos, a instituição contou, em diferentes momentos, com a participação do bispo paulista D. Lino Deodato, tanto na forma de doações, como com sua presença em eventos importantes da Irmandade da Misericórdia.

Importante salientar que a presença do clero não coloca a Santa Casa com uma função clerical, nem que iremos explorar a tentativa desse grupo de tornar a instituição como um braço eclesiástico. Acontece que, embora seja uma irmandade leiga, ela tinha um lado religioso. Mesmo que a Misericórdia contasse com uma autonomia frente a hierarquia clerical – e continuou a tendo –, isso não impedia que doadores se sentisse motivados em entregar suas contribuições exatamente pelo seu viés espiritual-religioso. Ou seja, se queremos entender o porquê que a Santa Casa agregou tantos grupos sociais em seu entorno, não podemos

---

<sup>21</sup> É importante mencionarmos que esse termo traz uma bagagem conceitual mais ampla, fazendo referência aos estudos de Barrington Morre Jr. que caracterizam o contexto das revoluções burguesas vivenciadas na Alemanha e no Japão, além de trabalhos que trazem a experiência brasileira no século XX. O intuito com o uso desse termo não é fazer referência a esse arcabouço teórico, mas sim apresentar uma elite campineira afeita às ideias de modernidade, mas, ao mesmo tempo, que procurava conservar as bases escravocratas o máximo que conseguisse. Ou seja, ela procurava adotar às inovações, desde que não afetasse sua hierarquia e posição social. PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **REN: Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, nº 03: p.411-424, jul./set. 2009.

<sup>22</sup> GALZERANI, op. cit., p. 106.



desconsiderar que ter um cônego com prestígio na cidade como provedor possa ter contribuído para que se doasse visando razões religiosas.

Por outro lado, mesmo que houvesse uma separação entre os papéis de cônego e provedor, é difícil considerar que ambas as funções não se influenciavam, principalmente ao notarmos a presença do bispo paulista em eventos da irmandade. Assim, embora a instituição fosse autônoma, é importante considerar que a Igreja pudesse ter interesse na ação que um de seus sacerdotes estava realizando naquele espaço. Logo, esse vínculo entre Misericórdia e a hierarquia eclesiástica, mesmo que não representasse uma interferência direta, pode indicar convergência de interesse em um espaço e um contexto específico, ou seja, um projeto para ampliar a imagem da Igreja tendo por frente por um cônego provedor de uma Santa Casa em uma cidade em expansão com fortes tendências progressistas e republicanas.

O quarto e último grupo contemplava as camadas não-elitizadas, subdivididas entre grupos intermediários – indivíduos com ofícios manuais que gozavam de certa estabilidade e aqueles com pequenas propriedades – e camadas populares – imigrantes, libertos e escravizados. Embora suas contribuições fossem de valores menores, ainda se faz necessária uma reflexão sobre sua participação. Dentre os grupos analisados, esse foi o que mais apresentou dificuldade para atestar sua presença e sua posição social, pois, considerando a lista de doadores, muitas vezes só foi possível supor a condição econômica desses indivíduos devido à falta de informações nas fontes analisadas. Contudo, apesar dos obstáculos e imprecisões, tivemos o esforço para enxergar a presença dessas pessoas na história da beneficência à Santa Casa de Campinas.

A problematização sobre a presença da camada não elitizada, principalmente a popular, como doadores em instituições assistenciais filantrópicas, é importante em razão da ausência dessa reflexão nos trabalhos sobre a beneficência, os quais, geralmente, consideram como doadores exclusivamente os ricos, e os pobres, como assistidos. Embora essa situação coincida, de fato, com a maior parte dos casos, faz-se necessário atentar-se aos momentos em que essa regra se inverte. Importante ressaltar que não se tratava de associações de ajuda mútua ou devocionais entre grupos populares, mas sim de cunho beneficente voltadas majoritariamente à população mais pobre. Há uma ausência de trabalhos que analisem como a presença intermediária e/ou popular está dentro de associações assistenciais elitizadas como a Santa Casa.

Esse viés de análise é importante por procurar fugir das concepções que reafirmam a posição de passividade dos grupos populares, de modo a contemplá-los como agentes ativos na beneficência. Além disso, por esse ângulo de observação, podemos atribuir significados mais

diversificados à Santa Casa de Campinas. Ou seja, evitaríamos criar uma imagem da instituição baseada somente nas intenções das camadas abastadas, incluindo valores e sentidos atribuídos pelos estratos mais intermediários e pobres da sociedade campineira. O enraizamento e a importância que a instituição teve na cidade só são explicados a partir dessa incorporação de significados que essas camadas direcionaram à Santa Casa.

O presente trabalho, então, busca entender quais motivações levaram essas diferentes camadas a se vincularem à Misericórdia. Se todas elas, de uma forma ou de outra, fizeram doações ao hospital, significa que esta instituição dava sentido à prática beneficente e respondia às pretensões dos doadores. Com isso, a questão que percorre a dissertação é: quais razões levaram a Santa Casa de Campinas a ser um espaço que englobava os interesses desses diferentes personagens a realizarem ações benéficas de modo a procurar a resposta pela reflexão da variedade de funções que a instituição exercia na sociedade campineira e em relação às questões sociais e econômicas em alta no contexto local e nacional.

A hipótese que vamos perscrutar é que as motivações se relacionam com os papéis da Santa Casa de sociabilidade, de assistência, de socorro aos pobres, de religião<sup>23</sup> e de beneficência, sendo que os múltiplos indivíduos interagiriam com uma ou várias dessas funções, a partir de sua posição social. Do ponto de vista das camadas abastadas, a Misericórdia seria um espaço de sociabilidade pelo ganho de prestígio, mas também pelo interesse na área médica, pelo interesse na recuperação de seus trabalhadores. Já as camadas populares poderiam ver no socorro ao seu grupo como forma de atendimento, além de como um local religioso. Além disso, veremos como a imprensa, através da *Gazeta de Campinas*, ganha destaque porque exerceria o papel de maximizar a visibilidade do doador, ampliando seus ganhos simbólicos. Por fim, privilegiamos uma abordagem que enfoca os diversos grupos sociais relacionados à instituição, em detrimento de uma leitura meramente institucional que correria o risco de reiterar uma visão monolítica da Santa Casa de Campinas.

## ***II. Fontes e metodologias de pesquisa***

Para as nossas pretensões com a pesquisa, três grupos documentais principais foram utilizados. O primeiro tipo de fontes consiste nos jornais da *Gazeta de Campinas* de 1870 até

---

<sup>23</sup> Vale mencionar que a função religiosa desempenhada pela Misericórdia não era atrelada à hierarquia eclesiástica. Ou seja, é possível diferenciar um papel clerical, no qual haveria uma ingerência direta da Igreja, e um espaço religioso, onde a expressão da religiosidade pudesse se manifestar. A instituição da Santa Casa seria vista tanto pelo seu lado secular, como pelo seu viés religioso, dependendo da motivação do doador.

1889. Do período de 1870 até 1875, acessamos as edições digitalizadas na hemeroteca da Biblioteca Nacional; já do período de 1876 até 1889 os periódicos foram contatados a partir da digitalização realizada pelo Centro de Memória – Unicamp (CMU), embora haja lacunas nas edições da década de 1880<sup>24</sup>.

Fundado pelo bacharel Francisco Quirino dos Santos em 1869, a *Gazeta de Campinas* tinha grande notoriedade política. Desde seu início, o periódico adotaria uma postura que pode ser considerada progressista, pois fazia frente à monarquia, sendo favorável ao sistema republicano e à defesa dos ideais de civilização, tendo como modelos as sociedades europeias e estadunidense. Essa alcunha é relativizada se considerarmos, como vimos anteriormente, que seus ideais foram matizados para se acomodarem dentro dos interesses e perspectivas de manutenção dos privilégios das camadas dominantes, das quais os redatores do periódico estavam intimamente envolvidos. O jornal recebeu contribuições de importantes figuras republicanas locais e regionais, como Carlos Ferreira, Jorge Miranda, Manuel Ferraz de Campos Sales e Francisco Glicério, que participaram constantemente escrevendo artigos.

A escolha desse jornal se deu em virtude de sua longevidade, já que sua existência percorreu todo nosso recorte temporal e, além disso, do apoio que o periódico forneceu ao projeto da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Ao longo de todo o período, desde a construção, inauguração e funcionamento do hospital, a *Gazeta de Campinas* teceu elogios à instituição e a seu idealizador, o cônego Vieira, além de anunciar festas promovidas pela irmandade e as respectivas considerações do jornal a esses eventos – em geral, bem positivas. Esse veículo nos traz elementos interessantes para explorar as relações entre a imprensa, a beneficência e as instituições assistenciais, pois, ao propagandear os donativos, os jornais dariam novos contornos à beneficência e novos significados à Santa Casa e àqueles inseridos em sua dinâmica. Nesse sentido, os efeitos favoráveis proporcionados pela divulgação das ações da instituição acarretariam impactos à dinâmica política e social da sociedade campineira, especialmente porque membros de sua mesa administrativa também faziam parte da Câmara Municipal e de outras sociedades de prestígio.

Com a imprensa, os dirigentes da Misericórdia poderiam direcionar a imagem que ela possuiria na sociedade através desse veículo. Assim, nossa intenção é verificar como o modo com que a instituição foi enaltecida pelo jornal permitiu uma condução, por esses grupos, do próprio sentido de assistência, visando imprimir ao público um grande papel à Santa Casa em relação ao cuidado com os pobres. A análise dessa imagem adentra nas funções projetadas à

---

<sup>24</sup> Disponíveis completos apenas 1880 e 1881, sendo os anos de 1884, 1886, 1887, 1888 e 1889 com lacunas.

Misericórdia pelas camadas abastadas e pelos grupos a elas ligadas, de modo que a abordagem elogiosa aliada ao enaltecimento de certos elementos transmitiria os valores que seus apoiadores desejavam colocar em evidência, mostrando a quais motivações seus dirigentes queriam ver a instituição atrelada.

O segundo corpo documental se trata de um conjunto de seis relatórios da provedoria, de 1877 até 1887<sup>25</sup>. Essa fonte também se encontra no arquivo do Centro de Memória – Unicamp, no fundo “Irmandade de Misericórdia de Campinas – Santa Casa”. Ela representa um balanço feito pelos provedores da Irmandade ao longo do ano compromissal<sup>26</sup> antecedente. Por exemplo, o relatório de 1881 refere-se às atividades realizadas entre junho de 1880 e maio de 1881. Inicialmente, o ano compromissal durava apenas um ano, mas, em 1883, houve uma reforma no compromisso e a mesa passou a exercer o cargo por dois anos<sup>27</sup>.

Desde a inauguração, em 1876, até 1882, essa fonte foi escrita pelo cônego Vieira, por ter ocupado o cargo de provedor durante todo esse período, só interrompido quando este assumiu o posto de bispo do Ceará. Quando Vieira deixou sua posição, a provedoria foi interinamente ocupada pelo Dr. Valentim José da Silveira Lopes, que escreveu parte do relatório de 1882-1883 (sendo a primeira parte escrita ainda por Vieira). Em seguida, nos anos de 1883 a 1885, o relatório foi elaborado pelo provedor vigário Francisco Abreu Sampaio e, de 1885 a 1887, pelo Major Antônio Luiz Rodrigues. Como podemos observar, essa fonte foi produzida pelos responsáveis pela Santa Casa, assim, as informações nos relatórios teriam a intenção de produzir uma imagem oficial da instituição a partir da visão daqueles que a administravam.

Trabalharemos com esse segundo corpo documental a fim de adentrar no funcionamento da irmandade, do hospital e do Asilo de Órfãs. Nesse sentido, esses relatórios contribuiram para trazer informações de quantos pacientes foram atendidos e qual era a sua composição, observarmos o relacionamento entre as categorias do hospital – isto é, a mesa administrativa, os médicos e a congregação de irmãs de São José – e, principalmente, pela disponibilização das listas daqueles que doaram à Santa Casa.

---

<sup>25</sup> Os relatórios são dos anos de 1877, 1879, 1881, 1882-1883, 1883-1885 e 1885-1887. O relatório de 1879 não é chamado de relatório da provedoria, mas sim “Relatório do Asilo de Órfãs”, em razão de ter sido o relatório seguinte à inauguração do externato da Misericórdia.

<sup>26</sup> Os provedores escreviam a maior parte do balanço sobre a Irmandade da Misericórdia e suas dependências, com exceção do movimento do hospital, que era escrito pelo médico responsável ou pelo mordomo, e as finanças, que eram apresentadas pelo tesoureiro em relação à irmandade e pela irmã superiora em relação ao Asilo de Órfãs e ao hospital.

<sup>27</sup> Nessa mesma reforma é criado o cargo de mordomo, cujas competências eram: inspecionar e dirigir a administração interna do hospital e do Asilo, dar entrada aos enfermos no hospital e admitir alunas na escola, dar visto nas contas e despesas e substituir o provedor se necessário.

Como dissemos, a parcialidade da fonte se deve ao fato de ela ser composta apenas pelas informações que se desejava divulgar oficialmente pela provedoria. Entretanto, a tendência em engrandecer as ações da Santa Casa contribui favoravelmente ao nosso objetivo. Se a nossa intenção é compreender as razões que englobavam grupos sociais em torno da Santa Casa, um dos objetivos dos dirigentes da instituição era de arrecadar mais contribuições. Se há pontos os quais os provedores elogiam demasiadamente ou omitem nos relatórios, significa que haveria papéis associados à Santa Casa que queriam reforçar ou dissociar, dando pistas para os interesses que direcionavam as camadas abastadas à instituição. Ou seja, essas informações foram formas projetadas com o objetivo de que a sociedade a visse de maneira positiva, a fim de relacionar com as motivações dos doadores, aumentando o número de contribuições e, por consequência, fortalecendo o papel da Misericórdia dentro da dinâmica campineira.

Desses relatórios da provedoria, as listas de doadores serão fundamentais para as análises feitas sobre a Santa Casa, pois permitem criar um quadro amplo sobre seus contribuintes, permitindo observar a dinâmica das doações e o montante desembolsado. Além dos grandes valores, essas listas também englobam as doações de menores quantias e aquelas entregues de forma anônima. Tal situação complexifica a análise, pois, no caso das pequenas doações, não é possível afirmar que intencionariam apenas adquirir visibilidade, abrindo espaço para analisar outras motivações à beneficência e o papel desempenhado por grupos sociais menos prestigiados. É importante considerar também que essas listas podem ser limitadas, pois apresentam somente as doações oficiais, existindo a possibilidade de haver valores entregues que não foram considerados.

Por fim, o terceiro conjunto documental utilizado foram os Almanques de Campinas. Tivemos contato com seis almanques – correspondentes aos anos de 1872, 1873, 1878, 1879, 1886 e 1888 –, todos digitalizados pelo arquivo do Centro de Memória – Unicamp (CMU). Os dois primeiros foram produzidos por José Maria Lisboa, o de 1878 foi organizado por Hypólito da Silva, enquanto a edição de 1879 foi produzida por este último junto com Carlos Ferreira. O almanaque de 1886 foi elaborado por Henrique de Barcellos e o de 1888, por José Gonçalves Pinheiro.

O formato e a função dos almanques variaram no decorrer do tempo. Como aponta Galzerani, a origem etimológica do termo está vinculada à organização e à representação do espaço e do tempo<sup>28</sup>. A autora diz que, na Idade Média, o alcance dos almanques era limitado, ficando restrito às páginas dos livros eclesiásticos, mas, após o advento da imprensa, esse

---

<sup>28</sup> GALZERANI, op. cit., p. 62.

gênero ganha forma e aumenta sua audiência. Inicialmente, consumido pelas camadas abastadas, os almanaques conquistam as populações urbanas e no século XVII adentram o campo<sup>29</sup>. Eles adquirem um caráter variado, aproximando-se das ideias dos enciclopedistas, atuando como um “catecismo popular” e tendo importante papel em difundir ideais radicais nos períodos revolucionários da França no século XIX.

No Brasil, os almanaques surgiram ainda na colônia, mas, após a década de 1870, a sua produção literária cresce, assim como sua importância. Os almanaques disponíveis consistem em livros que fornecem um compilado de informações, tanto recreativas, com a parte literária contendo poemas, contos e charadas, quanto de utilidade cotidiana, como datas festivas, listas de ofícios e profissionais da cidade, anúncios de lojas e profissionais liberais (como médicos e dentistas), estatísticas e dados sobre o município. De acordo com Galzerani, nos almanaques de Campinas haveria o engendramento de práticas e sensibilidades de cunho modernizantes<sup>30</sup>, o que se faz visível por exaltar os avanços tecnológicos da época, como pode ser observado na frase de Carlos Ferreira – o organizador da edição de 1879 e redator na *Gazeta de Campinas* – “o almanach considerado pelo seu lado industrial, é a locomotiva da literatura moderna”<sup>31</sup>. Assim, como afirma a autora, podemos perceber que o documento traz reflexos de seu contexto, evidenciando a forma positiva que encaravam as inovações urbanas com a associação do almanaque com a ferrovia.

A autora pontua, nesse sentido, que o almanaque “impulsiona a literatura moderna para as luzes e para felicidade”<sup>32</sup>, de modo que reproduzem valores que difundem pensamentos civilizatórios e ideais progressistas, conceitos por vezes tidos como sinônimo nas páginas do documento, assim como associados a outros termos como sociedade moderna, democracia e república<sup>33</sup>. Sobre a posição política, os almanaques funcionavam como um veículo de propaganda republicana: de acordo com Galzerani, é possível “visualizar essas publicações como estratégias, na guerra dos símbolos instaurada pelo grupo republicano local, na tentativa de universalizar nos corações e nas mentes [...] a ideia de república”<sup>34</sup>.

Se os almanaques incorporavam uma função ideológica republicana, eles também se posicionavam favoravelmente quanto à transformação espacial e social em curso, em virtude da expansão econômica campineira. Houve, em suas páginas, a valorização de um espaço

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 90.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 182.

<sup>34</sup> GALZERANI, op. cit., p. 54.

urbano racional e a modificação de hábitos para costumes considerados civilizados, enaltecendo os melhoramentos urbanos que aconteciam na cidade, como conseguimos observar a forma favorável que a incorporação da malha ferroviária era associada ao almanaque. Já em relação àquilo que se projetava como modelo de sociedade e aos grupos populares, encontra-se na fonte a defesa por uma sociabilidade definida como “controle de práticas e sensibilidade sociais que chega a afetar o corpo das pessoas, principalmente das socialmente ‘menores’ – das figuras a serem civilizadas”<sup>35</sup>. Em outras palavras, essa documentação era um instrumento de cunho progressista e elitista que tinha a intenção de reformular as hierarquias sociais dentro dos novos modelos de sociedade preconizados.

Conscientes, portanto, do filtro ideológico e do projeto político presente nos almanaques, nosso intuito é extrair dessa fonte dados sobre aqueles que doaram à Santa Casa e os administradores da Irmandade da Misericórdia. Essa escolha de fonte se deu em razão dessa documentação fornecer informações diversificadas sobre os cidadãos de Campinas, contando com listas informando aspectos econômicos, da sociabilidade, da religiosidade e da administração pública.

Dessa forma, encontramos os nomes daqueles que eram fazendeiros, proprietários, capitalistas e/ou donos de comércios; como também são apresentados aqueles que faziam parte de sociedades, associações e/ou irmandades, além de pessoas que ocuparam cargos públicos, como delegados, vereadores, juízes, entre outros. Essas informações possibilitaram o cruzamento com as listas de doadores e os membros das mesas administrativas. Assim, o uso conjunto dessas fontes permitiu a criação de um perfil do grupo, ou melhor dizendo, uma prosopografia dos doadores e dos administradores da Santa Casa, observando suas características, composição e as mudanças ou permanências desses perfis na instituição ao longo do recorte.

Com a grande quantidade de informações dos almanaques, realizamos inicialmente uma separação de características em alguns grupos. A primeira consiste na ocupação profissional ou nas posses, correspondendo às listas sobre fazendeiros, proprietários, capitalistas, comerciantes e os ofícios. O segundo grupo é composto pelos dados relacionados à municipalidade, ou seja, às informações sobre os cargos públicos – procurador, aferidor, fiscal, inspetores, entre outros –, os membros da câmara municipal, os eleitores de Campinas e a administração da justiça – juízes, escrivães, promotores, advogados, tabeliães e delegados.

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 140.

O terceiro grupo contém as listas da iniciativa particular, abrangendo informações sobre aqueles que participavam de sociedades recreativas, associações beneficentes – artísticas, musicais e assistenciais – e de instrução – colégios, musicais e bibliotecas. Também constam as lojas maçônicas e as companhias – as de Estrada de Ferro Paulista e Mogyana, Companhia Campineira de iluminação a gás, Companhia Campineira de Carris de Ferro e Companhia de Águas e Esgotos – e, por fim, as irmandades religiosas. Quanto a esse terceiro grupo, é importante pontuar que, em geral, os almanaques não informam todos os membros dessas iniciativas, mas somente a sua administração, composta por presidentes/provedores, tesoureiros, procuradores, secretários e conselheiros/mesários.

Embora essa fonte tenha sido crucial para conhecermos os doadores e/ou os membros das mesas administrativas, ela possui limitações que são importantes considerarmos. Como visto acima, a tendência ideológica por trás da composição dos almanaques afeta seu conteúdo, pois ao privilegiar elementos considerados civilizados ou modernos, limitaria as informações presentes em relação às camadas menos prestigiadas, como as parcelas populares (por exemplo libertos, escravizados e imigrantes). Se seus organizadores valorizavam a ideia de racionalização do espaço urbano, as listas dos ofícios e comércios seriam compostas por dados oficiais dos órgãos reguladores da municipalidade, não abrindo espaço para aqueles que exerciam comércio ou ofício irregulares ou temporários, tornando-os pouco visíveis.

Ademais, a camada popular seria menos contemplada também pelo caráter disciplinador presente nos ideais contidos nos almanaques, atribuídos por seus elaboradores. Vendo-os como grupo menor, essa fonte seria mais restrita em relação à presença desses indivíduos, contendo menos informações deles, estando ela alinhada à agenda ideológica dos organizadores. Esses vieses priorizariam uma sociedade tida como moderna e que tornaria mais opaca a presença das populações mais pobres.

Um segundo ponto consiste entre as diferenças nas informações contidas em cada almanaque. Por exemplo, nas edições de 1872, 1873 e 1879, há as listas de fazendeiros, proprietários e capitalistas, o que não ocorre nas edições de 1878 e 1888, e na edição de 1886 são listados apenas os capitalistas. Ou seja, um almanaque não necessariamente fornece as mesmas informações que os demais, o que deve ser levado em consideração nas ocasiões de análise que deseja observar a trajetória.

Um outro ponto a se considerar é a forma como são listados alguns comércios nos almanaques. Como muitos dos comerciantes criavam seus negócios a partir de firmas, seus estabelecimentos eram denominados pelos sobrenomes dos envolvidos, como, por exemplo, as lojas de Santos, Irmão & Nogueira ou Gomes Tojal & C<sup>a</sup>. Essa forma de nomeação dificulta a



identificação de quais indivíduos estavam envolvidos no negócio, de forma que somente a partir dessa fonte não é possível determinar a quem o sobrenome se refere. Sendo assim, procuramos sanar esses casos a partir do cruzamento com os periódicos, mas nem todos foram solucionados.

De qualquer forma, apesar de suas tendências ideológicas e limitações, os almanaques contribuíram para a finalidade de criar uma prosopografia da mesa e dos doadores ao longo do tempo. Pelo levantamento de suas características e composição, pôde-se quantificar e qualificar aqueles que se ligaram à Santa Casa de Misericórdia, de modo que é possível compreender as funções exercidas pela instituição no contexto social em que ela estava inserida de acordo com os possíveis interesses dos grupos que a compunham. A importância dessa elaboração é permitir identificar a heterogeneidade de grupos envolvidos e como diferentes projetos se uniam ou tensionavam mediante os interesses desses indivíduos em relação ao contexto inserido.

Como mencionado, fizemos o cruzamento dos almanaques com as informações dos relatórios da provedoria. A partir disso, foi possível criar uma tabela com fichas de cada doador e/ou administrador, informando suas características – econômicas e sociais –, o momento da doação e/ou quando exerceu cargo na mesa administrativa e, no caso dos doadores, o(s) valor(es) entregue(s).

Em relação às mesas administrativas, sinalizamos os perfis de maneira mais simples, atribuindo um “M” – de mesa – e o número correspondente à administração de que o doador foi membro. No caso, por exemplo, de um doador que foi mesário das segunda e sexta mesas administrativas, sua ficha de perfil teria a denominação “M – 2/6”. Já no caso dos doadores, a metodologia foi mais elaborada. A cada donativo feito, um código, composto por um número e uma letra, foi atribuído ao doador, sendo o número correspondente a quando a doação foi feita, enquanto a letra representa uma faixa de valor doado.

Os relatórios da provedoria nos forneceram 7 listas de doações pecuniárias<sup>36</sup>. Cada uma delas foi atribuída a um número, sendo: 1- valores entregues até a inauguração do hospital em 1876; 2- valores entregues no leilão de prendas do Asilo de Órfãos em 1877; 3- valores doados no ano compromissal de junho de 1878 até junho de 1879; 4- valores entregues de julho de 1880 até maio de 1881; 5- quantias entregues de junho de 1881 a maio de 1882; 6- montantes doados de junho de 1882 até maio de 1883; e 7- valores entregues de junho de 1883 até maio de 1885. Com esses números, conseguimos identificar quando o indivíduo realizou sua doação, além de percebermos se houve mais de uma doação e se elas foram feitas em sequência ou não.

---

<sup>36</sup> Na realidade, há uma oitava lista de doações. Contudo, a última, referente ao ano compromissal de junho de 1885 a maio de 1887, somente apresentava uma relação de doação de gêneros e serviços, não havendo doações pecuniárias, de modo que optamos por analisar apenas as 7 listas anteriores.

Já em relação às letras, dividimos as doações em 5 faixas de valores a cada qual atribuímos uma letra. Essa estratégia permitiu que hierarquizássemos os valores em grupos com características parecidas, partindo das somas mais vultosas para as pequenas quantias. Assim, o grupo A corresponde a uma quantia doada igual ou maior que 500\$000 réis; o grupo B, de 499\$000 a 101\$000 réis; o C, de 100\$000 a 51\$000 réis; o D, de 50\$000 a 11\$000 réis e, por fim, o grupo E refere-se às doações de até 10\$000 réis.

Dessa maneira, cada doação pecuniária realizada receberia ambos os elementos. Por exemplo, uma doação de 75\$000 réis encontrada no relatório de julho de 1878 até junho de 1879, seria denominada com o código “3-C”. Nos casos de uma mesma pessoa que doasse mais de uma vez, atribuímos um código a cada doação e nos casos de um doador já ter feito parte da mesa administrativa, ambas as informações constariam em sua ficha.

A atribuição de um código foi uma estratégia eficaz para acompanharmos as doações temporalmente, sem perdermos de vista o valor dessas contribuições, de forma que conseguíssemos compará-las. Assim, foi possível observar em quais períodos houve mais doações de maior importância – categorias A e B – ou qual foi a faixa de valor predominante das doações. Além do mais, comparando essas classificações com a daqueles que foram membros da mesa administrativa, o método permitiu observar se, para ingressar na mesa, o candidato precisava ser um doador assíduo ou não.

Nas listas de doadores também constam especificações de gênero e/ou serviço doado. Contudo, decidimos não utilizar essas informações de modo sistemático em virtude da dificuldade em precisar o valor de cada bem ou serviço entregue e, por consequência, da impossibilidade de as inserir no código descrito. Dessa maneira, somente analisamos as doações em dinheiro, que eram as mais numerosas.

Em seguida, houve o cruzamento desses nomes com os dados dos almanaques. Como tivemos acesso a seis edições, as fichas de cada doador ou membro da mesa administrativa possuem seis linhas, uma para cada edição. O procedimento consistiu em buscar o nome do indivíduo em cada uma das listas do almanaque e, quando os encontrávamos, a informação era inserida em sua ficha ao lado do ano em que foi encontrado. Com essa estratégia, obtivemos mais de uma centena de fichas, indicando as ocupações e inserção em sociedades por parte desses indivíduos; isto é, por onde circulavam e qual a sociabilidade daqueles que se relacionavam com a Santa Casa ao longo do nosso recorte.

Esses aspectos sugerem informações sobre as camadas sociais e econômicas a que os doadores pertenciam, além de apontar possíveis motivações para o relacionamento com a instituição. Nesse sentido, esses elementos nos permitem analisar a construção da imagem da

Misericórdia nos diferentes estratos da sociedade e entender a diversidade de expectativas depositadas pelos grupos sociais envolvidos na instituição.

Assim, de acordo com a combinação desse perfil apresentado com a pesquisa na *Gazeta de Campinas*, para o estudo em questão, elegemos como opção analítica observar a instituição por meio daqueles que a compuseram. Com essa escolha, conseguimos encontrar uma diversificada base social da Santa Casa, o que compunha sua penetração na dinâmica campineira. Por essa razão, foi possível, em um segundo momento, perscrutar os significados que a instituição assumiu para esses diferentes grupos mediante os ganhos sociais e de poder que lhes interessavam. Nossa estratégia metodológica, então, nos permite atingir o objetivo desejado de enxergar as funções exercidas pela Misericórdia dentro do contexto local e nacional a partir de sua heterogeneidade, sua relação com a sociedade campineira e a imagem a ela atribuída pelos doadores e daqueles que a administravam, além dos sentidos que envolviam a noção de beneficência e de assistência.

## **CAPÍTULO 1 – O PERFIL DAS MESAS ADMINISTRATIVAS**

O tema deste capítulo é a composição daqueles que fizeram parte das mesas administrativas da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, de 1875 – quando o compromisso é aprovado – até 1889. Em outras palavras, buscamos elaborar uma prosopografia daqueles que levaram a cabo o projeto do hospital e o conduziram depois de inaugurado. Ao longo do nosso recorte, houve 10 mesas administrativas e uma sessão de aprovação do compromisso (denominada como mesa 0). Em conjunto com a bibliografia, as informações sobre os mesários foram obtidas a partir dos almanaques, de acordo com a metodologia apresentada na introdução.

A proposta, ao realizar esse perfil, é compor as principais características sociais e econômicas daqueles que encabeçaram a instituição e, com isso, analisar como esses elementos atuaram na administração da Santa Casa, assim como nos significados e expectativas atribuídas a ela. Se a beneficência é vinculada às motivações do doador, o mesmo pode se dizer em relação aos integrantes das mesas administrativas, visto que são esses indivíduos que possuíam projetos para a Misericórdia e assim atribuíam à instituição funções de seu interesse, de acordo com sua inserção na sociedade campineira. A resultante dessas expectativas nortearia os caminhos institucionais seguidos pela Santa Casa e a projeção de sua imagem pelas camadas abastadas na sociedade.

Além das intenções atribuídas à Misericórdia, conhecer o perfil dos administradores da irmandade permite que vejamos o status da instituição em Campinas. Se os membros da mesa administrativa são pessoas bem inseridas na sociedade, possuem prestígio e cargos de importância, além de serem abastados financeiramente. Essas características implicariam que a mesa da Santa Casa não só seria um espaço de *status*, mas também de sociabilidade para as camadas elitizadas de Campinas.

Exploraremos nesta etapa, em um primeiro momento, a trajetória do idealizador, cônego Vieira, observando mais de perto sua formação religiosa e sua circulação na sociedade. Em seguida, será realizado um balanço sobre os demais indivíduos que ocuparam cargos na Irmandade de Misericórdia, desenvolvendo um quadro que mostre as ocupações mais presentes, se eram pessoas com posses e quais espaços frequentavam.

### ***1.1. O perfil do idealizador da Irmandade da Misericórdia***

Além de idealizar a Santa Casa e angariar contribuições para sua construção, o cônego Joaquim José Vieira também exerceu o cargo de provedor da irmandade por sete mesas

administrativas, além de estar bastante interligado a diferentes redes de sociabilidades que ampliaram projeção tanto do sacerdócio, quanto da Santa Casa.

Joaquim José Vieira nasceu em Itapetininga em 1836, filho do major Manuel José Vieira e Maria Teodolina de Souza Vieira, “ambos membros de tradicionais famílias paulistas e que lhe imprimiram sólida formação cristã”<sup>37</sup>. Sua formação sacerdotal começou no seminário de São Paulo, que tinha sido fundado pouco tempo antes pelo bispo D. Antônio Joaquim de Melo.

Este bispo (1851-1861) foi responsável pela primeira tentativa de reformar o clero paulista, com “a lenta e gradativa substituição do catolicismo iluminista e regalista pelo catolicismo ‘ultramontano’”<sup>38</sup>. Para essa reforma, D. Antônio Joaquim de Melo se dedicou à formação dos novos padres, tendo chamado a ordem capuchinha de Sabóia para o seminário, com a intenção de privilegiar ideias conservadoras e ultramontanas.

No seminário, o corpo docente contou com o Frei Eugênio de Rumilly e o futuro bispo de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira<sup>39</sup>. O primeiro, amigo próximo do cônego Vieira, foi o responsável por desenhar a planta do hospital da Santa Casa. Já o segundo ficou conhecido por ser um dos bispos que protagonizaram a *Questão Religiosa* ao expulsar os maçons das irmandades religiosas de seu bispado. Durante sua formação, o cônego Vieira “granjeou logo a estima e confiança de seus superiores e de modo especial de Dom Antônio Joaquim de Melo, tornando-se um de seus discípulos prediletos”<sup>40</sup>.

O ultramontanismo, como o entendemos nesta pesquisa, refere-se a uma orientação política e religiosa desenvolvida pela Igreja após a Revolução Francesa, tendo ganhado forças no século XIX e ainda mais projeção pela guinada ultramontana do papado de Pio IX (1846-1878). Nesse momento, as doutrinas envolveriam uma maior aproximação da fé católica com os ditames da Santa Sé, sobretudo após o Concílio do Vaticano I (1870), quando se aprovou o dogma da infalibilidade papal e, conseqüentemente, possibilitou a centralização do poder nas mãos do papa. Assim, essa ideologia se caracterizava por um reacionarismo contra a maçonaria e as ideias liberais e progressistas, em prol da ortodoxia dos dogmas católicos<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> CÂMARA, Fernando. *Dom Joaquim José Vieira e os oitenta anos de sua morte*. Revista do Instituto do Ceará, 1997, p. 158.

<sup>38</sup> WERNET, op. cit., p. 97.

<sup>39</sup> CÂMARA, op. cit., p. 158.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 158.

<sup>41</sup> GAETA, Maria A. J. V. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. São Paulo: dissertação de mestrado, 1991, p. 31.

Sendo ordenado sacerdote em 1860, Vieira foi designado para a paróquia de Paraibuna. Ficou lá pouco tempo, pois, em seguida, foi removido para Campinas, onde permaneceu de 1860 a 1864 como vigário-interino, onde, apesar de ter sido

recebido com estranheza, pelo fato de ser muito moço e tendo chegado alguns dos seus paroquianos até a censurar o Bispo Diocesano por esta nomeação, em breve mudaram todos de parecer [...]. A sua vida austera e pura, a sua bondade atraente, o cuidado em não melindrar a ninguém, em breve fizeram-lhe ganhar todos os corações<sup>42</sup>

Nesse sentido, o padre Vieira conseguiu prontamente criar vínculos importantes em Campinas, adquirindo status e prestígio com a população, principalmente nos setores de maior poder político, como se ilustra pelo concurso para a paróquia de Campinas em 1863, quando seu nome foi tido como preferido pela “câmara local, o foro, o povo sem distinção de classes, todos ansiavam por essa nomeação”<sup>43</sup>. Tamanho era esse apoio, que a câmara chegou a enviar um documento ao Imperador enaltecendo o religioso: “crê a Câmara que, se V. Excia., estiver informado das boas qualidades que distinguem aquele sacerdote, unirá seus votos aos desta Câmara, com o que muito honrará e grande favor fará ao povo”<sup>44</sup>.

Contudo, embora Vieira tivesse ficado em primeiro lugar e ter sido indicado para assumir o cargo de vigário, a intervenção da política regalista do gabinete liberal acabou por privilegiar outro candidato em detrimento de Vieira<sup>45</sup>. Mas, mesmo não assumindo o cargo, é possível notar que o sacerdote desenvolveu uma boa relação com pessoas importantes no âmbito local, como se observou pelo auxílio da câmara municipal no concurso, vínculos que se manteriam nos próximos projetos do cônego. Assim, mesmo após ser preterido e ter deixado o vigariato, Vieira permaneceu em Campinas e, então, idealizou a construção de um hospital com a alcunha de Santa Casa de Misericórdia, um empreendimento assistencial, apoiado pela beneficência em prol do melhoramento urbano.

Nesse período, Campinas começa a se destacar como um polo cafeeicultor em rápida expansão e, conseqüentemente, passou por uma forte urbanização acompanhada de uma mudança para hábitos europeizados e a inserção de ideais modernizantes para a sociedade. Como esse crescimento urbano, associado ao interesse civilizatório de seus munícipes, contrastava com a falta de assistência gratuita aos mais pobres, criou-se uma oposição entre aquilo que era idealizado para a cidade e as condições de saúde oferecidas às camadas

---

<sup>42</sup> REIMÃO, Mons. Antônio Pereira. *Dom Joaquim José Vieira*. 1917. In: SANTA Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1972, p. 43-55.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>45</sup> ROCHA, op. cit., p. 106.

populares. Essa situação de desassistência causava altos ricos de epidemias, como nos surtos de bexigas ocorridos na cidade em 1858 e em 1873-1875. Assim, é possível perceber a correlação entre urbanização acelerada e os problemas urbanos, tais como a pobreza e a falta de salubridade. A urbanização desigual formava uma massa de população pobre dependente de sua força de trabalho convivendo em uma cidade que apresentava péssimas condições de higiene, gerando um ambiente propício para a proliferação de doenças. Acometidos pela moléstia e impossibilitados de trabalhar, esses indivíduos acionavam suas redes de sociabilidades primárias, como familiares, para conseguir sobreviver. Caso não fossem suficientes, eles cairiam em outro estado de pobreza, ficando como indigentes, necessitando da beneficência alheia. Desse modo, a Santa Casa respondia a esse contexto, procurando minimizar os efeitos danosos provocados pelos problemas da urbanização, de modo a evitar o agravamento questão social. Portanto, a construção do hospital estaria diretamente ligada às consequências da expansão urbana campineira.

Esse quadro também era descrito na *Gazeta de Campinas* que, em razão do início das obras da Santa Casa, noticia que

campinas, a opulenta e rica filha dos céus risonhos e dos vales ondulantes, não tinha ainda um albergue para oferecer ao velho indigente, ao fraco desvalido, ao enfermo sem recursos, ainda que eles tivessem gasto as suas forças desbravando as matas virgens da nossa bela terra! como é triste de dizer esta amarga verdade!<sup>46</sup>

Nessa situação, o projeto encabeçado por Vieira se enquadraria como um melhoramento urbano visando solucionar uma tensão latente na sociedade campineira, uma lacuna que poderia produzir problemas para as camadas abastadas locais<sup>47</sup>.

Haveria uma proximidade entre o padre Vieira com os fazendeiros escravocratas locais, estes que cresceram com a expansão cafeeira em andamento naquele momento, feita com a mão-de-obra escrava, e que estimulavam a imigração europeia – principais parcelas atendidas pelo hospital. Esse vínculo será reforçado na próxima etapa deste estudo, quando identificarmos que esse grupo esteve bastante presente na composição das mesas administrativas. No momento, vale levantar alguns apoios iniciais que Vieira obteve desse grupo.

Enquanto a Santa Casa ainda estava sendo construída, o sacerdote recebeu uma contribuição de José Bonifácio de Campos Ferraz – um abastado fazendeiro de Campinas, com

---

<sup>46</sup> “Hospital de Misericórdia”, *Gazeta de Campinas*, 19/11/1871, ed. 208, página 1.

<sup>47</sup> Iremos desenvolver mais os riscos da falta de assistência e a necessidade de uma instituição assistencial para as camadas populares nos próximos capítulos.

posição política importante no Partido Liberal<sup>48</sup> e futuro barão de Monte Mor – para edificar uma capela à Nossa Senhora da Boa Morte nas dependências do hospital. Um outro exemplo foi a primeira doação para o hospital feita por Antônio Manoel Proença no valor de 363\$000 réis. Cruzando o nome de Proença nos almanaques, vemos que ele era um proprietário e fazendeiro com recursos para ser inscrito como eleitor em 1873, além de ter sido diretor da Companhia Mogyana em 1879, um dos diretores da Companhia Campineira de iluminação a gás no mesmo ano e em 1886, e juiz de órfãos suplente em 1872 e 1873. Ele também foi provedor da irmandade do Senhor dos Passos em 1873 e fez parte da primeira mesa administrativa da Irmandade da Misericórdia em 1876.

Outros que contribuíram com somas importantes nas fases iniciais da construção do hospital foram José Egydio de Souza Aranha e Joaquim Antônio de Arruda – o Barão de Atibaia –, ambos com 1:000\$000 réis. O primeiro era um importante nome da elite campineira, classificado como capitalista nos almanaques de 1872, 1873 e 1879 e membro da diretoria da Companhia Mogyana em 1878. Além disso, participou da sessão de aprovação do compromisso em 1875 e da primeira administração da Santa Casa. Já o Barão de Atibaia foi um conhecido dono de terras, apontado nos almanaques como fazendeiro em 1872, 1873 e 1879 e como proprietário em 1879. Também foi presidente do Club da Lavoura em 1878 e 1879, além de ter sido mesário da Misericórdia na segunda mesa administrativa.

Essas contribuições indicam não só o vínculo de Vieira com a camada abastada, mas, mais especificamente, com importantes fazendeiros e proprietários da cidade. Essa proximidade revela que a Santa Casa poderia exercer um papel útil dentro dos interesses da camada escravocrata campineira. Sendo um tema que será mais aprofundado no decorrer do trabalho, é possível sugerir de início que o envolvimento de fazendeiros no projeto do sacerdote estava relacionado com o processo de abolição da escravidão e com a imigração, envolvendo a necessidade de otimizar a mão-de-obra para o trabalho com a diminuição dos prejuízos financeiros por doenças, além de preservar o *status* na sociedade, com a intenção de renovar laços de dependência e as hierarquias sociais. Para o religioso, essas alianças eram importantes na medida em que esses grupos influentes tornariam possíveis a concretização de seu projeto, tanto em termos de receber maiores contribuições, como de ter uma administração mais influente na cidade e, por consequência, ampliar os benefícios à instituição e a sua penetração na sociedade.

---

<sup>48</sup> ROCHA, op. cit., p. 108.



Já em fase de construção, o tamanho das obras chamou a atenção do monarca D. Pedro II, em uma de suas viagens a Campinas. Quando chegou nas construções do hospital, o imperador estranhou a ausência do idealizador do projeto no momento de sua visita e decidiu ir ao encontro do religioso. Quando encontrou o monarca, Vieira se justificou dizendo que “se abstinera de propósito de participar das homenagens tributadas à Sua Majestade Imperial, pois sendo ele sacerdote católico lhe causava repugnância apertar a mão de um monarca que assinara a condenação de dois bispos brasileiros”<sup>49</sup>.

O episódio mencionado se refere à *Questão Religiosa*, que foi um conflito entre o poder imperial, a maçonaria e a Igreja Católica, cujo estopim aconteceu quando os bispos de Olinda e do Pará, de tendência ultramontana, exigiram a expulsão dos membros maçons das irmandades de seus bispados. Contudo, as confrarias se negaram a cumprir a ordem e foram interditas pelos bispos. O caso gerou repercussão quando as irmandades recorreram ao monarca para tomar providências. Como resposta, o imperador exigiu dos bispos a dissolução da interdição, mas estes negaram, dizendo responder somente ao papa. Os bispos foram então condenados por desobediência civil a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, porém, a pena foi comutada para prisão simples por apenas dois anos. O encontro do padre Vieira com o Imperador<sup>50</sup> demarca o seu posicionamento frente à *Questão Religiosa*.

Assim, atuando de acordo com a formação religiosa recebida no seminário, tendo como professor um dos bispos envolvidos, Vieira teria defendido a posição ultramontana, sendo um episódio em que o religioso se aliará à postura mais conservadora frente aos acontecimentos políticos. Mesmo que sua função na Misericórdia não fosse eclesiástica, seu posicionamento nesse episódio é marcante, pois demonstra que seus ideais religiosos não eram dissociados quando estava à frente da Santa Casa, mesmo antes de se tornar provedor. Em outras palavras, ao rebater o monarca, podemos perceber que a figura do cônego Vieira teria influência de sua visão religiosa. Isso não significa dizer que haveria interferência eclesiástica na Misericórdia, mas sim que as decisões do cônego e sua própria imagem na frente da instituição teria um viés

---

<sup>49</sup> CÂMARA, op. cit., p. 159-160.

<sup>50</sup> Importante fazer uma ressalva que, enquanto os memorialistas José Quinderé e Fernando Câmara estejam de acordo quanto a existência desse episódio, o Monsenhor Antônio Pereira Reimão discorda da veracidade do fato, dizendo haver “uma tradição errada e, a nosso ver, depreciativa para o grande e santo fundador da Santa Casa” (REIMÃO, 1972, p.75). Contudo, nos manteremos de acordo com os autores contemporâneos ao padre Vieira, até porque, o interesse com esse episódio é entender seu vínculo com o ultramontanismo. A verossimilhança do evento e dele ser parte da história atribuída ao religioso permitem que esse episódio seja promissor à nossa análise. Se a ideia de o padre Vieira ter criticado as ações do imperador em favor dos bispos ultramontanos foi plausível a seus contemporâneos, logo, seus posicionamentos no cotidiano se assemelhavam às tendências mais conservadoras, satisfazendo nossos interesses com esse episódio.

religioso – mesmo que não seja determinante – para ele e para aqueles que compartilhavam de sua visão, ou seja, reforçaria a função religiosa da Santa Casa.

Tal episódio, contudo, não prejudicou a imagem do padre Vieira com o imperador, visto que o monarca lhe concedeu o título de Conselheiro da Coroa Imperial<sup>51</sup> e fez uma doação de 1:000\$000 réis às obras da Santa Casa. Tal comportamento de D. Pedro II à Misericórdia de Campinas não seria algo atípico. De acordo com Cerqueira, o período imperial deu continuidade ao modelo de assistência da época colonial, ou seja, manteve uma política governamental que visava formar um aparato assistencial à população por meio de entidades caritativas, principalmente as Santas Casas de Misericórdias<sup>52</sup>, construindo um grupo de irmandades que formariam um sistema de assistência<sup>53</sup>.

A Santa Casa de Campinas do padre Vieira ia ao encontro da política levada a cabo pelo império, isto é, seu projeto encontrava um ambiente favorável para sua execução, encontrando apoio além do contexto local, mas também amparo em uma esfera mais ampla, como na corte. Contudo, ao contrário do que é visto em outras irmandades congêneres, não encontramos outras doações ou subvenções oriundas da corte destinadas à Santa Casa nos relatórios da provedoria analisados.

O cônego Vieira buscava manter relações com outras importantes instituições assistenciais do império, que, por sua vez, colocá-lo em contato com figuras em destaque nacionalmente. Em 1877, o sacerdote envia um ofício a Zacarias de Góes e Vasconcelos solicitando que a irmã superiora da Santa Casa de Campinas, Madre Ana Felicidade del Carreto, pudesse realizar um estudo na organização hospitalar da Santa Casa da Corte, instituição de renome no Rio de Janeiro da qual Góes e Vasconcelos era o provedor<sup>54</sup>. Este era um importante político do período imperial que ocupou, em três oportunidades, o cargo de presidente do Conselho de Ministros, e foi um dos fundadores da Liga Progressista em 1864. A resposta positiva do político sugere que a Santa Casa de Campinas fazia intercâmbios com outras instituições beneficentes, o que possibilitava contribuições na organização hospitalar e, talvez, interesse no estreitamento de laços políticos e econômicos com os dirigentes da congêneres carioca.

---

<sup>51</sup> CÂMARA, op. cit., p. 160.

<sup>52</sup> CERQUEIRA, João Batista. *Santa Casa de Misericórdia da vila da Cachoeira: a caridade e a filantropia no contexto da política assistencial do governo imperial*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.197.

<sup>53</sup> CERQUEIRA, João Batista de. *Caridade, política e saúde: o hospital São João de Deus e a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, Bahia (1756 a 1872)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2015, p. 161.

<sup>54</sup> REIMÃO, 1972, p. 64.

Esses relacionamentos, tanto com o imperador quanto com outras Santas Casas, revelam que as redes nas quais o sacerdote estava inserido ultrapassavam as sociabilidades locais, alcançando indivíduos de capital político e social de projeção nacional e instituições de prestígio e de aporte econômico. Assim, o alcance de sua atividade só foi possível em razão dele ter reunido em seu entorno laços com figuras influentes em nível local, regional e nacional. Esses vínculos de peso permitiram que o projeto não só se solidificasse, mas que ampliasse sua visibilidade para dentro e fora de Campinas.

O empreendimento levado a cabo pelo padre Vieira, então, lhe proporcionou notoriedade em diversas esferas da sociedade, rendendo ganhos sociais e eclesiásticos, como quando, em 1876, a câmara municipal deu-lhe um ofício reconhecendo os serviços prestados à cidade. Essas homenagens mostram que a sua tendência religiosa ultramontana não impediu o desenvolvimento de vínculos em uma cidade como Campinas que, como vimos na introdução, era reconhecida pelos seus grupos sociais que partilhavam de ideais progressistas e de cunho republicano e que gozavam de prestígio na sociedade.

Pelo governo imperial, Vieira foi agraciado com o prestigioso hábito de Cristo; em seguida, foi nomeado cônego da Catedral de São Paulo e fez parte do Cabido<sup>55</sup>; enquanto pela câmara municipal, ele foi homenageado ao se atribuir o seu nome à rua que dava acesso à Misericórdia. Assim, as recompensas adquiridas pelo sacerdote, tanto pelas esferas seculares como religiosas, foram essenciais para sua projeção eclesiástica e destaque social.

As homenagens eclesiásticas ao cônego vieram durante o bispado de D. Lino Deodato (1873-1894), bispo que foi considerado o sucessor da reforma ultramontana iniciada pelo D. Antônio Joaquim de Melo. Um exemplo dessa continuidade ideológica estaria na preocupação do bispado quanto aos seminários, em razão de que

uma rigorosa formação do sacerdote paulista consistia para D. Lino, nos primeiros passos para a edificação desse perfil clerical desejável pelo novo catolicismo [...] Na diocese, essa formação se fazia no Seminário Episcopal que [...] estava sob a direção dos capuchinhos que davam à Casa uma orientação ultramontana.<sup>56</sup>

D. Lino tinha a opinião de que a “laicização e o anticlericalismo subjacentes na defesa da liberdade de cultos, do casamento e do registro civil constituíram-se numa ameaça à ordem católica e faziam com que o pastor se preocupasse em barrar o seu avanço”<sup>57</sup>. Por outro lado, o bispado de D. Lino também teve atenção voltada às causas sociais, pela preocupação – bastante

<sup>55</sup> Obtendo a permissão de continuar residindo em Campinas, em virtude de suas responsabilidades na Santa Casa.

<sup>56</sup> GAETA, op. cit., p. 150.

<sup>57</sup> GAETA, op. cit., p. 110.

difundida entre as camadas mais abastadas – quanto aos perigos atrelados aos grupos populares, principalmente nas perspectivas que os associavam à vadiagem e à criminalidade. Um exemplo é a defesa que o bispo dava à escola agrícola, onde o viés profissionalizante da instrução dos jovens pobres serviria para “recolher meninos vadios e [...] dar-lhes uma profissão”<sup>58</sup>.

Podemos observar que essa preocupação social também teria se expressado no âmbito assistencial pelo apoio que D. Lino deu ao hospital idealizado pelo padre Vieira em diferentes momentos, tanto na construção do hospital, quanto já em funcionamento. Esse suporte, por sua vez, é perceptível não só por suas visitas nas festas religiosas promovidas pela Misericórdia, mas também por meio das doações realizadas pelo bispo paulista, responsável por entregar uma soma de 1:000\$000 réis.

Essa preocupação com a questão social, por sua vez, não estava distanciada daquilo que estaria em desenvolvimento no Vaticano. Alguns anos depois da inauguração da Santa Casa, o papa Leão XIII (1878-1903) – um sucessor das ideias pregadas por Pio IX e influenciado pelo Concílio Vaticano I – escreveu, em 1891, a encíclica *Rerum Novarum*<sup>59</sup>, que inaugura a Doutrina Social da Igreja. Essa doutrina consiste em uma sistematização filosófica e teológica sobre o posicionamento eclesiástico frente aos problemas sociais e laborais que a sociedade enfrentava<sup>60</sup> extrapolando as questões teológicas, de modo que seria uma “ética social” para “cristianizar a sociedade” e buscar soluções contra a desigualdade<sup>61</sup>.

Frente às novas mudanças no século XIX que caminhavam para uma realidade dessacralizada, a Igreja via-se perdendo seu espaço central na vida social. Enquanto os papas anteriores, como Gregório XVI e Pio IX, promoveram um autofechamento da Igreja com uma postura reacionária contra a modernidade, Leão XIII entendia essas transformações como um fato consumado acerca da perda do poder temporal eclesiástico<sup>62</sup>, buscando assim consolidar um *modus vivendi* efetivo de participação da Igreja na sociedade<sup>63</sup>.

Seguindo essa linha, a encíclica condena a falta de moral e ética na sociedade, opondo-se tanto ao liberalismo quanto ao socialismo como meios para resolver os problemas sociais,

---

<sup>58</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>59</sup> LEÃO XIII, Papa. Carta encíclica *Rerum Novarum* (Sobre a Condição dos Operários). 1891. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

<sup>60</sup> SARDICA, José Miguel. *O legado histórico de Leão XIII e da encíclica Rerum Novarum*. DIDASKALIA. XXXIV (2004). p. 5-6.

<sup>61</sup> SARDICA, op. cit., p. 7.

<sup>62</sup> SARDICA, op. cit., p. 22

<sup>63</sup> Ibidem, p. 24.

assumindo como solução o associativismo com inspiração católica<sup>64</sup>. Nesse sentido, o papa defende uma redistribuição da riqueza sem a utilização de métodos revolucionários ou de oposição entre classes, de modo que os patrões e empregados teriam deveres cristãos de minorar a desigualdade em nome do princípio da caridade. Dessa maneira, o *Rerum Novarum* reforçava o corporativismo operário religioso e a cooperação entre as classes, com uma forte mediação eclesiástica, para desenvolver uma economia de fraternidade e não revolucionária.

Embora o projeto da Santa Casa de Campinas seja anterior a essa encíclica, esse posicionamento já estava em crescimento na época<sup>65</sup>, o que pode ter contribuído para incentivar empreendimentos de cunho assistencial e beneficente na década de 1870 ligados a uma religiosidade católica tradicional. Assim, a Misericórdia idealizada por Vieira se encaixaria perfeitamente às propostas levantadas na encíclica no quesito de “colaboração entre as classes”, pois o projeto visava unir três elementos importantes do *Rerum Novarum*: a assistência para as camadas trabalhadoras desassistidas, o protagonismo da Igreja na solução desses problemas seria traduzida na figura do cônego, sendo a Santa Casa, no fundo, uma irmandade religiosa, e, por fim, visto que esse amparo se basearia, majoritariamente, na beneficência feita pelas camadas dominantes em assistência às camadas populares, o projeto da Misericórdia não acirraría o confronto entre classes, mas poderia ser interpretado como um “dever cristão”<sup>66</sup> dos ricos para os pobres. Essa convivência com a Santa Sé reflete no reconhecimento das ações de Vieira na construção da Santa Casa, impulsionando sua carreira eclesiástica de forma que, em 1883 – já no papado de Leão XIII, autor da encíclica acima descrita –, o cônego foi nomeado bispo da diocese do Ceará, tornando-se D. Joaquim.

As relações tecidas pelo cônego Vieira com diferentes esferas de poder, desde a municipalidade, passando pelo bispado de São Paulo e chegando até o governo imperial, demonstram como sua trajetória foi marcada por contatos importantes, ganhando notoriedade não só na sociedade campineira, mas se direcionando para círculos sociais mais elevados. Mas o mais importante é que a ascendência de Vieira caminhava em conjunto com a Santa Casa, de modo que o destaque adquirido pelo sacerdote também projetava a instituição dentro de um cenário mais influente e lhe proporcionava mais reconhecimento em diferentes estratos sociais na dinâmica campineira. Em outras palavras, conforme o idealizador agregava maior prestígio

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 19-20.

<sup>66</sup> Importante salientar que não seria uma obrigação das camadas dominantes, nem um direito das populações pobres, mas uma premissa religiosa de acordo com os ditames do *Rerum Novarum*.

por sua obra, sua obra ganhava maior notoriedade, se enraizando ainda mais na sociedade e ampliando suas bases sociais.

Sobre seu episcopado, vale mencionar três eventos que contribuíram para formar o perfil do então bispo: a criação da União do Clero, a convocação do Sínodo Diocesano e a queda do muro do seminário da Imaculada Conceição. O primeiro trata de uma sociedade de cooperação entre sacerdotes criada com o objetivo de amparar os padres em sua velhice e/ou em situação de invalidez. Quando chegou em seu bispado, D. Joaquim se deparou com um quadro precário, onde os padres estavam “desaparelhados de qualquer amparo e assistência nas enfermidades”<sup>67</sup>. Nesse sentido, o envolvimento do sacerdote em projetos assistenciais se manteve quando começou a exercer o bispado.

O segundo ponto é referente a uma reforma no código de leis eclesiais. Após uma visita pastoral na diocese, D. Joaquim percebeu a necessidade de elaborar um novo código, convocando em 1888 o clero cearense para o Sínodo Diocesano. O novo código de leis eclesiais estaria “dentro dos mais rígidos princípios canônicos que mereceu aplausos do episcopado brasileiro e até mesmo da Cúria Romana”<sup>68</sup>, reforçando a conformidade de Vieira com os posicionamentos ultramontanos e a tendência conservadora que mantinha com a Santa Sé.

Já o último evento mencionado se refere a um muro do seminário de Fortaleza que caiu e ameaçava destruir todo o edifício. Sem ter os recursos necessários para reconstruí-lo, Dom Joaquim recorreu à “generosidade dos queridos diocesanos”, sendo-lhe entregue a quantia de 10:000\$000 réis pelo coronel José Bizerril Fontenele, presidente da província e “íntimo amigo” do bispo Joaquim<sup>69</sup>. Esse terceiro momento mostra que o bispo continuava a manter relações próximas com grupos abastados não apenas em Campinas, de modo que procurava se inserir em uma rede de relações que poderiam contribuir com o bispo quando necessitasse de apoio financeiro para algum de seus projetos.

Logo, apesar da tendência ultramontana, o projeto da Santa Casa estava incluído em redes de sociabilidades elitizadas que atravessavam vários níveis – local, nacional e eclesial – contando com canais de comunicação com grupos variados, desde cafeicultores escravistas até republicanos maçons. Nesse sentido, percebemos que a sociabilidade de Vieira permitiu que a instituição criasse vínculos com diferentes grupos sociais, de maneira que ela ficasse

---

<sup>67</sup> QUINDERÉ, José. *Dom Joaquim José Vieira, segundo Bispo do Ceará: Aspectos da sua vida*. Revista do Instituto do Ceará, [S.d], p. 76.

<sup>68</sup> CÂMARA, op. cit., p. 162.

<sup>69</sup> QUINDERÉ, op. cit., p. 85.

sintonizada com interesses e projetos relacionados à assistência, religião e socorro aos pobres. Assim, a Santa Casa aglutinou aspirações de diferentes grupos em torno de suas funções sociais e os significados a elas atribuídas, de modo que esses papéis proporcionaram maior dimensão social e credibilidade à instituição e a seu idealizador. Portanto, de maneira conjunta, os esforços de Vieira geraram frutos tanto para sua carreira eclesiástica, alcançando o posto de bispo, mas também para a Misericórdia, permitindo que a instituição ganhasse renome e *status* local e nacional. Na etapa seguinte, analisaremos como a presença de grupos variados constituíam a composição das mesas administrativas, que, junto com o cônego, projetariam as diretrizes seguidas pela Santa Casa.

### ***1.2. O perfil das Mesas Administrativas da Irmandade da Misericórdia***

É importante também investigarmos aqueles que fizeram parte da administração da instituição, isto é, aqueles que compuseram as mesas administrativas. Assim, buscamos observar como a composição financeiramente abastada dessas mesas, com indivíduos socialmente bem inseridos, vinculavam a instituição em laços que envolviam diferentes espaços importantes na sociedade campineira. Além disso, proporemos razões que motivariam a elite campineira a fazer parte da administração da Santa Casa.

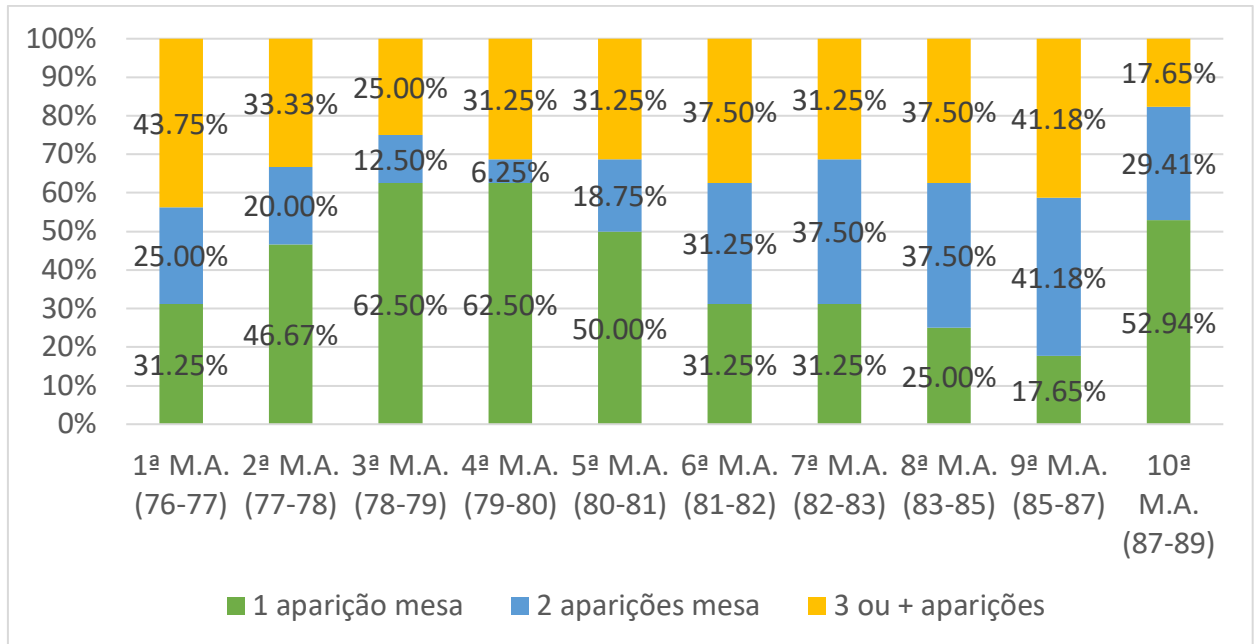
No decorrer do nosso recorte, dez mesas tomaram posse, o que ocorria em junho<sup>70</sup>, e cujo mandato inicialmente era de um ano e, a partir de 1883, aumentou para dois. As mesas eram compostas por um provedor, um tesoureiro, um secretário, um procurador e 12 mesários<sup>71</sup>, e, a partir da 8ª mesa (1883-1885), foi criado o cargo de mordomo.

Ao longo do período, muitos irmãos ocuparam mais de uma vez o mesmo ou outro(s) cargo(s). O gráfico 1 a seguir mostra a proporção de membros por frequência de aparições, apresentando a rotatividade dos cargos. Com isso, pode-se analisar se houve monopólio de funções e, por consequência, a presença de irmãos com maior influência.

#### **Gráfico 1 - Repetições de membros nas mesas administrativas (%)**

<sup>70</sup> Exceto na 1ª Mesa Administrativa, cuja posse ocorreu em fevereiro de 1876, ficando no cargo até junho de 1877.

<sup>71</sup> Exceto na 2ª Mesa, na qual encontramos apenas 11 mesários.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário.

Uma mesa composta somente por irmãos de uma única aparição indicaria uma maior rotatividade entre os membros e, por consequência, maior acesso a cargos importantes por parte daqueles com menor influência dentro da dinâmica da irmandade ou um período de renovação. Por outro lado, aqueles com mais de três aparições seriam irmãos influentes na irmandade, de modo que uma mesa formada majoritariamente por esse grupo indicaria uma menor rotatividade e uma concentração da administração em alguns indivíduos.

Na primeira mesa, a porcentagem de uma única participação foi relativamente baixa – 31,25% –, enquanto aqueles que apareceriam três ou mais vezes foram bem mais expressivos. Caminhando para o fim da década de 1870, a primeira categoria aumentou, chegando à proporção de 62,5% nas terceira e quarta mesas. No decorrer da década de 1880, houve a diminuição daqueles com uma única aparição, atingindo a porcentagem de 17,65%.

Esses dados nos sugerem a dinâmica administrativa no decorrer do recorte: na primeira e segunda mesa, o alto índice de membros com mais de uma aparição indica que, na fase inicial da Santa Casa, se formou um núcleo influente de membros, de modo que em quase todas as mesas estudadas houve a presença de um desses irmãos, como por exemplo: o próprio provedor cômego Joaquim José Vieira (participação na sessão do compromisso e da primeira até a sétima mesa ininterruptamente), o tesoureiro Bento Quirino dos Santos (ocupou o cargo da primeira



até a oitava mesa<sup>72</sup>), o secretário Capitão Raymundo Alvares dos Santos Prado Leme (presente na sessão do compromisso, mesário na segunda mesa e secretário da terceira até a nona administração) e, por fim, podemos considerar também Dr. Valentim José da Silveira Lopes (sendo médico da instituição, ocupando a função de mordomo na criação do cargo e sendo provedor interino quando o cônego Vieira deixou sua função para se tornar bispo).

Todos os quatro não estavam restritos apenas à Santa Casa, mas também tinham ampla circulação pelas esferas sociais da cidade, participando de cargos e associações de prestígio e que reuniam parcelas abastadas da sociedade campineira. Bento Quirino dos Santos, por exemplo, atuou ativamente em diferentes associações da cidade, como o Club Semanal – praticamente durante toda a década de 1870 e 1880 – e o Culto à Ciência em 1879, além de participar de outras irmandades, como da Nossa Senhora das Dores praticamente durante todo nosso recorte. Além disso, Bento também exerceu cargos públicos, como de vereador em 1873 e de Juiz de Paz em 1886. Já Raymundo Alvares dos Santos Prado Leme, como consta nos almanaques, atuou na administração de três irmandades ao longo do nosso recorte: Nossa Senhora das Dores (praticamente ao longo de todo o período), Santíssimo Sacramento da Santa Cruz (almanaques de 1872, 1873 e 1879) e Senhor dos Passos (1873). Além disso, ele foi membro da gestão do Teatro São Carlos em 1886 e 1888. O Dr. Valentim, além de cuidar dos pacientes da Santa Casa, fazia consultas de modo particular e atendia no hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, além de fazer parte da associação Carlos Gomes. Embora todos os quatro já gozassem de presença dentro de círculos sociais relevantes na sociedade campineira, a participação na Santa Casa de Campinas lhes proporcionou ainda mais importância e prestígio, pois seus esforços no início do projeto assistencial permitiram que fossem qualificados com o status de pais fundadores da instituição.

Já nas mesas seguintes, houve menor índice de membros com mais de uma aparição, o que indica uma maior abertura, ou seja, sendo menos aparente o monopólio de cargos, principalmente o de mesário. Esse segundo momento sugere um período de maior rotatividade, quando a administração estava em fase de consolidação e havia mais disputa por espaço nas mesas. Já na década de 1880, a instituição se estabilizaria, diminuindo essa abertura mencionada, visto que há uma menor proporção de irmãos com uma única aparição nessas mesas<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Mais tarde, Bento Quirino se tornaria provedor da instituição por nove mandatos (da 13ª até a 22ª mesa administrativa).

<sup>73</sup> O número alto de integrantes de uma única mesa na 10ª mesa administrativa pode ser explicado por uma possível renovação, ou seja, que esses novos integrantes participariam novamente da mesa em ocasiões futuras, mas fora do recorte contemplado por essa pesquisa.

Estudando o caso da Santa Casa de Pelotas entre meados do século XIX até o início do século XX, Tomaszewski calcula o coeficiente de rotatividade dos cargos a partir da razão entre o número de indivíduos que ocuparam funções pelo número de cargos disponíveis; se o resultado for mais próximo de 1, significa um menor grau de monopólio. Em seu estudo, a autora obteve a razão de 0,26, ou seja, em média, um irmão teria ocupado 4 cargos ou mandatos<sup>74</sup>. No nosso caso, a proporção é bem diferente, onde encontramos a razão de 0,63, sugerindo um monopólio bem menos expressivo nos cargos.

Entretanto, é importante fazer uma ressalva. Embora haja uma maior rotatividade dos cargos em Campinas, ela é maior entre os mesários do que entre aqueles que têm uma função específica – como provedor, secretário, procurador, tesoureiro e mordomo. Enquanto os mesários ficaram, em média, dois mandatos ao longo do recorte, as outras funções tinham um monopólio bem maior. O cônego Vieira, por exemplo, exerceu o cargo de provedor por sete mandatos seguidos, enquanto Francisco Bueno de Miranda foi procurador da irmandade por quatro vezes. Já mencionamos que Bento Quirino dos Santos monopolizou o cargo de tesoureiro em quase todas as oportunidades e o capitão Raymundo Alvares dos Santos Prado Leme foi secretário por praticamente todo o recorte. Se desconsiderarmos os cargos interinos e calcularmos o coeficiente de rotatividade para essas posições, vemos que os 43 cargos disponíveis foram ocupados por apenas 15 indivíduos, obtendo a razão de 0,348. Em outras palavras, aproximadamente, um membro ocupou três mandatos em funções específicas, situação mais próxima daquilo observado por Tomaszewski.

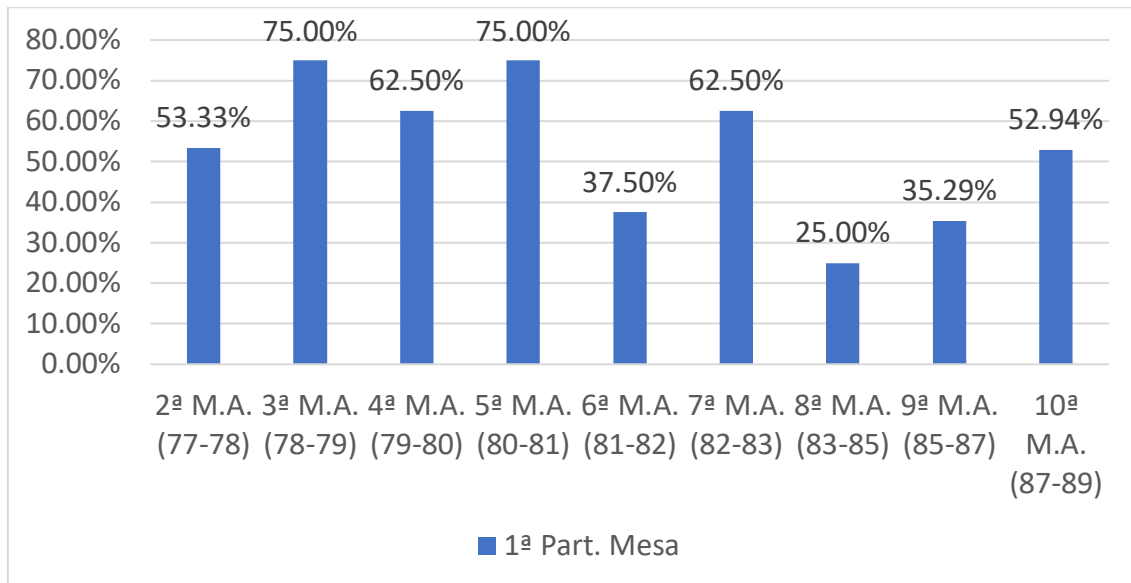
Assim, as funções de maior relevância seriam mais monopolizadas por alguns irmãos, o que confirma a hipótese de que haveria um grupo com maior influência que concentraria o monopólio de cargos de maior poder de decisão na irmandade. A homogeneidade nesses cargos nos sugere uma busca por continuidade nas direções a serem seguidas pela instituição, de modo que esse grupo atendia as expectativas daqueles envolvidos na Santa Casa. Todavia, simultaneamente, a posição de mesário seria mais ampla, constituindo-se em um espaço, principalmente nas mesas iniciais, mais diverso.

No gráfico a seguir, mediante a análise da rotatividade, nos aprofundaremos na hipótese de um período de maior abertura devido à estabilização seguido de um momento de maior monopólio dos cargos por causa de sua consolidação:

---

<sup>74</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 105.

**Gráfico 2 - 1ª participação em mesas administrativas da Irmandade da Misericórdia de Campinas (em %)**



Fonte: elaboração a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário.<sup>75</sup>

O gráfico 2 acima mostra, diferentemente do anterior, a porcentagem de irmãos que assumiram um cargo pela primeira vez ou em sua única oportunidade, dado que nos permite observar a renovação de membros na administração. Nas mesas iniciais, esse índice é elevado, como na terceira e na quinta mesa, onde a proporção era de três quartos (3/4) de irmãos em sua primeira participação em cargos administrativos. Ou seja, nesse período indica que a administração se renovava. Já na década de 1880, há uma queda nessa composição, sendo que em 3 de 5 mesas há um número inferior a 50% de novatos.

A administração da Santa Casa, portanto, teria duas fases: na primeira, na década de 1870, a mesa continha um alto número de primeiros mandatos, sendo um momento de maior abertura e em fase de estabilização, confirmando as informações quanto ao alto coeficiente de rotatividade. Já na segunda fase, na década de 1880, a quantidade de primeiros cargos diminui, havendo uma rotatividade menor e indicando uma consolidação da instituição em torno de alguns irmãos.

Além disso, é perceptível uma dupla dinâmica entre os cargos. Por um lado, há uma maior abertura entre os mesários, possibilitando um espaço em que outros irmãos pudessem participar – e a partir do qual, como veremos, permitia-se que a instituição agregasse apoio das

<sup>75</sup> Não há coluna referente à 1ª mesa visto que todos aqueles que participaram dela estavam em sua primeira participação em mesas administrativas.

camadas abastadas. Essa rotatividade, na medida em que amplia redes de apoio e laços com a elite campineira, contribui para inserir a Santa Casa em posições de prestígio. Por outro lado, é o monopólio visto nos cargos mais importantes que permitiriam dar continuidade às diretrizes da instituição, melhor contornando os papéis que se esperava projetar a ela na sociedade campineira, atendendo os anseios e as motivações daqueles grupos sociais envolvidos com a Santa Casa.

Quanto ao perfil econômico, as mesas administrativas eram compostas por um grupo abastado de Campinas. As informações do gráfico 3 foram obtidas pelo cruzamento dos nomes dos membros das mesas com as listas de capitalistas, proprietários e fazendeiros<sup>76</sup> de Campinas encontradas nos almanaques.

Essas designações eram as mesmas usadas para definir aqueles que pagariam o imposto para a construção da Matriz Nova. Mas, embora a classificação para o imposto hierarquizasse cada categoria em classes de acordo com a dimensão das posses a fim de definir o valor a ser tributado, nos almanaques não houve essa separação, constando apenas as categorias.

Além do mais, ainda que os almanaques não definissem cada categoria, os fazendeiros, em geral, apareciam junto com o que produziam – café, açúcar ou algodão –, assim, definimo-los como aqueles que tinham propriedades rurais e cuja produção se dedicava mais a monocultura. Em 1879, o organizador do almanaque, depois de listar os proprietários, escreve uma nota dizendo que não se incluíam alguns proprietários de um só prédio ou terreno, em razão de não ter tido acesso à lista completa. Assim, pode-se assumir que os proprietários seriam aqueles que teriam pelo menos uma propriedade na zona urbana, enquanto aqueles com apenas uma poderiam não ser contemplados nas listas.

Quanto aos capitalistas, utilizando as definições trazidas pela bibliografia, segundo Tomaszewski, se referem àqueles que emprestavam dinheiro<sup>77</sup> e, de acordo com Albino, eles eram classificados “a partir do volume de movimentações e dinheiro a prêmio”<sup>78</sup>. Então, essas três categorias estipulam que o indivíduo possuiria algum recurso econômico e rendas; se seu nome aparece recorrentemente ou em mais de uma categoria (como fazendeiros e capitalistas), são indícios de posses diversas, mostrando se tratar de alguém mais abastado financeiramente na sociedade.

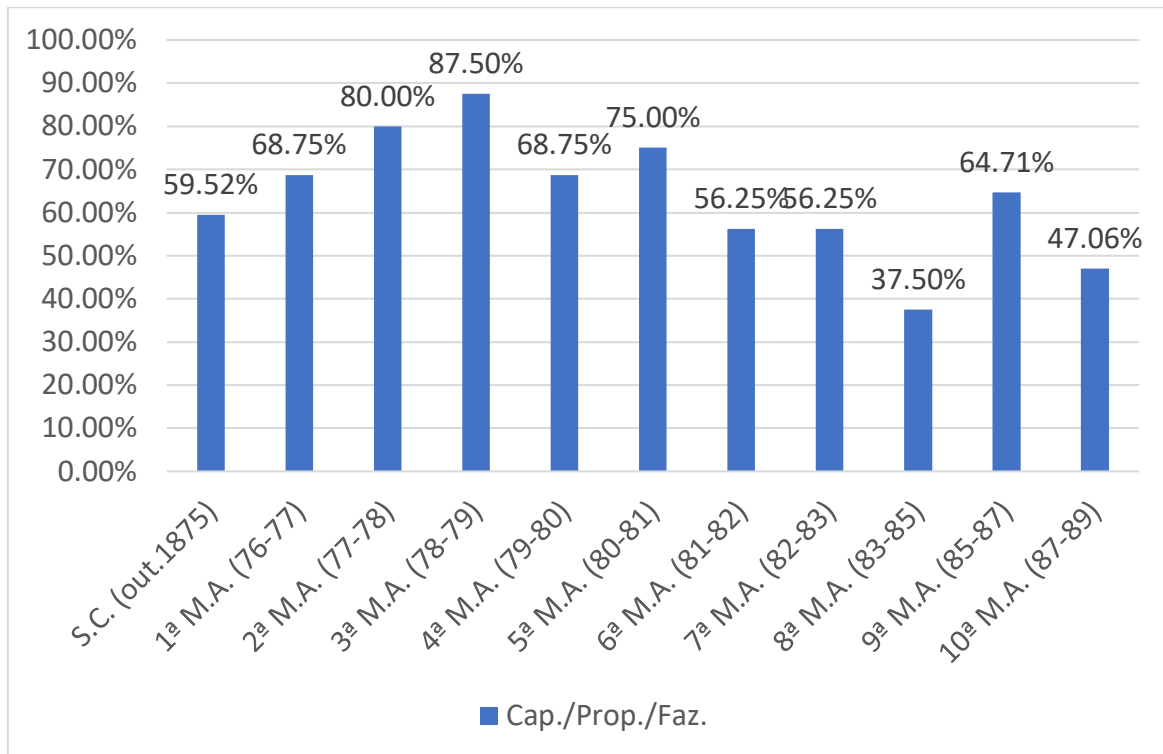
---

<sup>76</sup> A designação de fazendeiro aparece somente no almanaque de 1872. Nos demais, esse grupo é chamado de “lavradores”, sem distinção entre os grandes proprietários de fazendas e os pequenos.

<sup>77</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 112.

<sup>78</sup> ALBINO, Matheus Alves. *Revelando a doença e a morte: morbidade e mortalidade em Campinas, 1875-1900*. Campinas, SP: Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [s.n.], 2020, p.117

**Gráfico 3 - Proporção de capitalistas, proprietários e fazendeiros nas mesas administrativas da Irmandade de Misericórdia de Campinas**



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário cruzados com as informações dos almanaques de Campinas.

A partir do gráfico 3<sup>79</sup>, identifica-se o predomínio de indivíduos que pertenciam a pelo menos uma dessas três categorias (capitalistas, proprietários e/ou fazendeiros), havendo muitos casos em que o mesmo irmão se inseria em mais de um grupo. Em 9 dos 11 momentos observados, a quantidade de membros que tinham posses ou capitais ultrapassou 50%, chegando à proporção de 87,5% na terceira mesa. Esses dados indicam que as mesas administrativas eram predominantemente compostas por indivíduos com expressivos recursos econômicos.

Em seu estudo, Tomaschewski também criou um quadro econômico entre aqueles que ocuparam os cargos de provedor, escrivão, tesoureiro, procurador e mordomo na Santa Casa de

<sup>79</sup> A sigla S.C. significa Sessão do Compromisso e representa os nomes que fizeram parte da sessão que aprovou o compromisso da Santa Casa de Misericórdia. Nessa sessão houve um número maior de participantes do que nas mesas administrativas, estando presentes para a votação 42 indivíduos.

Pelotas. Dos 239 indivíduos que tiveram essas posições específicas (de 1847 a 1922), 49 foram classificados como capitalistas, proprietários e/ou fazendeiros<sup>80</sup>, ou seja, 20,5%, desses cargos eram compostos por indivíduos com posses e/ou capitais. Desses dados, somando com informações dos membros que exerciam profissões de advogado, médico e comércio, a autora considera que a mesa era composta de irmãos pertencentes às elites econômica e profissional local<sup>81</sup> de Pelotas.

No caso de Campinas, obtivemos um total de 15 indivíduos nessas posições, sendo 7 deles designados como capitalistas, fazendeiros e/ou proprietários, o equivalente a 46,6% dos membros. Se considerarmos toda a mesa administrativa – incluindo os mesários –, esse número aumenta, atingindo um total de 67,6% de irmãos, ou seja, mais de 2/3 dos membros detém posses e/ou capital, uma proporção muito superior se compararmos os membros da mesa administrativa da Santa Casa de Pelotas.

Esses dados indicam que a administração da Santa Casa de Campinas era composta majoritariamente por pessoas abastadas economicamente, em uma proporção bem mais elevada se comparada a outras instituições congêneres em um período semelhante. Essa situação se explica pelo fato de que Campinas contava com uma elite agrária e grupos abastados urbanos em ascensão econômica em proporção mais elevada se comparada a outras localidades. A presença desses indivíduos na administração da Santa Casa mostra que a instituição se constituía em um espaço relevante de circulação da elite local, de modo que – reforçando a ideia encontrada na bibliografia<sup>82</sup> – entravam nas Misericórdias aqueles pertencentes a grupos privilegiados, não para serem assistidos, mas sim para prestarem assistência e exercerem a beneficência.

Como havíamos mencionado, no cargo de mesário há uma correlação entre o perfil econômico e a rotatividade, de modo que há mais alterações nesse cargo e a parcela dos mesários com posses ou capitais era 20% maior do que aqueles com cargos específicos. Esses dados levam à hipótese apresentada de que a posição de mesário foi utilizada para agregar apoio financeiro e social da camada abastada campineira, proporcionando à elite participação nas decisões da instituição, além de oferecer recompensas simbólicas – como reconhecimento e

---

<sup>80</sup> Na tabela apresentada pela autora, outras categorias apareceram que poderiam se referir a indivíduos com posses, como no caso dos charqueadores e os industrialistas. Contudo, preferimos considerar apenas aqueles que foram designados com os mesmos termos que aparecem nas nossas fontes, isto é, contabilizar apenas aqueles que foram definidos como capitalistas, proprietários e/ou fazendeiros. TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 111.

<sup>81</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 114.

<sup>82</sup> Ver mais em: SÁ, op. cit.; TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 29.

prestígio –, com objetivo de manter o vínculo estreito da instituição com esse grupo. Esses laços, por sua vez, seriam fundamentais para o crescimento e a consolidação da Santa Casa.

Como se pode perceber, as mesas administrativas da Santa Casa estariam permeadas pela elite econômica local<sup>83</sup>. Sua presença nessa instituição correspondia à expectativa de controlar, administrar e distribuir a assistência para a população pobre, de modo que, assim, pudesse colher recompensas sociais, como *status*, e benefícios econômicos, como manter a produtividade de seus trabalhadores. O interesse desse grupo na gestão da Santa Casa indica que ela era um importante órgão nas relações de poder locais, onde seu forte apoio financeiro se vinculava com a intenção de manter o controle sobre as camadas populares através da beneficência. Como havíamos mencionado na introdução, a dádiva e o poder representariam os dois lados da mesma moeda, de modo que o ato beneficente nada mais seria do que a expressão do poder dessa elite campineira, que desejava, na verdade, a manutenção de seus privilégios sociais.

Por meio dessas dinâmicas, a instituição seria uma importante base social desse grupo e de sua reprodução, contribuindo para a solidificação do *éthos* da elite, projetando-a como benevolente. Por essa razão, a Misericórdia se torna um órgão de poder que vertebrava as hierarquias sociais em Campinas.

A presença da elite econômica na Santa Casa também tem relação com o contexto desigual de desenvolvimento urbano que Campinas atravessava. Esse novo cenário produzia uma Campinas ambígua e, por consequência, uma tensão nas camadas abastadas. De um lado, o crescimento da cidade, melhoramentos urbanos e a expansão do café aumentavam a força dos proprietários e dos fazendeiros; de outro, a persistência da escravidão e as crescentes desigualdades sociais tornavam o cotidiano mais tenso. Para a elite, essa ambiguidade seria vista como uma ameaça a suas propriedades, especialmente para aqueles que cresceram economicamente com base na escravidão, que, vendo a desagregação dessa instituição, se preocupavam se os laços de dependência com os libertos diminuiriam. A situação contrastante entre crescimento e desigualdade gerava uma tensão com as camadas populares em razão do agravamento de sua situação social e econômica, de modo que a possibilidade de conflito rondava o imaginário das camadas abastadas e, principalmente, escravocratas.

A assistência coordenada sob a administração dos grupos dominantes seria uma das estratégias para diminuir esse conflito latente, de modo que, com medo de perder seu poder,

---

<sup>83</sup> Definimos esse conceito como aqueles que teriam o maior controle econômico da cidade, ou seja, aqueles que além de possuírem um valor elevado em propriedades e capitais, também tomariam as rédeas da vida econômica local.

revestiria essa assistência não como um direito, mas como uma dádiva. Assim, os cuidados que a população necessitaria seriam atendidos pela “benevolência” daqueles que administravam a Santa Casa, ou seja, em geral por fazendeiros, proprietários e capitalistas que visavam arrefecer a questão social<sup>84</sup> e as suas negativas consequências, de modo a manter sua posição econômica e favorecer sua imagem social. Em relação às associações filantrópicas, Viscardi segue no mesmo caminho, dizendo que elas “cumpram um papel fundamental na construção e na manutenção do poder local”<sup>85</sup>.

Outro ponto investigado foi se o quadro administrativo da irmandade também era composto por indivíduos que circulavam em outras sociedades campineiras. Estudando o contexto republicano carioca, Sanglard afirma que a elite egressa do Império tinha como característica o pertencimento a clubes e sociedades, de modo que essa “nova elite buscava esses locais de sociabilidade para reforçar o lugar social a que pertenciam”<sup>86</sup>. Em Campinas, havia diversas sociedades e associações com múltiplos fins, como recreativas, beneficentes e educacionais. Analisar o quanto os membros das mesas da Santa Casa transitavam nesses espaços permite-nos enquadrar esse grupo dentro de uma rede de sociabilidade mais ampla, entendendo como eles estavam inseridos no contexto local, além de contextualizar, como consequência, a Misericórdia dentro da dinâmica social campineira e não de forma isolada. Estando esse grupo – que, como vimos, eram pessoas com posses – dentro de outras sociedades, podemos compreender como suas sociabilidades e associações, incluindo a Misericórdia, serviam para reforçar o local social que eles ocupavam.

No gráfico 4 temos a porcentagem de membros que ocuparam algum cargo administrativo em outra sociedade de acordo com os dados obtidos nos almanaques<sup>87</sup>:

#### **Gráfico 4 - Proporção de membros das mesas administrativas da Irmandade de Misericórdia de Campinas que participavam na administração de sociedades locais**

---

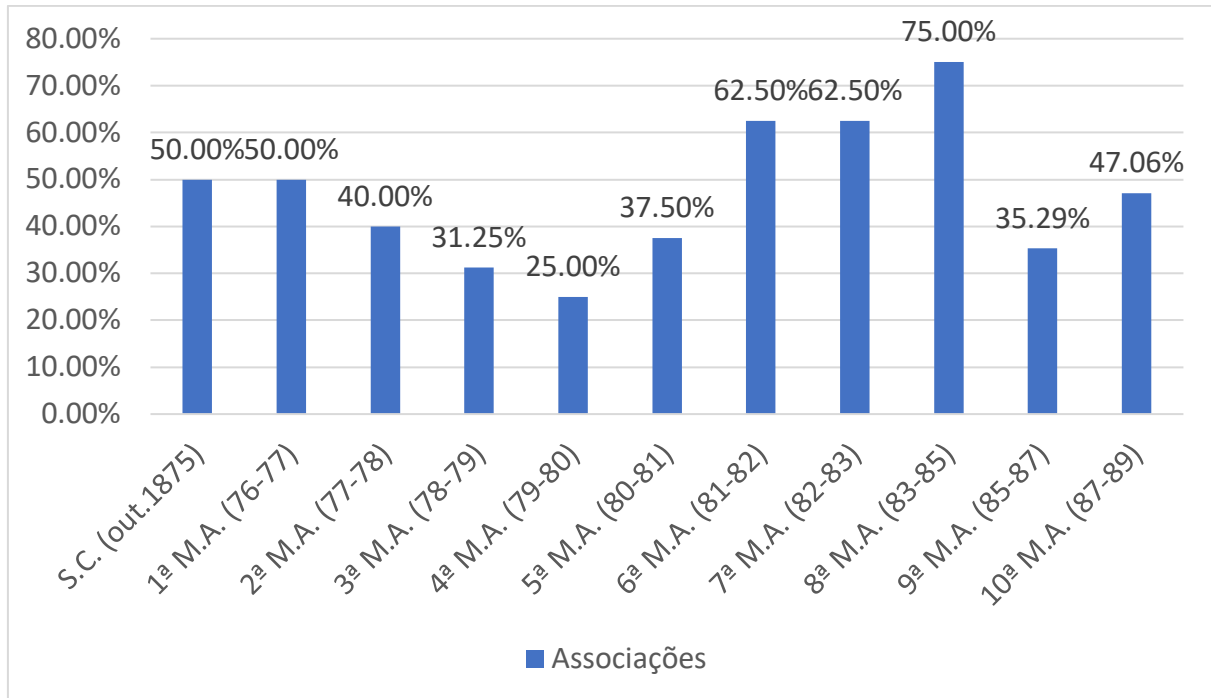
<sup>84</sup> Sobre esse tema, iremos nos aprofundar nos próximos capítulos.

<sup>85</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. 1. *Mutualismo e filantropia*. Locus: Revista De História 10 (1), 2004, p. 105.

<sup>86</sup> SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, supl.1, jul. 2010, p. 133.

<sup>87</sup> Vale ressaltar que não tivemos acesso a todos aqueles que eram filiados a uma sociedade, somente aqueles que eram parte de sua diretoria. Logo, os números do gráfico representam membros da Mesa Administrativa que também tiveram cargos importantes em outras associações.





Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário cruzando com as informações dos almanaques de Campinas.

Embora haja uma diminuição na porcentagem no fim da década de 1870 e início de 1880, a participação dos membros em cargos importantes de associações era muito expressiva. Mais de um terço desses irmãos das mesas estava envolvido em outras sociedades em 9 dos 11 momentos, chegando a três quartos na oitava mesa (1883-1885). Também vimos a participação desse grupo na administração de outras irmandades, encontrando uma proporção também elevada, na faixa entre 35% e 40%.

Tomando também as associações locais como um espaço de sociabilidade dos membros das elites, Tomaszewski aponta que um grande número daqueles que estavam na Santa Casa de Pelotas também fizeram parte da mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento e da maçonaria, além de indicar que esses indivíduos também estavam inseridos no Asilo de Mendigos, na Biblioteca Pública, no Club Comercial, entre outras associações locais importantes<sup>88</sup>.

No caso de Campinas, as associações que se destacam entre os membros da mesa administrativa da Santa Casa seriam o Club Semanal, o Culto à Ciência, Sociedade Portuguesa de Beneficência, Teatro de São Carlos e as lojas maçônicas<sup>89</sup>. Todas elas tinham um prestígio

<sup>88</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 116.

<sup>89</sup> Sobre a maçonaria, iremos aprofundar sua presença na Santa Casa de Campinas no capítulo seguinte.

elevado e eram importantes espaços de convivência das camadas abastadas campineiras, de forma que contribuiriam para a reprodução das redes de sociabilidade da elite, reforçando o lugar social de seus membros.

Como forma de ilustração, segundo a descrição feita pelo almanaque de 1879, o Club Semanal seria “a associação que em Campinas reúne em seus salões a melhor sociedade”<sup>90</sup>. Dessa sociedade, a figura do Bento Quirino dos Santos se sobressai, o qual, além de ter exercido, como vimos, por vários mandatos a posição de tesoureiro na Santa Casa de Campinas, também era um membro importante do Club Semanal, aparecendo como presidente da sociedade em todos os almanaques a que tivemos acesso.

Logo, Bento Quirino seria um personagem inserido em cargos de decisão em ambas as associações. Considerando que o Club Semanal era tido como um espaço que reúne “a melhor sociedade”, podemos presumir que a presença de Bento Quirino nesses espaços possibilitaria uma proximidade entre as associações. Esse vínculo, por sua vez, poderia gerar frutos positivos para a Santa Casa, aproximando-a de círculos sociais de prestígio na sociedade de Campinas e, por consequência, aumentando o seu *status* e nomes importantes em seu entorno.

Entre as sociedades apresentadas, também se destacam a Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Culto à Ciência. Ambas eram voltadas a um objetivo social: enquanto a primeira – apontada pelo almanaque como uma “iniciativa de muito alcance e que tem produzido tão belos resultados”<sup>91</sup> –, assim como a Santa Casa, tinha um caráter assistencial, a segunda focava na instrução. A circulação entre essas sociedades com cunho social revela o comportamento comum da elite campineira em buscar espaços onde poderia ser vista e qualificada como benevolente, além de considerarem estar contribuindo para o progresso social e material da cidade, por estarem financiando e promoveram instituições que se voltariam para o bem público e o desenvolvimento urbano do município. Esse comportamento seria elogiado nas páginas da *Gazeta de Campinas*, por condizer com as expectativas civilizatórias pregadas por seus redatores, que defendiam propostas educacionais, assistenciais e científicas que visavam desenvolver a cidade para as “luzes do progresso”. Assim, a participação nessas associações, assim como na Santa Casa, estaria de acordo com o ideal pregado de uma elite preocupada com o desenvolvimento moral, intelectual e social de Campinas, onde a população seria assistida e civilizada pela iniciativa dessas sociedades e de seus participantes. A imprensa teria um papel fundamental, pois essas ações seriam retratadas como símbolo de virtude das

---

<sup>90</sup> FERREIRA, Carlos; SILVA, José Hypólito. *Almanach popular de Campinas para o anno de 1879*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878, p. 94.

<sup>91</sup> FERREIRA, op. cit., p. 92.

camadas abastadas, uma dádiva concedida, o que traria como retorno pretendido a elas uma imagem de benevolência e interesse no progresso da cidade.

Esse comportamento e as recompensas sociais e econômicas adquiridas estariam, então, dentro do horizonte de expectativas das camadas abastadas campineiras, relacionando esses ganhos como uma forma de manter seu *status* social e econômico. Assim, a inserção em sociedades de prestígio e de assistência constituía a forma como a elite campineira alicerçava sua imagem dentro da sociedade, sendo a Santa Casa um desses espaços.

Em relação às irmandades, destacam-se a irmandade do Santíssimo Sacramento da Santa Cruz e a da Conceição, duas associações religiosas de grande prestígio que compartilham das características mencionadas acima. Acerca dessas instituições, destaca-se, como visto, a participação do capitão Raymundo Alvares dos Santos Prado Leme, que, além de ter exercido 7 mandatos seguidos como secretário na Santa Casa (3<sup>a</sup> à 9<sup>a</sup> mesa), também apareceu como secretário, em 1872 e 1873, na irmandade do Santíssimo Sacramento da Santa Cruz e, em todos os almanaques analisados, na irmandade da Nossa Senhora das Dores. Aqui, novamente, vemos figuras com ampla presença em outros espaços importantes da sociedade campineira, mais especificamente no âmbito religioso. Devemos ressaltar a função religiosa como uma das motivações que englobavam parcelas relevantes em volta da Santa Casa, fazendo com que a instituição se relacionasse com outras irmandades que tinham em Campinas, reforçando, de um lado, sua representatividade como instituição e, do outro, ampliar sua base social por causa do seu papel religioso. Com isso, houve o fortalecimento das redes de sociabilidades nas quais a Misericórdia pertenceria e, como consequência, abrindo a possibilidade de que novos irmãos de *status* social elevado ingressassem na instituição.

Após essas considerações acerca da presença relevante de membros da mesa administrativa da Santa Casa em outras associações e irmandades da cidade, podemos considerar que essa instituição estava articulada e se relacionava com a vida associativa campineira por meio de seus membros. Assim, se revelam alguns pontos importantes sobre a relação da Misericórdia com a dinâmica social de Campinas: a primeira é que, estando seus membros inseridos em espaços importantes da sociedade local, a mesa da Santa Casa também configura um desses espaços privilegiados. Essa constatação implica a segunda, a de que a Irmandade de Misericórdia não era apenas um “trampolim” para aqueles que aspiravam crescer na vida social local – isto é, um espaço intermediário de ascensão para a alta sociedade –, mas sim seria já o espaço consolidado de prestígio para muitos nomes importantes, com a interação com outros *locus* influentes da cidade.

Se acabamos de observar que tanto seus administradores quanto a própria Misericórdia estavam inseridos dentro de redes de sociabilidades de prestígio, agora é necessário identificar a inserção que a instituição tinha na política local, afinal, a presença de membros das Santas Casas na política era algo comum. Como se pode observar no levantamento feito por Tomaszewski, dos 239 indivíduos que ocuparam a direção da Santa Casa de Pelotas, 59 integraram a Câmara Municipal<sup>92</sup>, uma porcentagem de 24,6%.

Na Santa Casa de Campinas, identificamos, através dos almanaques, uma proporção semelhante: das 102 pessoas que pertenceram à mesa administrativa, 20 tiveram mandatos como vereadores, por vezes com mais de um mandato, além de haver dois que ocuparam o cargo de presidente da Câmara Municipal. Ou seja, quase 20% dos integrantes da mesa estavam inseridos na política local. Embora em uma proporção um pouco menor se comparada à da Santa Casa de Pelotas, essa instituição beneficente contava com considerável presença dentro da Câmara Municipal. Ademais, não podemos esquecer que também havia uma quantidade considerável de membros que eram eleitores, ou seja, indivíduos que participavam ativamente dos trâmites políticos.

Esse dado mostra que os membros da Santa Casa tinham um considerável capital político local, o que permitiria agregar benefícios para a sua construção e administração. No sentido contrário, devemos considerar o quanto a Misericórdia foi importante para aqueles que estavam na Câmara. Isto é, também era interessante para aqueles inseridos na política local terem laços estreitos com a Santa Casa, principalmente ao lembrarmos seu teor assistencial, um ponto de preocupação para os poderes municipais. Ou seja, em razão da incapacidade dos poderes públicos em custear um projeto hospitalar voltado em sanar os problemas com a saúde do município, houve a necessidade de atrelamento com a iniciativa privada através da beneficência. Dessa maneira, na Santa Casa de Campinas, assim como em outras congêneres, houve uma relação próxima entre o público e o privado na promoção da assistência. Contudo, diferentemente de outras Misericórdias, nas quais o governo concederia com maior frequência subscrições ou loterias, o poder municipal e provincial colaborou financeiramente em poucas oportunidades com a instituição campineira<sup>93</sup>, ficando o custeio, a maior parte das vezes, a cargo da iniciativa privada pelas doações.

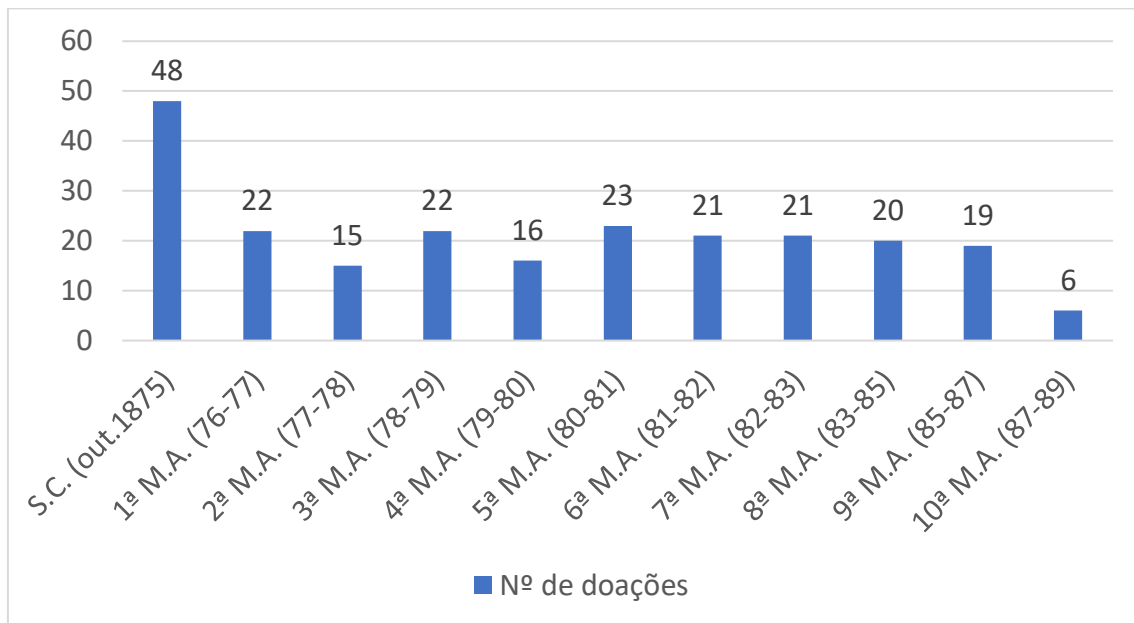
---

<sup>92</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 114.

<sup>93</sup> Nas listas de doadores elaboradas pela provedoria, encontramos os seguintes valores com denominações relacionados aos poderes públicos: para a construção do hospital, há uma contribuição de 2:000\$000 réis do Tesouro Provincial e a doação do Dom Pedro II de 1:000\$000 réis; no relatório de 1881 a 1882, encontramos uma loteria provincial concedida no valor de 6:000\$000 réis.

Um último fator que será abordado nesta etapa refere-se às doações, com a intenção de analisar se o ingresso no quadro administrativo da Santa Casa era acompanhado pela prática de contribuições pecuniárias para a instituição. Nesse sentido, levantamos que, no total, os integrantes das mesas doaram 233 vezes, sendo que muitos deles doaram mais de uma vez em diferentes oportunidades. No gráfico 5 abaixo, indicamos as doações realizadas pelos membros de cada mesa administrativa (isto é, o período não se refere à quando as doações foram realizadas, mas sim a quando os doadores integraram cada mesa).

**Gráfico 5 - Quantidade de doações pecuniárias à Santa Casa de Misericórdia de Campinas feitas por membros das mesas administrativas.**



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário.

Com exceção da primeira e da última mesas consideradas<sup>94</sup>, podemos perceber uma certa uniformidade, variando de 15 a 23 a quantidade de donativos entregues. Pensando que em torno de 16-17 indivíduos faziam parte de cada mesa, logo, haveria apenas um pouco mais de uma doação por integrante. O número não é tão expressivo, ainda mais considerando que, em média, entre 25% e 40% desses indivíduos doaram mais de uma vez. Assim, em torno de 15-20% de irmãos por mesa não foram doadores. Em outras palavras, mesmo sendo uma prática

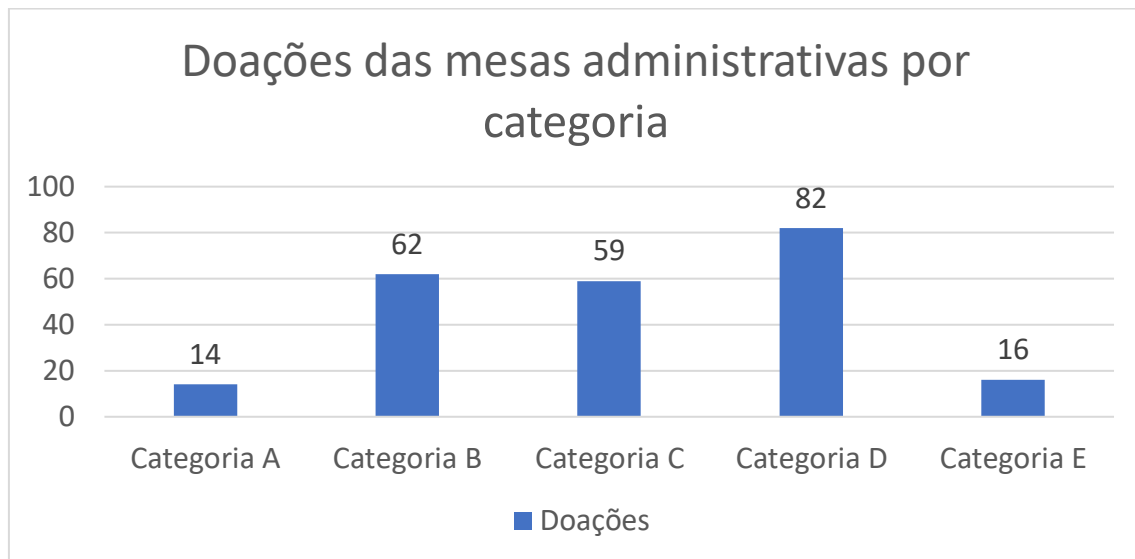
<sup>94</sup> Uma razão que explica o maior índice de doadores na coluna da sessão de aprovação do compromisso é em virtude de ela ter tido, numericamente, mais integrantes que as mesas administrativas.

comum entre os integrantes, a entrega de valores não era um pré-requisito para alcançar um cargo na Santa Casa de Campinas.

Além disso, o menor índice de doações nas mesas pode estar relacionado pela prática de cobrança de anuidade – 6\$000 réis – e da joia – superior a 10\$000 réis – aos irmãos da Irmandade de Misericórdia, sendo desconsiderados aqueles que, até a data da aprovação do compromisso, tivessem contribuído com uma soma de pelo menos 100\$000 réis<sup>95</sup>. Essas duas cobranças, mesmo sendo previstas em muitos compromissos, não eram comumente de fato cobradas em outras Misericórdias<sup>96</sup>, de modo que alguns irmãos campineiros poderiam ter priorizado a dedicação aos serviços administrativos na Santa Casa como forma de contribuição.

Analisando agora apenas as doações feitas, no gráfico 6 as doações se distribuem em cinco categorias que representam os montantes dos valores doados<sup>97</sup>

**Gráfico 6 - Doações pecuniárias à Santa Casa de Misericórdia de Campinas feitas por membros das mesas administrativas separadas por faixas de valor.**



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário.

Ao contrário do esperado, os membros da mesa administrativa não foram aqueles que fizeram as doações mais vultosas à Irmandade da Misericórdia. Em geral, os valores entregues se concentram nas categorias intermediárias, com destaque à categoria D – quantias entre

<sup>95</sup> ROCHA, op. cit., p. 112.

<sup>96</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 91.

<sup>97</sup> Sobre esses valores, ver na introdução quanto cada uma dessas categorias representa.

11\$000 réis a 50\$000 réis – seguida pelas categorias B – somas de 101\$000 réis a 499\$000 réis – e pela C, logo depois – de 51\$000 réis até 100\$000 réis.

É importante pensar a importância das doações como uma forma de obter capital simbólico, que possibilita agregar um *status* de benevolência. Assim, não seria a intenção do doador ter o retorno financeiro equitativo, mas visava, na verdade, ganhos na visibilidade social – e, talvez, política – vinculada a seu nome. Além disso, as doações vultosas possibilitam que o doador se tornasse um irmão benemérito, com a chance de alçar seu nome na história da instituição.

Embora as doações de altas quantias proporcionassem elevadas recompensas simbólicas, isso não foi algo determinante para aqueles que assumiram um cargo nas mesas administrativas da Santa Casa. Inclusive, observamos que a partir da sexta mesa (1881-1882) até o fim do nosso recorte não há doações de categoria A – somas acima de 500\$000 réis – por parte dos integrantes que formaram as mesas. Ou seja, na década de 1880, quando a instituição já se estabilizava, os valores bastante elevados não eram mais tão interessantes para se tornar membro da mesa administrativa. Mesmo assim, não podemos desconsiderar que a prática de doar outras faixas de valores foi um comportamento presente entre os administradores da irmandade ao longo de todo o período. Nesse sentido, os ganhos simbólicos das doações de categorias B, C e D consistiriam em uma das formas de adquirir o prestígio social – mas não necessariamente determinante – com o intuito de reforçar a posição desse grupo, de modo que fosse tido como preocupado com a população assistida.

Em outras palavras, a prática de doar atuava como uma propaganda tanto entre os dirigentes quanto externamente à irmandade, funcionando como uma forma de enaltecimento individual e do grupo, revestindo-o de uma roupagem de benevolência e reforçando o papel da Santa Casa como um espaço de beneficência e de assistência. Considerando que muitos dos membros das mesas da irmandade tinham escravos, o deterioramento da escravidão e a vinda de imigrantes exigia novas formas de sustentação de sua posição social. Com isso, adquirir um capital simbólico atrelado à benevolência poderia ser uma das estratégias utilizadas por esse grupo para tentar manter sua posição senhorial de antes, renovando seu *status* em uma sociedade em transformação.

A intenção de estudar as características sociais, econômicas e políticas dos membros da mesa através dos almanaques tornou possível a compreensão do lugar ocupado pela Santa Casa dentro das relações de poder em Campinas. Ao investigar a prosopografia de seus integrantes, percebemos que a Santa Casa estava inserida em dinâmicas de poder de diferentes níveis – local, regional e nacional – e esferas – social, econômica e política –, tornando-a interligada

com os interesses de diferentes grupos importantes. Assim, percebemos nesta etapa que ela era administrada por indivíduos abastados e com capital social e político, o que era favorável para inserção da Santa Casa na sociedade. Esse grupo que compunha a administração era formado por aqueles que articulavam a irmandade dentro desses circuitos de poder, projetando suas expectativas à instituição e aos papéis a serem desempenhados por ela.

A Santa Casa da Misericórdia de Campinas, para as camadas abastadas, teria o papel de reforçar seu status no controle político local<sup>98</sup>. Para isso, ela teria dois lados complementares: o primeiro é de ser um *locus* de *status* e de sociabilidade de indivíduos com prestígio da sociedade, seja pelo seu lado laico ou pelo viés religioso, constituindo um lugar social em que circulavam pessoas das camadas abastadas, gerando, de um lado, um capital simbólico necessário para esse grupo dominante manter sua posição social e, do outro, novas doações e apoios para a Santa Casa. O segundo é que a Misericórdia seria também um espaço onde as camadas dominantes se juntariam em torno da assistência e da saúde, a qual seria destinada aos pobres na intenção de ser vista como uma dádiva. Unindo esses dois lados, status e “dádiva”, é que se é possível entender a composição da administração da Santa Casa: a instituição seria, então, um lugar que reforçaria o seu prestígio de modo que seus membros fossem vistos como benevolentes em prol da assistência, promovedores do desenvolvimento urbano e interessados na recuperação de seu capital econômico investido na mão-de-obra. Sendo eles indivíduos com posses no cenário de uma Campinas em crescimento, mas desigual e escravista, a associação com a beneficência e a necessidade do controle da assistência seriam formas de projetar um ideal cujo objetivo era a manutenção do poder e a diminuição da tensão social.

Por fim, é importante enfatizar o papel das doações entre aqueles que integravam as mesas administrativas. Embora não tenham sido tão comuns valores vultosos, as doações eram uma prática comum entre eles, sendo possível afirmar que cumpriam seu papel de visibilizar as ações beneficentes feitas e colaboravam com as intenções de controle social pela assistência e construção de uma imagem positiva através da benevolência. Partindo de um grupo abastado e com *status*, os donativos contribuíam para reforçar sua posição dentro do contexto campineiro. Como afirmado por Viscardi acerca das sociedades vicentinas, as contribuições constituíam-se “em oportunidades de afirmação de *status* e poder”<sup>99</sup>, repercutindo favoravelmente na manutenção da posição social do doador. Assim, esse ganho simbólico viabilizado pelas

---

<sup>98</sup> VISCARDI, 2004., p. 102.

<sup>99</sup> VISCARDI, Cláudia. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Topoi – Revista de História, Rio de Janeiro, v.9, n.16, 2008, p. 129.



doações permitia que a imagem de beneficência repercutisse tanto para o doador, como para a instituição.

### 1.3. Conclusão

Neste capítulo, aprofundamos a análise sobre as características sociais e econômicas daqueles que administravam a Santa Casa de Campinas. Um traço partilhado pela maioria é o pertencimento às (ou ligação com as) camadas abastadas, que possuíam posses e/ou capitais. O poder econômico, por sua vez, vinha acompanhado de influência social, de modo que a maior parte da administração da Irmandade também estava inserida em redes de sociabilidades locais, participando de associações e irmandades de prestígio.

Essa reunião em torno de um projeto hospitalar tinha como frente o cônego Vieira, que conseguiu agregar círculos sociais de diferentes níveis – local, regional e nacional – e de diferentes categorias, como a esfera eclesiástica, outras irmandades congêneres e até do monarca. Assim, Vieira obteve notoriedade tanto para sua carreira eclesiástica, como para a Misericórdia, possibilitando que esta pudesse ampliar sua penetração na sociedade campineira.

Assim, a instituição exercia a função de um *locus* de sociabilidade, contando em seu quadro administrativo com figuras locais importantes, o que engrandecia o *status* da Santa Casa na sociedade, projetando-a para níveis maiores e enraizando ainda mais sua base social. Por outro lado, a Santa Casa se tornou um espaço de credibilidade, de modo que também agregava positivamente à imagem dos irmãos que faziam parte de sua administração.

Como instituição beneficente, a Misericórdia incorporava a seus participantes a imagem de benevolência e de virtude, contribuindo para seu crédito dentro da sociedade, conseqüentemente atraindo as camadas abastadas pela visibilidade positiva e de afirmação de seu status, além da possibilidade dos ganhos materiais. Como instituição assistencial, a intenção era associar os socorros prestados a uma dádiva, ou seja, a Santa Casa fazia parte de um projeto de manutenção de poder, sendo que a expectativa era de que a assistência e a saúde fossem um mecanismo de produção de dependentes nas camadas populares com a camada dominante.

Portanto, as funções da Santa Casa vistas neste capítulo – e que seguirão no próximo – que interessavam a seus membros foram a notoriedade adquirida e o reforço do poder social e econômico das elites. É importante ter em mente que esses dois lados estavam imbricados, já que a reprodução das hierarquias sociais frente o desmoronamento do sistema escravista necessitava ser reformulada por outros meios, como, entre outras maneiras, na produção de uma imagem magnânima da elite na promoção da assistência.

## **CAPÍTULO 2 – MAÇONS E ULTRAMONTANOS NA SANTA CASA DE CAMPINAS**

### ***2.1. Santa Casa de Campinas como espaços entre rivais***

Entre 1876 e 1889, a Santa Casa de Campinas teve 4 provedores. Como já mencionado, Vieira foi provedor de quase 7 mesas administrativas, ficando à frente da irmandade desde seu início até 1882. Quando se tornou bispo do Ceará, o cônego foi substituído interinamente pelo médico Dr. Valentim José da Silveira Lopes. Na oitava mesa (jun.1883-jun.1885), o vigário Francisco de Abreu Sampaio foi eleito como provedor, sendo reeleito para a nona mesa (jun.1885-jun.1887), contudo, não cumpriu todo seu mandato, sendo substituído interinamente pelo Major Antônio Luiz Rodrigues. O major foi eleito para a décima e última mesa do nosso recorte.

Além de ter sido vigário da freguesia de Santa Cruz, o sacerdote Sampaio também foi capelão em duas irmandades: da Nossa Senhora das Dores e do Santíssimo Sacramento da Santa Cruz. Somado ao papel religioso, o padre também apareceu nos almanaques como eleitor em 1873 e proprietário em 1879. Na irmandade, Sampaio esteve em três mesas administrativas (1<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup>) e contribuiu financeiramente à instituição duas vezes, a primeira no leilão de prendas em 1877, despendendo um valor de categoria C – de 51\$000 réis a 100\$000 réis –, e a segunda vez entre 1880-1881 com uma quantia de categoria D – de 11\$000 réis a 50\$000 réis. Quanto ao Major Antônio Luiz Rodrigues, as únicas informações obtidas indicam que ele foi tabelião do público judicial e notas nos anos de 1886 e de 1888. Ele participou em duas mesas (9<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup>), sendo que na nona mesa inicialmente exerceu o cargo de mesário e no mesmo mandato se tornou provedor e mordomo interinamente. Quanto às doações, ele só realizou uma única, entre 1883 e 1885, desembolsando um valor de categoria C.

Já o provedor Dr. Valentim é o que mais nos interessa nesse momento. Valentim era um médico bastante presente nas questões da Santa Casa desde sua fundação, tendo participado da sessão de aprovação do compromisso e de cinco mesas administrativas (1<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup>), exercendo os cargos de mesário, mordomo e provedor interino, além de oferecer seus serviços como médico facultativo. Ele não entregou muitas doações à instituição, tendo feito apenas uma entre 1883 e 1885 de categoria D. Contudo, como analisamos na etapa anterior, despende grandes quantias não era determinante para exercer cargos importantes na instituição e não impedia os elogios dentro da irmandade.

Em seu último relatório como provedor, Vieira diz “recomendar à gratidão da Irmandade a pessoa de um outro ilustre médico, o dr. Valentim José da Silveira Lopes”<sup>100</sup> e, na administração do vigário Francisco de Abreu Sampaio, o provedor afirma que “faltaria a um dever imperioso se deixasse em olvido os importantes serviços prestados à Irmandade pelos ilustres irmãos mordomo Dr. Valentim José da Silveira Lopes e tesoureiro Bento Quirino dos Santos, portanto, [recomendando-os] a vossa gratidão”<sup>101</sup>. Por meio desses excertos, podemos perceber que Lopes era bastante ativo dentro da irmandade e que seus serviços ganhavam elogios dos provedores.

A partir das informações obtidas nos almanaques, além dos serviços prestados no hospital, vimos que Valentim também possuía uma casa de saúde e foi médico da Sociedade Portuguesa de Beneficência em 1886, além de ter sido diretor da sociedade Carlos Gomes no mesmo ano. Mas o mais interessante é que o médico era um maçom ligado à Loja Independência, uma das duas lojas maçônicas presentes em Campinas no período<sup>102</sup>.

Entre as sociedades campineiras, as lojas maçônicas eram espaços relevantes de sociabilidades, compondo laços que extrapolavam o espaço físico da loja e envolviam indivíduos importantes na sociedade. Isso porque a estrutura e a função da maçonaria levam seus membros a assumirem “uma série de obrigações de proteção e fidelidade mútuas”<sup>103</sup>, favorecendo a criação e o desenvolvimento de vínculos sociais dentro do grupo. Como indicado, esses laços estabelecem um sistema de ajuda mútua, isto é, uma rede de contatos de bastante influência, amplitude e prestígio na sociedade, acionados em momentos de carestia ou de interesses. Essas redes formam uma teia de vínculos clientelares que partem de laços de interdependência formados a partir de uma cadeia interminável de atos benéficos entre os maçons, elevando a influência da maçonaria na sociedade e contribuindo para a manutenção das relações de poder<sup>104</sup>. Essas relações clientelares e os benefícios envolvidos, desenvolvido dentro das lojas maçônicas, podem ser descritos como uma economia de favores e interesses<sup>105</sup>.

Através desse exemplo, a etapa atual busca aprofundar a presença dos maçons na Santa Casa de Campinas em razão de dois motivos: o primeiro se refere ao conflito da *Questão Religiosa*, conflito de que a maçonaria foi parte – lembrando que o cônego Vieira seria

<sup>100</sup> VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas: anno compromissal 1881 a 1882*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1883, p. 4

<sup>101</sup> SAMPAIO, Francisco de Abreu. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler & Comp., 1885. p. 4

<sup>102</sup> A outra se chamava Regeneração III

<sup>103</sup> RIBEIRO, L. C., op. cit., p. 6.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 105.

partidário do outro lado do conflito, o ultramontanismo. Ou seja, mesmo que a Santa Casa fosse independente de uma doutrina eclesiástica e o papel de Vieira fosse de provedor e não de sacerdote, a questão que fica é: como era esse convívio? Haveria disputas de interesses entre esses grupos ou haveria algo que uniria ambos? Como conciliou o papel de cônego e a posição de sacerdote na figura de Vieira? Já o segundo motivo trata do entendimento de que a sociabilidade maçônica e seus vínculos de fidelidade e de proteção formam redes de relacionamento que englobam parte significativa da alta sociedade, em especial a de Campinas, propondo que ela foi uma das bases estruturantes da Santa Casa, por conta de uma influente participação na instituição ao longo de todo o recorte.

Esses relacionamentos ultrapassavam o âmbito da loja e se estabeleciam em níveis mais amplos, como é possível observar na dissertação de Ribeiro, onde a autora busca estabelecer como as redes de relacionamento elaboradas pelos maçons foram a base de sustentação política para o Partido Republicano Paulista<sup>106</sup>. Se essa sociabilidade poderia desenvolver círculos políticos, logo, nessa etapa, buscamos entender como ela ajudava a construir relações em torno da beneficência, sendo a Santa Casa um dos espaços em que essa rede de relacionamentos se solidificaria em Campinas.

O outro personagem homenageado no relatório do vigário Sampaio foi Bento Quirino dos Santos. Já nos referimos que ele esteve presente em praticamente todas as mesas administrativas do nosso recorte, desde a primeira mesa até a oitava, exercendo o cargo de tesoureiro. Nas contribuições financeiras encontradas nos relatórios, só encontramos uma participação no leilão de prendas, com um valor de categoria B – de 101\$000 réis a 499\$000 réis. Sobre ele, no primeiro relatório, o cônego Vieira o descreve como:

meu amigo foi desde o princípio o tesoureiro [...] acompanhado de repetidas circunstâncias de adiantamento de dinheiros, fornecidos por ele, e muitas vezes em soma bem crescida, sem uma só vez este meu ilustre amigo se mostrasse contrariado; unido ainda a tantos incômodos que causam uma tarefa desta ordem, é um motivo mais que poderoso para eu considerá-lo um benemérito da Irmandade.<sup>107</sup>

Segundo o excerto, é visível que Bento era próximo de Vieira e recebeu elogios por seu papel como tesoureiro da Santa Casa. Vindo de uma família de prestígio, era filho do importante coronel Joaquim Quirino dos Santos e meio-irmão, por parte de pai, do fundador e redator da

<sup>106</sup> RIBEIRO, L. C., op. cit., p. 9.

<sup>107</sup> VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, p. 30.

*Gazeta de Campinas*, Francisco Quirino dos Santos<sup>108</sup>. É interessante observar que esse periódico teve uma importância fundamental na divulgação e na propaganda do projeto da Santa Casa. Nesse sentido, os constantes elogios do jornal à administração e às ações empreendidas pelo hospital se relacionam não apenas com as funções exercidas pela instituição, mas também envolvem os vínculos familiares existentes entre Francisco e Bento. Assim, enquanto um irmão seria um dos membros mais importantes da irmandade, o outro contribuiria à instituição construindo, através da imprensa, uma imagem positiva e enaltecendo suas ações beneficentes. Esse vínculo próximo permitia à Santa Casa direcionar a forma como seria vista pelo público, fazendo da imprensa uma aliada poderosa em agregar mais donativos da população à instituição, de modo que as funções sociais projetadas a ela pudessem ser reverberadas à sociedade, associando com as expectativas e interesses de diferentes grupos sociais campineiros.

Bento Quirino dos Santos foi bastante integrado na sociedade campineira. Ele foi vereador em 1873 e juiz de paz em duas oportunidades, em 1879 como suplente e em 1886 como titular, além de ter tido grande presença nas sociedades. Em todos os almanaques analisados, Bento Quirino apareceu como presidente do *Club Semanal* e tesoureiro da Casa do *Club Semanal*, instituições que eram interligadas e reuniam a sociedade abastada campineira. Em 1878, fez parte do conselho do Grêmio Girondino e, em 1879, foi tesoureiro do importante colégio Culto à Ciência.

Bento também fazia parte de irmandades religiosas, tendo ocupado o cargo de tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora das Dores em quatro oportunidades (1873, 1879, 1886 e 1888). Essa intensa participação em irmandades religiosas e assistenciais – no caso da Misericórdia – torna mais curioso o fato de Bento Quirino ter sido um conhecido maçom de Campinas, especialmente se considerarmos o contexto conturbado gerado pela *Questão Religiosa* no início da década de 1870. Assim como Dr. Valentim, ele era um maçom vinculado à Loja Independência, sendo bastante engajado: nos almanaques, encontramos que ele foi 2º vigilante em 1879 e 1º vigilante em 1886 e 1888, este último sendo o segundo cargo mais importante dentro da loja maçônica.

Como mencionamos, a maçonaria era um espaço onde “as relações de poder informais estabelecidas via Maçonaria obedeciam a uma lógica clientelar”<sup>109</sup>. Um ambiente que proporcionava trocas de favores e de benefícios entre os membros criava uma rede de

<sup>108</sup> PAULA, Carlos Francisco de. *Monografia histórica*. 1948. In: SANTA Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 1972, p. 77-205. p. 87, nota 18.

<sup>109</sup> RIBEIRO, L. C., op. cit., p. 104.

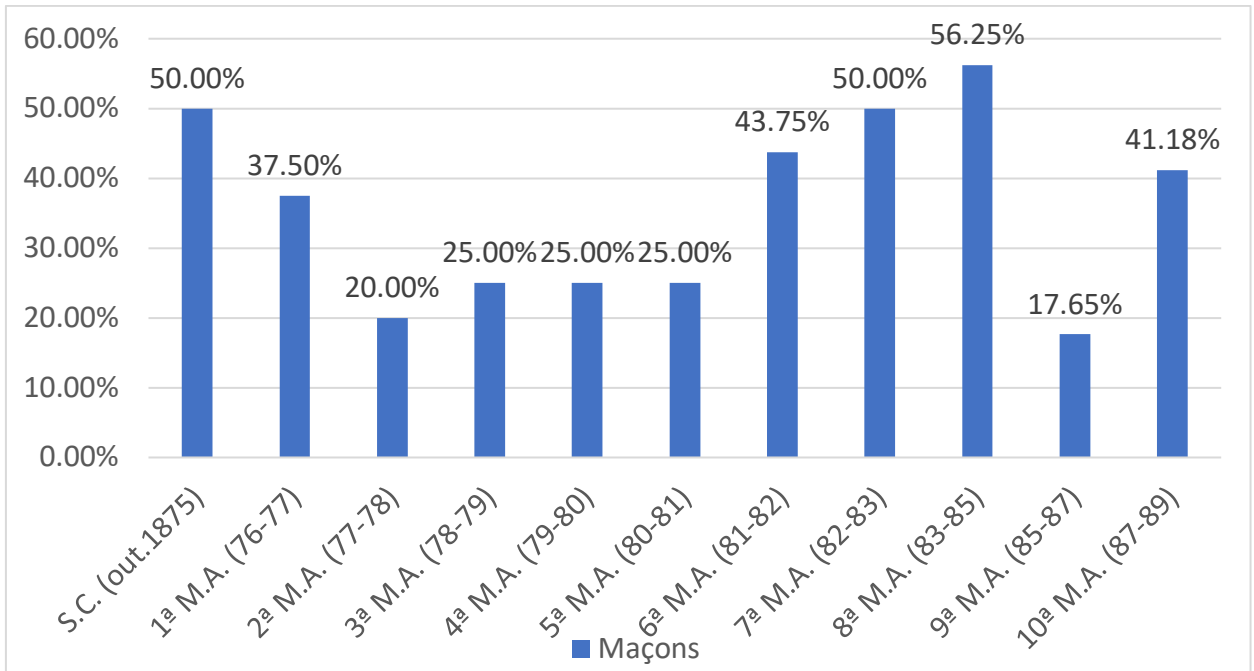
interdependência na qual a instituição maçônica baseava a sua influência. Ao considerarmos os cargos ocupados por Bento Quirino dos Santos, levantamos a hipótese de que essas redes existentes na maçonaria teriam sido instrumentalizadas em prol da Santa Casa. Sendo Bento um membro importante nas duas instituições, ele poderia ter colaborado para o envolvimento de ambas, de modo que viabilizou os recursos e o apoio necessário à Misericórdia para se consolidar, havendo também, por outro lado, um acréscimo na influência e *status* da maçonaria na sociedade.

Desde a formação da Santa Casa, o projeto do padre Vieira estava rodeado por membros da maçonaria. Retomando sua formação sacerdotal e a sua posição tomada na *Questão Religiosa* em prol dos bispos ultramontanos, tal presença de maçons em seu projeto é, no mínimo, curiosa. Considerando a proximidade alegada pelo religioso em seu relato sobre Bento Quirino e a participação ativa deste na loja independência, é inverossímil considerar a ignorância de Vieira quanto às ligações maçônicas de seu “ilustre amigo”. A presença de maçons, além de Bento, na Irmandade da Misericórdia era um fato conhecido pelo padre, visto que Quirino e Valentim não eram os únicos maçons que fizeram parte das mesas administrativas. No gráfico 7<sup>110</sup> abaixo, pode-se observar a porcentagem de maçons que passaram pela administração da irmandade:

**Gráfico 7 - Porcentagem de maçons nas mesas administrativas da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.**

---

<sup>110</sup> Para levantamento das informações relacionadas à maçonaria, tivemos acesso, na pesquisa, a uma lista de registros da Loja Independência, a qual revela todos aqueles que fizeram parte da loja em algum momento, independente do cargo. Assim, essa lista permite preencher a lacuna que encontramos nos almanaques, que não centraliza somente aqueles que fizeram parte da gestão de uma associação, permitindo ampliar nossa análise e compor um quadro mais completo.



Fonte: elaboração a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do Registro de Maçons da Loja Independência.

Pelo gráfico, observamos a presença de maçons em todas as mesas administrativas. É interessante considerar que na primeira coluna – que trata daqueles que fizeram parte da aprovação do compromisso da Irmandade – a porcentagem de maçons foi de 50%. Para essa sessão, estiveram presentes 42 pessoas, dentre as quais aquelas que mais contribuíram para a construção da instituição, isto é, nota-se uma colaboração maçônica efetiva na concretização do hospital na qual Vieira se apoiou.

Pelo perfil das mesas, levantamos a proporção de maçons que compunham a administração da Irmandade, quantificando o quão próximo o cônego Vieira era de membros da maçonaria campineira. Nesse sentido, para a efetivação de seu projeto, o sacerdote se fez valer das redes clientelares maçônicas, fazendo uso de laços importantes a fim de obter o apoio financeiro e social necessários para a construção da Santa Casa. Portanto, a estrutura de interdependência e de troca de favores entre os maçons foi usada por Vieira em prol da viabilização da Santa Casa. Refletindo, novamente, sobre a proximidade alegada pelo cônego com Bento Quirino dos Santos e levando em consideração a influência do segundo na Loja Independência, é possível supor que Bento foi o elemento mediador na aproximação de Vieira e da maçonaria campineira.

Esse vínculo permitiu que a Irmandade de Misericórdia se envolvesse com um grupo influente, com força e contatos em níveis local, regional e nacional. Visto que a maçonaria não restringia suas relações apenas na própria loja, mas se comunicava com lojas de outras

localidades, a Santa Casa poderia angariar favores e contatos em esferas além de Campinas. Inserida nessa rede, a instituição conseguiria conexões importantes que alavancariam seu *status* e reconhecimento. Além das vantagens proporcionadas à Misericórdia, esse vínculo entre maçonaria e Santa Casa também permitiu o desenvolvimento de redes de sociabilidade maçônica em torno da beneficência, uma pauta que seria bastante utilizada como propaganda pelos maçons, principalmente da ordem dos Beneditinos.

Essa relação não se extinguiu depois da inauguração do hospital. Embora ao longo da provedoria do cônego Vieira, principalmente entre a 2<sup>a</sup> e a 5<sup>a</sup> mesa, tenham ocorrido as menores proporções de maçons, eles, ainda assim, ocuparam um quarto da administração da Santa Casa. E, no final da provedoria do cônego, sua presença se elevou para mais de 40% e se manteve ascendente até chegar a 56,25%, na provedoria do vigário Sampaio, de 1883 a 1885.

Esse recrudescimento maçônico coincide com a transferência do cônego Vieira ao bispado do Ceará e com denúncias apresentadas contra o vigário colado Souza e Oliveira da Nossa Senhora da Conceição, sendo acusado e “condenado em diversos processos judiciais, sobretudo a partir de 1880, e [que] teve seus bens embargados pela justiça”<sup>111</sup>. Em vários momentos, desde a década de 1870, o vigário era ironizado nos periódicos pelas faltas em seu celibato sacerdotal, pelo comércio de escravos e pela sua ingerência em irmandades e na administração da paróquia, ou seja, tinha sua imagem bastante comprometida<sup>112</sup>. Acontece que, somado a isso, Souza e Oliveira assumiu o cargo de vigário justamente após ter disputado a vaga contra o cônego Vieira<sup>113</sup>. Tendo o segundo conquistado o apoio de ampla parte da sociedade, como mencionado no capítulo anterior, e a posse do primeiro ter sido feita pela política regalista do gabinete liberal, Souza e Oliveira assumiu o vicariato com forte oposição desde o início. Essa foi uma das razões para a divisão da paróquia da Conceição em 1870, criando a de Santa Cruz, com o pároco Francisco de Abreu Sampaio. Durante o paroquiato de Souza e Oliveira, vigoraria uma inimizade entre as duas paróquias<sup>114</sup>.

Podemos entender, então, a vigência de uma cisão interna na vida religiosa de Campinas que, por sua vez, colocava, de um lado, Souza e Oliveira – vigário da Conceição – e Francisco de Abreu Sampaio – vigário da Santa Cruz e provedor da Santa Casa de Campinas. Durante a década de 1880, quando as denúncias contra o pároco aumentam, também cresce a participação de maçons na administração da Irmandade. Se compreendemos que a Santa Casa estava

---

<sup>111</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.283.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 281.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p.233.



envolvida nas dinâmicas locais, tal participação não deve ser interpretada como coincidência em tal contexto. Ou seja, essa presença maçônica dentro da administração talvez possa ser interpretada como uma tomada de partido da instituição frente ao conflito, isto é, um apoio à Francisco de Abreu Sampaio. Em outras palavras, o vínculo que descrevemos entre o cônego Vieira, a Santa Casa e a maçonaria teria se mantido, vigorando as redes de solidariedades em momentos de conflitos mesmo após a saída de Vieira para o bispado do Ceará.

Acontece que, se tomarmos a situação apontada por Xavier, as inimizades com Souza e Oliveira não eram apenas com Francisco de Abreu Sampaio, sendo ele bastante criticado pela forma centralizadora que lidava com a religião e a vida desregrada que vivia. Seus conflitos com as camadas abastadas campineiras vieram logo no início, pois, por ser mulato, não pode ingressar na Irmandade do Sacramento, o que gerou atritos explícitos. Além disso, teve problemas com o que considerou a interferência de leigos no setor eclesiástico, como de Barão de Atibaia<sup>115</sup>. Talvez, mais do que tomar partido por solidariedade, seja mais provável que outros grupos, como a maçonaria, também não estivessem gostando das ações do vigário da Conceição. Sendo a Misericórdia pertencente à freguesia da Santa Cruz, ou seja, fora da jurisdição de Souza e Oliveira, é possível pensar que a instituição atuou como um contraponto para aqueles que estavam insatisfeitos com o vigário da paróquia da Conceição.

Dessa forma, em meio aos conflitos que permeavam as irmandades e a vida religiosa campineira, é possível perceber a importância que a Santa Casa de Campinas assumiria como um espaço dentro dessas tensões. A Misericórdia, como um *locus* de sociabilidade, não estava apenas inserida na dinâmica local, mas interagiu com ela; de modo que, sendo parte atuante dentro das disputas que aconteciam, ela poderia ser disputada entre grupos rivais ou, como no caso, ser um espaço que reuniria um dos lados de um conflito, como os maçons. Em 1885, Souza e Oliveira deixou a paróquia de Campinas e mudou para Santos. É interessante que na mesa administrativa seguinte temos a menor proporção de maçons na administração da Santa Casa.

Essa presença da maçonaria na Santa Casa de Campinas contrasta com o senso comum na historiografia. Em linhas gerais, é de comum acordo entre os historiadores que, no período estudado, a maçonaria tinha conflitos abertos com a Igreja católica. Em relação ao cônego Vieira, como vimos, essa presença também é contrastante com as suas posições religiosas. A elevada proporção de maçons na irmandade vai de encontro à defesa que o religioso fez aos bispos de Olinda do Pará na *Questão Religiosa*, os quais, como havíamos dito, sofreram

---

<sup>115</sup> XAVIER, op. cit., p.232.

punições por seguirem as recomendações da Santa Sé ao exigirem a expulsão de maçons das irmandades leigas e interditando as confrarias quando estas se negaram a cumprir a ordem.

Esse contraste nos leva a um quadro mais complexo em relação à dicotomia entre maçonaria e ultramontanismo e à composição da administração da Santa Casa de Campinas, só visíveis ao analisarmos as características daqueles que compunham a instituição. Pois, mesmo se argumentássemos que a alcunha de Misericórdia e o posto ocupado de provedor não outorgava direito ao cônego de expulsar do quadro de irmãos os maçons da irmandade, por que desde o início de seu projeto o sacerdote, antes mesmo de se tornar provedor, procurou se aproximar de indivíduos que se chocavam com seus ideais religiosos? É possível propor que Vieira necessitava do vínculo com a maçonaria e de suas redes clientelares, de modo que, apesar de defender a autonomia dos bispos, ele conservasse a influência dos maçons nas mesas administrativas e no quadro de irmãos para atingir seus objetivos, que não se dissociavam de sua visão religiosa.

Embora essa aproximação entre maçons e ultramontanos não seja a mais comum, ela não era impossível, havendo circunstâncias nas quais sua vinculação estaria perfeitamente de acordo com as suas próprias ideologias. Partindo dessa perspectiva, nosso objetivo não é contrariar a existência dessa disputa, pois, de fato, suas divergências eram explícitas e seus combates bastante abertos e divulgados pela imprensa. Contudo, o interesse é problematizar se essa discordância atingia todos os espaços e propor que, em relação à assistência, ambas as partes poderiam se aproximar e se beneficiar com essa colaboração. Assim, a Santa Casa seria o espaço onde esses grupos rivais convergiriam em um mesmo propósito, sem acentuar suas diferenças; o cônego Vieira se beneficiaria com as redes de sociabilidade maçônica, enquanto os maçons expandiriam sua influência a partir da Santa Casa.

Na opinião de Ana Maria Negrão, a aproximação de Vieira com a maçonaria se deve ao fato de que os “princípios do catolicismo ultramontano, que visavam enfraquecer o catolicismo iluminista, não foram fortemente incorporados pelo segmento social religioso de Campinas”<sup>116</sup>. Embora tenha sido próximo do bispo ultramontano Dom Antônio Joaquim de Melo, cujo objetivo era restaurar o clero e seguir as diretrizes do Vaticano, o padre Vieira “cercou-se de liberais, inclusive militantes na maçonaria. Tal constatação permite inferir que interesses maiores sobrepujavam a consolidação do ideal ultramontano em Campinas, haja vista a composição da Irmandade de Misericórdia”<sup>117</sup>. Contudo, nossa perspectiva não se vale do

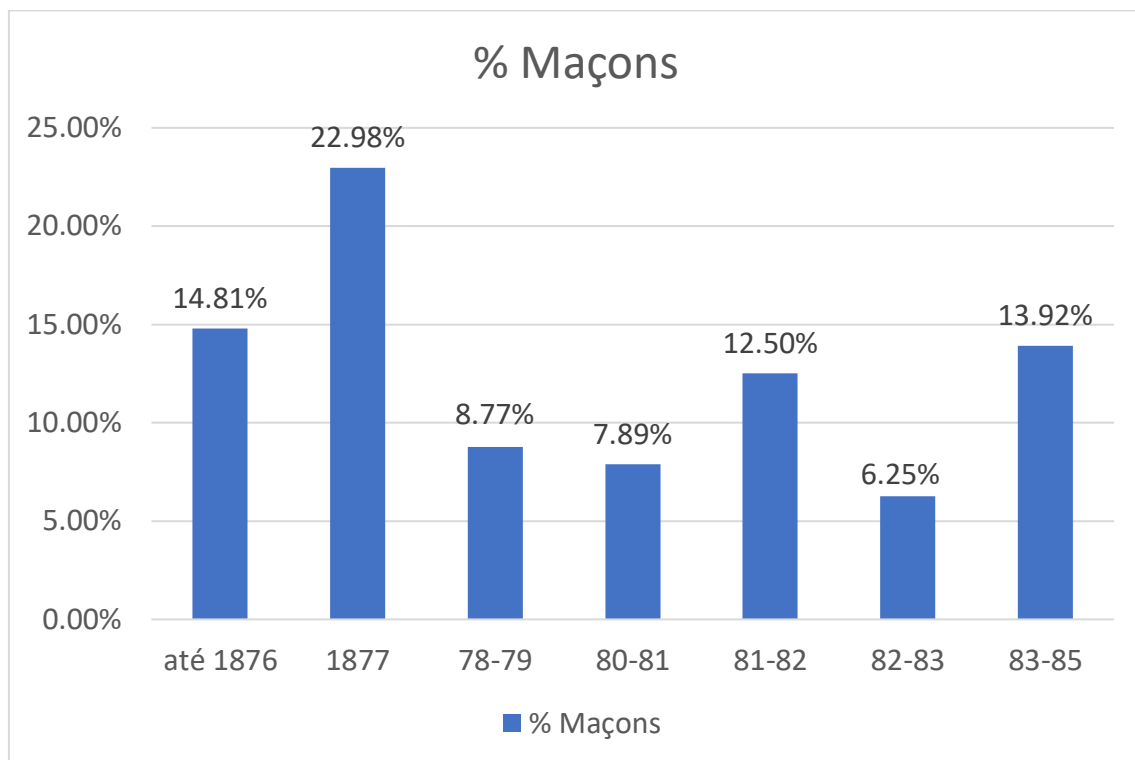
---

<sup>116</sup> NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos”*. Campinas: UNICAMP/CMU, 2004, p. 51.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 51.

prevalhecimento de uma pauta em relação à outra, mas sim de que, para a consolidação da Santa Casa, ambas as pautas tiveram que convergir, até porque a instituição atendia o interesse tanto dos liberais e maçônicos, quanto do sacerdote ultramontano. Desse modo, vemos a Misericórdia de Campinas como um espaço onde os dois posicionamentos rivais, maçonaria e ultramontanismo, encontraram um objetivo em comum que os beneficiava, estabelecendo uma aliança com o intuito de realizá-lo. Podemos observar essa convergência na presença de maçons como doadores na Santa Casa como apresentado no gráfico 8 a seguir:

**Gráfico 8 - Porcentagem de maçons como doadores da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.**



Fonte: elaboração a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do Registro de Maçons da Loja Independência.

No gráfico acima, vemos que os maçons doaram à Santa Casa durante todo o período analisado, embora em proporção menor do que os encontramos na administração da instituição. As colunas com maior expressão coincidem aos anos com maior recompensa simbólica, ou seja, os momentos que agregavam características favoráveis para receber *status* e prestígio social com suas contribuições. Para a construção do hospital, os maçons tiveram sua segunda maior porcentagem, atingindo quase 15% das contribuições. Como vimos anteriormente, os maçons também estiveram em peso na sessão do compromisso, fase logo antes da inauguração do

hospital. Esse número é significativo, pois demonstra um interesse em vincular sua participação como iniciadores de um projeto de grande impacto social e urbano na cidade, ou seja, um momento de grande visibilidade para os doadores agregarem uma imagem positiva para suas ações. Somado a isso, sendo a fase de construção um momento que necessitava de bastante recursos, possivelmente isso incentivasse que os contatos maçônicos dentro da Santa Casa, como Bento Quirino, fossem mais frequentemente acionados, ativando suas redes de sociabilidade, levando outros maçons a se envolverem com a instituição em sua fase inicial.

Contudo, o dado mais significativo refere-se ao leilão de prendas de 1877, sendo composto de praticamente 23% de doações feitas por maçons. Acreditamos que os dados das doações de 1877 possuem uma peculiaridade pela forma que as contribuições foram coletadas, ou seja, pelo fato de ter sido um leilão. O arremate de prendas em um evento público reuniu importantes nomes da sociedade campineira em torno de uma obra assistencial – o Asilo de Órfãs. Em outras palavras, a publicidade desse evento permite que os doadores interessados na visibilidade e nas recompensas sociais, como prestígio e status, de sua contribuição ficassem ainda mais interessados em participar desse evento em particular.

Uma das formas de atuação das lojas maçônicas frente às questões sociais foi de promover uma auto divulgação de suas ações, como a promoção de eventos abolicionistas ou beneficentes. Nesse sentido, haveria uma necessidade da instituição de se legitimar, “tornando-se porta-voz de causas importantes e de grande visibilidade”<sup>118</sup>. Esse interesse em se firmar na sociedade visando ganhar reconhecimento, frente a um evento público de beneficência de importância na cidade, são fatores que podem explicar a discrepância na maior participação maçônica no leilão de 1877 em comparação a outros anos.

Retornando sobre a relação entre ultramontanos e maçons, essa aparente contradição também é perceptível na *Gazeta de Campinas*. Fundado pelo bacharel Francisco Quirino dos Santos em 1869, o jornal tinha grande notoriedade política na defesa dos ideais liberais, fazendo frente, desde seu início, à monarquia e sendo favorável às ideias de civilização. O periódico esteve intimamente ligado à vertente republicana. Como indica Galzerani, “é notório, pois, a aproximação entre o personagem do grupo dos ‘republicanos históricos’ radicados em Campinas e Francisco Quirino dos Santos, Campos Sales, Francisco Glicério, dentre outros”<sup>119</sup>, estes com muita participação no jornal.

---

<sup>118</sup> FRANCISCO, Renata Ribeiro. *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p.14.

<sup>119</sup> GALZERANI, op. cit., p. 53.

Havia uma aproximação intelectual entre os principais nomes da *Gazeta de Campinas*, sendo eles “colegas da Faculdade de Direito de São Paulo e de terem, ainda estudantes, se dedicado à elaboração de projetos republicanos e abolicionistas desde a década de 1860”<sup>120</sup>. Eles partilhavam de uma origem social semelhante, pois “tinham em comum o fato de serem filhos da elite agrária (ou a ela intimamente articulados)”<sup>121</sup>.

Além da tendência republicana, o periódico tinha grande proximidade com a maçonaria, já que Francisco Quirino, Francisco Glicério e Campos Sales eram importantes maçons de Campinas. De acordo com os almanaques, o primeiro atingiu a posição de venerável da Loja Independência, posto mais alto dentro da loja maçônica, em duas oportunidades: em 1873 e 1879; Sales também exerceu a função de venerável na Loja Regeneração III em 1879; e Glicério apareceu como 1º vigilante da Loja Independência duas vezes, em 1873 e 1879, e como venerável da mesma loja em 1886 e 1888. O vínculo de Francisco Quirino e de Campos Sales com a maçonaria é anterior à Loja Independência, visto que ambos, junto com Francisco Rangel Pestana e Jorge Miranda – os dois com participações na *Gazeta de Campinas* – foram um dos membros fundadores da Loja Sete de Setembro em São Paulo<sup>122</sup>.

A presença de maçons na direção de um periódico era algo comum e até intencional, visto que seu vínculo com a imprensa tinha como objetivo divulgar o cotidiano das lojas e fazer propaganda da maçonaria. Segundo Ribeiro, a Loja América, de São Paulo, publicava com frequência notícias de seu cotidiano na imprensa em virtude do “envolvimento de alguns de seus membros como proprietários, diretores e redatores destes jornais”<sup>123</sup>. No caso de Campinas, a relação entre a *Gazeta de Campinas* e a Loja Independência era indissociável, em razão de “os fundadores da Loja Maçônica e do jornal [serem], em última instância, os mesmos homens”, de maneira que ambas se complementavam na organização de um grupo político<sup>124</sup>. Com a imprensa, a maçonaria propagandeava suas ações na sociedade, entre elas, as ações beneficentes, em vista do prestígio e da validação da maçonaria na sociedade civil, ajudando-a em sua expansão.

O expressivo envolvimento de maçons na Santa Casa de Campinas – na administração ou como doadores –, assim como na imprensa, tornou possível a divulgação das ações assistenciais dessa instituição ou da contribuição dos doadores para a sociedade. Por consequência, também possibilitou colher recompensas sociais, como elogios a suas práticas,

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>122</sup> FRANCISCO, op. cit., p.53.

<sup>123</sup> RIBEIRO, L. C., op. cit., p. 41.

<sup>124</sup> Ibidem, p. 44.

por parte da Misericórdia, da administração, dos doadores ou da maçonaria. Assim, há três elementos que se completam no mesmo projeto em torno da beneficência: a Santa Casa, a maçonaria campineira e a imprensa. É interessante observar que essas instituições por vezes se confundem, visto que haveria uma circularidade entre essas três esferas. Por um lado, a Misericórdia foi propagandeada nas páginas da *Gazeta de Campinas*, assim como os doadores, solidificando a posição assistencial e beneficente da instituição na sociedade e o caráter benevolente do doador. Por outro, similar às observações feitas por Francisco em seu trabalho sobre a ação de lojas maçônicas em notícias de emancipação, a maçonaria e a imprensa se associariam à Santa Casa e, pela assistência, investiram em propagandar uma imagem positiva de seu grupo perante a sociedade<sup>125</sup>.

Defensora do republicanismo e partidária da maçonaria, a *Gazeta de Campinas* foi um espaço de oposição ao ultramontanismo. Um exemplo dessa oposição pode ser visto em novembro de 1878, quando o jornal transcreve um artigo, em sua Seção Particular, que insulta os adeptos da doutrina ultramontana, caracterizando-os como jesuítas, membros de uma seita com o objetivo de “acastelar-se na briosa e opulenta cidade de Campinas”, pois “eram hidras, inimigas figadais da liberdade, do progresso e do bom senso”<sup>126</sup>. Outro momento em que essa oposição à tendência ultramontana é evidente ocorreu quando, em dezembro de 1877, foi publicado um artigo intitulado “Especulação” escrito pelo redator Carlos Ferreira<sup>127</sup>. Nele o autor diz que

os acérrimos defensores das doutrinas ultramontanas mostram-se cada vez mais inconvenientes e injustos. Para defenderem essa monstruosidade chamada – *Syllabus*, não põem a menor dúvida em atacar todos os princípios de razão e de justiça [...] Sem procederem a um exame severo em suas próprias consciências, lançam anátemas sobre a consciência alheia se por ventura nela projeta-se a luz da inteligência que procura a explicação de tudo isso que é santo na aparência e monstruoso no fundo. Pensar, raciocinar é para eles um crime<sup>128</sup>

Assim, a partir dos excertos acima, é possível perceber que o posicionamento dos redatores da *Gazeta de Campinas* repudiava a doutrina ultramontana. Contudo, como já apresentado, o padre Vieira era próximo dessa tendência. Não obstante, o periódico, em nenhum

<sup>125</sup> FRANCISCO, op. cit., p. 81.

<sup>126</sup> “Campinas e o ultramontanismo”, *Gazeta de Campinas*, 20/11/1878, Ed. 1478, página 2

<sup>127</sup> Carlos Ferreira foi redator da *Gazeta de Campinas* junto com Francisco Quirino dos Santos e, a partir de 1879, tornou-se proprietário do jornal. Ferreira pertencia à maçonaria e era ligado à Loja Maçônica Regeneração III, ocupando o cargo de 2º vigilante em 1879 e de venerável em 1886, segundo os almanaques. Em relação à Santa Casa de Misericórdia, entregou uma quantia de 57\$000 réis em razão do arremate de prendas no leilão de 1877 para o Asilo de Órfãos.

<sup>128</sup> “Especulação”, *Gazeta de Campinas*, 19/12/1877, ed. 1208, p. 1.

momento, fez menção contrária ao religioso, nem a seus projetos; pelo contrário, o jornal foi um grande apoiador do vigário desde o início de seu projeto, elogiando tanto a obra quanto seu idealizador. Essa aparente contradição reforça a posição tomada de que, embora sejam ideologias rivais, ambas as tendências poderiam se aproximar em torno da Santa Casa de Campinas, de suas propostas e dos benefícios que poderiam angariar. Esses interesses recaiam nos papéis que a instituição tinha na sociedade, ou seja, sua atuação na esfera assistencial, beneficente, médica e de sociabilidade, interpretados a partir de significados próprios frutos das experiências e expectativas dos doadores. Suas funções nesses campos proporcionavam recompensas sociais para seus envolvidos, os quais, por outro lado, não ocasionaria atritos com os ideais entre ultramontanos e maçons, permitindo sua convivência.

Logo na cerimônia de lançamento da pedra fundamental, o jornal diz que

é uma gloriosa missão a de que vai sair-se com tanto primor o rev. Padre Vieira [...] Enquanto aos homens, talvez um dia compulsando as prédicas do sr. Padre Vieira, apontem para o edifício com que ele dotar este município dizendo: – Ali está o seu melhor sermão!<sup>129</sup>

Já em julho de 1876, antes da inauguração do hospital, a *Gazeta de Campinas* traz uma notícia engrandecendo “especialmente aos esforços, perseverança e energia do sr. Padre Vieira, um dos ornamentos da classe sacerdotal e para quem os verdadeiros princípios do evangelho [versado] no amor da humanidade são as normas principais da sua missão consoladora” e define a Santa Casa como um “piedoso estabelecimento que dará alívio aos que sofrem e atestará aos estranhos a pujança de iniciativa e os bons instintos de uma população que vai conquistando os progressos da civilização, tudo devido ao seu gênio franco e empreendedor”<sup>130</sup>.

Assim, segundo o discurso presente nesses excertos, percebemos que a Santa Casa teria o papel de demonstrar o progresso da cidade e a civilização de seu povo em torno da beneficência, como se fossem qualidades inatas aos cidadãos, ou seja, a instituição foi descrita de forma concernente aos ideais pregados pelo periódico. Já em relação a seu idealizador, o jornal o descreveria como uma figura excepcional, de modo que os discursos relacionados tanto ao cônego quanto à instituição estariam associados a uma demonstração de amor pela humanidade. Ou seja, há para ambos a construção de um discurso positivo que evidencia suas qualidades beneficentes e coloca a Santa Casa como necessária para o bem comum da cidade.

<sup>129</sup> “Hospital de Misericórdia”, *Gazeta de Campinas*, 19/11/1871, ed. 208, p. 1.

<sup>130</sup> “Inauguração do hospital de Misericórdia”, *Gazeta de Campinas*, 27/07/1876, ed. 803, p. 2.

Esse discurso foi desenvolvido justamente com a intenção de atrair a atenção do público sem contradizer as posições defendidas pelo jornal. As afirmações nos excertos acima não mencionam a tendência religiosa do sacerdote, pois isso não contribuiria para os objetivos do periódico; em vez disso, o jornal demonstra o apoio às iniciativas assistenciais e benevolentes encabeçadas pelo pároco Vieira, enaltecendo características que o jornal também podia compartilhar sem se contradizer.

Observaremos que o posicionamento da *Gazeta de Campinas* não era contra a religião em si, mas mais a uma vertente dela<sup>131</sup>, assim, o periódico não deixa de mencionar a ação do sacerdote em relação à religião, mas a versa como “amor à humanidade” – um termo mais laico – ao cuidar dos necessitados. Ou seja, a construção desses elogios foi desenvolvida focando em princípios que estariam de acordo com os posicionamentos do jornal. Essas qualidades, por sua vez, seriam moldadas para que o público ficasse compadecido pelas causas defendidas pelos envolvidos – o pároco, a imprensa e a maçonaria – e, conseqüentemente, aumentando seu prestígio (e da Santa Casa), convencendo mais pessoas a se solidarizarem com a causa.

Além dos princípios mencionados, podemos destacar duas outras características associadas ao discurso apresentado sobre o pároco e a Santa Casa que seriam, por um lado, mais relacionadas à filantropia, ou seja, à utilidade social, e, por outro, aos princípios progressistas defendidos pelo jornal, como o aperfeiçoamento social traduzido no desenvolvimento urbano e da medicina. Ao atrair a atenção do público à instituição em construção, a imprensa vinculou ao projeto valores que defendia. O “piedoso estabelecimento” ganharia traços de utilidade no combate às mazelas sociais, pois aliviaria o sofrimento dos mais pobres e seria um espaço da medicina moderna, ou seja, o hospital não seria visto apenas para o cuidado, mas também como espaço de cura do saber médico; desse modo, a imprensa descreveria a Santa Casa como aquilo que se propõe definir, na teoria sobre o tema, como filantropia.

Dando um caráter utilitário para a instituição, o jornal afirma que as ações do pároco contribuiriam para colocar Campinas no caminho da civilização, tendo em vista os padrões europeus, de modo que a Santa Casa seria caracterizada dentro de termos defendidos pelo periódico. Contudo, vale a pena ressaltar que esses valores de progresso defendidos na *Gazeta de Campinas* estavam inscritos em um contexto escravocrata e imigracionista, ou seja, seus

---

<sup>131</sup> SANTOS, Alexandre Coelho dos. “Para que a adoração suba espontânea e livre dos homens para Deus”: Uma análise a respeito da posição maçônica frente as ações ultramontanas na *Questão Religiosa*. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 35, v.13, n.1 (Jan./Jun. 2021).



ideais não desejavam modernizar a sociedade como um todo, mas acomodar a realidade e as hierarquias existentes dentro das novas realidades sociais e econômicas que se desenvolviam.

Esses elementos levantados caracterizam a imagem difundida de Vieira e da Santa Casa pela imprensa, produzindo uma construção tendenciosa que amalgamava polos rivais sem acentuar suas discordâncias e aumentava seus ganhos sociais. Com isso, os elogios à Vieira retornariam como uma propaganda à própria instituição e daqueles que estavam envolvidos com ela. Se lembrarmos que, principalmente em relação ao periódico, muitos desses membros da administração da irmandade eram maçons, essas recompensas sociais também seriam repercutidas à maçonaria campineira.

Entretanto, vale ainda nos aprofundar nas razões que possibilitaram a aproximação entre lados tão díspares, ou seja, nos pontos de convergência entre pautas rivais. O primeiro fator é a origem social dos principais indivíduos envolvidos. Tanto o cônego Vieira, como os redatores da *Gazeta de Campinas* e os maçons, em sua maioria, eram oriundos de camadas abastadas ou a elas vinculados. Essa proximidade social influencia as intenções projetadas para a sociedade. Ambos os posicionamentos defendidos não visam uma transformação radical da sociedade, pois, embora um polo fosse conservador – ultramontano – e o outro mais reformista<sup>132</sup> - de tendências liberais e republicanas –, ambos pretendem conservar as hierarquias sociais às quais estavam ligados. Mesmo ideologicamente divergentes, o objetivo de preservar a posição social na qual se inseriam permitia possíveis convergências dentro do horizonte de expectativas lançadas para a sociedade e para a Santa Casa.

O segundo fator é que mesmo ideologias contrastantes não eram de todo opostas, havendo momentos em que se assemelhavam. Mas, para analisarmos essas intersecções, faremos uma digressão para trilhar algumas características constituintes desses posicionamentos que permitem sua proximidade.

Como mencionado, é importante deixar claro que a posição da *Gazeta de Campinas* e da maçonaria não era de negação do cristianismo, mas sim contra uma corrente em alta dele. Embora em conflito com a igreja, o discurso anticlerical não era partilhado por todos os maçons, mas sim por um grupo mais exaltado que, na verdade, tinha uma posição “anti-jesuítica”. Como afirmado por Santos, esses maçons se ligariam “[à] ala mais radical da maçonaria em contraponto ao ultramontanismo que pode ser tomado como a vertente mais rígida do

---

<sup>132</sup> ALONSO, op. cit., p. 261.

catolicismo”<sup>133</sup>, sendo jesuitismo e ultramontanismo usados como sinônimos pelos críticos dessas tendências.

Apesar de os redatores do jornal se inserirem entre os maçons radicais, eles, na verdade, “lançaram seus discursos principalmente contra os ultramontanos jesuítas”<sup>134</sup>. Assim, a crítica à igreja encontrada na *Gazeta de Campinas* foi feita de modo similar ao descrita por Ribeiro, sendo que “o ataque era quase sempre indireto, pois não se dirigia abertamente à instituição [católica] e, sim, a uma das suas ordens religiosas, o que, de certa maneira reduzia prováveis conflitos com os católicos maçons”<sup>135</sup>.

Em regra geral, os maçons mais enfáticos contra o ultramontanismo estavam relacionados à ordem dos Beneditinos. De 1863 a 1883, houve uma divisão do Grande Oriente do Brasil em duas obediências: de um lado, a ordem do Lavradio, liderada por José Maria da Silva Paranhos – visconde do Rio Branco –, sendo mais fiel ao governo monárquico; e do outro, a ordem dos Beneditinos, ligada a Saldanha Marinho e partidários do republicanismo<sup>136</sup>.

A postura mais radical da *Gazeta de Campinas* contra os ultramontanos se explica pelo fato de a Loja Independência, à qual a maioria dos redatores estarem ligados, era atrelada à ordem dos Beneditinos. Assim, segundo Francisco, “trazendo ao círculo assuntos como o anticlericalismo, o republicanismo e mesmo o abolicionismo, debates que haviam sido abordados com força nas lojas ligadas à ordem dos Beneditinos”<sup>137</sup>, ideias também fortemente defendidas pelos redatores do periódico.

Como visto, a maçonaria – principalmente a ordem Beneditina – utilizava a imprensa como forma de enaltecer suas ações diante da sociedade, noticiando o cotidiano das suas lojas, a posse de cargos, além das práticas beneficentes. Um exemplo dessas práticas dizia respeito à alforria de escravos, o que, de acordo com Francisco, teria “o propósito de propagar uma imagem positiva da maçonaria perante a opinião pública”<sup>138</sup>. Assim,

os jornais se tornaram um dos principais meios de comunicação [...] além de servir como forma eficaz de propaganda da ordem, que pretendia conseguir novos membros e conquistar um apoio maior da sociedade nas lutas travadas contra os jesuítas e a Igreja católica<sup>139</sup>

---

<sup>133</sup> SANTOS, op. cit., p. 41.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 41.

<sup>135</sup> RIBEIRO, L. C., op. cit., p. 87.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>137</sup> FRANCISCO, op. cit., p. 61.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>139</sup> RIBEIRO, L. C., op. cit., p. 94.

Portanto, segundo a bibliografia, as ações filantrópicas da maçonaria serviram como propaganda contra o ultramontanismo.

Em relação à instrução pública, Ribeiro afirma que a maçonaria se preocupava “com a educação das camadas populares”<sup>140</sup>, focando na alfabetização e profissionalização. Barata e Colussi estariam de acordo em relação à perspectiva de que nesse “período a Igreja Católica preocupava-se com a educação das elites, enquanto a Maçonaria criava escolas voltadas para os setores populares” e, como consequência, Colussi afirma que “a preocupação maçônica com a instrução popular objetivou a propaganda anticlerical e, mais do que isso, encaixou-se no espírito filantrópico da instituição”<sup>141</sup>. Essa pauta sobre a difusão da educação funcionou, então, como vínculo para os maçons campineiros, que se envolveram em associações, como a Sociedade Propagadora de Instrução, tendo à frente Francisco Quirino dos Santos e Francisco Glicério<sup>142</sup>, ambos, como já mencionados, relacionados à *Gazeta de Campinas*.

Contudo, essa oposição entre a Igreja e a maçonaria quanto ao público-alvo da instrução não era homogênea. Segundo Gaeta, o bispo ultramontano Dom Lino Deodato se preocupava com a educação dos jovens das camadas populares. Todavia, em vez de tomar partido por um ensino religioso ortodoxo, o bispo se voltava para a instrução profissionalizante, mostrando-se “consentâneo com as ideias liberalizantes e progressistas voltadas para a educação [...] [para] munir os colégios de meios materiais necessários à administração dos ‘conhecimentos científicos e ao bem-estar, aconselhados pelos preceitos e higiene’”<sup>143</sup>. Como já vimos, o bispo também tinha uma posição similar em relação à escola agrícola, onde a “instrução carregava agora uma positividade ainda maior, pois tratava-se também de recolher meninos vadios e [...] dar-lhes uma profissão”<sup>144</sup>.

Essa posição do bispo aponta que, mesmo entre os defensores do ultramontanismo, havia membros da Igreja com posições semelhantes àquilo defendido por progressistas maçons: um ensino profissionalizante para os mais pobres aos quais se associavam preceitos científicistas e liberais. Mesmo embasadas em pressupostos díspares, a resultante de ambas as ideologias se encontrava quanto à instrução popular.

Retornando da digressão feita, o segundo fator apontado que explica a convergência dessas ideologias seriam as pautas em comum que não trariam prejuízos às suas correntes de pensamento, mas, pelo contrário, estariam de acordo com os ideais defendidos e,

---

<sup>140</sup> Ibidem, p. 64.

<sup>141</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>143</sup> GAETA, op. cit., p. 158.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 160.

principalmente, possibilitaria benefícios a ambos os lados. No caso educacional mostrado acima, o espaço em questão representaria um empreendimento, cujo interesse de ambos os lados seria a profissionalização das camadas populares, permitindo que os dois grupos se mostrassem ao público como preocupados quanto à instrução pública. Essa preocupação, por sua vez, também está atrelada ao primeiro fato, ou seja, à origem social de seus membros. Nesse sentido, a instrução pública profissionalizante beneficiava os grupos dominantes por se tratar de uma tentativa de moldar as camadas populares em uma população submissa, trabalhadora e útil para a sociedade. Para a presente pesquisa, o espaço que uniria ambos os lados seria a assistência, ou, melhor dizendo, a assistência promovida pela Santa Casa de Misericórdia de Campinas que englobava as esferas médicas e de socorro aos mais pobres, a prática beneficente e a constituição de um espaço de sociabilidade entre as camadas abastadas.

A execução de um hospital beneficente em nada contrariava os preceitos defendidos por ambos os grupos, que, na verdade, os engrandecia. Empreender uma obra de assistência alimentada pela caridade traria bons frutos à Igreja, pois ela estaria cuidando dos pobres, executando uma virtude cristã, além de, como já apontamos, aproximá-la de sua tendência mais social, que, posteriormente, seria representada na encíclica *Rerum Novarum*. Já em relação ao jornal da *Gazeta de Campinas*, o apoio ao hospital sintetizaria a filantropia contra as mazelas sociais e a iniciativa dos campineiros em prol do progresso da cidade, conceito caro a esse grupo. E quanto ao apoio dos maçons, também partilhado pelos redatores do periódico, se explica, pois, essa instituição “buscava legitimar-se como instituição civil”<sup>145</sup>, de modo que a Santa Casa consistiria em um espaço onde a maçonaria poderia expandir sua influência e ainda adquirir prestígio perante a sociedade.

Portanto, a Santa Casa de Misericórdia de Campinas foi um espaço onde se uniram dois discursos contrastantes e rivais, garantindo aos seus partidários benefícios sociais, união esta presente ao longo de todo nosso recorte. Essa aproximação se desenvolveu a partir de membros em comum entre as instituições e, com a maçonaria, a Santa Casa teria acesso a uma importante rede de apoio, aproveitando as características maçônicas de proteção e ajuda mútua. Quanto aos maçons, esses laços permitir-lhes-iam propagandear a sua instituição pela beneficência através da imprensa, também ligada à maçonaria assim como às próprias ações assistenciais da Santa Casa, atrelando-a como uma utilidade social em prol do progresso da civilização.

O envolvimento em torno da Santa Casa não evidenciou suas diferenças, mas elevou o lado virtuoso da filantropia secular, para os maçons e progressistas, e do cristianismo, para o

---

<sup>145</sup> FRANCISCO, op. cit., p. 14.

sacerdote. Esses dois tipos de virtudes se conciliavam dentro do papel assistencial beneficente da Santa Casa. Desse modo, é possível compreender como cônego Vieira conciliou seu posicionamento religioso em meio a suas alianças com a maçonaria e, ainda mais, como a Igreja ultramontana – representada pelo bispo D. Lino – não censurou as ações do sacerdote, mas, inclusive, demonstrou apoiar a iniciativa.

É importante também fazermos uma breve menção sobre o envolvimento clerical. Mesmo se tratando de uma instituição leiga, o vínculo com grupos maçônicos poderia causar complicações ao sacerdote. Contudo, o bispo paulista, em diferentes oportunidades, participou de eventos na Santa Casa, demonstrando sua aprovação à iniciativa. Com esse comportamento, é difícil concluirmos que as ações de Vieira foram sobrepujadas pelo ambiente liberal-maçom ou que seu papel como provedor não tinha a mínima interferência com seu lado religioso. Se, de um lado, as funções da instituição interessavam os grupos progressistas e maçônicos pelas suas recompensas sociais; do outro, vemos que a hierarquia clerical também aprovava as ações do sacerdote pelas mesmas vantagens. Isso não significava que a Igreja interferisse diretamente na instituição da Santa Casa, mas que aprovava as ações de um de seus sacerdotes.

A diversidade de grupos na Santa Casa demonstra que a instituição não era monolítica, já que a coexistência de grupos rivais atesta as funções amplas que a Santa Casa adquiriria na sociedade. Mesmo rivais, esses grupos tinham em comum uma origem social semelhante, ligada às camadas abastadas. Nessa perspectiva, a Irmandade de Misericórdia se evidencia como um *locus* onde acontecem as dinâmicas de poder locais, comportando as hierarquias sociais e políticas campineiras, inclusive em suas tensões, como entre a maçonaria e os ultramontanos. O quadro multifacetado da administração apresentava diferentes grupos elitizados, que, apesar das diferenças, se aproximavam em torno das funções vinculadas à Santa Casa a fim de obter recompensas sociais.

Logo, a Santa Casa reuniu diferentes camadas dominantes campineiras, de modo que pudessem criar instrumentos para a manutenção de seu poder. Assim, a assistência, a saúde, a beneficência e a sociabilidade da Misericórdia permitiram que ela pudesse amalgamar diferentes ideologias, seja pelo aumento da credibilidade dos envolvidos, ou pela tentativa de diminuir as tensões sociais e preservar as hierarquias sociais.

## ***2.2. Santa Casa da Misericórdia de Campinas: a religião, a educação e a conciliação***

As Santas Casas eram instituições assistenciais leigas formadas a partir de uma estrutura confessional das irmandades religiosas. Analisamos no capítulo anterior como o cônego Vieira

reuniu o apoio de vários setores da sociedade, principalmente entre aqueles mais abastados. Apesar de ter uma tendência teológica próxima ao ultramontanismo, ele, curiosamente, contou com o apoio de grupos progressistas e republicanos, inclusive por membros da maçonaria que partilhavam uma posição anti-ultramontana. Essa aparente contradição foi superada em razão de esses grupos fazerem parte de uma origem social semelhante, ligada às camadas abastadas, e, conseqüentemente, pelas recompensas sociais que esses diferentes grupos obteriam, como prestígio e um discurso favorável às ideias que defendiam. Contudo, se a assistência uniu ambos, o que aconteceria quanto ao papel religioso intrínseco à instituição da Santa Casa de Misericórdia?

A resposta seria o encontro de um equilíbrio de interesses atravessado por momentos de tensões latentes. Para responder essa questão, retrataremos um episódio ocorrido durante a “sessão da Assembleia geral de cidadãos convocados para discussão e aprovação do Compromisso para reger a Irmandade da Misericórdia”<sup>146</sup> que indica um potencial atrito. Após o compromisso escrito pelo cônego Vieira ter sido lido e avaliado, abriu-se a sessão para debate dos artigos. Dentre os artigos em que foram propostas mudanças, o artigo 48 do capítulo 5 nos traz informações importantes.

O debate começou quando Francisco Glicério propôs um aditamento ao artigo determinando que “as despesas com o culto católico fossem feitas com esmolas e auxílio dos fiéis, e nunca à custa e expensas da Irmandade”<sup>147</sup>. O artigo se referia à capela da Nossa Senhora da Boa Morte, construída adjunta ao hospital e feita às expensas de José Bonifácio de Campos Ferraz – o barão de Monte Mor – em razão de uma promessa, cujo objetivo era fornecer socorros espirituais aos enfermos. Essa proposta dividiu os irmãos. Dr. Antônio Gonçalves Gomide e o Dr. Jorge Miranda apoiaram Glicério, enquanto o padre Vieira, Dr. Valentim José da Silveira Lopes e Quirino<sup>148</sup> foram contrários. Após debaterem, a emenda foi rejeitada e o capítulo 5 foi aprovado pela maioria.

Esse episódio revela uma disputa relacionada ao papel religioso na Irmandade da Misericórdia, que não se tratava sobre a existência ou não da capela, mas sim se a Irmandade

---

<sup>146</sup> Ata escrita pelo secretário da sessão Luiz Silvério Alves Cruz.

<sup>147</sup> VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, p. 26.

<sup>148</sup> Não é possível precisar a quem a ata se refere, visto que na sessão estavam presentes Joaquim, Francisco e Antônio Quirino dos Santos. Mas Luiz Silvério escreve “falaram contra os srs. Padre Vieira, drs. Lopes e Quirino” (VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, p.26). O trecho leva a entender que se refere a Francisco Quirino dos Santos, visto que ele tinha bacharel em direito e, de acordo com a documentação da irmandade, é o único Quirino que recebe o título de doutor. Assim, para efeito de análise, vamos considerar que foi Francisco Quirino dos Santos quem se posicionou contra a emenda.

deveria tomá-la como sua responsabilidade. O desdobramento dessa questão projeta como seus membros hierarquizavam a importância da função religiosa da Santa Casa e, por consequência, a própria função central da instituição. De um lado, aqueles favoráveis à emenda devem ter argumentado que a capela desviaria recursos do foco real da Misericórdia, ou seja, a assistência e a saúde – baseada no saber médico. Do outro, aqueles contrários à proposta entendiam que um dos papéis da instituição era o socorro espiritual. Dessa maneira, havia uma tensão quanto à função da Santa Casa, sendo o aspecto religioso um ponto a ser definido.

Por fim, saiu vitoriosa a percepção em defesa da responsabilidade de fornecer socorro espiritual aos enfermos e, como consequência, sustentar a capela. Embora o relatório mostre um retorno à harmonia dos irmãos após o debate, é curioso que os três que defenderam o aditamento diminuíram sua participação no decorrer dos anos. Mesmo com o fato de Francisco Glicério e Jorge Miranda terem sido bastante presentes nas sociedades campineiras e em cargos públicos em geral, na Santa Casa, após esse momento, ambos só apareceriam novamente no evento do leilão de prendas para o Asilo de Órfãos – que, como vimos, foi um momento de maior visibilidade nas contribuições para a instituições, o que pode ter influenciado em suas participações. Nesse sentido, mesmo tendo circulação em importantes sociedades campineiras, eles não obtiveram nenhum cargo administrativo durante o nosso recorte<sup>149</sup>, o que leva a crer que não se engajaram mais no projeto da Santa Casa. É possível considerar, portanto, que não era interessante à provedoria apresentar o desconforto gerado pelo embate e, então, maquiagem essas tensões.

Interessante notar que os membros maçons se posicionaram de ambos os lados. Se Francisco Glicério e Jorge Miranda defendiam a não responsabilidade da Santa Casa na esfera espiritual, Valentim José e Francisco Quirino se posicionavam favoravelmente. Nesse sentido, salientamos a necessidade de cuidado ao reduzir a maçonaria, mesmo entre aqueles mais radicais, a um anticlericalismo irrestrito. Embora a *Gazeta de Campinas* defendesse pontos anticlericais, Francisco Quirino apoiou, nesse caso, o papel da religião na assistência. Não que essa posição desvalide as opiniões anticlericais anteriores, apenas propõe uma visão mais complexa sobre a assistência e sobre a Santa Casa, de modo que produz peculiaridades no posicionamento de diferentes grupos; como no caso de o fundador de um jornal de tendências anticlericais apoiar a função religiosa de uma instituição médico-assistencial da qual faz parte.

---

<sup>149</sup> Francisco Glicério tentou se candidatar a mesário na primeira mesa administrativa, contudo, recebeu apenas 4 votos, não conseguindo se eleger a esse posto. Glicério só voltaria a ter participação direta na Santa Casa de Campinas fora do nosso recorte na 11ª Mesa Administrativa, quando ele ocupa o cargo de mesário, eleita em julho de 1889 com vigência até 1891.

Embora, para Francisco Quirino, a assistência médica da Santa Casa tenha um significado de utilidade social e filantrópico nas páginas de seu periódico, ela não estava totalmente dissociada do significado cristão de ajuda ao próximo quanto aos socorros espirituais do enfermo. Assim, é possível ver, para alguns, o entrelaçamento das funções sociais das quais a Santa Casa estava responsável, ou seja, sua função religiosa se confundia com seu papel médico-beneficente até entre aqueles que projetavam uma assistência mais racionalizada. Contudo, para outros, haveria a necessidade do início da separação dessas esferas, ou seja, a presença da religião poderia se manter, mas não sob responsabilidade e custeio da instituição, que deveria priorizar a função de cura e usar os recursos de acordo com as necessidades do saber médico. Em outras palavras, as próprias funções projetadas à Santa Casa estavam em disputas nesse período.

O episódio visto acima, além de mostrar um tema que poderia dividir os irmãos, também evidencia a heterogeneidade das posições tomadas pelos indivíduos. Embora esse atrito possa ter desincentivado a participação ativa de alguns irmãos na instituição por um tempo, ele não desencadeou um choque mais grave, sendo a pauta definida com o apoio da maioria. A seguir, mostra-se uma confirmação da presença da religião no cotidiano da instituição, com apoio de diferentes grupos.

Podemos verificar o papel religioso da Santa Casa de Misericórdia da Campinas a partir da atuação das Irmãs de São José de Chambéry, uma congregação francesa chamada pelo cônego Vieira com o objetivo de administrar o hospital da Misericórdia. As irmãs chegaram em setembro de 1876, sob a gratificação mensal de 25\$000 réis e, quando o externato foi inaugurado em agosto de 1879, o ensino das meninas foi confiado às mesmas religiosas. A esta escolha, surgiram algumas oposições “pelo fato de entregar a educação de meninas a professoras estrangeiras”<sup>150</sup>.

A convivência entre médicos, mesas administrativas e irmãs de caridade era comum em hospitais e espaços de assistência no século XIX. Entretanto, era também permeada por momentos de rivalidade, principalmente quanto à delimitação do poder de decisão de cada um e ao objetivo atribuído à instituição. Essas diferenças, ainda que pudessem gerar confrontos, também contava com acomodações negociadas entre o papel da religião *versus* a incorporação de práticas médicas laicizadas. Sanglard aponta, nesse sentido, que “os confrontos podiam se

---

<sup>150</sup> PAULA, 1948, p.105.



dar entre médicos e freiras, no que se referia aos cuidados aos enfermos, ou mesmo entre médicos e administradores a respeito da função e do papel do hospital”<sup>151</sup>.

Em relação ao hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro, a autora afirma que “a chegada das irmãs da Sociedade São Vicente de Paulo, dedicada ao trabalho com os pobres, em 1852, reforçou, mesmo que simbolicamente, o papel do hospital como lugar de caridade, ao mesmo tempo que acirrou os conflitos com os médicos”<sup>152</sup>. Em outubro de 1900, Tomaszewski apresenta um caso entre a Santa Casa de Pelotas e o Asilo de Órfãs de Nossa Senhora da Conceição, sendo que ambas tinham grande proximidade. No início, o Asilo foi entregue também à direção das Irmãs de Caridade, mas elas foram despedidas em razão do “excesso das práticas religiosas”<sup>153</sup>. A autora narra também um outro episódio envolvendo as mesmas Irmãs de Caridade e a Santa Casa de Pelotas, que se configurou como conflito pelo fato de as Irmãs obrigarem os empregados do hospital a assistirem às missas da capela. Opondo-se a essa atitude, a mesa envia uma carta impedindo a exigência, afirmando que “a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas não tem religião oficial”<sup>154</sup>. Por vezes também, essas Irmãs poderiam agregar tanto poder que interferiam no poder de decisão da instituição. Como por exemplo, no caso da Santa Casa de Porto Alegre analisado por Beatriz Weber, no qual as Irmãs de Caridade conduziam as decisões em relação à religiosidade sob a ameaça de se retirarem do hospital<sup>155</sup>.

Entretanto, nem sempre a presença de congregações femininas religiosas era vista como um entrave aos médicos. Acontece que, no caso de Pelotas, as Irmãs de Caridade foram contratadas exatamente por pedido dos médicos da instituição. Os facultativos exigiam, desde 1889, que a instituição trouxesse as religiosas para administrar o hospital e, quando se decidiu pela contratação das Irmãs, os esculápios a consideraram “favorável às necessidades médicas”<sup>156</sup>. Assim, o convívio e os conflitos decorrentes das relações entre esses três grupos – mesas administrativas, médicos e irmãs religiosas – se davam a partir da conformação de seus interesses, através de momentos de tensões e outros de negociações. Em outras palavras, as opiniões divergentes existentes eram passíveis de gerar tensões explícitas, mas também era possível alinhar os interesses das partes em um mesmo objetivo.

---

<sup>151</sup> SANGLARD, Gisele. *A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização*. Revista Esboços, UFSC, v. 13, n. 16, 2006, p. 25.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>153</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 65.

<sup>154</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 107.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 207.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 206.

No caso da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, de acordo com os relatórios, não houve um embate aberto entre as irmãs religiosas, os médicos e a mesa administrativa, mas sim constantes aprovações. Logo no primeiro ano à frente do hospital, as Irmãs de São José receberam elogios do médico responsável, Cândido Barata: no relatório correspondente, publicado em julho de 1877, o facultativo afirma que “o serviço inteligente, dedicado, caritativo e desinteressado das Irmãs de S. José que se colocam nesse mister acima de tudo quanto delas se possa dizer”<sup>157</sup>. Por esse excerto, os interesses entre médico e irmãs religiosas não se confrontavam, mas, por outro lado, o trabalho destas estaria em concordância com os objetivos do primeiro, sugerindo que a Santa Casa de Campinas acomodava em seu quadro grupos com propostas e expectativas distintas.

No relatório escrito pelo Major Antônio Luiz Rodrigues, no biênio de 1885-1887, o provedor elogia “os importantes serviços que prestam essas Irmãs com toda a dedicação, esforços e caridade [...]. [Sendo] em verdade bem dignas do respeito e consideração gerais”<sup>158</sup>. Parecer semelhante foi dado pelo provedor interino Dr. Valentim José Silveira Lopes, afirmando que

é de nosso dever, e o fazemos com jubiloso reconhecimento, consignar também um voto de muito respeito à Irmã Superiora Anna Justina pela maneira porque tem sempre atendido à direção interna desta casa e bem assim a todas as Irmãs a cargo de quem se acham os diversos serviços<sup>159</sup>

Esses excertos sugerem que a presença das irmãs religiosas satisfazia as expectativas da provedoria e dos médicos, não evidenciando exacerbações de nenhuma das partes. Os elogios acima, em diferentes épocas, mostram que o alinhamento entre eles foi favorável e duradouro, mesmo em um funcionamento entre grupos que poderia gerar conflitos.

Embora não presente nos relatórios, suas divergências deveriam repercutir no cotidiano, o que explica, por outro lado, a frequência na qual os relatórios procuraram enaltecer o caráter e o trabalho das irmãs a fim conservar essas boas relações. Assim, com a intenção de manter a administração sob responsabilidade das Irmãs, a constância de elogios seria intencional, criando um discurso positivo sobre elas que aliviaría possíveis atritos gerados nessa convivência.

---

<sup>157</sup> VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. São Paulo: Tipografia da Província, 1877, p. 48.

<sup>158</sup> RODRIGUES, Antônio Luiz. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1885-1887*. Campinas: Tipografia do Livro Azul, 1887, p. 4.

<sup>159</sup> VIEIRA, Joaquim José (efetivo); LOPES, Valentim José da Silveira (interino). *Relatórios apresentados à Irmandade de Misericórdia de Campinas: anno compromissal de 1882 a 1883*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1883, p. 19.

Em 1885, então como mordomo, Valentim novamente enaltece o trabalho das Irmãs, apontando que elas “têm sido sempre, como é sabido, incansáveis em seu mister, sobretudo na parte disciplinar e econômica, em que não há senão motivos para grandíssimo louvor”<sup>160</sup>. Enquanto no início houve reticências quanto à entrada das irmãs na administração do Asilo, no mesmo relatório Valentim complementa que “nos exames a que tem submetido anualmente suas discipulas mostram as Irmãs professoras que ninguém melhor do que elas podem e sabem educar”<sup>161</sup>. Esses excertos estariam diretamente rebatendo as críticas contra a vinda das irmãs estrangeiras para o externato, tecendo elogios à forma de educação das religiosas e enaltecendo seus resultados positivos.

Acontece que os possíveis motivos para conflitos seriam por causa que a educação das religiosas e a própria congregação de São José de Chambéry tinha uma tendência conservadora, próxima à vertente ultramontana. De acordo com Negrão,

a Igreja, presente na Santa Casa, através de uma congregação feminina, incumbia zelar pela ordem e pelos princípios ultramontanos no tocante à obediência irrestrita aos superiores e aos valores evangélicos, preceituados por Dom Antônio Joaquim de Melo e comungados pelo padre Vieira<sup>162</sup>

A autora relembra que essa congregação religiosa foi uma das ordens chamadas pelo antigo bispo paulista D. Antônio Joaquim de Melo na busca de reformar o ensino, ficando as irmãs responsáveis pela educação feminina e os capuchinhos italianos, pela masculina. Essas ordens estavam dentro do projeto do episcopado de substituir o catolicismo iluminista pelo ultramontano<sup>163</sup>.

Mesmo com uma administração composta por muitos membros com opiniões progressistas, o fato de as irmãs pertencerem a uma congregação “fundada sob a égide do jesuitismo”<sup>164</sup> não impediu que seu trabalho fosse enaltecido. Nos relatórios, há um discurso positivo unânime em relação às irmãs, destacando seu zelo, dedicação, disciplina e inteligência.

Esse comportamento mostra que, para a provedoria, não era interessante evidenciar as diferenças, visto que a atuação das religiosas colaborava para um interesse comum. Em outras palavras, a coexistência dos três grupos seria benéfica para todos, sendo a educação

---

<sup>160</sup> SAMPAIO, Francisco de Abreu. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler & Comp., 1885, p. 14.

<sup>161</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>162</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 55.

<sup>163</sup> WERNET, op. cit., p. 130.

<sup>164</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 51.

(conservadora e disciplinadora para as órfãs pobres) um ponto de intersecção de interesses e expectativas; ainda que, de acordo com Negrão, no Asilo de Órfãs, “a educação feminina [era] pautada no ideário religioso disciplinador ultramontano”<sup>165</sup>.

Na etapa anterior, citamos a afirmação de Ana Maria Negrão de que o interesse de Vieira na consolidação do ultramontanismo em Campinas foi sobrepujado devido à composição progressista – e, em grande parte, maçônica – da Irmandade da Misericórdia. Esse argumento se alicerça na concepção de que, para o sucesso do projeto da Santa Casa, o padre teve de se aliar à elite abastada e grupos liberais da cidade. Mesmo sendo verdadeira essa necessidade, o cônego conseguiu trazer as Irmãs de São José para a administração do hospital e, ainda que com resistências, para o externato. A existência de uma aliança entre grupos rivais não acarreta, necessariamente, um projeto sendo sobrepujado pelo outro, mas sim, a possibilidade de eles se encontrarem exatamente naquilo com que concordavam: no tópico anterior, na assistência e na sociabilidade e, neste, na educação de meninas pobres.

Em outras palavras, não é por ter se aliado a grupos progressistas que Vieira se torna dependente de seus interesses, mas, essa aliança cumpria as intenções de ambos os lados. O sacerdote tinha consciência de que implantar uma instituição assistencial ultramontana do porte da Santa Casa em Campinas, sem certas alianças, seria impossível, mas não é por isso que ele deixaria de lado suas propostas. Assim, Vieira buscaria atender seus interesses a partir dos pontos de intersecção, que interessavam tanto a ele, quanto àqueles de tendências progressistas. A Santa Casa de Campinas seria, então, um espaço de negociação entre duas propostas rivais, sem uma se sobrepor à outra, mas sim por meio de alianças.

Em uma composição social e política multifacetada, essas alianças permitiriam a coexistência de grupos diversos em um mesmo projeto que, em vez de expor suas diferenças, mostraria as convergências entre os diferentes. Com relação à aproximação relatada no tópico anterior, acerca da assistência beneficente, observa-se que foi possível que aqueles envolvidos no projeto compartilhassem do prestígio social recebido como cidadãos benevolentes. No presente tópico, sobre a educação feminina, principalmente das meninas pobres, interessava aos envolvidos (grupos abastados locais) educá-las a serem recatadas e submissas pois isso permitiria fortalecer a hierarquia social como um instrumento para o controle das camadas populares.

Essa coexistência foi possível pela atuação do cônego Vieira, visto que seu papel como mediador, uma figura intermediária, possibilitou o encontro de correntes diferentes – a

---

<sup>165</sup> Ibidem, p. 51.

ultramontana e os grupos progressistas e maçônicos –, evidenciando os pontos de contato entre eles e opiniões similares.

Na reforma ultramontana de Dom Lino, o pároco tinha uma função importante no âmbito local. Segundo Gaeta, uma das formas pela qual o ultramontanismo se inseriu na sociedade em geral e, mais especificamente, em São Paulo, foi pela figura sacerdotal, de forma que “o prelado percebia os padres como agentes sociais capazes de difundir nos distantes microcosmos paroquiais o ultramontanismo e assim, numa ação diacrônica com efeitos multiplicadores, representarem uma ancoragem aos desejos romanizantes”<sup>166</sup>. Ou seja, os sacerdotes locais, como o cônego Vieira, tinham um papel fundamental dentro do projeto de Dom Lino de disseminar e alicerçar os valores ultramontanos.

Na Europa no século XIX, Sanglard também discorre sobre a atuação dos padres na aceitação da população quanto às práticas médicas laicizadas, pois o sacerdote exercia

um papel importante na intermediação da relação entre as autoridades sanitárias e a população [...] São eles que são mediadores de médicos e de administradores, na medida em que a eficácia de uma campanha sanitária ou a questão das melhorias urbanas [...] passa necessariamente por sua atuação e pelo seu poder de convencimento da população<sup>167</sup>

Assim, a credibilidade dos párocos para a população contribuía para a eficácia das práticas médicas, intermediando as medidas sanitárias e a população. Apesar de Sanglard ter abordado um contexto da Europa e de o presente caso não se tratar de uma campanha sanitária, podemos ainda assim considerar que o cônego tinha sim esse papel de mediador. Afinal, sua influência entre diferentes setores da sociedade minimizavam os embates dentro do hospital, permitindo uma aproximação entre ultramontanos, a elite abastada e os grupos progressistas. Acima, por exemplo, vimos que as disputas em torno da função religiosa da instituição não produziram grandes impactos no desenvolvimento da Santa Casa, sendo que a posição de Vieira prevaleceu. Também vimos que foi iniciativa do sacerdote a vinda das irmãs de São José de Chambéry, de diretriz claramente conservadora, que não só servia aos interesses do cônego, mas também atendia aos interesses dos demais grupos presentes na irmandade.

Não achamos que o sacerdote tenha abandonado seu engajamento com os preceitos ultramontanos, mas sim empreendeu pautas possíveis dentro de seu universo, as quais eram duplamente atrativas, tanto em sua vertente religiosa, quanto naquilo que também interessava

---

<sup>166</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 51.

<sup>167</sup> SANGLARD, 2006, p. 26.

aos grupos progressistas e abastados na irmandade. Vieira estaria, na verdade, inculcando seus valores dentro de um contexto bastante avesso às ideias ultramontanas. Assim, sua mediação permitiu uma postura conciliatória que, embora não renunciasse a seus ideais, executaria aquilo que seria possível para ambas as partes, permitindo a materialização de um projeto assistencial e educacional – além da função implícita de controle social – que contou com o apoio do bispo Dom Lino, das camadas abastadas e de setores progressistas campineiros, até mesmo com entusiastas da maçonaria.

Essa conciliação não contrariava o bispo ultramontano, pois era recorrente seu apoio ao hospital e ao cônego Vieira. Inclusive, em vários momentos, aparecem menções sobre a presença de Dom Lino em evento na Santa Casa. Em agosto de 1873, por exemplo, o presbítero visita as obras do hospital e, no fim, faz um donativo de 1:000\$000 réis para a instituição<sup>168</sup>. Já em relação ao externato, em agosto de 1878, o cônego convida D. Lino “para vir pessoalmente assistir à inauguração do estabelecimento e benzê-lo”<sup>169</sup>; e em 1883, após Vieira ser nomeado bispo, fizeram-lhe um jantar para homenageá-lo, no qual o bispo estava presente. Nesta ocasião, D. Lino escreve no livro de visitantes da Santa Casa:

Faço sinceros votos aos Céus pela conservação, continuação e sempre crescente prosperidade deste grande Estabelecimento, destinado, a um tempo, para consolação das dores da humanidade e educação de meninas pobres e desvalidas. Ao ilustre Fundador a homenagem do mais veemente afeto e profundo reconhecimento<sup>170</sup>

Além disso, como já mencionado no início do primeiro capítulo, a ação beneficente e assistencial do projeto da Santa Casa de Campinas atendia também a uma postura social da Igreja em curso e que seria consolidado, posteriormente, com o *Rerum Novarum*. A preocupação do Vaticano com a condição dos trabalhadores, associada ao medo do avanço de ideias liberais e socialistas como respostas ao problema, fez com que a Igreja priorizasse saídas que a elevassem como parte importante na solução da *questão social*, além de uma postura que coordenasse a atuação conciliatória entre os grupos sociais. Assim, na Santa Casa de Campinas se uniriam diferentes grupos sociais em torno da assistência às camadas pobres da sociedade, reforçando o papel religioso no socorro espiritual, além da presença de uma educação conservadora ligada aos preceitos ultramontanos com as Irmãs de São José de Chambéry. Tendo esse contexto em vista, não faria sentido o cônego Vieira ter tido seu projeto ultramontano de

<sup>168</sup> PAULA, 1948, p. 94.

<sup>169</sup> VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1879, p. 9.

<sup>170</sup> PAULA, 1948, p. 119.

fato sobrepujado ao aliar-se a setores progressistas e maçônicos de Campinas, já que ele foi promovido ao bispado exatamente pela sua atuação na Santa Casa. Em outras palavras, haveria um reconhecimento do bispado e até do papado quanto às ações de Vieira de acordo com os ideais ultramontanos na medida em que eram possíveis aplicá-los no contexto campineiro.

Para os grupos abastados, a organização da Santa Casa e do Asilo de Órfãs contribuiria para a “concretização da ação filantrópica na esfera da saúde e da tutela educacional dos menos favorecidos e desprotegidos”<sup>171</sup>. Com isso, a elite poderia se autointitular como benevolente, mostrando-se preocupada com a situação das meninas órfãs. Somado a isso, veremos no capítulo seguinte como a Santa Casa era interessante para as camadas dominantes como forma de solucionar os problemas sociais em relação ao socorro aos mais pobres, além dos benefícios econômicos que a instituição proporcionava a esses grupos em relação à recuperação da mão-de-obra. Tal predicativo também seria importante aos grupos progressistas, principalmente aos maçons, os quais se beneficiariam com a credibilidade social ao participarem de ações beneficentes.

Mas quais seriam as vantagens de esses grupos se interessarem pela vinda de uma congregação conservadora na administração do hospital e do externato? Cabe neste momento evidenciar que a presença das Irmãs de São José no Asilo de Órfãs ia ao encontro das expectativas das camadas abastadas em uma “escola de treinamento e formação de empregadas domésticas e futuras e laboriosas esposas de operários produtivos”<sup>172</sup>. Os princípios de simplicidade, do silêncio, da obediência e do recato<sup>173</sup> das religiosas eram favoráveis a uma elite preocupada com a possibilidade de as meninas órfãs caírem na criminalidade e/ou na prostituição, ao mesmo tempo em que gerava uma mão-de-obra submissa que combinaria perfeitamente aos preceitos senhoriais em um contexto de fim da escravidão, como um meio de renovar os laços de dependência com as camadas populares

Desse modo, o caráter disciplinador das religiosas, em vez de contrastar com o posicionamento das camadas progressistas, na verdade, foi o que angariou seu apoio. O ensino conservador e autoritário das Irmãs foi favorável aos princípios dos liberais, republicanos e maçons que queriam instruir e profissionalizar as camadas populares<sup>174</sup>.

Sem renunciar sua ideologia, a atuação do cônego foi de mediador, um intermediário que conseguiu convergir esses grupos naquilo que interessava a todos. Mesmo sem ter uma

---

<sup>171</sup> NEGRÃO, op. cit., p. 50.

<sup>172</sup> LAPA, op. cit., p. 227

<sup>173</sup> ROCHA, op. cit., p. 132.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 131.

postura combativa adotada por muitos ultramontanos, Vieira conseguiu não só materializar o projeto do hospital, como também atrelar funções religiosas à Santa Casa. Os ganhos sociais e a construção de uma imagem benevolente atraíram as camadas abastadas, além de o asilo fornecer meninas prendadas para trabalharem como empregadas domésticas para a elite. Assim, a preocupação quanto à educação das classes trabalhadoras era de interesse tanto dos grupos progressistas, quanto da Igreja.

Por essas aproximações de interesses, os elementos ultramontanos – como o cônego Vieira, o apoio do bispo Dom Lino e a administração das Irmãs de São José – não geraram conflitos abertos na irmandade em relação aos irmãos partidários da maçonaria e de um anti-jesuitismo no período estudado. O que leva a perceber que o caráter multifacetado da instituição em volta de suas diferentes funções sociais era absorvido em virtude dos variados ganhos que ela oferecia para todos os envolvidos. Como um espaço de sociabilidade, comportou diferentes grupos que se uniram em um projeto com função assistencial, atendendo expectativas que podiam privilegiar seus aspectos religiosos disciplinadores ou pelo seu papel no socorro à população pobre por um saber médico racionalizado – ou, ainda, por ambos –, conforme os interesses daqueles que se relacionavam com a instituição.

### **2.3. Conclusão**

Se no capítulo anterior concluímos que o quadro administrativo da Santa Casa era composto pela camada abastada campineira, neste, a intenção foi de enxergá-lo em sua heterogeneidade, privilegiando a polaridade entre progressistas e maçons *versus* ultramontanos, muito em evidência naquele contexto. A instituição não era monolítica, já que a integravam indivíduos de diferentes ideologias, até de posicionamentos conflitantes, o que demonstra que havia interesses em comum que a Santa Casa podia agregar.

Embora suas visões fossem contrastantes e houvesse tensões, tanto maçons quanto ultramontanos faziam parte de um grupo social comum, sendo inseridos – ou próximos dela – na elite econômica campineira, como no caso do cônego Vieira e dos irmãos Bento e Francisco Quirino dos Santos. Assim, a Misericórdia era reflexo das hierarquias sociais, tornando-a um *locus* de dinâmica do poder local. Integrada dentro das redes de sociabilidade das camadas abastadas, a instituição uniu ambos os posicionamentos, pois todos compartilhavam na intenção de manter as estruturas sociais e de poder.

Outro ponto que amalgamava as ideologias era o fato de haver ganhos simbólicos e sociais para ambos. A beneficência proporciona a seus responsáveis recompensas positivas,



independente da ideologia, de modo que seus significados fossem adaptados conforme o posicionamento de cada parte – como visto na notícia sobre as ações do cônego Vieira na *Gazeta de Campinas* –, permitindo a coexistência de posicionamentos diversos. Para os progressistas, a beneficência se vinculava a uma utilidade social e ao amor à humanidade; e para os ultramontanos, ela estaria dentro dos preceitos cristãos de ajuda ao próximo.

Além dos benefícios em torno do *status*, a Santa Casa interessava também às diferentes pautas ideológicas envolvidas. Quanto aos maçons, a instituição contribuía para a visibilidade de sua organização e o fortalecimento de suas redes de contatos e de ajuda mútua; quanto aos progressistas, a Misericórdia representava um pilar do saber médico racionalizado, símbolo da evolução de Campinas rumo ao progresso e à civilização, além de o asilo interessá-los por conta da profissionalização das jovens órfãs. Já para os ultramontanos, a Santa Casa reforçou a posição da Igreja na assistência aos mais pobres, além de contar com a presença de uma congregação ultramontana como administradora do hospital e do asilo, criando raízes ideológicas em uma cidade famosa pelo republicanismo.

Sem renunciar seu posicionamento teológico, o cônego Vieira atuou como mediador entre pautas, à princípio, contrastantes, unindo-as naquilo que beneficiava a todas. A Santa Casa, então, foi um espaço multifacetado no qual diferentes grupos interagiam em torno da beneficência e assistência, interessados em suas funções religiosas e médicas. Embora heterogêneos e conflitantes, seus participantes tinham a expectativa de agregar visibilidade, interesses econômicos e colaborar para a manutenção de sua posição social.

### **CAPÍTULO 3 – A BENEFICÊNCIA E A SANTA CASA DE CAMPINAS COMO RESPOSTA À QUESTÃO SOCIAL**

No primeiro capítulo, vimos que o quadro administrativo era composto por uma camada abastada, com posses e capitais, a qual era beneficiada pelo contexto econômico que Campinas atravessava. A expansão cafeeira e urbana, favorável a essa camada, foi acompanhada por transformações sociais, principalmente em torno do processo de abolição e da imigração europeia, assim como do agravamento da *questão social*, que ameaçava as relações de poder local em vigor. A intenção neste capítulo é inserir a Santa Casa nesse contexto, associando-a à expectativa das camadas abastadas de que a assistência e a beneficência fossem instrumentalizadas como mecanismo de manutenção do poder local e de enfrentamento da crescente tensão social. Nesse cenário, a Santa Casa se apresentaria como uma ferramenta útil para os grupos abastados em relação a seus temores acerca das camadas populares. Além da Misericórdia, será mais aprofundado o envolvimento da imprensa campineira, que foi utilizada como meio de divulgação para atingir os interesses de visibilidade da elite e renovação dos laços de dependência com as camadas populares.

#### **3.1. Doações aos pobres: Filantropia ou caridade?**

Caridade e filantropia são dois conceitos comumente usados para categorizar as razões que motivam um indivíduo a doar aos pobres. Em relação à primeira, Castel a define como uma “virtude cristã por excelência”<sup>175</sup>. Ao longo da Idade Média, a caridade exercia um preceito importante dentro do universo cristão, de modo que proporcionava aos ricos um meio de expiar seus pecados, principalmente em relação à culpa pela riqueza.

Logo, a caridade seria “a via por excelência da redenção e o melhor investimento para o além”<sup>176</sup>, de maneira a instituir um comércio vantajoso para ambas as partes: o rico-doador receberia como ganho a salvação, enquanto o pobre, além de ser assistido, também seria salvo pois, ao aceitar a sua condição de pobreza, tornava-se privilegiado para a salvação. Contudo, para a troca caritativa estar de acordo com os preceitos cristãos, o doador não poderia se envaidecer de sua ação. Duprat aponta que, sendo um ato piedoso, a caridade deveria renunciar qualquer publicidade de seu feito, sendo até desejado realizá-la no anonimato<sup>177</sup>.

---

<sup>175</sup> CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 61.

<sup>176</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>177</sup> SANGULARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005, p. 15.

Já em relação à filantropia, Duprat indica que ela se relaciona aos filósofos iluministas. Ao contrário da caridade, associada a uma virtude cristã, a filantropia seria uma virtude social<sup>178</sup>. Como fenômeno moderno, tendo ascendido no fim do século XVIII e atingido seu auge no século XIX, este conceito traria novos elementos à beneficência, afastando a motivação religiosa e tornando-a secularizada. Nesse sentido, a filantropia se preocuparia em sanar os males da sociedade, tendo a doação uma utilidade social prática. Ou seja, não bastaria apenas doar indiscriminadamente, mas sim racionalizar os recursos da beneficência para que fossem úteis ao solucionar as mazelas da sociedade.

Sobre a visibilidade do ato, enquanto a caridade buscaria o anonimato, Duprat afirma que seria incentivado a publicização das doações na filantropia<sup>179</sup>. Relacionada a uma necessidade social, as contribuições filantrópicas não poderiam se manter silenciadas, pois assim se restringiria o impacto da ação. Seria preferível, então, a divulgação ao público, pois, podendo servir de incentivo aos demais<sup>180</sup>, somaria maiores recursos e, conseqüentemente, o ato seria ainda mais efetivo.

Embora essa distinção entre caridade e filantropia tenha seu fundamento, escolhemos para esse trabalho privilegiar uma perspectiva aproximada desses conceitos. Essa opção se baseia na dificuldade de encontrar nas fontes informações exatas que precise se a doação seguiu um preceito religioso ou secular. Além dessa inexatidão sobre a motivação, a própria documentação, por vezes, não diferencia claramente os dois conceitos, tornando a distinção entre filantropia e caridade pouco frutífera analiticamente. Em outras palavras, essa distinção teórica é artificial quando aplicada à realidade de Campinas, de modo que seus significados podiam se aproximar ou se distanciar de acordo com os atores sociais estudados.

Esse ponto é exemplificado na notícia dada pela *Gazeta de Campinas*, em março de 1880, sobre um leilão em prol do Hospital de Variolosos em São Paulo. Enaltecendo o valor arrecadado de 36:000\$000 réis, o jornal relata que “a concorrência foi bastante numerosa” e elogia o “bem alto da nobreza de caráter e espírito filantrópico dos cavalheiros que realizaram e tomaram parte naquela festa de caridade”<sup>181</sup>. Nesse trecho, pode-se observar que a notícia usa ambos os termos para definir o mesmo evento, privilegiando o objetivo da ação beneficente – ou seja, a assistência –, sendo pouco salientada se a motivação era religiosa ou secular, tornando imprecisa a diferença entre os conceitos.

---

<sup>178</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>179</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>180</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 136.

<sup>181</sup> “S. Paulo”, *Gazeta de Campinas*, 14/03/1880, ed. 1869, p. 2.

Além desse caso, podemos citar outros momentos que percebemos essa aproximação na documentação. Em julho de 1876, o mesmo jornal publica uma notícia sobre a inauguração do hospital da Misericórdia, na qual elogia a obra ao indicar que se tratava de “um fato consumado a ereção do suntuoso edifício de caridade levantado à custa dos sentimentos filantrópicos de quase toda a população desta cidade”<sup>182</sup>.

No trecho, os termos novamente assumem significados próximos em razão de estarem envolvidos no mesmo objetivo. Ou seja, a caridade e a filantropia se encontravam naquilo que ambas queriam promover: uma obra assistencial-beneficente. Assim, ao invés de analisarmos a divergência entre ambos, é mais vantajoso notar aquilo que aproxima as motivações seculares e religiosas, sendo, no caso, a Santa Casa de Misericórdia.

As características teóricas desses conceitos também se confundem na documentação em relação à visibilidade ou não da ação. Como é o caso do agradecimento publicado, em agosto de 1879, na *Gazeta de Campinas* na Seção Particular, sobre o ato de Victorino Pinto Nunes de doar 20 ações da companhia E. F. Paulista para o hospital da Misericórdia e 10 ações para o Asilo de Órfãs. Neste agradecimento, o cônego Vieira diz que

A irmandade sabe que v. s. quisera antes, que passasse ignorada a sua caridade, para assim cumprir o que recomendou o Nosso Divino Mestre, Nosso Senhor Jesus Cristo. A irmandade, porém, tem o dever de agradecer, em nome dos pobres por ela sustentados, as esmolas que lhe são oferecidas. Assim pois, ilustre irmão, pedindo-lhe desculpa pela publicação de seu generoso ato, a irmandade agradece cordialmente a esmola que lhe foi feita.<sup>183</sup>

No trecho acima, o anonimato e a divulgação se confundem, dificultando uma categorização precisa sobre a doação. Inicialmente anônima, a doação ganha visibilidade quando um terceiro enaltece o responsável pelo ato. Segundo a definição usual, a ação de Victorino se enquadraria primeiro como caridade, pois sua intenção era que sua doação passasse ignorada, de acordo com os preceitos cristãos, visto que, segundo o relato publicado, o ato teria sido motivado pelo devotamento religioso. Contudo, essa resolução não incentivaria outros a doarem também, o que mitigaria o alcance dos benefícios que essa doação poderia gerar à instituição. Ou seja, interessado em angariar mais doações, o cônego Vieira, provedor da Misericórdia, propagandeia o donativo.

A situação se torna mais curiosa ao notarmos que a autoria do ato foi revelada pelo sacerdote. Sendo inverossímil que o cônego não valorizasse esse preceito cristão do anonimato

<sup>182</sup> “Inauguração do Hospital da Misericórdia”, *Gazeta de Campinas*, 27/07/1876, ed. 803, p. 2.

<sup>183</sup> “Santa Casa de Misericórdia de Campinas”, *Gazeta de Campinas*, 17/08/1879, ed. 1698, p. 2.

guardado pelo doador – inclusive o cônego se desculparia pela publicidade da doação –, interpretamos o trecho do seguinte modo: para o religioso, a instituição cumpria uma função cristã assistindo os pobres, de forma que a possibilidade de angariar mais donativos fez com que Vieira subvertesse a intenção inicial de Victorino. Ao gerar maiores frutos ao hospital, a publicidade ampliava a assistência que, por consequência, contribuía para o papel religioso que Vieira buscava dar à Santa Casa.

A partir desses exemplos, observamos que a motivação religiosa e a utilidade social, o anonimato e a publicidade, podem se confundir em razão do interesse dos atores históricos envolvidos e ambas as características motivarem as doações à Santa Casa. Tal situação se complexifica se analisarmos o elemento da imprensa como veículo de informação dessas doações. No caso dos dois primeiros exemplos, os elogios às ações beneficentes foram feitos no noticiário. Como na maior parte dos casos, os elogios aos doadores aqui retratados não são feitos pelos próprios autores, mas sim escritos pelos próprios redatores do jornal, evidenciando relações entre o periódico e as camadas abastadas de Campinas. Nesse caso, devemos levar em consideração os interesses da imprensa – envolvida nas intenções daqueles em que ela estava envolvida – na publicidade dessas ações beneficentes.

Portanto, se confirma que a distinção entre a caridade e filantropia é pouco vantajosa para esta análise documental, sendo preferível explorar a convergência de ambos os conceitos, isto é, o papel da Santa Casa, e chamar esses atos em vez de caridade e/ou filantropia de ações beneficentes, um termo cunhado para ser mais abrangente, no qual privilegiaria a intenção, não a motivação. Nos momentos necessários, nos quais sejam necessários investigarmos de forma mais sutil as motivações dos doadores, essas distinções serão empregadas.

Acontece que o uso desses conceitos – filantropia e caridade – respondem mais a uma experiência europeia do que ao contexto brasileiro de fins da monarquia. A aplicação da concepção de filantropia para a Santa Casa é complicada devido à tradição da instituição na experiência do império português, proliferada durante a colonização do Brasil. Seu desenvolvimento remete aos legados pios e a motivação religiosa, isto é, ao interesse na salvação, levando essa expectativa cristã a moldar a função que teria a Santa Casa e, por consequência, a caridade. Além disso, sua estrutura era fortemente relacionada ao Estado português, ou seja, as Misericórdias se tornaram uma ferramenta de enraizamento do império como estratégia de domínio colonial. Enquanto, por outro lado, o termo filantropia obedeceria a experiência iluminista, acompanhando conceitos que vão se opondo diretamente à ideia de caridade, não cabendo, em um ambiente europeu, uma aproximação com a experiência religiosas das Misericórdias.

Porém, o significado das Santas Casas de origem portuguesas se distingue daquilo que se encontraria no contexto do Oeste Paulista, que somaria a experiência colonial aos acontecimentos do império brasileiro e do século XIX, dentro das transformações geradas pela ascensão da economia cafeeira na inserção do país no capitalismo. Em regra geral, esse contexto influenciaria que a construção das Santas Casas acompanharia o enriquecimento dos fazendeiros no mesmo caminho da expansão do café, não trazendo mais o elemento religioso dos legados pios como elemento preponderante, nem a função das Misericórdias como aparelho de enraizamento do império português. Embora a figura estatal não fosse mais quem direcionasse as Santas Casas, o Estado se encontraria presente no financiamento dessas instituições, funcionando em parceria público-privado, mesclando subvenções do governo e doações individuais em boa parte das novas Misericórdias nesse período na região.

Por outro lado, as características relacionadas à filantropia não são incorporadas nos seus significados iluministas, mas sim reinterpretadas mediante o contexto vivido e a bagagem histórica colonial. Mesmo na segunda metade do século XIX, é difícil concluir que a Misericórdia estava dissociada de suas raízes religiosas ou que não fosse forte na sociedade brasileira a religiosidade cristã. Ou seja, mesmo quando ela exercia um papel de utilidade social, a realidade estudada continuava bastante católica e a Santa Casa, por essa razão, ainda conservava sua motivação cristã no período, ainda que em transformação. Em outras palavras, não há uma dissociação completa do elemento religioso nas ações consideradas como filantrópicas. Desse modo, o sentido desses conceitos – filantropia e caridade – dentro do contexto campineiro analisado ganha um sentido especial e próprio dentro dessa experiência histórica particular.

Contudo, essas definições usuais desses conceitos não serão descartadas, como dissemos, pois permitem categorizar a função exercida pela Santa Casa de Campinas em termos de religiosidade e secularidade. Levando em conta a conceitualização teórica de caridade e filantropia, a instituição exerceria um duplo papel, onde o hospital se caracterizaria como um ponto de contato desses dois termos na realidade campineira, de modo que ambos se sobrepõem e se confundem. Como o hospital prestava a assistência aos pobres e possuía uma estrutura das confrarias religiosas, respeitaria o preceito cristão, mas também responderia ao papel de ter uma utilidade social ao atuar na assistência da população mais pobre. Mesmo não querendo utilizar uma definição rígida para as motivações dos doadores, proponho, por outro lado, que essa distinção seja interessante para determinar os campos em que a Santa Casa estava; ou seja, em um espaço de encontro entre religião e utilidade social.

Uma perspectiva aproximada desses conceitos não é, porém, uma escolha incomum. Em sua tese, Sanglard aponta que “imanescentes ou transcendentais, laicas ou confessionais, ações isoladas ou coletivas, a caridade e a filantropia, nos limites deste trabalho, não são entendidas de forma antagônica, visto que se encontram ambas indissociáveis à questão da pobreza”<sup>184</sup>. Assim, a autora também converge os dois termos, pois ambos se assemelham quanto ao objeto da ação beneficente, isto é, a pobreza. Mas, enquanto a autora privilegia a finalidade da ação, no nosso trabalho teremos como foco de análise o meio, aquilo que concentra as doações, ou seja, a Santa Casa de Campinas.

A vantagem de se utilizar ambas as concepções é que permite entender as funções exercidas pelo hospital no contexto campineiro. Ao não limitar a análise enquadrando em um ou outro conceito, o nosso trabalho ganha em termos analíticos por compreender a variedade e a sobreposição de motivações que levariam uma pessoa a doar. Um outro ponto é que o ângulo de análise de privilegiar o meio que agrega a beneficência – Santa Casa – e não o seu fim – cuidado aos pobres –, corresponde melhor ao nosso objetivo de entender os sentidos que essa instituição exercia para aqueles que a financiavam com doações.

Além disso, há uma possível consequência negativa em assumir como foco a finalidade da beneficência. Se estabelecêssemos a pobreza como ponto de encontro entre filantropia e caridade, logo, partiríamos do pressuposto implícito que as camadas populares seriam o objeto da assistência e da beneficência, e não sujeitos. Ao determinar, pelo contrário, que a convergência dos conceitos ocorre na Santa Casa, evitaríamos o risco de excluir a participação popular na beneficência, abrindo espaço para entender como eles enxergam a beneficência pelo papel exercido pelo hospital.

A escolha do termo beneficência poderia ser simplesmente englobada pelo conceito de filantropia que, não excluindo a caridade, se diferenciaria pela ideia de utilidade social<sup>185</sup>. Acontece que não vemos essa escolha como vantajosa para este trabalho, por duas razões: a primeira é o privilégio conceitual dado a uma das funções projetadas à instituição, acabando por eclipsar seu papel religioso. Embora o século XIX tenha se tornado mais secularizado e as pessoas estarem menos compromissadas na ideia de *imitatio christi*, ao darmos um termo com uma denotação secularizada, é possível colocarmos em segundo plano – ou até desconsiderarmos – as motivações religiosas desses indivíduos direcionadas à Santa Casa. Em consonância a primeira, a segunda razão é de que, ao definirmos como filantropia, não estaríamos valorizando sobremaneira a concepção de utilidade social e, por consequência, a de

---

<sup>184</sup> SANGLARD, 2005, p. 16.

<sup>185</sup> SANGLARD, 2020, p. 2.

racionalidade no século XIX, acabando por ampliá-la para toda a sociedade? Em outras palavras, mesmo que este período tenha avançado em ideias seculares e desenvolvido propostas de reformas úteis para a sociedade, boa parte da sociedade brasileira continuou adepta as antigas estruturas católicas, além de muitos não visassem que suas ações terem um fim de utilidade social. Dessa forma, a escolha pelo termo beneficência, em vez de filantropia, se justifica, com o objetivo de não desvalorizarmos as motivações religiosas que prevaleciam nas doações, nem conceder uma racionalidade aos doadores quando não as tinham.

Portanto, em relação aos termos que qualificam a doação, optamos por não privilegiar suas distinções nas doações individuais, pois elas pouco contribuem em termos de análise, já que as motivações muitas vezes são ocultadas ou se sobrepõem. Preferimos utilizar o termo beneficência, pelo fato também dele não induzir algum significado ou função à doação *a priori*. Contudo, não as descartaremos, pois elas podem contribuir para analisarmos os papéis projetados pela sociedade à Santa Casa, visto que essas funções – seja separada ou simultaneamente – consistem na expectativa de os doadores entregarem suas contribuições. Mais do que analisar essas motivações individualmente, elas serão vistas como papéis incorporados à Misericórdia. Essas funções, portanto, representam as diferentes intenções daqueles que se envolveram no hospital. Assim, não restringiríamos o hospital no quesito de assistência aos pobres e ocultando outros possíveis papéis que podiam ser atribuídos a ele, inclusive aqueles projetados pelas camadas populares que faziam donativos à instituição.

### 3.2. “*Ato digno de louvores*”: doação como forma de exaltar os grupos abastados

Em regra geral, um traço comum nos trabalhos sobre a beneficência é o protagonismo dado às elites. Estudando a *Belle Époque* carioca, Sanglard analisa as ações beneficentes de Guilherme Guinle, enquadrando-as como uma prática típica da elite inserindo-a em uma cultura das camadas dominantes, “onde a ideia de doar está sempre presente”<sup>186</sup>. Essa prática também está presente no período imperial, tema sobre o qual, em seu artigo sobre as instituições assistenciais do Ceará, Cláudia Oliveira observa que os idealizadores desses empreendimentos beneficentes “pertenciam às elites econômicas, possuíam grande prestígio social e político”<sup>187</sup>. Esse perfil social elitizado reflete nos interesses por trás da filantropia. Sem descreer no possível desinteresse do ato, muitas ações beneficentes também seriam motivadas pelos ganhos dos

---

<sup>186</sup> SANGLARD, 2005, p. 7.

<sup>187</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 141.



doadores, sejam eles materiais, sociais ou simbólicos. Oliveira destaca, nesse sentido, que “o sentido da filantropia para as elites estava intimamente articulado à ideia de recompensa social”<sup>188</sup>.

Por esse interesse, vemos que a filantropia era instrumentalizada pelas camadas dominantes. Assim, essa prática estaria intimamente relacionada ao interesse de ampliar o prestígio simbólico, fortificando a posição social dos grupos abastados. De acordo com essa ideia, Viscardi propõe que a beneficência, muitas vezes em grandes quantias, não pode ser explicada pelo retorno financeiro, mas que “todo este investimento, por parte dos doadores mais ricos, se fazia com o fim de edificar e reforçar o seu ‘capital simbólico’”<sup>189</sup>, sendo “materializado pelo conhecimento e reconhecimento de quem os ofertou”<sup>190</sup>.

Essa imagem positiva, somada à função de ser um núcleo prestigiado de sociabilidade e de concentrar a assistência hospitalar nas mãos das camadas elitizadas, possibilita que a filantropia e a Santa Casa se enquadrem como ferramentas de manutenção de poder simbólico e social. Assim, permitia-se que as camadas abastadas tivessem mais um alicerce para a sua posição social, além do aparato repressivo e econômico. Isso porque o *status*, somado à política e a riqueza, seriam mecanismos nos quais se baseariam a hierarquia da sociedade em momentos de tensões sociais.

Vimos no capítulo 1 que as camadas abastadas estavam em peso na administração da Santa Casa de Campinas, o que possibilitava que ela pudesse concentrar e projetar a forma assistencial que a instituição ofereceria. No gráfico 9 abaixo, é mostrado a proporção dos doadores que apresentam posses ou rendas ao longo do período analisado, ou seja, aqueles que foram classificados como fazendeiros, capitalistas ou proprietários:

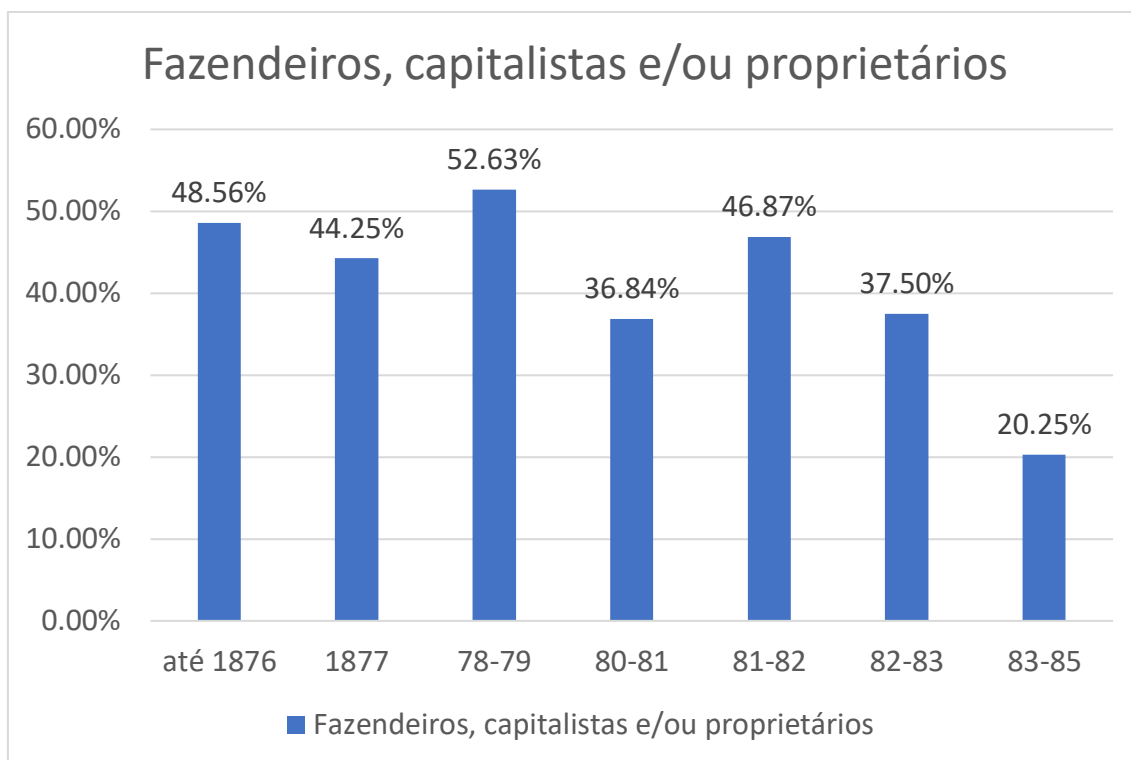
### **Gráfico 9 - Proporção de capitalistas, proprietários e fazendeiros como doadores da Irmandade de Misericórdia de Campinas**

---

<sup>188</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>189</sup> VISCARDI, 2004, p. 105

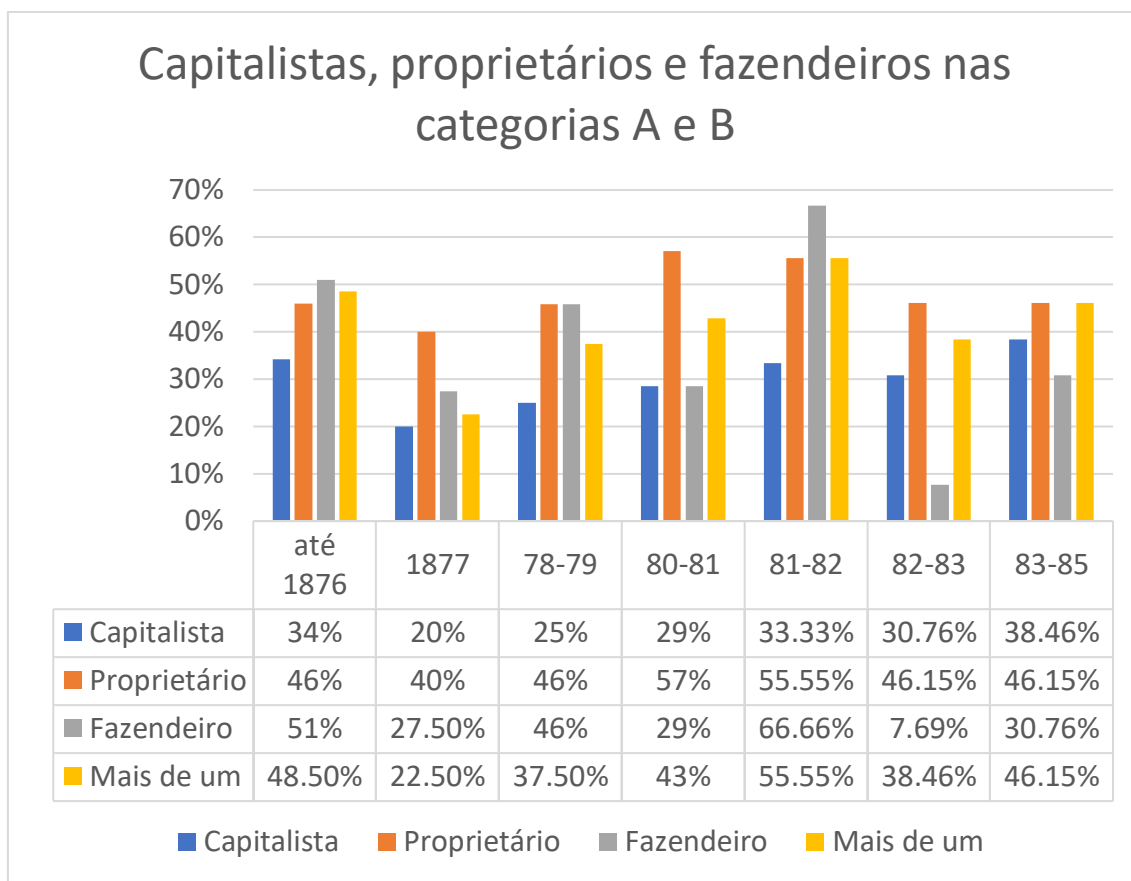
<sup>190</sup> Ibidem, p. 106.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas cruzados com as informações dos almanaques de Campinas.

Assim como nas mesas administrativas, a proporção de doadores com posses é elevada na maior parte dos anos analisados, ficando acima de 35% em 6 dos 7 relatórios, passando da metade em 1878-1879. Dessa forma, vemos que a instituição também contou com o forte apoio financeiro da camada proprietária de Campinas, assemelhando ao comportamento retratado nos trabalhos descritos acima por Sanglard e por Oliveira. Esses doadores desembolsaram, muitas vezes, grandes montantes em suas contribuições. No gráfico 10 abaixo, vemos essas mesmas categorias – fazendeiros, proprietários e capitalistas – em relação às doações de categoria A – acima de 500\$000 réis – e B – de 499\$000 réis à 101\$000 réis:

**Gráfico 10 – Proporção de capitalistas, proprietários e fazendeiros como doadores da Irmandade de Misericórdia de Campinas nas categorias A e B**



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas cruzados com as informações dos almanaques de Campinas.

Como é possível observar no gráfico, há uma grande parcela de doadores com posses e/ou rendas que entregaram valores elevados à Santa Casa. Se levarmos em consideração a coluna “mais de um”, ou seja, que o doador foi classificado em mais de uma categoria, vemos que se trata de uma elevada proporção de membros das camadas abastadas que destinaram quantias volumosas à instituição. Essa categoria retrata um indivíduo com posses diversificadas, sendo um indicativo a mais de alguém abastado financeiramente. A elevada proporção desse grupo indica a participação de uma camada endinheirada, cujas funções exercidas pela Santa Casa a levavam a desembolsar vultosos valores para a instituição. Assim, é possível observar que esse grupo se envolveu com a Misericórdia tanto em sua administração – visto no capítulo 1 – como em seu financiamento. Como apresentado acima pelas autoras, as camadas elitizadas tinham o interesse em serem reconhecidas pelas suas ofertas, de modo que a visibilidade fosse uma das motivações que envolvessem esses grupos em participarem da Santa Casa, de modo que a instituição se solidificasse como alicerce para sua posição e prestígio social. Entretanto, não se deve ver esse comportamento de forma isolada, mas sim como ação coletiva, ou interesse de grupo dominante.

Essa correlação entre camadas abastadas e prestígio social acontece pelo fato de que o reconhecimento promovido pela ação beneficente não se dá apenas individualmente, mas também pode proporcionar o fortalecimento da camada dominante, reforçando os alicerces de seus privilégios, seu *status* e de sua dominação social enquanto grupo. Assim, a recompensa social pode ser compartilhada e, então, usada para reforçar as hierarquias sociais de um grupo. Por essa razão, Viscardi pontua que as associações filantrópicas “cumprem um papel fundamental na construção e na manutenção do poder local”<sup>191</sup>.

A propagação dos ganhos pela beneficência acontece pelo interesse dos envolvidos de “que seus nomes fossem alçados à condição de cidadãos beneméritos ilustres”<sup>192</sup> e, assim, que sua participação ganhasse “uma memória valorativa e mitificada” dos membros desse grupo elitizado<sup>193</sup>. Logo, haveria uma simbiose entre a manutenção do poder e a intenção de construir uma imagem benevolente das camadas abastadas, elevando seus nomes na história da instituição.

Se a beneficência, para esse grupo, cumpria a expectativa de construir uma imagem positiva, aumentar seu prestígio e conservar sua hierarquia social, logo, esses atos não poderia atuar de maneira oculta, mas sim reverberá-los, a fim de possibilitar que a sociedade os vinculasse ao patamar de benevolente e virtuosos, possibilitando, assim, os ganhos sociais visados. Para esta projeção ser possível, a imprensa ocupou uma função importante: divulgando com frequência as doações e tecendo elogios aos cidadãos responsáveis, esta teve o papel de ser “o principal canal de comunicação entre as elites e a gente comum, através do qual os valores dominantes e o reforço de sua imagem eram repassados”<sup>194</sup>.

Encontramos na *Gazeta de Campinas* vários exemplos que condizem com essa função e, como consequência prevista, propagandeou a imagem do doador. Em abril de 1879, o jornal publica uma notícia com o título “donativo”, onde se relata que o sr. Sampson, “estimável cavalheiro estabelecido nesta cidade”, doou 200\$000 réis à escola Corrêa de Mello, em virtude de ele estar se retirando para a Europa. Para qualificar essa ação, o periódico a descreve como “um ato filantrópico digno de ser imitado”<sup>195</sup>.

A partir dessa notícia, há duas características que devem ser salientadas: a primeira é o elogio à posição do doador, chamando-o de “estimável cavalheiro”. Dessa forma, a notícia conduz o leitor a uma imagem positiva de Sampson, como se suas boas ações fossem naturais

---

<sup>191</sup> VISCARDI, 2004, p. 105.

<sup>192</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>193</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 143.

<sup>194</sup> VISCARDI, 2004, p. 106.

<sup>195</sup> “Donativo”, *Gazeta de Campinas*, 02/04/1879, ed. 1586, p. 1.

a seu caráter e ao lugar que ocupa dentro da sociedade. O segundo aspecto é o incentivo que o periódico faz para novas doações. Estimulando que a ação de Sampson fosse imitada, criar-se-ia um efeito em cadeia, no qual outros indivíduos se motivariam para realizar ações beneficentes, para serem, na sequência, enaltecidos pelo jornal. Como vimos, os redatores do jornal eram membros – ou relacionados – à elite campineira, logo, o efeito produzido seria o de manter uma continuidade nas doações e dos elogios a elas direcionados, reproduzindo constantemente uma imagem positiva das camadas abastadas e de seus feitos.

Um outro exemplo com efeito similar é uma notícia publicada em maio de 1878, quando a *Gazeta de Campinas* relata a ação do negociante Constantino Proost de Souza, sob o título “filantropia”. Em razão das secas que assolavam o norte do país, o negociante “incumbe-se de receber e despachar na estrada de ferro, independente de ônus algum, todos os gêneros que os srs. Lavradores queiram enviar para as províncias do norte”. Para concluir, o jornal salienta ser “um ato este digno de todos os louvores”<sup>196</sup>.

Utilizando as informações encontradas nos Almanques de Campinas de 1878 e 1879, descobrimos que Constantino era responsável por uma casa de comissões, além de ter sido membro de duas sociedades de prestígio em Campinas: Carlos Gomes e Club Semanal, tendo sido membro do conselho da segunda. O Club Semanal, por sua vez, foi uma associação criada em 1857 com a intenção de realizar bailes entre seus sócios, a qual, como visto no capítulo anterior, o almanaque de 1879 descreve como uma sociedade que reúne em seus salões a melhor sociedade<sup>197</sup>. Constantino, porém, não só participava de associações recreativas, como também fazia parte de instituições assistenciais, ocupando o cargo de mesário da Irmandade da Misericórdia em dois momentos: na quinta e na sexta mesa administrativa. Por fim, ele também foi habilitado como eleitor nas eleições de 1879.

Com essas informações, percebemos que Constantino era inserido na alta sociedade campineira, tendo participado de associações de prestígio e feito parte de instituições assistenciais como a Santa Casa. O fato de ter sido eleitor também nos faz vê-lo como alguém com recursos, em razão do critério censitário em vigor. Essas características nos permitem melhor compreender a notícia quanto a seu teor filantrópico: ocupando já espaços de prestígio dentro da sociedade, a visibilidade da ação beneficente de Constantino poderia contribuir positivamente com a sua imagem, possibilitando um reconhecimento social dentro da sociedade campineira e, por fim, aumentar ainda mais seu *status*. Se essa notícia foi publicada em 1878 e

---

<sup>196</sup> “Filantropia”, *Gazeta de Campinas*, 22/05/1878, ed. 1330, p. 2.

<sup>197</sup> FERREIRA, Carlos; SILVA, José Hypólito. *Almanach popular de Campinas para o anno de 1879*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878, p. 94.

Constantino assumiu pela primeira vez o cargo de mesário na quinta mesa administrativa – isto é, eleito em 1880 –, é possível considerar que os efeitos de seu ato “digno de louvores” possam ter contribuído para ele ter ascendido socialmente, possibilitando galgar posições em uma sociedade de prestígio como a Santa Casa de Campinas.

Essa mesma postura de exaltar práticas beneficentes é encontrada nas ações voltadas à Irmandade de Misericórdia e a suas instituições anexas. Nesse sentido, em outubro de 1878, a *Gazeta de Campinas* publica uma notícia sobre o fato de João Francisco Ferreira Jorge ter doado 50\$000 réis<sup>198</sup> ao Asilo de Órfãs. Elogiando outros “tantos benefícios [que] tem feito ao hospital”, o jornal define a doação como “um ato digno de louvores pela boa intenção que o originou”<sup>199</sup>.

Segundo os almanaques, ao longo da década de 1870, Jorge foi classificado como proprietário sendo dono de uma loja de fazendas. Já na década de 1880, ele foi categorizado como capitalista, na qualidade de comprador de café. Jorge também era participativo nas sociedades, vinculando-se especialmente às instituições assistenciais: foi vice-presidente em 1878 e presidente em 1888 da Sociedade Portuguesa de Beneficência<sup>200</sup>, além de ter sido mesário da Irmandade de Misericórdia em duas oportunidades, na terceira e na décima mesa administrativa. Esses dados levam a crer que a imagem de João Francisco se atrelaria à assistência e, quando a notícia divulga sua doação, sua posição social é frisada para enaltecê-lo, assim como seus feitos precedentes na instituição são lembrados e usados a seu favor para reforçar sua credibilidade e reconhecimento perante o público, colocando-o como magnânimo e presente nas questões assistenciais, de modo que seu capital simbólico é ampliado com a participação da imprensa. Pensando que se trata de um negociante – inicialmente de fazendas e depois de café –, é importante ressaltar as vantagens que essa imagem benevolente poderia agregar a seus negócios. Esse componente permite aprofundar mais nas motivações econômicas que faziam com que os doadores das camadas abastadas se envolvessem com a Santa Casa.

Em março de 1879, há uma notícia sobre a doação do coronel Joaquim Quirino dos Santos ao Asilo de Órfãs. Para construir um perfil solícito e preocupado com os mais necessitados, o jornal exalta a sua iniciativa frente às lacunas da instituição, relatando que “indo

<sup>198</sup> Para o ano compromissal de julho de 1878 até junho de 1879, Jorge aparece nas listas de doações com a entrega de 100\$000 réis à Santa Casa, ou seja, valor correspondente à categoria C. É possível que ele tenha doado em duas oportunidades no mesmo ano e que, nas listas dos relatórios da provedoria, tenham-se somado as quantias.

<sup>199</sup> “Ato filantrópico”, *Gazeta de Campinas*, 18/10/1878, ed. 1452, página 2.

<sup>200</sup> Sobre essa sociedade, o almanaque de 1879 a descreve como “sociedade [que] conta atualmente 350 sócios entre efetivos, beneficentes e beneméritos, número que atesta o quanto os portugueses aqui residentes tomaram em consideração os grandes cometimentos que a sociedade tinha por fim realizar, e a maneira porque procedem sempre que se trata em pôr em prática uma ideia útil e humanitária” (FERREIRA, 1878, p. 92).

há dias visitar o edifício do Asilo de Órfãos desvalidas, e vendo-o despido de mobília, ofereceu ao sr. Provedor a quantia de 500\$000 réis”. Com essa narrativa, o doador é descrito pelo periódico como um indivíduo ativo frente às necessidades sociais. Ou seja, criar-se-ia um perfil de alguém que visava atribuir uma utilidade racional à sua doação, a fim de resolver um problema social, similar ao conceito teórico de filantropia que vimos no início do capítulo. Por fim, o periódico busca relacionar a ação a uma característica intrínseca de seu caráter, caracterizando o ato como foi “digno de louvores e que mais uma vez vem provar os sentimentos filantrópicos do mesmo”<sup>201</sup>. Além de uma ação louvável, o jornal a pontua como recorrente, mais uma vez construindo a ideia de um cidadão magnânimo.

Contudo, antes de nos aprofundar no envolvimento de Joaquim Quirino dos Santos na sociedade campineira, vale mais uma consideração sobre a atuação da imprensa. A partir desses exemplos, é evidente que a imprensa estava associada à beneficência. Como órgão de divulgação, ela agiria de forma a divulgar e potencializar as recompensas adquiridas a partir das doações, capitalizando maiores ganhos sociais do doador. Como dissemos, os fundadores da *Gazeta de Campinas* tinham vínculos próximos com as camadas abastadas da cidade e, por consequência, com a administração da Irmandade de Misericórdia, logo, o periódico atuava como um aliado de ambos os grupos e de suas iniciativas assistenciais quando desenvolvia elogios à ação desses doadores em seu noticiário.

No caso retratado, essa relação é ainda mais próxima, quando lembramos que o fundador da *Gazeta de Campinas* Francisco Quirino dos Santos, era filho de Joaquim Quirino dos Santos e este pai do tesoureiro da Irmandade da Misericórdia, Bento Quirino dos Santos. Assim, os elogios e a divulgação dos donativos também poderiam estar relacionados não apenas aos laços de grupo social, mas também a vínculos familiares, compadrios, políticos, entre outros. Logo, é importante considerar as relações existentes entre aqueles envolvidos nas doações, principalmente nos casos que envolviam a imprensa, pois esta teria papel fundamental na construção da imagem do doador, proporcionando ganhos sociais às três partes – redes familiares, Santa Casa e imprensa – envolvidas com a ação beneficente. Em outras palavras, confirma-se que a imprensa cumpre um papel importante na construção do *status* da elite, ampliando seu alcance na esfera pública por meio da visibilidade das práticas beneficentes.

Tal situação ilustra os elementos envolvidos no ato da doação com a finalidade de receber reconhecimento social, de modo que os três indivíduos da mesma família constituem as três partes envolvidas em uma doação propagandeada – aquele que doa, aquele que recebe e

---

<sup>201</sup> “Ato filantrópico”, *Gazeta de Campinas*, 04/03/1879, ed. 1562, p. 2.

aquele que divulga. Todos eles estão imbricados de forma que se tornam essenciais para exponenciar os ganhos sociais obtidos. O prestígio tanto do doador quanto da instituição beneficiada adquire ainda mais valor dentro da sociedade na medida em que a imprensa atua, pois é aí que suas qualidades são evidenciadas e valorizadas ao público, contribuindo para construir uma memória positiva de ambos. Assim, embora, como veremos, Joaquim Quirino dos Santos fosse um indivíduo bem inserido na sociedade campineira, foi a atuação da imprensa que viabilizou – ou as construiu – a difusão de suas qualidades para a sociedade.

Retornando ao doador acima, se nos outros casos é possível considerar que seus autores faziam parte de uma elite campineira, a situação fica ainda mais evidente quanto ao coronel Joaquim Quirino dos Santos. Quanto à sua posição econômica, ele era uma pessoa de posses e capitais, tendo sido considerado pelos almanaques um capitalista, proprietário e lavrador ao longo da década de 1870. Além de abastado economicamente, ele também ocupou diferentes cargos públicos de importância, como o de delegado, o de juiz suplente e o de juiz de paz.

Além disso, o coronel também foi ativo nas sociedades, exercendo cargos importantes em diferentes associações: participou do teatro de São Carlos, como tesoureiro em 1872 e presidente em 1878 e 1879; e atuou no Colégio Culto à Ciência, ocupando a posição de secretário em 1872 e 1873. Joaquim Quirino também se inseriu nas iniciativas que visavam o melhoramento econômico e/ou urbano da cidade: em 1878, foi tesoureiro do Club da Lavoura e um dos diretores da Companhia de Estrada de Ferro Mogyana, além de ter ações na Companhia Campineira de Carris de Ferro em 1886. Com essas informações, podemos evidenciar o quanto Joaquim Quirino dos Santos estava inserido em diversos ramos da sociedade campineira, atestando sua influência e prestígio. Ou seja, o envolvimento em ações beneficentes não se constituía apenas daqueles que visavam ascender socialmente, mas, sobretudo, daqueles que já se encontravam no alto da hierarquia social. Se atrelamos a beneficência direcionada à Santa Casa como uma estratégia de manutenção do poder, logo, aqueles mais influentes na sociedade seriam os mais interessados em serem vistos como magnânimos e benevolentes, por serem elementos que contribuiriam em manterem sua posição social.

Assim, a ideia defendida é que uma notícia que valoriza um ato beneficente de uma personalidade já influente na sociedade, como no caso de Joaquim Quirino dos Santos, contribuiu para revesti-lo da qualidade de generosidade, a qual se soma positivamente a sua condição econômica e serve para a manutenção de sua elevada posição na sociedade. Mais do que isso, não só o doador adquire uma aura de preocupação com o próximo assistido, mas todo o grupo de que faz parte recebe os espólios dessa recompensa. Se a doação feita pelo coronel



contribui para a sua imagem, por tabela, toda a camada dominante colhe frutos, pois seu ato pode ser repercutido como reflexo de uma elite preocupada com as necessidades dos mais pobres.

Se a proposta acima propõe que os ganhos de um podem servir para revestir os demais, por outro lado, e de maneira recíproca, são seus próprios pares que validam – e divulgam – as ações beneficentes de um doador. Ou seja, o reconhecimento obtido pelo autor da ação é afirmado por aqueles que compartilham o mesmo círculo social. Assim, esse *status* é partilhado dentro de um grupo – inclusive entre aqueles que divulgaram a doação –, repercutindo ainda mais os atos do doador e proporcionando-lhe ainda mais notoriedade. Em outras palavras, seria um ciclo que se retroalimentaria, pois as recompensas sociais almejadas pelo doador pela visibilidade são compartilhadas por aqueles que a propagandeiam. Visto que a imprensa e as camadas abastadas, no fundo, estão vinculadas, valorizar a posição social do segundo acaba por trazer ganhos ao primeiro.

Essa validação social da imagem valorativa de uma camada dominante é essencial para sua perpetuação no poder. Embora haja outros elementos que sustentem sua posição social, como o poder econômico e o aparato repressivo, o capital simbólico solidifica a hierarquia. Em outras palavras, se a riqueza produz a desigualdade e a polícia a impõe, o simbolismo da benevolência justificaria, em teoria, sua posição dominante. Contudo, nosso objetivo é esquadrihar as expectativas projetadas pela elite. Percebemos, contudo, que sua efetivação – isto é, a forma como são recebidas pela população – foi muito mais conflituosa.

De qualquer forma, o enaltecimento da assistência nos jornais não ocorre apenas individualmente, mas há casos em que a notícia projeta a beneficência a todo um grupo, como à cidade. Nesses casos, é possível perceber a tentativa do periódico de associar a magnânima como uma característica inata dos munícipes campineiros, como se a generosidade fosse intrínseca à sua identidade. Essa postura se atrela aos valores progressistas defendidos pela imprensa campineira estudada, em razão de a beneficência ser vista como um valor “civilizado” – aos moldes europeizados – e que demonstra o progresso moral da sociedade. A intenção, portanto, seria mostrar como Campinas estaria sintonizada com os moldes civilizatórios preconizados pelos ideais da *Gazeta de Campinas*.

Uma ilustração dessa perspectiva ocorre em fevereiro de 1880, quando o periódico traz o caso do Manoel da Silva Friandes, o qual era vítima de grave enfermidade. Sendo um chefe de família sem meios de subsistência, a doença o impedia de adquirir trabalho para sustentá-la. A fim de acudir às suas necessidades, a família do enfermo recorreu à generosidade pública, acerca de que o jornal relata que “força confessar que ninguém se tem recusado a concorrer

com auxílios valiosos, por isso que um dos distintivos do povo campineiro é o mais elevado sentimento de filantropia”<sup>202</sup>. Em vez de exaltar doações individuais, a notícia engrandece toda a sociedade, de modo que a filantropia configuraria uma qualidade inerente à identidade da cidade.

Notícia semelhante é dada em março de 1880. Joaquim Augusto Filho era um artista que estava enfermo fazia meses, sem possuir meios de suprir suas necessidades. Indo para São Paulo em busca de tratamento, o artista pediu auxílios ao jornal, pois já havia se apresentado várias vezes no teatro da cidade. Os redatores então decidiram levantar os recursos necessários e entraram em contato com um sócio da sociedade dramática italiana, visando organizar um espetáculo em favor do artista enfermo. Para convidar os leitores a fazerem parte do evento beneficente, a notícia argumenta que

compreendendo a necessidade de sermos neste mundo úteis uns aos outros nas ocasiões supremas, as pessoas filantrópicas desta cidade não se negarão de certo a comparecer a esse espetáculo, cujo produto irá mitigar o sofrimento e as privações de uma família<sup>203</sup>

Essas notícias têm em comum o objetivo de convocar a população campineira a atuar em prol de uma causa beneficente. Para atingir esse fim, o jornal motiva seus conterrâneos já lhes atribuindo a qualidade de filantropos. Assim, a ordem se inverte e as qualidades são exaltadas mesmo antes da consumação do ato generoso, pois o caráter benévolo da cidade já seria um fato consolidado, visto que os redatores do jornal consideravam Campinas uma cidade entre as mais civilizadas do Brasil. A recompensa, então, seria a confirmação da autoimagem magnânima que se projetava aos munícipes e a reafirmação do progresso moral como um ideal necessário que os redatores vislumbravam para a cidade. A beneficência, nesses casos, atua como elemento definidor da população, reafirmando uma identidade valorativa para toda a sociedade, de modo a incentivar a assistência tendo como foco a utilidade pública.

Esse elemento virtuoso definidor da população campineira atribuído pelo periódico também é aplicado em relação às doações para a Santa Casa, o que somaria nessa perspectiva por se tratar de um empreendimento de cunho assistencial e beneficente que se encaixava nos preceitos de desenvolvimento social, urbano e moral que a *Gazeta de Campinas* valorizava. Logo após o evento do lançamento da pedra fundamental – que marcaria o início das obras da instituição – o jornal acreditava que

---

<sup>202</sup> “Um infortúnio”, *Gazeta de Campinas*, 19/02/1880, ed. 1849, p. 2.

<sup>203</sup> “Joaquim Augusto Filho”, *Gazeta de Campinas*, 07/03/1880, ed. 1864, p. 1.

De pouco em pouco se há de ir levantando ele por frações, conforme se forem graduando as ofertas e os donativos, até que se nos apresente concluído, pronto. Isso há de dar-se num futuro bem próximo. Estão pela nossa esperança, a índole, o caráter as tendências todas filantrópicas dos nossos conterrâneos.<sup>204</sup>

Temos que considerar, também, que o jornal descreve essas ações beneficentes em meio a um crescimento econômico e urbano campineiro, o que justifica a percepção de progresso aos moldes defendidos pelos redatores. Já afirmamos que a *Gazeta de Campinas* tinha um posicionamento republicano, defendendo ideias voltadas ao progresso social e à civilização. Pensando na expansão econômica de Campinas e em seu crescimento urbano, na visão dos redatores do periódico a cidade estaria caminhando para o ideal de civilização defendido por eles. Dentro desse ideal, inseria-se, de um lado, a concepção de uma elite magnânima e benevolente, que cuida dos necessitados<sup>205</sup>; do outro, uma cidade “moderna”, nos moldes europeus, que se desenvolve através de obras de grande porte voltadas à população. Essa noção era extremamente importante para a manutenção do poder, porque a assistência, na forma de um ato bondoso de uma camada abastada aos mais pobres propagandeada pela imprensa, seria dada como desinteressada. Quando a notícia aponta que a identidade da cidade se caracterizava por uma população benevolente, a intenção, além de incentivar mais doações, era que Campinas se vinculasse a uma noção de civilização e de progresso no modelo europeizado defendido pelo jornal, sendo encabeçado por um grupo dominante benévolo, cuja assistência seria concedida como uma dádiva aos pobres, não como um direito adquirido.

Em contrapartida, devemos salientar que a benevolência estava para a miséria, como o progresso campineiro estava para a exclusão. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico e urbano era excludente, sendo apenas uma parcela beneficiada, enquanto a situação piorava para a maioria. Se a euforia pelo progresso negligenciava a desigualdade, a beneficência revela – embora tenta mascarar –, a miséria. Revela, pois só há caridade se há pobreza, e quanto mais há notícias sobre “ações dignas de todos os louvores”, mais se evidencia que a pobreza em Campinas crescia; e tenta mascarar, pois desvia o foco da pobreza como um problema e o coloca na alçada da generosidade do doador.

A situação das elites e dos pobres, nesse cenário, é extremamente relacional, de modo que as camadas abastadas o são em relação aos pobres enquanto a mediação entre ambos (assim como a autoafirmação da elite como tal) ocorre pela beneficência. Ou seja, nas páginas dos

<sup>204</sup> “Hospital de Misericórdia”, *Gazeta de Campinas*, 19/11/1871, ed. 208, página 1.

<sup>205</sup> CASTEL, op. cit., p. 304.

jornais, a caridade e/ou a filantropia reitera(m) as hierarquias da sociedade. Desse modo, a propaganda e a visibilidade, agregando prestígio ao doador, tornam-se necessários em meio a um cenário de maior instabilidade social.

Nesta etapa, observamos casos nos quais os atos beneficentes são utilizados como forma de adquirir reconhecimento social e valorização da imagem individual ou coletiva, sendo, como consequência, fundamental para a visibilidade de toda a camada abastada. A pergunta que fica é o porquê de a camada abastada de Campinas se interessar em parecer benevolente. Na etapa seguinte, analisaremos essa questão a partir da observação de como a beneficência estaria relacionada a um outro projeto: o controle social

### **3.3. Termos e controle: beneficência como antídoto contra a fratura na coesão social**

Propomos, ao longo desse trabalho, que as ações beneficentes das camadas dominantes se inseririam nas estratégias utilizadas para a manutenção de poder e na tentativa de manter resignadas as camadas populares, como as populações escravizadas e libertas, em razão que presenciavam um cenário de instabilidade permeado de revoltas e fugas escravas e crescimento da parcela urbana liberta. Essa forma de análise também é recorrente na bibliografia sobre a assistência. Em seu artigo que relaciona a pobreza e a assistência, Sanglard afirma que “o papel da filantropia é um ângulo privilegiado para a compreensão da sociedade, do papel histórico da dádiva e do controle social sobre as classes trabalhadoras”<sup>206</sup>.

Logo, em relação aos grupos dominantes, as práticas filantrópicas e/ou caritativas voltadas à assistência não têm apenas o efeito de promover o reconhecimento social, mas, sobretudo, estariam relacionadas às estratégias de legitimar as hierarquias sociais. Assim, Rangel defende que “a assistência sempre teve, desde a colonização portuguesa, uma dimensão legitimadora do poder”<sup>207</sup>. Desse modo, a prática da beneficência faria parte de um projeto de poder cujo objetivo seria tentar minimizar as tensões sociais e legitimar as hierarquias sociais no formato similar à da sociedade senhorial em vigor, mas que estava perdendo seu elemento sustentador que era a escravidão. Ademais, seria importante que essa assistência fosse atribuída sem o caráter do direito, mas mantendo-se na esfera da dádiva e da concessão, com a intenção de que ela fosse associada a um presente, dada pelo caráter benévolo das camadas dominantes.

---

<sup>206</sup> SANGLARD, Gisele; LOPES, Maria Antônia. *Pobreza e assistência: debates historiográficos*. Tempo, v. 24, n. 2, 2018, p. 281.

<sup>207</sup> RANGEL, Rosângela Faria; STAMPA, Inez Terezinha. *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2013. 223 p. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, p. 17.

Esse esforço ocorria porque o crescimento das camadas populares era visto com temor e com a possibilidade de a situação sair do controle, com risco de abalar as hierarquias e os privilégios sociais. Como demonstrado por Chalhoub, nesse período, as elites conceberam a “classe pobre” como “classe perigosa”, sendo a pobreza o meio pelo qual se transmitiriam a desordem, a doença e a criminalidade<sup>208</sup>, além de possibilitar as revoltas escravas. Logo, a visão sobre a pobreza se modificou com o passar do tempo, deixando a visão positiva dos tempos medievais para abrir espaço para os medos da elite, de modo que “o manto santificado foi posto de lado, dando lugar à ideia de que uma aglomeração de pobres representava um perigo potencial”<sup>209</sup>.

Ao longo das décadas de 1870 e 1880, Campinas se desenvolvia e o processo de abolição avançava, enquanto a urbanização da cidade e o crescimento da população urbana, principalmente dos libertos, se configuravam como traços importantes da cidade, os quais os grupos com domínio social e econômico viam com preocupação. Em vista do aumento desses temores, as camadas dominantes buscariam meios para tentar conter esses grupos sociais populares, principalmente aqueles egressos da escravidão, reformulando estratégias de controle social, entre elas a assistência junto à beneficência.

Pensando no contexto campineiro, em meio a uma cidade de duas faces – senhorial e “moderna”<sup>210</sup>, marcada pelo processo de fim da escravidão, contando com um grande aumento no número de alforrias na década de 1870<sup>211</sup> –, essa ambiguidade ia se tornando ainda mais evidente pelo crescimento das tensões sociais, que alimentava os receios daqueles que estavam no topo da hierarquia daquela sociedade. Essa apreensão, segundo Regina Xavier, podia ser vista no crescimento do comércio e de sua diversidade, sendo que algumas pessoas negras, escravas ou libertas, adquiriam suas licenças para participar dos mercados ou serem vendedoras de rua, conquistando uma maior autonomia. Essa maior independência adquirida, vinculada ao crescimento urbano, contribuía para a preocupação das camadas abastadas, desejosas de reformular os meios de domínio sob os libertos<sup>212</sup>.

Temerosos com a maior circulação da população negra, membros da elite tomaram medidas para limitar o acesso da população ao mercado de trabalho livre e, conseqüentemente,

---

<sup>208</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>209</sup> SANGULARD, 2005, p. 17.

<sup>210</sup> LAPA, op. cit., p. 23.

<sup>211</sup> Ver mais em: EISENBERG, Peter. Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*: 17(2), p.175-216. Maio/Ago. 1987; XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 28.

<sup>212</sup> XAVIER, op. cit., p. 30.

cercear sua autonomia. O mecanismo mais saliente foi a imigração europeia, que, além da necessidade de trabalhadores, se fundamentou pelas políticas que visaram branquear a população brasileira. Se, por um lado, essas políticas se voltavam para teorias racistas em voga na época – como o darwinismo social<sup>213</sup> –, por outro, elas substituíam a mão-de-obra negra pela imigrante, criando um obstáculo para a sua inserção no mercado. Com menor espaço nos empregos, haveria uma maior pressão sobre esses libertos que obteriam menores salários. A dificuldade na ascensão social colocá-los-ia como público-alvo da assistência, como na Santa Casa<sup>214</sup>.

Tratando-se da *Gazeta de Campinas*, é importante considerar que ela deu bastante visibilidade às opiniões dos fazendeiros em artigos sobre a vinda dos imigrantes, como no caso de Joaquim Bonifácio do Amaral, um importante proprietário de terras campineiro que, embora fosse um dos maiores entusiastas da imigração europeia, manteve sua escravaria até seu falecimento<sup>215</sup>. Segundo Ribeiro, ele escrevia artigos sobre a imigração e transição do trabalho escravo, sendo um “colaborador assíduo da *Gazeta e Campinas*, [...] muito admirado pelo chefe do jornal, Francisco Quirino dos Santos”<sup>216</sup>.

Outra forma de podar a autonomia dos libertos foram as estratégias de prolongar os laços de dependências dos ex-senhores com os libertos. Regina Xavier aponta, nesse sentido, que os senhores em Campinas evitavam romper os vínculos escravistas através das alforrias, com o objetivo de manter o controle sobre os libertos<sup>217</sup>. Já no presente trabalho, o interesse é identificar como a assistência e a beneficência foram utilizadas pelos grupos dominantes na tentativa de manutenção dos laços de dependência com as populações libertas.

Uma explicação para a relação entre beneficência, assistência e a dependência estaria próxima daquilo teorizado na teoria do dom<sup>218</sup>. Se a assistência é colocada como uma concessão, um dom dado, aquele que não retribui fica em uma situação inferior ao doador, gerando o sentimento de gratidão ou de dívida, o que pode acarretar uma situação de pendência, teoricamente. Segundo Castel, uma das expectativas por trás da beneficência era que o benfeitor

---

<sup>213</sup> CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870 – 1889)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

<sup>214</sup> Embora sejam esse público-alvo, é importante ressaltar que havia outras formas de curas que as camadas populares procuravam, principalmente aquelas ligadas com a escravidão.

<sup>215</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *O visconde imigrante e a sua escravaria. Campinas, 1887*. HISTÓRIA E ECONOMIA – Revista Interdisciplinar. Brazilian Business School – v.12, n.1, São Paulo, 2014, p. 120.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>217</sup> XAVIER, op. cit., p. 20.

<sup>218</sup> Sobre a teoria do dom ver mais em: GODELIER, op. cit., 2001; MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa: Edições 70, 2019; GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dívida*. Instituto Piaget, 1997.

promovesse uma socialização, pela qual mediaria o bem ao necessitado e este, a princípio, deveria responder com gratidão, pois a intenção era que ele dependesse do doador para se manter assistido<sup>219</sup>. Assim, constituir-se-ia um projeto visado pelas camadas abastadas de manter seu domínio em meio às transformações sociais, visando reforçar seus laços de dependência se colocando em uma posição de benevolência. Em outras palavras, seria uma roupagem de dádiva dentro das relações de poder.

Contudo, mesmo a assistência sendo colocada como dádiva, o sentimento de gratidão não é homogêneo a todos que a recebem. É nesse momento que aparece outra face da assistência: a necessidade. Assim, se acima nos aproximamos da teoria do dom, esse novo elemento nos afastaria novamente, pois a necessidade nos traz a dimensão econômica e suas desigualdades nas relações sociais estabelecidas. Embora não se trate de trocas comerciais equitativas, a pressão pela carência contrasta com o sentimento da gratidão teorizada na ideia de dom, dando contornos mais conflitivos dentro da dinâmica da “dádiva”. Como todos estão sujeitos a uma enfermidade, principalmente as populações mais pobres, uma parte dessa população se submeteria a uma postura mais resignada pela falta de cuidados em momentos de doenças<sup>220</sup>. Ou seja, embora não fosse algo determinante para todos os assistidos – e pudesse haver resistências e alternativas contra essa política –, o laço de dependência gerado pela dádiva não se garantia apenas pela gratidão, mas, também, pela necessidade.

A produção de dependentes, então, estava relacionada com o processo de abolição, pois a crescente autonomia da população liberta ameaçava os tradicionais meios senhoriais de controle popular, assim como as hierarquias sociais vigentes. Por outro lado, o crescimento urbano excludente também alarmava a elite para a necessidade de reprodução de laços de dependência, pois a desigualdade era um elemento propulsor de tensões sociais. O agravamento dessas tensões, provocado pelo crescimento da pobreza, gerava um receio muito maior por parte das elites em relação à *questão social*. Segundo Castel, a questão social se caracteriza por “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> CASTEL, op. cit., p. 319-320.

<sup>220</sup> Não desconsideramos outras formas de cura difundidas naquele período, como curandeiras e a medicina caseira. Contudo, embora não fosse a primeira opção em muitos casos de enfermidades, quando as primeiras opções não surtiam efeito, muitos pacientes iam para o hospital da Santa Casa, como apresentado nos relatórios da provedoria. Ou seja, mesmo havendo outras possibilidades de cura, a medicina hospitalar era uma delas, no mínimo, como último recurso.

<sup>221</sup> CASTEL, op. cit., p. 41.

Em sua obra, Castel estudou o movimento entre integração, vulnerabilidade e exclusão dentro da sociedade. Sendo uma zona de difícil demarcação, a vulnerabilidade configura um espaço de transição entre “os pobres” e “os miseráveis”, estando os pobres sempre ameaçados de se tornarem miseráveis a qualquer imprevisto. Assim, “é nos processos de vulnerabilização que ‘arruinam os pobres’ que se deve buscar a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social”<sup>222</sup>.

A consequência dessa ruína é o ingresso do indivíduo no grupo de “desfiliaados”, isto é, daqueles que, devido à sua condição de pobreza, perdem quaisquer vínculos familiares ou com o grupo em que vivem, perdendo os laços sociais que o conectam com a comunidade. Nesse sentido, a noção de desfiliação “pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social”<sup>223</sup>.

No contexto estudado, pensamos na categoria de pobre como aqueles que possuem sua única forma de riqueza a sua força de trabalho. Esses indivíduos estariam em uma zona de vulnerabilidade, visto que, a doença ou a ausência de trabalho por concorrência, poderia tirar sua forma de sustento e necessitando da beneficência alheia. No geral, estudos sobre a *questão social* consideram a industrialização como ponto determinante para a intensificação de seus males. Todavia, em relação ao Brasil, Sanglard e Ferreira apontam que esta questão pode ser “vinculada também ao processo de abolição da escravatura”<sup>224</sup>. Essa escolha é justificável, em razão do crescimento da população liberta, que, com a liberdade, acabou predominantemente enfrentando dificuldades para garantir sua assistência, tornando-se um grupo em vulnerabilidade, devido, como vimos, às razões de estigmatização social e o cerceamento de empregos com a concorrência da imigração europeia.

Estudando o contexto europeu, Castel aponta que desde o início do século XVIII houve uma mudança no lugar ocupado pelos desfavorecidos, de maneira que houve uma tomada de consciência sobre o risco da vulnerabilidade em massa. Essa consciência nos mostra que a questão social e a desfiliação não se apresentam como um problema apenas para aqueles que estão nas “franjas mais estigmatizadas” – isto é, os desfiliaados e os assistidos –, mas, também, há um risco de descensão para uma grande parte da população laboriosa. Haveria, assim, o “o risco de *queda* de um estado em outro, a passagem de uma pobreza que não criaria problemas se permanecesse estabilizada para uma forma de privação total que pode desembocar numa

---

<sup>222</sup> Ibidem, p. 147.

<sup>223</sup> TOMASCHEWSKI, op. cit., p. 15.

<sup>224</sup> SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. *Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)*. Estudos Históricos, v. 27, n. 53, 2014, p. 73.



explosão de violência”<sup>225</sup>. Um problema então limitado a um grupo excluído passava a ser temido por uma parcela maior da população pobre que poderia reivindicar melhores situações ou garantias, gerando reações violentas contra a possibilidade de privação total. Por isso, o crescimento desmedido da pobreza alimentava os temores da elite em relação a uma resposta violenta da população.

Além da piora na situação de pobreza, a reação violenta também poderia se dever ao fim da assistência. No fim do século XVIII, os trabalhadores ingleses protestavam contra o fim da Lei dos Pobres, fato que causaria uma situação de risco de vulnerabilidade. Em meio a esses conflitos, na obra *Capitão Swing*, escrita por Eric J. Hobsbawm e G. Rudé, o que mais chamou atenção de Arthur Young foi a reivindicação dos revoltosos, visto que o auxílio da Lei dos Pobres, que “era [solicitado] formalmente, e ainda deveria ser pedido como um favor [...] é agora exigido frequentemente como um direito”<sup>226</sup>. Essas reações das camadas populares, exigindo melhores condições de vida ou a permanência da assistência, colocam a questão da beneficência como concessão em uma perspectiva mais complexa.

Embora a assistência não estivesse instituída como um direito, a falta de assistência causaria revoltas. Logo, mesmo que o envolvimento das camadas abastadas na assistência se relacionasse com os ganhos sociais e a manutenção de poder – como a produção de laços de dependência –, essa não era uma iniciativa livremente deliberada, mas sim, impactada por uma dinâmica de tensão entre grupos sociais, pois a elite estaria sujeita a reações das camadas populares caso não prestasse nenhuma assistência. Então, ainda que a expectativa dos grupos dominantes era sim de ser vista como benevolente ao conceder a assistência, essa era uma ação coagida frente às exigências e às necessidades dos grupos mais pobres, especialmente porque, de outro modo, haveria a possibilidade de uma reação violenta do segundo grupo. Ou seja, se a dádiva, representada pela beneficência, seria uma roupagem nas relações de poder, ao mesmo tempo, ela podia ser exigida pela população caso a situação social ficasse insustentável.

Retomando o debate sobre a *questão social*, no século XIX, ela se intensifica com outro fenômeno intimamente ligado à industrialização: o pauperismo. Castel o define como uma “miséria material, mas também de profunda degradação moral”<sup>227</sup>, pois corresponderia à pobreza absoluta que corroía o âmago da sociedade moderna. Enquanto, anteriormente o “vagabundo” seria um desfilhado e estaria fora da ordem produtiva, “com o pauperismo,

---

<sup>225</sup> CASTEL, op. cit., p. 221.

<sup>226</sup> HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, George. *Captain Swing*. London: Weidenfels and Nicholson. 1969, p. 71.

<sup>227</sup> CASTEL, op. cit., p. 286.

manifesta-se o perigo de uma desfiliação em massa inscrita no próprio cerne do processo de produção das riquezas”<sup>228</sup>. Ligado ao crescimento dos centros urbanos e ao enfraquecimento de laços sociais de comunidade, o pauperismo traria sérias consequências, não só para o pobre, mas para todos os grupos, pois traria “o risco da ‘gangrena’ e da desestabilização”<sup>229</sup> para a sociedade, logo, podendo avançar a todos os seus setores, preocupando os grupos dominantes.

Em Campinas, apesar do perigo do pauperismo ser bastante real para uma boa parte da camada popular, haveria outros laços sociais que uniriam essa população, principalmente entre os libertos, e poderiam impedir que uma parcela deles caíssem nesse abismo. Para a população liberta e escravizada, os laços construídos durante o período de cativo e após a liberdade<sup>230</sup> poderiam ser acionados nos períodos de maior carestia e desassistência. Contudo, o fortalecimento desses vínculos não seria interessante para as camadas abastadas, visto que incentivaria uma maior união das comunidades negras e não permitiria que os mais ricos se colocassem como benevolentes, desenvolvendo, na verdade, uma situação de distanciamento e até de fomento da rivalidade entre os mais ricos e os mais pobres. Ou seja, se o perigo de desestabilização da sociedade pela pauperização traria os efeitos negativos vistos acima para a parcela dominante da sociedade, uma maior unidade da população explorada também não seria vista de forma positiva, visto que poderia desencadear revoltas maiores e mais intensas de contestação da hierarquia social.

Nesse sentido, é possível entender o risco e o temor que os grupos dominantes encontraram quando a questão social aparentava se aprofundar no pauperismo. Uma massa de desfiliações não mais às margens da sociedade, mas dentro da ordem produtiva – vista como classe perigosa –, que causaria efeitos catastróficos da periferia para o centro. Somado a esse péssimo prognóstico, a consciência por parte dos grupos vulneráveis acerca do risco de cair no pauperismo poderia desenvolver uma maior unidade entre os grupos egressos da escravidão, resultando em um forte núcleo de contestação do *status quo* e das hierarquias sociais. Por

---

<sup>228</sup> Ibidem, p. 298

<sup>229</sup> CASTEL, op. cit., p. 568.

<sup>230</sup> Sobre laços construídos pela população liberta em Campinas, ver mais em: AMANCIO, Kleber Antônio de Oliveira. *A procura da liberdade moral: a vida cotidiana dos ex-escravos e de seus descendentes no pós-abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 2010; FRACCARO, Laura Candian. *Famílias ao longo do tempo. Estratégias de manutenção de riquezas entre libertos em Campinas no século XIX*. Santa Catarina: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 15 a 18 de maio de 2013, p.1-24; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 28.

consequência, essa consciência do risco aliada à possível unidade desses grupos colocaria em dúvida a posição privilegiada ocupada e a imagem de benevolência de que as camadas abastadas queriam se revestir, além de que a assistência deixaria de ser vista como uma concessão para constituir uma reivindicação de direito, situação nem um pouco agradável às elites.

Assim, a promoção de projetos assistenciais como uma dádiva pretendia renovar os laços de dependência com as camadas populares, principalmente as libertas, de modo que a assistência agiria a favor da manutenção da coesão social, pois garantiria “uma comunidade na e pela dependência”<sup>231</sup>. Esse contexto, marcado por transformações urbanas e pela escravidão em vias de acabar – o que intensificava ainda mais as tensões –, estimulou os grupos dominantes a investirem em medidas assistenciais beneficentes como resposta, a fim de afastar dois elementos que abalavam a manutenção de seu poder: a *questão social* e a necessidade de renovar os laços de dependências. Assim, a Santa Casa se inseriria nesse contexto na expectativa, para as camadas abastadas, de revigorar as hierarquias sociais e arrefecer possíveis pontos de atritos através da assistência médica, como veremos na próxima etapa.

### **3.4. *Beneficência, controle e prestígio social: a Santa Casa de Campinas como prevenção à fratura social e promoção dos grupos abastados***

A intenção nesta etapa é analisar como a Santa Casa de Misericórdia de Campinas foi importante. De um lado, no oferecimento de uma assistência para as camadas populares – libertos e imigrantes – que se encontravam desassistidos e, por outro, em seu papel de intensificar o reconhecimento social ao atribuir uma imagem benevolente à camada dominante, composta em sua maioria por antigos senhores, sobretudo, pretendendo manter as relações de poder e reprodução dos laços de dependência. Assim, os papéis da Santa Casa contemplavam necessidades de ambos os grupos – camadas abastadas e populares –, favorecendo, segundo suas respectivas perspectivas, seus interesses e, conseqüentemente, a adesão à instituição na sociedade. Na presente etapa, veremos como as funções médicas e a distribuição de assistência foram instrumentalizadas pelas camadas abastadas como forma de alicerçar sua condição social, em vista dos temores de uma possível fratura do tecido social provocada pelas transformações sociais e econômicas que atravessavam Campinas no período. Em outras palavras, a assistência e a beneficência, em forma da saúde médica oferecida pela Santa Casa aos mais pobres, fizeram parte de uma estratégia de perpetuação de poder e o reatamento de laços sociais por parte dos

---

<sup>231</sup> CASTEL, op. cit., p. 319-320.

grupos elitizados, pois a ausência de um projeto assistencial poderia causar perturbações graves à ordem social.

Como vimos nos tópicos anteriores, Campinas atravessava um momento de maior número de manumissões desde a década de 1870, o que provocaria impactos nas relações de dependências, e, por consequência, preocupava os antigos senhores. Com a alforria, os custos em relação à assistência recaíam sobre os libertos, podendo gerar custos maiores que suas posses. Assim, vale tecer considerações sobre o papel da alforria em uma sociedade escravista e suas consequências sobre a assistência dessa população para que, em seguida, possamos compreender a expectativa de que a Santa Casa ocupasse essas lacunas.

Uma das bases do sistema escravista era a prerrogativa de exclusividade dos senhores na entrega da alforria, cuja intenção era convencer o escravo a seguir obediente e fiel como única forma de conquistar sua liberdade. Com isso, os senhores usavam o poder que tinham sobre a manumissão como forma de obter a submissão dos escravizados e como “parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes”<sup>232</sup> depois de entregue a manumissão.

Entretanto, segundo Chalhoub, essa política de domínio já estava em decadência desde pelo menos duas décadas antes da abolição. Essa afirmação possibilita compreender o comportamento observado em diversas notícias na *Gazeta de Campinas* de enaltecimento dos senhores por concederem as alforrias, associando suas ações como filantrópicas e/ou caritativas; como sendo fruto natural das boas virtudes do senhor. Era necessário que, com a manumissão, a imagem dos senhores fosse vinculada à generosidade, na expectativa que esses elogios complementassem a necessidade de produção de dependentes pela gratidão, já que o controle somente pela política de alforrias se esfacelava. Nesse ponto, vemos novamente o papel da imprensa dentro das estratégias de manutenção de poder.

Em abril de 1877, a *Gazeta de Campinas* publica uma notícia com o título “manumissões”, narrando que duas senhoras – d. Anna Justina Antunes e d. Bárbara de Oliveira Pontes – deram liberdade cada uma a uma escrava. Para exaltar essa ação, o jornal considera que “esses atos denotam sentimentos filantrópicos dignos a todos os respeitos dos maiores louvores”<sup>233</sup>. Já em abril de 1879, o periódico divulga que Francisco Pompeu do Amaral “praticou ontem um ato digno de todos os louvores”<sup>234</sup>, dando liberdade, sem condição, ao seu escravo Lourenço. Como é perceptível, essas notícias se encontram num mesmo movimento de

---

<sup>232</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 100.

<sup>233</sup> “Manumissões”, *Gazeta de Campinas*, 24/04/1877, ed. 1016, p. 2.

<sup>234</sup> “Liberdade”, *Gazeta de Campinas*, 13/04/1879, ed. 1594, p. 2.

dignificar a imagem do senhor como um doador benévolo, cabendo à imprensa a função importante de divulgar esses atributos para o público, de modo que a alforria fosse considerada, teoricamente, um presente, uma dádiva, que, implicitamente, requeria a obediência.

É bastante significativo, mais especificamente, o caso de Amaral, indivíduo de posses diversificadas, classificado como capitalista, proprietário e fazendeiro pelos almanaques nas décadas de 1870 e 1880; além de ter composto a quarta mesa administrativa da Santa Casa de Campinas na qualidade de mesário. Com esse histórico, Amaral ilustra o comportamento da elite agrária campineira de se vincular a projetos assistenciais, buscando ser descrito com louvores na imprensa, seja no momento da alforria ou da beneficência. Assim, assistência, visibilidade da benevolência e escravidão estariam fortemente relacionadas: os senhores participariam de ações beneficentes, os jornais as caracterizariam como fruto da generosidade e das virtudes do doador, colocando esse ato como uma concessão, com o intuito de tecer novos laços de dependência, de maneira similar à que ocorria com a alforria.

O mais curioso nesses excertos é o fato de a *Gazeta de Campinas* ser um órgão abolicionista. Apesar da aparente contradição, essa conduta se explica pelo fato de o jornal, mesmo que contra a instituição escravista, não direcionava críticas aos senhores por ainda possuírem escravizados, mas os enaltecia quando concediam as alforrias. Embora o periódico estivesse de acordo com as tendências progressistas, é importante lembrar que seus redatores mantinham relações próximas com a elite agrária campineira, que, em sua maioria, possuía escravos. Esse relacionamento moldava, então, a forma como o jornal lidava com o assunto, de maneira que as propostas feitas podem ser enquadradas como medidas reformistas, não revolucionárias<sup>235</sup>.

Ou seja, os membros do periódico eram contrários à escravidão, mas não defendiam seu fim abrupto nem uma rivalidade com a classe escravocrata. Um exemplo disso ocorre quando o jornal critica a escravidão e traz como solução a imigração europeia; em vários artigos sobre o tema ao longo do nosso recorte, a *Gazeta de Campinas* propõe uma resposta gradual e conciliatória, sem considerar que estava se contrapondo com a sua própria ideologia, nem aos interesses dos fazendeiros. Tal perspectiva retorna à reflexão sobre o posicionamento progressista adotado pelo jornal. Embora o periódico se colocasse na defesa de ideais modernos e no conceito de progresso, suas pautas estavam vinculadas diretamente com os interesses dos grupos agrários escravocratas, de modo que suas convicções se adaptavam e se acomodavam para se adequar a sua base de apoio. Dessa forma, o “progressismo” adotado pela *Gazeta de*

---

<sup>235</sup> ALONSO, op. cit., p. 261.

*Campinas*, para não se indispor a esse grupo, se distancia da crítica aos escravocratas e da abolição imediata e fixa apenas contra o sistema escravista e pelo seu fim gradual.

Essa relação fornece conclusões acerca dos vínculos entre diferentes grupos com posses da cidade. Como vimos ao longo da dissertação, tanto os fazendeiros quanto a imprensa apoiavam a Santa Casa de Campinas, mostrando que ambos convergiam nesse projeto assistencial. Contudo, seus vínculos eram ainda mais profundos, envolvendo a questão do controle de poder econômico e social. Embora a questão da abolição fosse algo que poderia dividi-los, o fato é que – por causa de seu imbricamento e de suas relações de dependências – a proposta reformista por uma abolição gradual, assumida na prática pelo jornal, contribuiu para o fortalecimento dos seus laços com os escravocratas, atribuindo-lhes boa representação nas notícias sobre alforrias e doações à Santa Casa.

Assim, tanto os fazendeiros quanto a imprensa temeriam as consequências sociais e econômicas do fim imediato da escravidão. Somado a isso, relembremos que os redatores da *Gazeta de Campinas* tinham laços familiares ou de compadrio com a camada escravocrata da cidade e ambos circulavam nas mesmas redes de sociabilidade. Essas razões levaram o periódico a defender a continuidade do poder nas mãos dos antigos senhores através de elogios à sua postura, cujo resultado seria manter a população liberta dependente, com uma passagem da escravidão para o regime de trabalho livre<sup>236</sup> sem grandes conflitos. Assim se explica, portanto, a postura do periódico de exaltar as alforrias como ações filantrópicas, “digna de todos os louvores”. Com isso, incentivaria os senhores a alforriarem, evitando saídas radicais para a abolição, uma medida que reforçaria os laços próximos do jornal com a camada escravocrata sem trair, diretamente, seus ideais abolicionistas.

Com a escravidão dando indícios de declínio, houve uma busca em renovar os meios de controle social. Em outras palavras, se a política de domínio pela alforria se mostrava falida, segundo a expressão usada por Chalhoub, haveria, como reação, o investimento por parte da elite em instituições assistenciais com o objetivo de ser vista como filantropia e preocupada com as necessidades da população, em especial as camadas populares – como escravizados, libertos e imigrantes. Mas esse projeto também estaria aliado a um interesse econômico.

---

<sup>236</sup> Importante mencionar que nem todos os senhores de escravos eram favoráveis ao fim do regime escravista, sendo que muitos ficaram até os últimos momentos na posse de seus cativos e refratários a qualquer tipo de abolição. Contudo, ao longo do período estudado, o crescimento do movimento abolicionista, as leis contra a escravidão e as fugas e revoltas escravas em várias fazendas, principalmente na década 1880, fizeram com que muitos senhores vissem que a instituição estava em vias de esfalçar, de modo que vários senhores usaram suas prerrogativas senhoriais para libertarem seus escravos antes do governo fazer por eles. Além disso, o argumento acima se encaixa nos casos dos senhores que tinham a intenção no regime de trabalho livre ou naqueles interessados nas recompensas sociais que a alforria e a imprensa poderiam fornecê-los.

No regime escravista, o senhor era responsável, em teoria, pela saúde do escravo em momentos de moléstia e/ou na velhice. Responsáveis pela produtividade nas fazendas, o acometimento de alguma moléstia ao escravo significava perda de produção e, conseqüentemente, menos ganhos aos senhores. Até 1850, a preocupação quanto à saúde do escravo não era tão grande, em virtude da fácil reposição da mão-de-obra pelo tráfico transatlântico. Essa postura se alterou com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que dificultou a substituição rápida da mão-de-obra escrava que passava a depender apenas do tráfico interprovincial, fazendo com que os senhores investissem mais na assistência de seus escravizados<sup>237</sup>.

Tal cenário não se mostraria diferente em relação à Campinas, onde vemos que os cafeicultores escravocratas se envolveram em empreendimentos assistenciais beneficentes, principalmente a partir da década de 1870, de modo que “a Santa Casa foi uma das instituições que teve a função de atender sua população escravizada”<sup>238</sup>. Entre seus objetivos estava a preocupação econômica pela conservação da mão-de-obra nas lavouras e a impossibilidade de reposição rápida dos escravos. Esse comportamento está de acordo com o que foi observado por Albino, verificando que a maioria dos atendidos na Santa Casa eram homens em idade ativa, majoritariamente atuando no setor agropecuário<sup>239</sup>.

Olhando para o perfil dos remetentes de enfermos à Santa Casa de Campinas, Albino identifica “que parte significativa dos escravos pertencia a proprietários ligados à filantropia e à Santa Casa”<sup>240</sup>. Em sua dissertação, o autor elaborou uma tabela dos 20 principais remetentes de escravizados ao hospital, sendo eles os responsáveis por 54,7% dos escravos atendidos na instituição. Cruzamos as informações obtidas por Albino com as listas de doações à Santa Casa e com a tabela de membros das Mesas Administrativas, desenvolvendo a tabela a seguir:

**Tabela 1 - Maiores remetentes de escravizados à Santa Casa de Campinas e a sua participação em mesas administrativas e em doações à instituição.**

---

<sup>237</sup> OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. *Assistência à saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016, p. 78.

<sup>238</sup> ALBINO, op. cit., p. 117.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>240</sup> Ibidem, p. 117.

<b>Nomes dos maiores remetentes de escravos à Santa Casa de Campinas<sup>241</sup></b>	<b>% de enfermos escravizados remetidos</b>	<b>Mesa Administrativa</b>	<b>Categoria da doação<sup>242</sup></b>
Francisca de Paula Souza Queiroz (Baronesa de Limeira)	6,7	-- <sup>243</sup>	
Luiz Antônio de Souza Queiroz	4		
Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira	3,3		1-B
Maria Augusta de Mendonça Doque	3	--	
Comendador Geraldo Ribeiro de Souza Rezende	2,8	M-12/15/16	
Coronel Joaquim Quirino dos Santos	2,5	M-0	1-C; 3-A; 4-A
Maria Brandina de Souza Aranha	2,4	--	2-C; 5-B
Antonio Pompeu de Camargo	2,1	M-2	1-B; 2-D
Antonio Carlos de Almeida Nogueira	2,1		3-B
João Manoel de Almeida Barbosa	2		
Domingos Leite Penteado	1,8	M-3	1-A; 6-A
Gertrudes Leopoldina Soares (Baronesa de Atibaia)	1,7	--	6-B; 5-A; 7-D
Pedro Egídio de Souza Aranha	1,7	M-5	3-A
João Mourthé	1,4		
Antonio Américo de Camargo Andrade	1,4		1-C
Augusto Xavier Bueno de Andrade	1,4	M-4	
Capitão João Ferraz de Campos	1,4	M-0/10	4-C; 4-D
Avelino Antero de Oliveira Valente	1,3	M-7/8	5-C; 7-C
João Leite de Camargo Penteado	1,3		
João Baptista de Moraes Godoy	1,1	M-4	2-A

Fonte: Nomes e porcentagens obtidas de ALBINO, Matheus Alves, Op. cit., p.118; mesas administrativas obtidas pelo livro do centenário e as doações pelos relatórios da provedoria.

<sup>241</sup> Nomes e a porcentagem ao lado obtidos a partir da tabela de ALBINO, Matheus Alves. Op. cit., p. 118

<sup>242</sup> O código apresentado nesta coluna se refere à metodologia empregada nesta pesquisa para qualificar as doações pelo seu valor e sua temporalidade; para mais informações, há a explicação do método empregado na introdução desta dissertação.

<sup>243</sup> Colocamos a sinalização “—” nas remetentes mulheres nessa coluna em virtude de não termos encontrado mulheres na composição de nenhuma mesa administrativa do nosso recorte.



De acordo com as informações obtidas acima, podemos observar que os principais remetentes dos escravizados, responsáveis por mais de 50% do envio desse grupo de pacientes, foram ativos na Irmandade de Misericórdia, seja na forma de doações ou participação nas mesas administrativas. Dos 20 nomes listados, 12 doaram à Santa Casa, isto é, 60%. No total, houve 21 doações, sendo que um terço dos valores entregues estão na categoria A, ou seja, quantias iguais ou superiores a 500\$000 réis; enquanto 11 das 21 doações se encontram nas categorias B ou C, somas que variaram entre 499\$000 réis e 51\$000 réis. Esse grupo colaborou, então, com quantias de alto e médio valor, demonstrando um investimento financeiro considerável na instituição; além das participações no quadro administrativo da Irmandade: entre os homens dessa lista, 56,25% fizeram parte em pelo menos uma Mesa Administrativa. A partir desse dado, observamos que aqueles que remetiam mais escravizados eram os mesmos que financiavam e administravam o hospital.

Essas informações colaboram com a ideia de que havia uma forte proximidade entre a Misericórdia e o grupo de escravocratas, sendo a Santa Casa de Campinas o espaço para onde os senhores mandavam seus escravos enfermos, sendo eles próprios os sustentadores da instituição, fazendo dela um *locus* onde se reiteravam as hierarquias entre senhores e escravos no âmbito da saúde. Essa participação pode ser atribuída, de um lado, como forma de garantir interesses econômicos, fornecendo maiores chances de recuperação de sua mercadoria, racionalizando seus custos com os gastos médicos de sua mão-de-obra de modo a maximizar seus lucros. De outro, essa participação também se atrelaria pelo interesse em garantir uma imagem positiva, o que reforçaria os laços de dependência e evitaria possíveis conflitos com a escravaria.

Se retomarmos ao primeiro capítulo, vemos que parte significativa da composição das mesas administrativas correspondia a pessoas com posses, como fazendeiros, proprietários e/ou capitalistas; os primeiros, em especial, representavam de 25% a 56,25% da administração na década de 1870 (havendo um decréscimo na década seguinte). Entre os doadores, também houve uma hegemonia das camadas abastadas nas contribuições mais volumosas, de categorias A e B – acima de 101\$000 réis. Entre os fazendeiros, vemos que eles representaram em torno de 30% dos doadores, atingindo a proporção de 2/3 dos donativos em 1881-1882. Unindo esses dados aos levantados na tabela acima, concluímos que não só a participação da categoria dos fazendeiros era bastante elevada, como também se relacionava com a necessidade da assistência a seus escravizados, mesclando uma preocupação econômica com um cunho social.

Se lembrarmos que esses donos de terras estavam preocupados com a substituição da mão-de-obra, em razão do processo de abolição, somada ao início do projeto imigracionista na

década de 1870, suas participações na administração da Santa Casa de Campinas se explicam pela necessidade de manter saudável a mão-de-obra escrava. Pensando na vinda de imigrantes, o projeto da Misericórdia convergiria ainda mais para esses interesses, visto que esse grupo seria um dos mais atendidos pela instituição. Além disso, a desassistência poderia desencadear conflitos sociais, fazendo da assistência um meio para se precaver de revoltas escravas.

Em outras palavras, afirmamos que quatro elementos estão bastante relacionados: o processo de abolição e imigração, a necessidade de controle e prestígio, uma maior preocupação com a mão-de-obra (devido a sua escassez e ao risco de revolta) e o interesse dos fazendeiros em projetos assistenciais de cunho beneficente. O primeiro elemento caracterizaria o contexto em que estavam, o segundo e o terceiro representam as necessidades dos fazendeiros campineiros frente a esse novo contexto e, por fim, o último ponto corresponde à forma como esse grupo procurou solucionar parte de seus problemas econômicos e sociais em pauta.

Contudo, se o escravo fosse alforriado, quem ficaria responsável por sua saúde? Na teoria, ele mesmo. Todavia, em razão dos obstáculos encontrados na inserção econômica do liberto, muitas vezes isso não era possível, gerando um temor para a elite – oriundos de seus preconceitos e de discursos ideológicos cujo objetivo era de controlar a população liberta – de que, com o aumento das alforrias nos anos finais da escravidão, essa população se entregasse ao vício e à criminalidade. Esse medo também se refletia na assistência, visto que por suas condições econômicas, haveria um crescimento de libertos desfilados e que precisariam ser assistidos.

No fim do século XIX e, principalmente, início do XX, o sanitarismo aplicaria um conjunto de medidas urbanas, médicas e higiênicas cujo efeito visou o controle das habitações e dos corpos das camadas populares, com a justificativa de combater a proliferação de doenças e vícios sociais. Embora as medidas sanitárias implantadas pelo governo paulista tenham tido mais atenção entre 1890 e 1920 – com a criação de um aparato sanitário no combate a doenças epidêmicas e a criação de uma legislação sanitária com órgãos de controle<sup>244</sup> – é possível considerar que a Santa Casa de Campinas também se enquadrava como uma medida em torno do controle sanitário das camadas populares. Inclusive a medicalização dos hospitais já estava em curso em outras Misericórdias, como a do Rio de Janeiro e a de Porto Alegre<sup>245</sup>, e, também,

---

<sup>244</sup> SILVA, Márcia Regina Barros da. *O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, n°53, 2007, p. 249.

<sup>245</sup> Processo pelo qual os médicos ganhavam mais peso no controle do hospital e no cuidado dos doentes. SANGLARD, 2006, p. 25.

pelo papel que a própria Santa Casa campineira vai adquirir no combate às epidemias de febre amarela, que grassariam a cidade na década de 1890.

E, por fim, segundo a hipótese levantada no tópico anterior, a assistência, mesmo sendo colocada como uma dádiva pelos grupos abastados, na verdade era muitas vezes vista como um direito quando em falta; ou seja, caso essa população liberta crescesse e ficasse desassistida, poderiam se desencadear momentos de revoltas. Assim, era necessário haver algum modo de assistência a essa população, para que a “dádiva” não começasse a ser exigida e sua falta não fomentasse conflitos com esse grupo.

Por um lado, esse cenário não valorizaria a posição das camadas abastadas, mas alimentaria os vínculos sociais entre os próprios libertos, incentivando ainda mais que procurassem meios de curas dentro de seu próprio grupo. Como a intenção da elite consistia na produção de dependente e na manutenção de seus privilégios, logo, a assistência deveria ser desenvolvida pela própria camada dominante.

Por outro, dentro da hipótese acima, podemos considerar que esses laços entre os libertos poderiam não ser suficientes para garantir assistência a todos, o que geraria dois problemas, um de falta de socorro da população e outro social. O primeiro seria a maior propensão à ocorrência de uma epidemia, visto que uma população desassistida seria mais vulnerável às doenças, as quais, conseqüentemente, se disseminariam e proliferariam com maior facilidade; causando, assim, efeitos urbanos e econômicos nocivos aos grupos abastados. Esse contexto estimularia propostas sanitaristas que visassem o controle das camadas populares, consideradas pelos grupos abastados como vetores de epidemias.

Já o problema de cunho social se colocaria porque, embora a liberdade fosse uma condição importante, a falta de proteção e assistência tornaria a situação dos libertos bastante precária, especialmente para aqueles sem ligações com as associações negras e/ou a fortes laços sociais com suas comunidades<sup>246</sup>, podendo deteriorar em pauperização. Nesse momento, se ausente, a assistência se tornaria uma exigência.

Para evitar essas conseqüências, que produziriam um forte abalo no controle das camadas dominantes, esse grupo investiria na beneficência não pela preocupação com a situação da pobreza, mas sim com a intenção de se precaver desses temores, garantir sua produção econômica e assegurar a manutenção do poder e da hierarquia social. Desse modo, a

---

<sup>246</sup> “A liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade” (CASTEL, op. cit., p. 44); “a independência ameaça-lhes a existência, porque os priva de proteções (Ibidem p. 54). É claro que a situação de liberdade é melhor que a condição escrava, o que queremos afirmar com essas citações é que a falta de políticas de inserção da população liberta provocou uma situação de dependência ainda maior em razão da necessidade.

Santa Casa ocupou esse papel de fornecer uma assistência para evitar o crescimento da população desamparada, reestabelecer a mão-de-obra empregada nas propriedades das camadas abastadas e, por consequência, contribuir para a conservação da coesão social ao evitar revoltas sociais. Assim, o hospital estaria nesse triplo processo de prestigiar a beneficência feita pela elite, maximizar seus interesses econômicos e visar a manutenção do controle sobre as camadas populares, amenizando a *questão social* e possíveis revoltas, de modo a arregimentar a manutenção do poder pelas classes abastadas, até então escravocratas.

Além disso, o investimento dessa elite na construção e na sustentação do hospital permitiu que a desfiliação fosse atenuada, promovendo a assistência como concessão, não como direito. Ou seja, a população assistida pela Santa Casa não tinha uma garantia legal de assistência, mas era acudida pela “benevolência” sustentada pelos grupos de posses da cidade, renovando a conservação do seu poder, embora que, na prática, essa concessão tenha sido mais condicionada do que espontânea.

Entre os pacientes atendidos pela Santa Casa de Campinas, podemos encaixá-los em quatro grupos: o primeiro seria o de nacionais pobres, ou seja, homens e mulheres de baixa renda nascidos no Brasil, cujo atendimento era feito de modo gratuito pela instituição. O segundo corresponde aos estrangeiros, grupo que crescia bastante na cidade em razão do projeto imigracionista incentivado pelas camadas abastadas na substituição da mão-de-obra escrava e, por vezes, financiado pelo governo<sup>247</sup>. Muitos desses estrangeiros também não tinham recursos para custear seu tratamento, de modo que seus gastos ficassem sob responsabilidade do hospital. Já o terceiro representa os escravos, tendo, como mencionado, suas despesas custeadas pelos senhores. Esses três primeiros grupos consistem na maioria dos pacientes da Santa Casa, mais de 95% ao longo de todo o nosso recorte, ou seja, um público composto, em sua maioria por indivíduos enquadrados nas camadas populares da sociedade campineira. O quarto grupo são os pensionistas, sendo aqueles que o tratamento era pago, seja pelo próprio paciente ou por terceiros, compondo uma minoria dos atendidos.

Como se pode perceber, dos três grupos principais – nacionais pobres, imigrantes e escravos – dois deles eram custeados pela própria Santa Casa. Contudo, a instituição escravista, na década de 1880, dava sinais de deterioramento, aumentando o número de alforrias. Na segunda metade dessa década, os responsáveis pelo hospital começavam a ter preocupações financeiras com o aumento do primeiro grupo – nacionais pobres –, pois cresceria a despesa dos tratamentos gratuitos sem elevar as receitas do hospital. Em junho de 1885, o mordomo

---

<sup>247</sup> RIBEIRO, M. A. R., op. cit., p. 109.

Valentim José Silveira Lopes relata que os enfermos pagantes renderam a quantia de 23:114\$460 réis, sendo a maior parte desse valor referente aos doentes escravizados. Sobre essa quantia, o mordomo alerta que “como sabeis, diminuirá todos os dias daqui em diante a fonte dessa receita, sem que decresça a razão da despesa”<sup>248</sup>.

Essa preocupação com o orçamento se referia ao processo de fim da escravidão. Nesse cenário, quanto mais escravos se tornassem livres, mais eles sairiam da condição de pagantes (pelos senhores) para se enquadrarem no grupo não-pagante de nacionais pobres.

Essa relação entre processo de abolição e problema financeiro da instituição fica explícita no relatório da provedoria de 1885-1887. O provedor Major Antônio Luiz Rodrigues relata que

existia em épocas anteriores uma receita não pequena pelo tratamento de doentes escravos, concorrendo assim facilmente a fazer-se face às despesas, porém atualmente acontece o contrário, deixa de aparecer essa verba da receita e aumenta-se as despesas visto concorrerem como doentes livres e indigentes à proporção que se vão retirando das fazendas de seus ex-senhores pela obtenção de suas liberdades<sup>249</sup>

Isso explica a preocupação pela diminuição da receita não ser acompanhada pela diminuição da despesa, pois o público atendido se manteria, mas aumentaria o daqueles isentos do pagamento. Além disso, é importante a menção sobre a indigência que essa população poderia ficar nos casos em que essa liberdade não fosse acompanhada de uma estrutura que proporcionasse condições de socorro em momentos de enfermidades, retomando as reflexões sobre os temores dos grupos abastados dos perigos de uma camada popular, principalmente liberta, desassistida e a dificuldade financeira da instituição de suprir com as demandas de custear o atendimento desse público crescente.

Por outro lado, essa situação nos mostra que a Santa Casa era um dos espaços de cura procurado pela população em momentos de enfermidade, tendo um papel importante especialmente para os recém libertos. Contudo, era necessário solucionar o problema orçamentário, visto que se a cobertura de atendimento dessa população decaísse muito, a instituição não cumpriria com o papel preconizado pela camada abastada e as expectativas projetadas pela população não seriam atendidas.

---

<sup>248</sup> SAMPAIO, Francisco de Abreu. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler & Comp., 1885, p. 12-13.

<sup>249</sup> RODRIGUES, Antônio Luiz. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1885-1887*. Campinas: Tipografia do Livro Azul, 1887, p. 4.

Diante desse cenário, os administradores da Santa Casa também estavam atentos às mudanças políticas em relação à escravidão, o que se ilustra pela observação de Valentim de que “batem à porta já centenas de infelizes sexagenários, e em breve será maior o seu número, pois que muitos deles não poderão contar com outro refúgio além do que lhe possa vir da caridade pública”<sup>250</sup>. Esse trecho é bastante significativo em razão de ter sido escrito três meses antes da aprovação da Lei dos Sexagenários. O autor, provavelmente observando as discussões políticas sobre o processo de abolição, previu a consequência do aumento de libertos sexagenários que procurariam a instituição. Com isso, Valentim concluiu que idosos recém-libertados tinham grande probabilidade de tornar-se desassistidos e, conseqüentemente, possível público da Santa Casa.

Longe da análise, que retifica o caráter benévolo dado à instituição pelo relatório, podemos interpretar esse trecho como uma preocupação pelos interesses dos grupos abastados. Se a função do hospital era prestar assistência para evitar o problema da pauperização e, como consequência, revoltas sociais, o aumento do público não-pagante sexagenário era visto com receio. A população, como é possível perceber, procurava a Santa Casa em momentos de enfermidade e, se a instituição não comportasse esse grupo, o objetivo de criar a imagem de uma elite benevolente também não se cumpriria. Ou seja, para que o controle social e o prestígio das elites fossem atingidos através da Santa Casa, a instituição deveria assistir aqueles que viessem a necessitar dela. Contudo, esse número de atendidos não-pagantes hipertrofiou, gerando preocupações orçamentárias e dúvidas sobre a possibilidade de atender esse público. Logo, esses excertos revelam que a Santa Casa tinha um papel, para seus administradores e a camada abastada a ela ligada, de absorver a parcela da população egressa da escravidão, contudo, o crescimento dessa população causava riscos a essa função, sendo necessários meios de resolver esse desequilíbrio financeiro.

A estratégia de criar dependentes por meio da assistência pode ser vista em relação aos pensionistas no pós-abolição. Essa situação também é observada envolvendo os libertos, mas, se nos casos anteriores a dependência se dava por intermédio da Santa Casa, no período posterior, o auxílio viria diretamente dos antigos senhores. Ao longo de todo o período estudado, o grupo de pensionistas era minoritário, não representando mais de 5,5% dos enfermos atendidos. Entretanto, segundo Albino, com a abolição da escravidão, esse grupo ganha uma

---

<sup>250</sup> SAMPAIO, Francisco de Abreu. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler & Comp., 1885, p. 12.

maior relevância pelo fato de que “a população egressa da escravidão continuou a pertencer ao círculo de influência de seus antigos proprietários, de forma que esses continuaram a assumir por um momento os custos de hospitalização”<sup>251</sup>. Com o aumento da procura e a diminuição da receita, a Santa Casa deve ter restringido o que seria considerado um indivíduo sem recursos que receberia atendimento gratuito. Vendo-se sem assistência gratuita, parte da população liberta recorreu a seus antigos senhores nos momentos de enfermidades.

Portanto, com o processo de abolição – acompanhado pela decadência das antigas formas de domínio pela alforria e o aumento do número de libertos desassistidos –, muitos libertos se encontrariam sem condições de se manterem frente a uma enfermidade, indo muitos deles à procura da Santa Casa, que exerceu o papel de prestar socorro àqueles desamparados em razão da mudança do seu *status* social. O exercício dessa função social proporcionava os ganhos de reconhecimento social e de prestígio às camadas abastadas que administravam e sustentavam a instituição e, por consequência, a manutenção do poder das camadas dominantes na forma de renovação dos laços de dependências.

Embora a intenção fosse agregar *status* à elite, seus ganhos seriam proporcionais ao quanto a instituição conseguiria atender essa população. Em outras palavras, para esse grupo colher o prestígio social e o controle da população liberta projetados, era necessário que a Santa Casa oferecesse realmente a assistência preconizada; caso contrário, a situação se reverteria e o crescimento de uma população desfilhada poderia causar fortes prejuízos à hierarquia social, como o risco de revoltas.

### 3.5. Conclusão

A intenção, com este capítulo, foi entender como a Santa Casa de Campinas foi instrumentalizada dentro do projeto de manutenção do poder das camadas abastadas. Nas páginas da *Gazeta de Campinas*, apontamos que as doações eram exaltadas pelos redatores e reiteravam as hierarquias sociais, de modo que a assistência e a beneficência eram visibilizadas em prol do reconhecimento das camadas elitizadas.

O fortalecimento do papel da Santa Casa perpassava por dois movimentos simultâneos que preocupavam a elite campineira: o primeiro é a expansão e urbanização da cidade, que, por reforçar as desigualdades, poderia tanto aprofundar a *questão social* e a desfiliação, quanto aumentar a tensão social. O segundo foi o processo de abolição, que, com o aumento da

---

<sup>251</sup> ALBINO, op. cit., p. 113.

população liberta, poderia significar o enfraquecimento dos laços senhoriais dos fazendeiros de Campinas caso não tomassem alguma atitude.

Entre as respostas a esse processo, apontamos o papel da Santa Casa de Campinas. Nela, a assistência e a beneficência seriam instrumentalizadas como um meio pelo qual as camadas abastadas poderiam adquirir prestígio e reforçar as hierarquias sociais. A expectativa era que, com os socorros prestados, a população desamparada diminuísse, subtraindo uma entre outras perturbações na coesão social presentes naquele momento.

Portanto, o envolvimento da camada abastada em volta da Santa Casa se deu pelas funções que a instituição exercia dentro da dinâmica campineira, atendendo aos interesses na manutenção de poder, no reconhecimento social e nos interesses econômicos. Seus papéis em conjunto – assistencial, beneficente, religioso na sociabilidade e no socorro aos mais pobres – permitiu que o hospital corroborasse para valorizar a atuação dos grupos elitizados que, com a contribuição da imprensa, fosse vista como generosa e virtuosa, preocupada com as mazelas sociais, enquanto recuperava sua mão-de-obra no hospital. Essa imagem positiva, por sua vez, agregou aos grupos abastados temerosos pelas transformações sociais em curso, permitindo que ela se unisse em volta de um projeto na intenção de renovar os laços de dependências com as camadas populares e garantir seus privilégios e as hierarquias sociais.



## **CAPÍTULO 4 – BENEFICÊNCIA NAS CAMADAS POPULARES E INTERMEDIÁRIAS DE CAMPINAS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**

### ***4.1. Limitações da fonte e invisibilidade dos sujeitos***

Até o momento, analisamos as doações à Santa Casa de Campinas oriundas dos grupos mais abastados da cidade. A intenção com este capítulo, por outro lado, é analisar como foi a participação das camadas não elitizadas na instituição. Dessa maneira, agregaremos à análise a partir de dois grupos: de um lado, as camadas intermediárias da sociedade campineira, envolvendo indivíduos com maior estabilidade em seus ofícios<sup>252</sup> e proprietários de menor patrimônio<sup>253</sup>; e, do outro, as camadas populares, que seriam aqueles indivíduos com restrita inserção econômica e social nos círculos abastados da sociedade campineira. A condição de pobreza pode ser definida, no período estudado, quando um indivíduo estaria destituído de quaisquer bens de riqueza, além da venda de sua força de trabalho. Esta situação pode colocar essa camada popular na situação de vulnerabilidade caso não consiga continuar trabalhando, seja por causa de alguma moléstia e/ou excesso de mão-de-obra no mercado de trabalho.

Para efeito de análise nas fontes encontradas, decidimos abordar esse grupo denominado popular como aqueles que não tinham condições de pagar o tratamento recebido pela Santa Casa. Os dois principais grupos, então, seriam os nacionais pobres – constituído em sua maior parte por libertos – e os imigrantes pobres. Mas se pensarmos que o tratamento dos escravizados não era pago pelo paciente, mas sim pelo seu senhor, podemos pensar que o grupo dos escravizados possuía condições similares aos outros dois grupos populares mencionados. Assim, a análise das camadas populares será vista a partir dessas três parcelas da sociedade e na forma como elas viam a assistência prestada pela Santa Casa de Campinas e se também eram agentes na beneficência.

Se afirmamos, ao longo da dissertação, que a instituição exerceu grande influência na dinâmica campineira, é-se necessário ponderar como a mesma interagiu com as demais camadas da cidade. Assim, iríamos ao encontro do objetivo da dissertação, entendendo quais razões levaram diferentes personagens, no caso, camadas intermediárias e populares, a realizarem

---

<sup>252</sup> Ou seja, aqueles doadores que, nos almanaques, apareceram de forma mais constante em seus ofícios, indicando uma certa estabilidade em sua atividade.

<sup>253</sup> Utilizamos as listas de inventários, anexadas na tese de Fernando Abrahão, como meio de discernir esses grupos. Em seus anexos, Abrahão divide os inventários pesquisados em três listas: inventariados da elite, inventariados do estrato intermediário e inventariados do estrato inferior. Para nossos objetivos, cruzamos as duas últimas listas com os nomes dos doadores da Santa Casa de Campinas para fazermos nossa análise. Ver mais em: ABRAHÃO, Fernando Antônio. *Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2015, p.212-235.

ações beneficentes à Santa Casa de Campinas. Sendo a Misericórdia um espaço multifacetado, com penetração de diferentes sujeitos, exploraremos como as diferentes funções da instituição encontrariam respaldo nas aspirações desses indivíduos, encontrando nela sua própria noção de beneficência. Em outras palavras, os papéis e expectativas atribuídas à Santa Casa se associavam com as intenções e as experiências próprias desses sujeitos não elitizados, influenciando no significado dado às doações e, conseqüentemente, ao significado adquirido pelo hospital, diversificando e até se chocando com as intenções projetadas à instituição pelas camadas elitizadas.

Entretanto, deparamo-nos com obstáculos relacionados à limitação da fonte usada para qualificar os doadores, principalmente quanto aos grupos denominados como populares. Como apontado na introdução, os almanaques estavam imbuídos de um filtro ideológico progressista e elitizado, o qual se traduzia por um projeto político que visava controlar as práticas e sociabilidades sociais daqueles não inseridos nos padrões considerados como civilizados<sup>254</sup>, composto, em sua maioria, pelas camadas populares. De acordo com esse caráter disciplinador e preocupado com a racionalização do espaço urbano, essa parcela da população foi invisibilizada das páginas dos almanaques tanto por não se enquadrarem nos moldes civilizatórios, tendo como horizonte as sociedades europeias e estadunidense, quanto por exercerem ofícios não regulados pelos órgãos municipais.

O caráter oficial dos dados apresentados pelos almanaques, ou seja, ordenados pela municipalidade, também interferiu nas informações listadas quanto às posses dos indivíduos e das sociedades de que eram membros, por exemplo. Em ambos os casos, só foram apresentadas aquelas com atividades devidamente regulamentadas. Além disso, o teor elitizado influenciou nos critérios de composição dessas listas, como, por exemplo, em alguns almanaques em que só foram considerados proprietários aqueles com mais de duas propriedades e outros que usaram como parâmetro para definir as funções de lavrador e capitalista as listas de pagamento do imposto paroquial. Em outras palavras, houve um limitador quanto ao mínimo necessário para ser inserido nessas listas, excluindo aqueles com poucas posses. No caso das associações, as listas só informam os membros das mesas administrativas, ou seja, aqueles com mais influência e com postos mais elevados.

Em ambos os casos, os almanaques foram uma documentação lacunar, revelando limites quanto às informações sobre as camadas não elitizadas, com menor patrimônio e/ou menos inseridas nos círculos sociais mais influentes. Como consequência, principalmente em relação

---

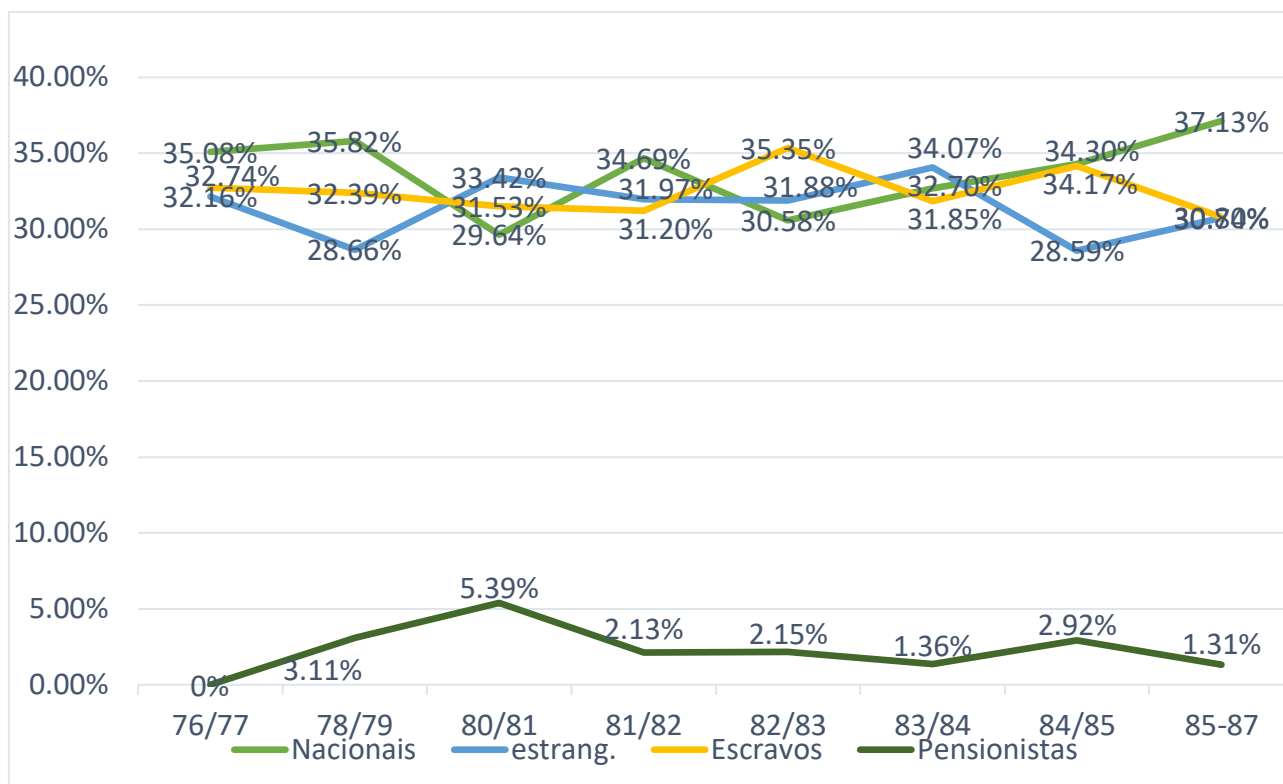
<sup>254</sup> GALZERANI, op. cit., p. 140.

aos grupos populares, encontramos poucas informações que confirmem a presença de doadores desse grupo. Por essa razão, esse capítulo intenciona levantar mais hipóteses e novos caminhos a serem trilhados do que propor conclusões fechadas. O caminho a ser trilhado consistirá, primeiramente, em trazer elementos que deem uma dimensão do envolvimento das camadas intermediárias e populares na Santa Casa de Campinas e, em segundo lugar, apontar algumas motivações que levariam esses grupos a doarem à instituição.

#### **4.2. *Camadas populares como pacientes da Santa Casa de Campinas***

A primeira forma de averiguar a participação não-elitizada, principalmente popular, na Santa Casa de Campinas é investigar a composição social daqueles assistidos pela instituição. A função da Misericórdia de socorrer as pessoas em momentos de moléstia contribuiu para aproximar a instituição da população, principalmente daquela que se encontrava desprovida de outras formas de assistência. Dessa maneira, a principal forma de vínculo firmado entre a Santa Casa e a cidade, principalmente com as camadas populares, ocorreu pelos atendimentos prestados, de forma que o hospital diversifica, a partir do contato com esses grupos, a sua base social. É possível identificar, nessa relação com os pacientes atendidos, que o hospital recebeu principalmente uma população livre pobre – entre eles, nacionais e estrangeiros – e escravos. No gráfico 11 abaixo é possível observar a representatividade, em porcentagem, de cada grupo dentro do nosso recorte temporal:

#### **Gráfico 11 – Composição social dos pacientes da Santa Casa de Campinas**



Fonte: elaboração a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas

O gráfico acima divide os pacientes atendidos em quatro grupos. O primeiro seria os nacionais, composto por homens e mulheres pobres nascidos no Brasil, entre eles, os libertos, cujo atendimento era feito de modo gratuito. O segundo incluiria indivíduos nascidos no estrangeiro<sup>255</sup>, que também recebiam assistência gratuita em caso de não conseguirem custear o tratamento. O terceiro representa os escravizados assistidos, sendo as despesas responsabilidade de seus senhores. O quarto grupo são os pensionistas, sendo eles a minoria nesse momento; e os pensionistas seriam aqueles que pagam pelo atendimento, sendo custeado pelo próprio paciente ou por algum remetente.

Podemos ver, conforme os números apresentados no gráfico, que os três primeiros grupos – nacionais pobres, estrangeiros pobres e escravos – representam quase a totalidade dos atendimentos feitos pela Santa Casa, ou seja, basicamente as parcelas da sociedade que classificamos acima como camadas populares. No gráfico, é possível notar também uma uniformidade desses grupos ao longo do período analisado, mostrando que ambos os três foram alvo da assistência do hospital. Assim, do mesmo modo como a assistência prestada vinculava

<sup>255</sup> Vale ressaltar que, neste período, Campinas começava o processo de imigração, em razão da necessidade de substituição da mão-de-obra escrava, sendo o transporte para o Brasil muitas vezes financiado pelo governo. RIBEIRO, M. A. R., op. cit., p. 109.

os interesses das camadas abastadas, a mesma quando recebida atrelava outros valores, condizentes às experiências e aos valores desses três grupos, dentro e fora do hospital. Ou seja, é nos contatos entre as camadas populares e o hospital que esses vínculos se formam, se reproduzem e se fortalecem. Com isso em vista, analisaremos a composição dos estrangeiros e dos nacionais pobres entre os atendidos pela Santa Casa.

Em relação aos estrangeiros, encontramos 1503 pacientes atendidos. Em termos de nacionalidade, predominavam os italianos e portugueses, seguidos por franceses e alemães e, em menor proporção, espanhóis e ingleses<sup>256</sup>. Esse número é condizente com as mudanças socioeconômicas que Campinas atravessava, já que a imigração foi parte de um projeto de âmbito nacional e, mais especificamente, na província de São Paulo, tendo sido elaborada pelas camadas dominantes em parceria com as esferas governamentais. O interesse em trazer imigrantes envolvia dois objetivos: o primeiro era trazer mais mão-de-obra barata para ser empregada na lavoura e nos centros urbanos, a fim de promover o desenvolvimento agrário e industrial na província; e o segundo visava branquear a população e alijar as camadas negras à marginalidade. Ou seja, a imigração europeia estava impregnada das teorias raciais, as quais viam a mão-de-obra branca como meio de desenvolvimento do país, visto que o elemento negro seria considerado como causa de atraso.

Campinas foi um dos destinos principais desses imigrantes europeus na província, que vinham trabalhar tanto nas fazendas como na cidade. Com o crescimento populacional, havia a preocupação com a saúde do trabalhador, em razão do interesse de não perder a produtividade da mão-de-obra por causa de moléstias. Assim, uma das funções da Santa Casa de Campinas se relacionava à racionalidade capitalista, que estava em implantação, de recuperar esses indivíduos de modo que voltassem a suas atividades. É possível perceber que, segundo o gráfico acima, esse objetivo foi atingido, visto que, em média, 30% dos enfermos eram estrangeiros ao longo de todo o recorte.

Por outro lado, em Campinas, havia iniciativas assistenciais fundadas por estrangeiros residentes, principalmente no caso dos portugueses e italianos. Em relação ao primeiro grupo, foi criada, em 1873, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, com a intenção de prestar socorro médico a esses imigrantes. Essa sociedade, por iniciativa de Francisco Gonçalves Ferreira Novo, iniciou as obras do hospital em 1877. Já em relação aos italianos, em 1881 foi fundada a associação Circolo Italiani Uniti, com o objetivo de ser um centro cultural e educacional e de dar assistência a seus sócios. No entanto, apesar da existência dessas instituições, a Santa Casa

---

<sup>256</sup> Também encontramos suecos, suíços, belgas, americanos, holandeses, entre outros, mas sua presença não foi constante em todos os relatórios do hospital.

continuou recebendo um elevado número de estrangeiros dessas nacionalidades. Ou seja, embora a Santa Casa de Campinas não monopolizasse a assistência hospitalar da cidade, ela exercia grande influência que levava parte desses estrangeiros a serem atendidos pela instituição em vez de pelas sociedades de seus países de origem.

Quanto aos portugueses, é possível argumentar que uma das razões foi a proximidade da Santa Casa da zona central da cidade. Enquanto a Misericórdia era mais próxima do centro urbano – como das ruas Luzitana, do Comércio e do Largo da Matriz Velha –, o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência ficava mais afastado, na rua 11 de agosto. Outro ponto relevante é que havia uma circularidade entre os dirigentes de ambas as instituições, de modo que membros da mesa administrativa da Santa Casa também faziam parte da direção da sociedade portuguesa. Como o caso de João Francisco Ferreira Jorge, que foi mesário da terceira e décima mesa da Misericórdia e, na Sociedade Beneficência Portuguesa, foi vice-presidente em 1878 e presidente em 1888<sup>257</sup>. Essa proximidade administrativa poderia contribuir, também, para o fluxo de enfermos portugueses a serem assistidos pela Santa Casa.

Já no caso italiano, a quantidade de imigrantes que se dirigiam para a Misericórdia em detrimento da assistência prestada pela sociedade italiana pode ser justificada pela menor capacidade dessa associação em prestar atendimento médico em comparação com as outras duas instituições. Enquanto a sociedade portuguesa possuía, em 1886, 800 sócios, a *Circolo Italiani Uniti* contava apenas com 290. Além do mais, a associação italiana não visava apenas a assistência médica, mas englobava as funções culturais e educacionais, o que diminuía sua capacidade de atender todos os enfermos italianos. Assim, a Santa Casa de Campinas era tida, provavelmente, como um dos lugares de referência na assistência gratuita aos pobres para a maioria desses imigrantes no período analisado.

Nas matrículas de enfermos, é possível perceber que os imigrantes que procuravam o hospital da Misericórdia eram de estratos e profissões variadas, sendo desde trabalhadores do campo, atuantes no comércio e até exercendo ofícios mais especializados, apontando que a adesão à Santa Casa vinha de diferentes setores. Contudo, uma atividade chamou-nos a atenção: observamos que a maior parte dos trabalhadores das linhas férreas atendidos eram estrangeiros. Essa relação é relevante se a associarmos à expansão ferroviária que Campinas vivenciava e que, simbolicamente, representava o desenvolvimento urbano. Segundo Rocha, “além da Companhia Paulista, mais quatro Companhias de Estradas de Ferro foram criadas em São Paulo

---

<sup>257</sup> Um outro exemplo que pode ser assinalado é o de João Gomes Pinto, mesário na quarta mesa administrativa da Santa Casa e presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência em 1886.

na década de 1870<sup>258</sup>: a Ituana, inaugurada em 1873, a Mogiana e a Sorocabana criadas em 1875 e a Estrada de Ferro do Norte, em 1877.

Assim, a presença desses imigrantes enfermos na Santa Casa reflete o crescimento urbano da cidade a partir do desenvolvimento ferroviário e a consequente necessidade de assistência à essa mão-de-obra, lembrando, novamente, o modo como se lidava com a saúde pela racionalidade capitalista que estava sendo incorporada: para recuperar o trabalhador e não perder a produção. Indispensável para ambos os lados, a Misericórdia se encontra como centro de uma relação que une trabalhadores imigrantes, desenvolvimento urbano e assistência, de forma que o equilíbrio desses elementos depende dos cuidados assistenciais oferecidos pela instituição.

Já em relação ao grupo dos nacionais pobres, observa-se que correspondiam, em geral, a mais de um terço dos pacientes internados, sendo o grupo mais atendido pela instituição em cinco oportunidades. Observando as ocupações informadas na matrícula de enfermos, vemos também uma variedade de ofícios relacionados a esse grupo, como: trabalhador de roça, pedreiro, cozinheiro, quitandeiro, lavadeira, lavrador, costureira, entre outros. Essa pluralidade de profissões indica a penetração da Santa Casa na sociedade como um dos espaços de cura mais procurados pela população pobre campineira em momentos de moléstia. Além disso, as atividades rurais encontradas levam a crer que a instituição também era visada por aqueles que viviam fora das zonas urbanas.

Embora a introdução do hospital tivesse sido vista com ressalvas pela população, que o considerava como “antecâmaras da morte”<sup>259</sup>, é possível identificar que, ao longo das décadas de 1870 e 1880, houve um aumento expressivo na procura por essa instituição em todas as categorias, incluindo o grupo dos nacionais pobres, como é perceptível na tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 – Quantidade de nacionais pobres atendidos pela Santa Casa de Campinas**

	1876-77	1878-79	1880-81	1881-82	1882-83	1883-84	1884-85	1885-87	Total
Nacionais atendidos	60	115	110	179	141	192	246	622	1665

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas

É importante considerar que as camadas populares, sobretudo os libertos e escravizados, contavam com diferentes práticas de cura, envolvendo saberes de tradição popular e da cultura

<sup>258</sup> ROCHA, op. cit., p.83

<sup>259</sup> ROCHA, op. cit., p.94.

afro-brasileira. Assim, se o hospital fosse compreendido como um lugar arriscado para o tratamento da enfermidade, esses grupos fariam uso de outras estratégias dentro de seu repertório de práticas populares de cura, se esquivando do espaço de assistência idealizado pelas camadas abastadas.

Essa possibilidade, porém, não era do interesse dos médicos da Santa Casa nem das camadas abastadas, visto que, primeiramente, esses saberes eram considerados uma barreira ao progresso por julgarem que eles eram baseados em superstições e, em segundo lugar, eram contra as pretensões dos esculápios que visavam monopolizar as práticas de cura na ciência médica. Contudo, a forma como o hospital era visto inicialmente pela população não contribuía para esses objetivos, de modo que havia a necessidade, por parte dos dirigentes da Santa Casa de Campinas, de se preocupar em modificar essa imagem relacionada à morte<sup>260</sup>, ou seja, fazendo com que a instituição contribuísse para melhorar os indicativos de mortalidade.

Se levarmos em consideração que, segundo a tabela 2 acima, houve um crescimento na procura pela Santa Casa ao longo do tempo, é possível pontuar que, na visão das camadas nacionais pobres, a instituição melhorou sua imagem. Assim, a escolha de ser atendido pela Misericórdia em detrimento de outras práticas de cura populares não era algo totalmente dentro do controle das camadas abastadas<sup>261</sup>, mas também envolvia o reconhecimento, por parte dessa população, da eficácia da instituição no restabelecimento da moléstia. Em outras palavras, o aumento no número de atendidos nacionais pobres – sobretudo, libertos – indica uma mudança, ainda que em processo, do que a Santa Casa de Campinas significava para esses grupos. Desse modo, o esforço das camadas abastadas e dos médicos em melhorar a imagem do hospital, assim como os indicativos de mortalidade, recai na tentativa de fortalecer os vínculos entre as camadas populares e a instituição, visto que se tinha a consciência de que, somente com esses vínculos fortalecidos e com uma base social bem estabelecida no meio popular, a Santa Casa poderia gerar maiores frutos.

Dessa maneira, podemos considerar que haveria uma inversão na forma de significar a assistência, ou seja, em vez de vermos um projeto consolidado imposto a esses grupos, algo de ‘cima para baixo’, é possível enxergar um espaço de negociação e acomodação em processo dos valores e significados que a Santa Casa e as possibilidades de cura tinham para essa população. Ou seja, a Misericórdia teria que competir por espaço com outras práticas medicinais já consolidadas pelos saberes populares. Através dessa linha de pensamento, vemos

---

<sup>260</sup> ROCHA, op. cit., p.94.

<sup>261</sup> É importante mencionar que, embora não seja totalmente controlado pelas elites, havia casos de indivíduos que eram levados pela polícia à Santa Casa e repressão às práticas populares de cura.



que o processo para se tornar paciente da Santa Casa envolvia uma disputa entre visões de mundo que estavam sendo negociadas. Logo, a participação popular na instituição se inicia antes mesmo do atendimento pelo hospital, pois a Misericórdia deveria disputar sua legitimidade com os outros meios de cura disponíveis até que essa população optasse por se dirigir à instituição nos momentos de enfermidade.

Esse primeiro contato através do atendimento era a maneira necessária para formar o vínculo fundamental que criaria uma base social para a instituição. De um lado, essa base dialogava com o desenvolvimento urbano em crescimento na cidade; de outro, disputava com outras práticas de cura já estabelecidas. Assim, embora sua popularidade tenha avançado no período analisado, foi preciso que a instituição se esforçasse para conquistar e legitimar seu espaço dentro das camadas populares e, assim, fundamentar uma base heterogênea dentro da sociedade campineira. Ou seja, como espaço multifacetado, o significado da assistência e, por consequência, da Santa Casa, foi moldado pelas experiências e valores dos pacientes populares atendidos pela instituição. Essa dinâmica só foi possível mediante a disputa de interesses, acomodação de tensões latentes em torno das práticas assistenciais e do que o hospital significava no imaginário popular.

#### ***4.3. Da invisibilidade para os primeiros contornos das camadas intermediárias e populares***

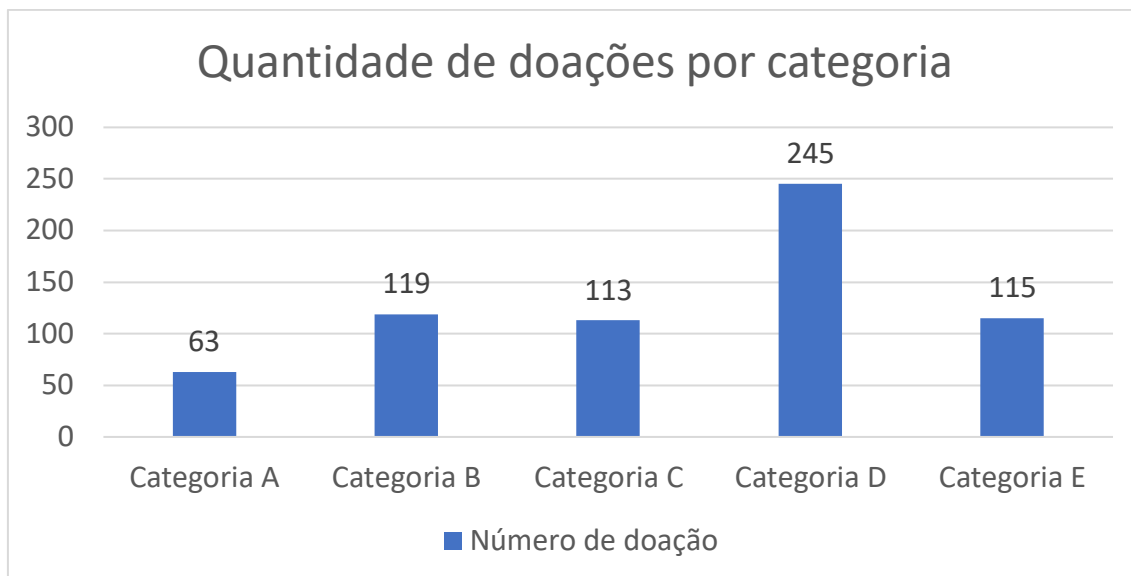
Se, na etapa anterior, vimos as camadas não-elitizadas, principalmente a parcela popular, enquanto pacientes, a intenção, agora, é as vermos como doadoras. Embora exista, como afirmado no início deste capítulo, uma invisibilidade na fonte quanto à participação desses grupos como doadores, trilhamos outros meios para encontrar a presença não-elitizada na Santa Casa de Campinas.

O percurso se iniciou quando percebermos que houve um elevado número de doações correspondente às categorias D (de 11\$000 réis até 50\$000 réis) e E (de até 10\$000 réis)<sup>262</sup>. O gráfico 12 a seguir mostra a quantidade de doações por categoria ao longo do nosso recorte:

#### **Gráfico 12 – Quantidade de doações por categoria**

---

<sup>262</sup> Conforme apresentado na introdução, dividimos as doações em 5 faixas de valores a cada qual atribuímos uma letra: o grupo A corresponde a uma quantia doada igual ou maior que 500\$000 réis; o grupo B, de 499\$000 a 101\$000 réis; o C, de 100\$000 a 51\$000 réis; o D, de 50\$000 a 11\$000 réis e, por fim, o grupo E refere-se às doações de até 10\$000 réis.

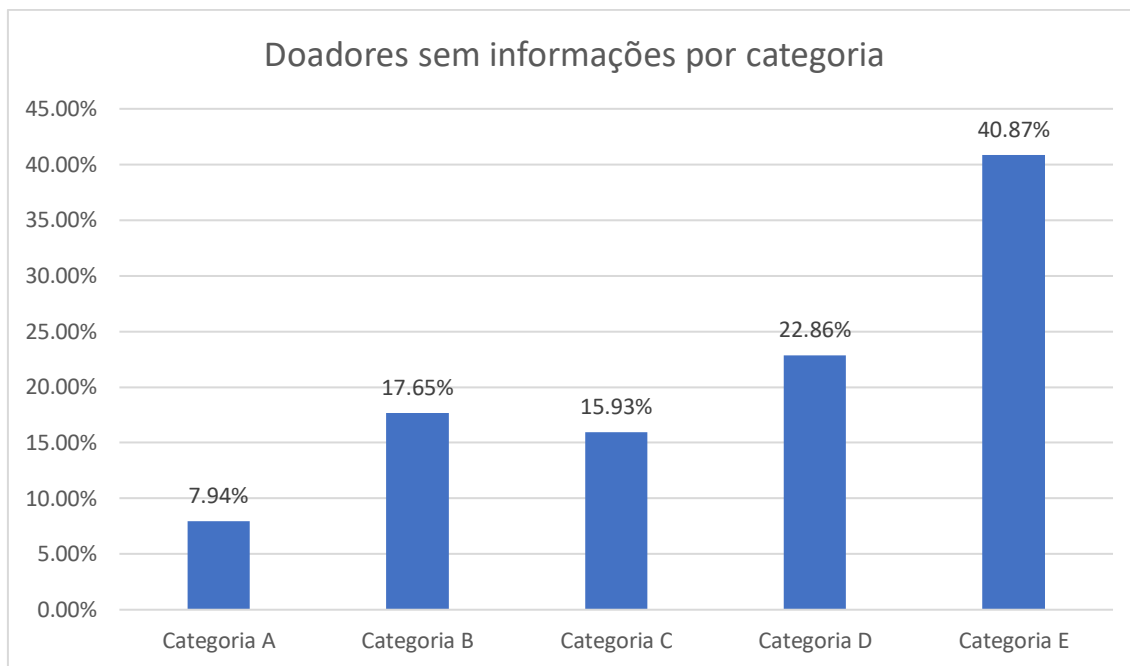


Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

É possível observar, no gráfico, uma hipertrofia da categoria D e um número elevado na categoria E. Somadas, ambas as faixas de valores representam 55% de todas as contribuições à Santa Casa. Embora não tenham sido compostas exclusivamente pelas camadas intermediárias e populares, essas categorias foram pensadas para incluir doações de menor montante, acessíveis às populações de menor renda. Em outras palavras, o elevado número de doadores que optaram por contribuir com quantias mais baixas pode representar a presença de grupos não-elitizados, faixas tanto intermediárias quanto populares da sociedade.

Essa suposição pode ser reforçada ao utilizarmos as limitações da fonte como método analítico. Uma das consequências das lacunas mencionadas foi que, ao cruzarmos as listas de donativos com as informações dos almanaques, obtivemos um elevado número de doadores sem informação, principalmente nas categorias D e E. O gráfico 13 abaixo apresenta a porcentagem de doadores com nomes, mas cujos dados não foram encontrados nos almanaques, divididos por categoria:

### **Gráfico 13 – Doadores sem informações por categoria**



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas e do livro do Primeiro Centenário cruzados com as informações dos almanaques de Campinas.

Nos capítulos anteriores, utilizamos as listas dos almanaques como estratégia para indicar o nível de inserção social e econômica dos doadores em Campinas. Dessa maneira, as informações sobre os dirigentes das sociedades e/ou irmandades somadas às listas de posses dos indivíduos indicam o lugar social ocupado pelo doador, além de sua condição financeira, permitindo inferir o seu pertencimento às camadas abastadas e a sua circularidade nos estratos mais elitizados da sociedade. Em outras palavras, quanto mais recorrente o nome do doador aparece, mais ele estaria inserido em redes e espaços influentes, o que permitia considerá-lo pertencente às camadas mais elitizadas. Por outro lado, é possível supor que o oposto também seria verdadeiro, isto é, a ausência de informação pode indicar uma menor inserção social nos círculos mais abastados.

Ao observarmos o gráfico 13 acima, podemos identificar que a maior porcentagem de doadores sem informações é encontrada nas categorias de menor montante. Dessa forma, se os dados no almanaque são significativos para caracterizar o doador, sua ausência também pode nos fornecer indicativos importantes. Embora não represente a totalidade dos casos, é plausível considerar a hipótese de que pelo menos uma parte das doações nas categorias D e E sobre as quais não foi possível identificar informações nos almanaques tenham sido feitas por pessoas de menor inserção social e, possivelmente, pertencentes às camadas intermediárias e populares.

Tal possibilidade é reforçada ao compararmos a ausência de informações entre as categorias A e E, tendo em vista as especificidades de cada uma. A categoria A (doações acima

de 500\$000 réis) foi elaborada para incluir os doadores pertencentes aos estratos mais abastados da sociedade; já a categoria E foi pensada para ser uma quantia baixa para os membros da elite campineira, mas acessível, principalmente, às camadas populares, como nacionais pobres e imigrantes pobres. Se retomarmos as considerações feitas até aqui, tais características estariam de acordo com as suposições de que a ausência de informações se relaciona com a menor inserção social e menor capital econômico do doador. Portanto, enquanto a categoria mais abastada apresenta o menor índice de doadores sem informações, a faixa de menor montante é onde esse indicativo se encontra bem mais expressivo.

Já a categoria D representa uma faixa de valores que agregaria diferentes públicos, pois, embora possa ser considerada de menor expressão, uma contribuição de 50\$000 réis não é um valor irrisório, podendo corresponder a uma pequena quantia entregue por alguém mais abastado ou um valor significativo para alguém dos estratos intermediários ou mais pobres da sociedade. Ou seja, há um contraste nessa categoria: enquanto contemplaria aqueles com grande circularidade na sociedade campineira, também incluiria aqueles não contemplados pela fonte, devido à sua baixa inserção social. Essa especificidade explicaria o dobro de doações nessa categoria (gráfico 12) e também a elevada porcentagem de ausência de informação.

Pensando nos casos de doações da categoria D feitas por indivíduos das camadas intermediárias e populares, é possível denotar que a Santa Casa de Campinas seria uma instituição importante para esses grupos, visto não serem desprezíveis os valores doados. Assim, a participação desses grupos como doadores implica um significado próprio dado à Misericórdia e à beneficência. Desse modo, apesar de serem contribuições de menor montante, elas conferem um sentido à doação inscrito dentro das experiências dessa população, seja ela dos estratos intermediários ou populares.

Apesar das limitações da fonte, nesta etapa, a intenção foi usar a própria lacuna e sua distribuição nas categorias como forma de esboçar uma aproximação aos grupos de doadores não-elitizados da Santa Casa de Campinas. Na próxima etapa, o objetivo é trazer mais solidez a essa participação.

#### ***4.4. Doações com informações e camadas intermediárias e populares***

Neste momento trataremos dos casos sobre os quais encontramos dados nos almanaques. A intenção é observarmos como as funções associadas à Santa Casa estariam relacionadas aos doadores encontrados e suas características levantadas. Ou seja, se a Misericórdia não é uma instituição monolítica, a diversidade da base social verificada não é

explicada apenas pela atuação na esfera assistencial, mas também teria a capacidade de atrair outros interesses.

Quanto ao método de análise, enquanto os grupos abastados foram descritos nos almanaques mais de uma vez como proprietários – seja de propriedades urbanas e/ou rurais – e/ou com capital, alguns doadores foram classificados apenas por ofícios manuais ou somente uma vez como proprietários. As atividades artesanais, em uma sociedade escravista como a brasileira, eram vistas de forma depreciada pelas camadas elitizadas, consideradas uma função de menor prestígio e relegadas às camadas menos privilegiadas. Dentre essas categorias profissionais, haveria uma gradação socioeconômica que abarcaria indivíduos com maior estabilidade, que se inseriam nos estratos intermediários, e aqueles de menor renda, que estariam às margens da sociedade. De qualquer forma, ambos estariam aquém daquilo que seria considerado como membro da elite campineira.

De modo similar, indivíduos que tinham apenas pequenas propriedades ou com dívidas também eram excluídos das camadas abastadas, enquadrando-se em esferas intermediárias da sociedade. Dessa forma, nesta etapa, consideraremos as doações de indivíduos cujas informações correspondam ao ofício manual ou que foram colocados nos estratos intermediários e inferiores nas tabelas dos inventariados disponibilizadas na tese de Abrahão<sup>263</sup>.

O primeiro exemplo que podemos citar acontece no leilão de prendas de 1877, quando foi mencionada a participação de Antônio Diniz, que desembolsou uma quantia de 5\$000 réis, classificada como 2-E. No almanaque de 1873, encontramos Antônio Diniz d'Oliveira<sup>264</sup> como “carpinteiro e mestre d’obra”. No relatório da provedoria de 1883 a 1885 encontramos outro caso: Nicoláu Cardoso, que doou o valor de 8\$000 réis, categorizada como 7-E. Procurando nos almanaques, identificamos que Nicoláu foi considerado caldeireiro em 1873 e, em 1888, tinha uma venda de “secos e molhados”.

Essas informações apresentam doadores que exerceram ofícios manuais, demonstrando a presença de uma população não pertencente às camadas dominantes. De modo semelhante, ambos contribuíram com pequenas quantias que, longe de serem inexpressivas, demonstram que a Santa Casa estava inserida em suas realidades, articulando valores e experiências próprias que davam sentido a suas doações.

Novamente, no leilão de 1877, encontramos o arremate de Antônio Alves da Silva no valor de 20\$000 réis, classificada como um valor 2-D, sendo esta sua única contribuição à Santa

---

<sup>263</sup> ABRAHÃO, op. cit., p.212-235.

<sup>264</sup> Embora a ausência do sobrenome “Oliveira”, é possível considerar que houve sua omissão ao registrar o arremate da prenda, visto que foi o único Antônio Diniz que encontramos no almanaque.

Casa em nosso recorte. Cruzando seu nome com as informações do almanaque, observamos que Alves da Silva foi identificado como alfaiate, estabelecido na Rua do Comércio, nos almanaques de 1878 a 1888. A permanência da alfaiataria por pelo menos uma década em uma das ruas mais centrais da cidade sugere alguma estabilidade e reputação em seu ofício, ou seja, ele possivelmente se inseria nos setores intermediários da sociedade campineira.

Entretanto, quando participou do leilão, provavelmente não fazia muito tempo que estava estabelecido na cidade, visto que seu nome não aparece no almanaque de 1873. Essa informação é significativa se associarmos que o leilão de prendas destinado ao Asilo de Órfãos possui uma peculiaridade: era um evento público de viés caritativo e de repercussão, no qual compareceram pessoas importantes da sociedade campineira. Sendo sua única doação feita em um momento de tanta visibilidade, é plausível considerar que uma de suas motivações tenha sido a de se colocar em maior evidência dentro do público campineiro. De acordo com essas considerações, para Antônio, o leilão e, mais especificamente, a Santa Casa poderiam significar uma oportunidade de adquirir maior destaque. Mas não como estratégia de manutenção do poder como pretendiam as camadas elitizadas, e sim com o objetivo de ganhar maior notoriedade em seu ofício.

Um outro caso que pode ser citado é o de Antônio Francisco do Amaral Gurgel, que doou, no leilão de prendas, 83\$000 réis. Nos almanaques, Gurgel aparece associado a uma loja de fazenda de 1872 a 1879 e, em 1879, também como proprietário e eleitor. Como comerciante, é plausível que ele também tenha tido como motivação a visibilidade que o leilão permitiria a seus participantes, entretanto, diferentemente do caso anterior, ele já era estabelecido na cidade pelo menos desde 1872. Então, assim como no caso anterior, se sua contribuição à Santa Casa tinha um interesse econômico, seria o de reforçar seu comércio no círculo elitizado, representando uma oportunidade para garantir uma melhor inserção no mercado campineiro. Dessa maneira, a instituição teria como função, para esses grupos intermediários, ser um espaço de visibilidade para contatos comerciais.

Pela quantia doada e as informações encontradas, tenderíamos a colocá-lo em uma situação mais abastada, se não fossem os inventários analisados por Abrahão. Em seu inventário de 1890, Gurgel aparece “com dívidas superiores a 60% de seus valores monetários brutos [...] com passivos superiores aos ativos brutos”<sup>265</sup>. Assim, pensando no valor doado e em suas dívidas no fim de sua vida, podemos supor que ele se encontrava inicialmente nos setores intermediários com certa estabilidade e que, com o tempo, acabou se endividando. Ao contrário

---

<sup>265</sup> ABRAHÃO, op. cit., p.135.

do caso de Antônio Alves da Silva, cuja presença no almanaque levava a crer em uma certa estabilidade, a ausência de Gurgel nesta fonte na década de 1880 favorece a ideia de uma possível decadência de seus negócios.

Nas contribuições para a construção do hospital, constata-se uma doação referente à herança de Claudino Pedreiro no valor de 200\$000 réis, classificada como 1-B. Nos almanaques de 1872 e 1873, há o nome de Claudino Rodrigues Nunes na categoria de “pedreiros e mestres d’obras”, instalado na rua da Cadeia. A disparidade entre o valor dessa doação em relação às anteriores é explicada em razão de ela ter sido feita como herança. Mesmo assim, levando em consideração que se trata de um ofício distante das atividades mais rentáveis na época, essa contribuição representa um valor vultoso, sendo plausível que uma parcela considerável de seu legado tenha sido destinada ao hospital em construção, o que nos leva a crer que a instituição agregava, para ele, significados compatíveis aos seus princípios, motivando a doação.

Não podemos considerar que o valor foi doado como forma de Claudino recompensar a instituição por algum tratamento que recebeu, visto que sua doação se deu antes de o hospital ser concluído. Mas, se levarmos em consideração que a Santa Casa também agregava um sentido religioso, por ser vinculada a uma irmandade católica, e que essa doação foi feita em forma de legado, a compatibilidade poderia estar ligada a esse universo, sendo uma forma de expiação dos pecados ou de devoção. Ao longo da história das Misericórdias, legados destinados às suas irmandades foram comuns no império português e no Brasil, muitas vezes envolvendo o costume de pedir missa em nome do finado<sup>266</sup>. Embora não tenha sido possível confirmar essa intenção de Claudino ao legar a doação, a instituição poderia ter correspondido a suas aspirações religiosas, de modo que, nesse caso, corresponderia a uma causa religiosa relevante e que repercutia na cidade nos últimos anos de vida do doador em questão

Ainda na fase de construção do hospital, o relatório da provedoria faz menção a uma doação feita por Costa Lopes & Faria no valor de 50\$000 réis, classificada como 1-D. Pesquisando nos almanaques, encontramos uma barbearia e/ou cabeleireiro com a mesma denominação atuando pelo menos de 1872 até 1879, correspondendo ao período dos quatro

---

<sup>266</sup> Sobre os legados destinados às Santas Casas, ver mais em: ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias dos lugares de além-mar na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, vol. VIII(3): 591-611, set.-dez. 2001; CERQUEIRA, João Batista. Santa Casa de Misericórdia da vila da Cachoeira: a caridade e a filantropia no contexto da política assistencial do governo imperial. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.195-213; FRANCO, Renato. Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011; TOMASCHEWSKI, Claudia. Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922). Mestrado em História: Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2007.

primeiros almanaques do nosso recorte, sendo que em 1872 e 1873 estava estabelecida no Largo do Rosário e, em 1878 e 1879, mudou-se para a Rua Direita. Além disso, o sobrenome Costa Lopes aparece referente à José da Costa Lopes Pereira, apenas, o qual era considerado barbeiro e dentista nos dois primeiros almanaques (1872 e 1873).

O ofício de barbeiro, por sua vez, aproxima Costa Lopes às camadas populares mais do que aos grupos abastados, pois esse ofício carrega outros significados, visto que é uma profissão que foi largamente praticada por escravos e/ou libertos. Nesse sentido, como aponta Tânia Salgado Pimenta em sua pesquisa, no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX havia muitos escravos e libertos que se interessavam por essa atividade, pois, nos centros urbanos, contribuía para o acúmulo do pecúlio<sup>267</sup>. Dentro dessa atividade, muitos negros, em especial barbeiros, exerciam também práticas populares de cura, principalmente a sangria, de modo que havia uma proximidade entre esses ofícios<sup>268</sup>.

Entretanto, no mesmo recorte espacial analisado por Pimenta, Rodrigo Aragão Dantas verifica uma transformação na composição social desse ofício na segunda metade do século XIX. Enquanto a maioria dos barbeiros no início do século era composta por libertos e escravos, no período posterior, a atividade seria compartilhada pelos portugueses em razão do fim do tráfico negreiro e do aumento da imigração portuguesa<sup>269</sup>, trazendo alterações ao perfil do ofício.

Embora não tenha sido possível confirmar a nacionalidade de José da Costa Lopes Pereira, algumas considerações são possíveis. Em primeiro lugar, é importante salientar que a atividade de barbeiro praticada por libertos e/ou escravos estava relacionada às práticas de curas, como a sangria. Por outro lado, com o crescimento de barbeiros portugueses, essa associação foi perdendo força, já que, como analisa Dantas, as barbearias portuguesas “eram lugares direcionados à estética, deixando a terapêutica em segundo plano ou mesmo inexistente”<sup>270</sup>.

Todavia, como foi mencionado, nos almanaques de 1872 e 1873 José da Costa Lopes Pereira foi classificado como barbeiro e como dentista. Ou seja, o seu ofício de barbearia não estava restrito à estética, mas também se relacionava a uma atividade de cura. Essa correlação

<sup>267</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Sangrar, sarjar e aplicar sanguessugas: sangradores no Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos*. In: \_\_\_\_\_; GOMES, Flávio (org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 242.

<sup>268</sup> PIMENTA, 2016, p. 236.

<sup>269</sup> DANTAS, Rodrigo Aragão. *Barbeiros-sangradores: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889)*. In: PIMENTA, Tânia Salgado; GOMES, Flávio (org.). **Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016, p. 264.

<sup>270</sup> DANTAS, op. cit., p.254.



não era incomum, visto que há casos de libertos e/ou escravos sangradores que também eram considerados dentistas. Um exemplo é o caso de Vicente, descrito por Pimenta: ele exercia as atividades de dentista e de sangrador, iniciando seu ofício ainda como escravo e, quando conquistou sua liberdade, continuou atuando na mesma atividade<sup>271</sup>.

Embora Costa Lopes não tenha sido classificado como sangrador, a ausência desse ofício no almanaque é explicada em razão de sua ilegalidade fora da esfera médica. Os sangradores, no início do século XIX, obtinham sua licença através da Fisicatura-mor; entretanto, quando esse órgão foi extinto, em 1828, o título passou a não ser mais concedido, ou seja, a atividade não era mais legalizada oficialmente<sup>272</sup>.

Essa marginalização dos sangradores, por sua vez, foi fruto da tentativa do discurso médico em monopolizar as práticas de cura, centralizando-as em torno das faculdades e sociedades de medicina<sup>273</sup> e, por consequência, discriminavam as práticas feitas pelas camadas populares, principalmente escravos e/ou libertos. Se retomarmos o caráter oficial e elitista dos almanaques, que tinham interesse em propagar um ideal progressista e cientificista, é de se esperar que a fonte não contemple os sangradores, tanto por sua ilegalidade, quanto por irem de encontro ao ideal civilizatório propagado pelas ciências médicas contra as práticas populares.

Inclusive, é possível aprofundar essa reflexão ao problematizar a ausência de José da Costa Lopes Pereira na categoria de dentista e a continuidade pela barbearia Costa Lopes & Faria nos almanaques seguintes, de 1878 e 1879. Se as práticas de curas estavam cada vez mais restritivas àqueles que teriam obtido diplomas nas faculdades de medicina, talvez, ao longo da década de 1870, o município tenha deixado de conceder a autorização para que José exercesse o ofício de dentista, de modo que ele deixou de ser classificado com essa atividade nos almanaques, embora possa não ter necessariamente parado com esse ofício na prática.

De modo semelhante podemos pensar que, apesar de a prática de sangria pelas camadas populares fosse considerada ilegal, não significa que ela tenha desaparecido no cotidiano. De acordo com Pimenta, os anúncios de sangradores continuaram sendo publicados nos periódicos, ou seja, o ofício permaneceu ativo, só não era mais registrado nas determinações legais<sup>274</sup>. Dantas também pontua que, embora tenha havido um crescimento no número de portugueses,

---

<sup>271</sup> PIMENTA, 2016, p. 243.

<sup>272</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. In: CHALHOUB, Sidney; et al (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.318.

<sup>273</sup> PIMENTA, 2003, p.322.

<sup>274</sup> PIMENTA, 2016, p. 245.

os barbeiros nacionais e libertos – ligados às práticas de cura – permaneceram na cidade, com lojas e de forma itinerante pelo menos até a virada do século XIX para o XX<sup>275</sup>.

Esse movimento pode ser atribuído ao caso em análise de Costa Lopes, pois, mesmo que não tenha sido registrado como sangrador, seu ofício de barbeiro estava atrelado, no começo da década de 1870, à prática de cura de dentista. Dessa forma, podemos considerar a possibilidade de ele ter sido um liberto ou um descendente.

A partir dessas considerações, é plausível identificar que a Santa Casa de Misericórdia de Campinas estaria dentro do horizonte de expectativas e das práticas caritativas das camadas populares, assim como, possivelmente, dos grupos de libertos. Em outras palavras, se Costa Lopes & Faria realmente se tratava de um liberto ou descendente, sua doação de 50\$000 réis só poderia fazer sentido se o hospital estivesse relacionado ao universo do grupo de que fazia parte, se atendesse a suas expectativas de beneficência. Considerando a hipótese de que Costa Lopes pertencia ao ambiente das práticas de cura e que ele fosse liberto ou descendente, somado ao fato de que a Santa Casa também fazia parte do mesmo universo da saúde e que um dos focos assistenciais seria a população nacional pobre, composta em sua maioria por libertos, sua doação poderia ter sido motivada, entre outros fatores, pelo reconhecimento da função social que a instituição desempenharia dentro da sociedade campineira.

Portanto, nesta etapa, levantamos algumas doações feitas à Santa Casa de Campinas por indivíduos que tinham ofícios manuais, como carpinteiros, pedreiros, barbeiros e alfaiates, os quais estariam distantes das esferas mais abastadas. Conforme analisado, as intenções de suas doações vincularam diferentes motivações, sendo possível considerar uma conotação religiosa, um reconhecimento da função assistencial a ser desempenhada pela instituição ou a intenção de se inserir melhor nas clientelas da cidade. Também nos é plausível considerar a hipótese da presença negra entre os doadores, em virtude de a associação entre alguns ofícios serem atividades comuns entre escravos e/ou libertos. Ou seja, a presença popular, que era um vislumbre na etapa anterior, ganha contornos mais nítidos na atual.

Essas pequenas doações indicam que a Misericórdia consistia em um espaço legítimo também para grupos não-elitizados, sejam eles setores intermediários ou parcelas populares, de exercerem a beneficência. Essa legitimidade se consolidava em razão dos diferentes papéis que a Santa Casa exercia na sociedade, envolvendo as esferas de socorro aos pobres, beneficência, religiosas e/ou assistenciais, as quais se desdobravam em outras motivações, como: interesse em ascensão social, devoção, preocupação pelo desenvolvimento urbano ou a consciência da

---

<sup>275</sup> DANTAS, op. cit., p. 270.

necessidade de uma obra de assistência médica. Essa polivalência da Santa Casa permitia que suas funções fossem interpretadas conforme os interesses e expectativas de cada doador, expandindo o número de interessados em contribuir com a instituição. Com isso, a Misericórdia conquistava uma base social heterogênea ampla, o que aumentou ainda mais seu alcance social e político no final do século XIX.

Dessa forma, nossa análise caminha para um olhar multifacetado da Santa Casa, estando ela inserida em realidades mais amplas do que circunscritas às camadas abastadas, visto que essa restrição também limitaria a força da instituição. Sua base heterogênea, que procuramos demonstrar, impede que consideremos a instituição de forma unívoca, levando-nos a reinterpretá-la a partir de vieses distintos, considerando também perspectivas mais condizentes ao cotidiano desses indivíduos intermediários e populares – cujas expectativas eram independentes das intenções dos grupos elitizados – o que reforça o papel social da Santa Casa na sociedade. Ou seja, ela não era uma instituição monolítica, visto que seus significados sociais e políticos eram construídos nas relações desenvolvidas a partir da multiplicidade de segmentos sociais com que a instituição interagira e se relacionava.

Na próxima etapa, continuaremos a analisar outras doações feitas à Santa Casa de Campinas que também corresponderiam a grupos populares. Entretanto, se até aqui analisamos indivíduos identificados por seus nomes completos, no próximo momento a investigação recairá sobre a participação de doadores que não tiveram seus sobrenomes registrados.

#### **4.5. *Doadores sem sobrenome***

Em regra geral, as listas de doadores da Santa Casa de Campinas mencionam o nome do doador, seu sobrenome e a quantia entregue. Apesar de haver algumas omissões de parte do sobrenome em todas as listas, apenas na primeira – referente aos valores doados para a construção do hospital – é possível encontrar indivíduos identificados somente pelo nome. Nesse primeiro relatório, são mencionados 11 doadores sem sobrenomes. Embora alguns sejam referentes a mulheres, casos em que a ausência do sobrenome era suprida pela presença do nome do marido ou pai, há outros que não fazem nenhuma menção complementar a filiação ou familiaridade. Entre esses, há 7 exemplos especificados na tabela 3 abaixo:

**Tabela 3 – Doadores sem sobrenomes e sem menção de filiação familiar**

Nome	Quantia doada
José Francisco	25\$930 réis

Estanislao	25\$500 réis
Maria	20\$000 réis
Anna Rosa	10\$000 réis
Maria Augusta	5\$500 réis
Joaquim Roberto	2\$000 réis
Maria Caetana	2\$000 réis

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes no primeiro Relatório da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1877)

Como podemos observar, todas as doações são de pequenas quantias, variando entre as categorias D e E, o que nos leva a supor que seriam oriundas das camadas populares. Além disso, no caso da contribuição de José Francisco, há uma especificação junto ao seu nome, caracterizando-o como pedreiro; retomando a etapa anterior, esse ofício reforça a interpretação de que essas pessoas pertenceriam às parcelas mais pobres da cidade.

A ausência de sobrenome é um outro elemento que nos permite considerá-los oriundos das camadas populares, especialmente porque os indivíduos mais abastados frequentemente mencionavam os nomes de suas famílias como forma de reafirmar sua diferenciação social. Para corroborar com essa conclusão, tal ausência onomástica também é um indicativo relacionado à escravidão. No período escravista, as pessoas escravizadas raramente possuíam sobrenome, pois eram identificados pelo nome cristão no batismo acompanhado de sua origem ou estatuto social (nação, crioulo, pardo, mulato, etc.) e, no caso dos libertos, era comum a adoção dos sobrenomes dos antigos senhores<sup>276</sup>. Essa informação nos leva a crer que havia indivíduos cujo histórico se relacionava com a escravidão, sejam eles libertos ou escravos, participando como doadores na Santa Casa de Campinas.

Tal possibilidade se confirma pela especificação indicada na doação de 20\$000 réis de Maria de que ela seria escrava do capitão Vasconcellos. Esse dado nos permite afirmar que havia a presença negra na instituição, o que também valida a hipótese de que a Santa Casa englobava os anseios beneficentes não só de parte dos libertos, mas também de indivíduos escravizados.

Ainda sobre essa doação de Maria, pode-se afirmar que a quantia doada se revela nada irrisória. Em virtude de sua condição, 20\$000 réis deveriam representar uma quantia avultada

---

<sup>276</sup> RODRIGUES, Aldair Carlos. *Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII)*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, RJ: FGV/CPDOC/PPHPBC, 2020. Vol. 33, no. 69 (Jan./Abr., 2020), p.78-79. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663625>. Acesso em: 31 mar. 2023.

para a doadora, levando-nos a questionar as motivações que a levariam a contribuir para a Santa Casa. A primeira motivação aparente seria a de que ela tivesse sido tratada na Santa Casa, contudo, tal suposição se mostrou infundada em razão de sua doação ter sido feita antes da inauguração do hospital. A segunda hipótese seria a influência de seu senhor. Procurando nos almanaques, encontramos o capitão Antônio Joaquim de Vasconcellos Pinto, classificado como capitalista e proprietário em 1872 e 1873. Contudo, mesmo sendo possível, essa afirmação também não se sustenta, em virtude de Vasconcellos nunca ter doado à Santa Casa nem ter participado das mesas administrativas.

Dessa forma, levantamos uma terceira hipótese que se relaciona com a religiosidade e ao sentimento de caridade nas populações libertas. Segundo Xavier, “a religiosidade dos libertos, assim como a sua caridade também eram importantes no momento em que decidiam o que fazer com os seus bens. Alguns doavam dinheiro para os pobres, para as paróquias da cidade e também para a Santa Casa de Misericórdia”<sup>277</sup>. A partir dessa citação, podemos observar que a motivação religiosa era comum entre os libertos – e muito provavelmente também aos escravos –, sendo a Santa Casa de Campinas um espaço privilegiado para suas doações. Sendo assim, elemento religioso da instituição e seu caráter caritativo podem ter influenciado nas motivações que levaram Maria a doar.

Contudo, mesmo que a Santa Casa tivesse uma função religiosa baseada nas intenções das camadas abastadas, isso não necessariamente corresponderia ao mesmo ideal entendido por Maria. Em outras palavras, se os grupos elitizados deram um sentido religioso à instituição mais vinculado à ortodoxia católica, os elementos católicos poderiam ter sido apropriados por Maria e outros integrantes da comunidade negra na cidade e adquirido significados próprios, identificando sentidos para a religião mais condizentes às religiosidades afro-brasileiras do que os significados dados pelas camadas dominantes. Tal suposição será aprofundada na próxima etapa.

Um outro ponto a ser considerado é a intenção de Maria de exercer sua liberdade, ainda que escrava. Como a instituição tinha uma causa beneficente e aceita pelas camadas abastadas, sua doação não deveria encontrar obstáculos; inclusive, talvez, fosse até incentivada. Ou seja, doar para a Santa Casa poderia significar a ela uma forma de decisão sobre seu próprio dinheiro, sem que seu senhor intervisse.

Portanto, é possível concluir que a Santa Casa de Campinas foi um espaço que ultrapassava as projeções e interesses das camadas elitizadas. A instituição também

---

<sup>277</sup> XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p.141.

sensibilizaria a população negra egressa da escravidão, cujas motivações condiziam com sua experiência social. Assim, esta etapa procurou reforçar que a instituição era multifacetada, tornando impossível interpretá-la de forma unívoca. Essa heterogeneidade na base social da Misericórdia, por sua vez, fortalecia ainda mais sua posição dentro da dinâmica campineira, de modo que em seu entorno orbitavam tanto as intenções das camadas elitizadas quanto os significados válidos para as camadas populares. Por fim, se até o momento analisamos os doadores através de seus nomes, na próxima etapa serão investigadas as doações anônimas.

#### 4.6. *Doações anônimas e religiosidade*

Em todas as listas de doadores, com exceção do leilão de prendas de 1877<sup>278</sup>, foram encontradas doações anônimas à Santa Casa. No total, identificamos 65 contribuições que não especificam nenhum nome, distribuídas em todas as categorias de valores conforme a tabela abaixo:

**Tabela 4 – Doadores anônimos**

	Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria D	Categoria E	Total
Até 1876	4	0	3	3	10	20
1878-1879	0	3	2	1	2	8
1880-1881	0	0	3	5	3	11
1881-1882	0	0	1	5	1	7
1882-1883	1	1	1	3	1	7
1883-1885	0	0	0	9	3	12
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>20</b>	<b>65</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados existentes nos Relatórios da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

<sup>278</sup> A razão de não ter havido contribuições anônimas nesse evento se deve ao fato de se tratar de um leilão público, de modo que todos os arrematadores das prendas foram identificados.

Embora as doações anônimas estejam distribuídas em todas as categorias, é possível perceber uma maior quantidade nas faixas de valores D e E. Se retomarmos as considerações de que a maior parte dos valores doados pelas camadas populares se concentrariam nessas categorias, é plausível que uma parte considerável desses doadores anônimos sejam oriundos dessa parcela da população.

Essa forma de doação retoma a discussão teórica sobre a distinção entre caridade e filantropia. Embora não achemos que esse contraste entre os termos categorize todos os casos de beneficência no recorte analisado, as características apontadas pela bibliografia nos podem ser úteis no momento. Na definição apontada por Castel, já mencionada na dissertação, a caridade seria uma “virtude cristã por excelência”<sup>279</sup>, de modo que, segundo Duprat, seu autor deveria se eximir de qualquer envaidecimento, renunciando qualquer tipo de publicidade<sup>280</sup>. Essa concepção religiosa da prática da beneficência encontra paralelo na passagem bíblica de Mateus: “Mas, quando você der esmola, que a sua mão esquerda não saiba o que está fazendo a direita, de forma que você preste a sua ajuda em segredo. E seu Pai, que vê o que é feito em segredo, o recompensará” (Mt, 6,3.4). Ou seja, é possível pensarmos que esses casos analisados possam seguir um princípio cristão ao realizarem suas doações em anonimato.

O caráter religioso dessas doações encontra sustentação na forma como alguns doadores foram denominados na documentação. Em 13 casos anônimos, seus autores foram qualificados como “um(a) devoto(a)”<sup>281</sup>, dos quais 7 se inserem na categoria E. Dessa forma, podemos afirmar que haveria uma correlação entre anonimato e religiosidade. Se parte das doações anônimas teriam uma motivação religiosa, das quais uma parcela, principalmente aquelas de menor montante, seriam oriundas das camadas populares, resta-nos enveredarmos sobre como essa religiosidade popular seria vista na Santa Casa de Campinas. Ou seja, a intenção é buscarmos elementos que justifiquem essas doações com base religiosa, mas que também estejam alinhadas às realidades sociais dessa parcela popular e, mais especificamente, dos negros – libertos e/ou escravos – que vimos na etapa anterior.

Para dar continuidade à argumentação, é necessário lembrar que durante a construção do hospital da Santa Casa de Campinas também se construiu uma capela à Nossa Senhora da

---

<sup>279</sup> CASTEL, op. cit., p. 61.

<sup>280</sup> SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005, p. 15.

<sup>281</sup> Entre outras denominações que aparecem na fonte encontram-se: “um anônimo”, “uma senhora”, “uma pessoa que oculta o nome”, “um cônego da Sé de S. Paulo”, “um engenheiro” e “um filho do Rio Grande do Sul”. Apesar da possibilidade de haver casos de omissão no registro, o mais plausível, pelos nomes registrados, é que o anonimato dessas doações tenha sido objetivado pelo doador.

Boa Morte, edificada pelo barão de Monte Mor. Essa informação é importante quando identificamos que essa devoção era bastante comum entre as comunidades negras.

O exemplo mais emblemático se encontra na cidade de Cachoeira, na Bahia. Lá, uma irmandade foi organizada em devoção à Nossa Senhora da Boa Morte liderada por mulheres negras. Além do culto, a Irmandade se dedicava também à compra de alforrias para os escravizados. Sua criação, iniciada na Igreja da Barroquinha em Salvador, é concomitante aos primeiros registros de terreiros de Candomblé da nação Ketu, que era ligada à Irmandade. As perseguições das autoridades civis e religiosas fizeram elas se transferissem para cidade de Cachoeira<sup>282</sup>. As irmãs eram conhecidas como as “Negras do Partido Alto”, visto serem escravas que ascenderam social e economicamente através do comércio<sup>283</sup>.

O caráter católico da Irmandade se misturava com as religiões afro-brasileiras, ou seja, havia um paralelo entre a devoção cristã à Nossa Senhora da Boa Morte e os ritos do Candomblé. A relação se dava, pois, no catolicismo, essa devoção se relacionava à prece por uma morte serena e à crença na assunção de Nossa Senhora, e, na tradição afro-brasileira, esses elementos se associavam com os ritos de morte e vida relacionados às iyabás, isto é, às orixás femininas. Assim, a morte e o velório corresponderiam aos rituais de morte ligadas a Nanã e Iansã, enquanto a assunção se relacionaria a Iemanjá e a Oxum, ligadas à fertilidade e à maternidade<sup>284</sup>. Dessa forma, a religiosidade em torno de Nossa Senhora da Boa Morte permitiu que essas mulheres negras adaptassem seu culto para conviver com o catolicismo oficial.

Já na cidade de São Paulo, a devoção a Nossa Senhora da Boa Morte foi feita a partir de uma irmandade de pardos, cujo compromisso foi legalizado em 1802, mesmo ano em que ocorreu a confirmação régia para construção de uma igreja dedicada a esse culto<sup>285</sup>. Segundo Santos, a irmandade recebia filiação de todas as classes sociais, aceitando inclusive escravizados, embora houvesse uma distinção entre eles e os livres. Além disso, ainda que os pardos tivessem melhores condições na administração da Irmandade, houve casos nos quais os membros pretos ocuparam cargos na Mesa perpétua<sup>286</sup>. Embora Santos não a considere como

---

<sup>282</sup> SILVA, Livia Maria Baêta da. Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: numa perspectiva museológica e de gênero. VIII Semana de Mobilização Científica. Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Salvador. Out./2005, p.2.

<sup>283</sup> Miranda, Zeny Duarte de; Sales, Patrícia Reis Moreira; Santos, Eva Dayane Jesus dos. Memórias da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira – Bahia/Brasil: Documentação da Confraria. Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 02, n. 03, set./dez., 2019, p. 83.

<sup>284</sup> SILVA, op. cit., p.2.

<sup>285</sup> SANTOS, Fabrício Forganés. *As três Igrejas dos Homens Pretos de São Paulo de Piratininga: gênese urbana e disputas territoriais (1720-1910)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – Bauru, 2021. p.137, p. 134

<sup>286</sup> SANTOS, op. cit., p.136.



uma irmandade composta de pretos, essa população frequentava regularmente a Igreja da Boa Morte na segunda metade do século XIX<sup>287</sup>, indicando uma adesão dessa parcela da população a essa devoção.

Esses dois casos apresentados contribuem para ilustrar a devoção negra à Nossa Senhora da Boa Morte, com fortes traços de uma religiosidade afro-brasileira, como no caso de Cachoeira, ou com maior proximidade do nosso recorte, como no caso de São Paulo. Assim, é possível levantar a hipótese de uma relação com o caso campineiro, ou seja, que a capela anexa à Santa Casa, dedicada à Nossa Senhora da Boa Morte, tivesse sentidos especiais para as populações negras na cidade, podendo ter motivado doações desses grupos ao hospital como forma de demonstrar sua devoção.

Em outras palavras, se as doações anônimas tiveram um viés religioso, conforme pudemos observar na denominação de “devoto(a)” somado ao fato de que parte expressiva dessas contribuições se encontram nas categorias de menor montante – e que a maioria das doações populares estariam nessas faixas de valores –, é plausível pensarmos que uma parcela considerável dessas doações anônimas pertença às camadas populares. A hipótese levantada nesta etapa sugere que parte dessas doações anônimas tenham sido feitas pela população negra campineira – liberta e/ou escrava –, motivada pela devoção à Nossa Senhora da Boa Morte. Dessa maneira, esta etapa visa abrir margem para outras pesquisas que possam confirmar essa suposição, ao atrelar religiosidade negra, caridade e Santa Casa de Misericórdia.

Considerando essa hipótese como verdadeira, é bastante significativa a apropriação negra dessa capela. Construída como o pagamento de uma promessa feita pelo Barão de Monte-Mor, um membro abastado da elite campineira, a Nossa Senhora da Boa Morte, seria reinterpretada segundo os valores e as experiências oriundas da religiosidade negra. Assim, abrir-se-ia um campo de disputas em torno da devoção e da própria Santa Casa, onde os interesses das camadas elitizadas se chocariam, acomodariam e/ou viveriam em tensão com valores e significados relacionados às vivências negras e suas religiosidades afro-brasileiras. Dessa maneira, a instituição não se mostraria apenas multifacetada, mas como um espaço de tensão, de modo que seu significado seria apropriado por diferentes agentes sociais. De um lado, um projeto de manutenção de poder e de prestígio das camadas elitizadas; do outro, uma reinterpretação negra da devoção à Nossa Senhora, que possivelmente lhe atribuía valores relacionados às religiões de matrizes afro. Em outras palavras, a Santa Casa englobaria a própria dinâmica de tensão e de disputas vividas em Campinas nas últimas décadas escravistas.

---

<sup>287</sup> Ibidem, p.137.

#### **4.7. Conclusão: o que muda com a participação intermediária e popular na Santa Casa?**

Como argumentado ao longo do capítulo, a análise da participação popular na Santa Casa de Campinas foi importante por trazer luz às outras facetas da instituição. A intenção não foi considerá-la apenas como um espaço feito pela e para as camadas abastadas, mas sim a maneira como foi penetrada por outros estratos sociais. Essas diferenças sociais teriam impactado a motivação dos doadores e, por consequência, como o hospital se relacionava com seus valores e suas expectativas. Ou seja, as razões que englobavam uma doação correspondiam com as visões de mundo, os significados e os interesses individuais do doador, os quais dialogavam com a posição que cada um deles ocupava na sociedade campineira.

Assim, esse capítulo se propôs a, além de mostrar sua existência, levantar hipóteses sobre as motivações desses doadores de camadas sociais outras que não as abastadas. Nesse sentido, encontramos elementos plausíveis para propor sua existência apesar das limitações da fonte, tornando possível propor que a função planejada pelas camadas abastadas ao hospital, cujo objetivo era a manutenção de poder e de prestígio social, foi redirecionada e reinterpretada para sentidos distintos e até contrastantes daquilo que seria esperado.

Por exemplo, vimos, por um lado, que a Santa Casa poderia se constituir como uma oportunidade de adquirir uma melhor clientela dentro das camadas mais influentes da cidade; por outro, corresponderia a uma possível resignificação do sentido religioso dado à Santa Casa; ou, ainda, a um reconhecimento de seu papel social. Por essa razão, podemos concluir que o projeto das camadas elitizadas não foi unívoco nem totalizante, havendo espaços onde outras parcelas da população puderam expressar sua visão acerca da instituição através de sua contribuição, fazendo com que a Misericórdia ficasse ainda mais envolvida na dinâmica campineira.

Portanto, analisamos as camadas não-elitizadas não apenas como alvo da beneficência, ou seja, como pacientes, como aqueles que precisam de ajuda. Na verdade, pelo contrário, vimos que seu protagonismo se mostrou presente, doando aquilo que podiam, dando os significados que queriam. Portanto, essa população se mostrou ativa e atuante nas relações de beneficência, de modo que a Santa Casa teria sido moldada pela dinâmica social campineira, marcada por tensões, disputas e acomodações, o que impactaria não só a imagem da instituição, mas o próprio sentido dado à beneficência.

Esse envolvimento de tantos grupos distintos só foi possível em razão da interação da Santa Casa com a beneficência, seu principal meio de subsídio, e de sua função médico-

assistencial-religiosa. As doações, sendo acessíveis a quaisquer grupos e incentivadas entre toda a sociedade, permitiam que diferentes parcelas sociais pudessem se vincular com a instituição a partir de uma ou mais funções que fossem compatíveis com as intenções do doador. Ou seja, as múltiplas funções da Santa Casa englobavam diferentes públicos, que poderiam expressar seu envolvimento, gratidão ou interesse – ou seja, as motivações do doador – através da beneficência – pela doação.

Além disso, uma mesma função pode gerar motivações diferentes dependendo do grupo analisado. O caráter assistencial, por exemplo, poderia envolver a intenção de recuperação da mão-de-obra, para as camadas elitizadas; a possibilidade de contribuição por ter passado como pacientes pelo hospital, para os grupos populares; ou, ainda, se relacionar com o sentimento religioso de cuidado ao próximo, que envolve ambos os grupos. Já o aspecto beneficente pode proporcionar prestígio social – tanto no intuito de manutenção do poder aos indivíduos abastados, quanto de ascensão do negócio, para as camadas intermediárias –, ou, novamente, ser carregado de um sentido caritativo religioso, para qualquer estrato social. Quanto à religião, ela poderia envolver elementos católicos ou se relacionar com a religiosidade afro-brasileira, para os libertos e escravizados.

Com isso, a importância de termos analisado as doações das camadas intermediárias e populares se expressa, por um lado, ao permitir que verificássemos que a Santa Casa tinha uma base social bastante ampla, que a permitia enraizar-se dentro da sociedade campineira; e, por outro, que a mesma função agregada à instituição poderia representar motivações diversas para doações. Ou seja, a experiência de um doador agregada à sua posição social interfere no impacto que o papel que a Santa Casa desempenharia em sua realidade e, por isso, no significado que a instituição teria ao realizar uma doação.

## CONCLUSÃO

A dissertação se propôs a compreender quais razões levaram diferentes grupos a se vincularem à Santa Casa de Misericórdia de Campinas. O contato da população campineira com a instituição se deu a partir de maneiras distintas, como: pelo atendimento na condição de paciente, pelo envolvimento em círculos sociais influentes da sociedade local ligados à entidade, levados pelo aspecto religioso da Santa Casa e/ou pela causa beneficente e assistencial a qual ela se direcionava. A partir desses contatos, muitos indivíduos, de diferentes estratos sociais, foram motivados a destinarem doações pecuniárias ou oferecerem serviços ou materiais à instituição ou, ainda, participar de sua administração. Por essa razão, afirmamos, ao longo da dissertação, que, de um lado, a Santa Casa sintetizou diferentes interesses relacionados às camadas abastadas, de forma que a instituição atuou como um projeto de poder das elites campineiras para a manutenção de seus privilégios políticos e econômicos na sociedade. Por outro, a Santa Casa reuniu uma base social diversificada, o que ampliava seu alcance, sua representatividade e suas contribuições na sociedade. Por esse motivo, os significados que ela adquiriu também foram diversos, tendo apropriações e sentidos específicos de acordo com as expectativas de cada camada social que se relacionasse com essa instituição.

Dessa forma, levantamos as seguintes funções que foram desempenhadas pela Misericórdia e que englobariam parte significativa da sociedade campineira: ela foi um espaço de sociabilidade, de assistência, de beneficência, de socorro aos pobres e de religião. Esses papéis eram apropriados pelas pessoas de forma individual ou interligados, além de um mesmo papel poder ter sentidos diferentes para grupos distintos. Os sentidos projetados para a Misericórdia foram pensados como parte de um projeto das camadas abastadas relacionadas com a beneficência; contudo, tal instituição incorporou vivências e significados de outras parcelas da população que a apropriariam de maneiras próprias, tornando-a multifacetada e enraizada na sociedade.

Uma das razões para o alcance e adesão que a instituição obteve na sociedade foi devida às ações do cônego Vieira. Tendo sido a Santa Casa idealizada e encabeçada pelo sacerdote, ele foi o responsável por convergir diferentes redes de sociabilidades e de apoio – incluindo laços locais, nacionais e eclesiais – em prol de seu projeto. Sua circulação em espaços de prestígio e sua boa relação com as camadas abastadas foram instrumentalizadas como meio de adquirir apoio e financiamento para a construção do hospital, além de garantir que a Santa Casa também ganhasse credibilidade e status, permitindo seu fortalecimento na sociedade. Embora na função de provedor, seu viés religioso motivou em seu projeto de forma indireta. Em outras palavras,

mesmo que não interferisse na autonomia da instituição, sua atividade não estava dissociada de seu posicionamento religioso. Desse modo, em negociação com outros grupos que compunham a irmandade, o cônego Vieira conseguiu trazer elementos em sua direção que estavam de acordo com os direcionamentos da Igreja, conquistando credibilidade na hierarquia clerical por suas ações.

Em relação às camadas abastadas, seu envolvimento na Misericórdia não aconteceu apenas no período inicial, estando ela também presente na administração da instituição e nas doações ao longo de todo o nosso recorte. Sua presença pôde ser observada quando encontramos números elevados de membros das mesas administrativas que foram classificados como capitalistas, fazendeiros e/ou proprietários nos almanaques, significando constituir um espaço que reunia indivíduos de posses da sociedade. Nesse sentido, para esse grupo, a participação na administração estaria relacionada com as funções de sociabilidade, de assistência, da preocupação no socorro aos pobres e de beneficência exercidas pela Santa Casa.

Em outras palavras, as mesas administrativas seriam um *locus* social onde reuniria a elite campineira com o fim de, primeiramente, reforçar seu status e prestígio dentro da sociedade através das recompensas sociais da beneficência; segundo, visavam tentar administrar e controlar a distribuição da assistência com a intenção de manter o controle sobre as camadas populares; e, terceiro, obter a recuperação de sua mão-de-obra e minimizar as perdas de seu capital econômico pela promoção de uma saúde médica gratuita. Como resultado, a união de benevolência e assistência resultaria em uma forma de “dádiva”, que tinha a expectativa de reforçar o papel social das camadas abastadas como aquela que concederia a assistência, sem desconsiderar as vantagens econômicas que esse projeto lhes garantiria. Assim, essas funções interessavam a essa camada por lhes permitirem uma forma de ganhar notoriedade na produção de sua imagem como magnânima como promotora da assistência e, com isso, arregimentar a manutenção de seu poder social e econômico, abalados frente o esfacelamento do sistema escravista. Em outras palavras, a “dádiva” revestiria as relações de poder, com a expectativa das camadas abastadas de renovar e reforçar maior domínio sobre a população.

Uma das formas que essas ações beneficentes, principalmente em relação à Santa Casa, foram repercutidas para a sociedade foi através da imprensa. Por meio desse veículo de informação, a imagem dos doadores foi enaltecida pelos redatores, colocados como virtuosos e benevolentes. Havia fortes vínculos que uniam as camadas abastadas, a *Gazeta de Campinas* e a Misericórdia, visto que eram oriundos dos mesmos grupos sociais ou possuíam fortes laços sociais. Por causa dessa mesma origem social, pudemos ver que a imprensa e a beneficência das camadas abastadas se associam por uma alimentar a outra, ou seja, o prestígio que agrega

ao doador se reverteria em status ao grupo do qual faz parte, incentivando outros a fazendo o mesmo, tendo outras notícias elogiando essas novas ações beneficentes. Desse modo, se tratando das camadas dominantes, esses comentários positivos eram usados de modo favorável para solidificar sua imagem e, por consequência, reforçar sua hierarquia social.

Essa necessidade de reafirmar sua posição social era importante, pois as transformações na dinâmica e composição urbana de Campinas traziam impactos na forma de dominação até então empregadas pelas camadas dominantes. A urbanização campineira, o aumento no número de alforriados e a imigração europeia escancarariam as desigualdades sociais e econômicas, provocando um quadro de desassistência que poderia ocasionar desfiliação e contribuir para a tensão social. As antigas formas de domínio senhorial via alforria estavam em decadência, de modo que a assistência pela beneficência serviria como instrumento para ressolidificar os mecanismos de sustentação de seu poder. Pelo uso da imprensa, a beneficência, como forma de suprir a ausência da assistência, em vez de evidenciar as mazelas sociais, foi colocada, pelo contrário, como símbolo da virtuosidade e magnanimidade de uma elite preocupada com os mais necessitados. A expectativa, de um lado, era que a propaganda refletisse em credibilidade social e, do outro, a assistência melhorasse a coesão social, diminuindo a população desamparada e, com isso, arrefecer possíveis focos de tensão social.

Entretanto, a camada dominante não era homogênea e a Santa Casa não era monolítica, situação que fica evidente quando observamos a elevada presença da maçonaria dentro da instituição, mesmo que o cônego Vieira ter sido mais favorável a uma ideologia diametralmente contrária a essa entidade. A Misericórdia era multifacetada, sobretudo ao notarmos que o provedor, ligado ao ultramontanismo, teve relações muito próximas com membros ativos da maçonaria, mesmo em um momento de tensão entre ambas as vertentes. Essa coexistência, embora não implique uma harmonia, reflete na capacidade da instituição de ser um espaço de sociabilidade, onde ambos as ideologias pudessem colher interesses e recompensas sociais pertinentes para os dois grupos. Sendo os dois oriundos de um grupo social comum, isto é, inseridos ou próximos da elite econômica campineira, a Santa Casa convergiu ambos para a intenção de preservar as estruturas sociais e de poder.

Outra motivação, que amalgamava ambos os posicionamentos, reflete no interesse nos ganhos simbólicos e sociais que adquiririam no envolvimento com uma instituição beneficente-assistencial. Essa possibilidade de agregar credibilidade individual ou ao grupo correspondente, ou seja, vincular a doação à maçonaria ou à Igreja, incentivaria a associação de ambos no mesmo projeto. Essas recompensas em nada prejudicariam seus princípios, que, na verdade, poderiam engrandecer a ambos, ao adaptar esses ganhos a seus valores. A beneficência poderia

ser interpretada na visão religiosa a partir do ideal cristã de caridade com os mais pobres; enquanto, para os maçons, poderia ser vista pelo viés da filantropia, contribuindo para a finalidade de amenizar as mazelas sociais. Além de não ir contra a sua ideologia, Vieira também pode contar com uma rede de apoio da maçonaria, que agregaria um ambiente de troca de favores e de benefícios que poderia ser instrumentalizada em prol da Santa Casa.

Por fim, a Misericórdia englobou interesses e expectativas para além das camadas abastadas. Sua influência e seu enraizamento na sociedade campineira não teriam penetrado tanto se suas funções sociais não tivessem sido interpretadas e apropriadas pelas camadas não-elitizadas, isto é, por grupos intermediários e populares. Observamos que além de se relacionarem com a instituição como pacientes, esses grupos também estavam envolvidos ativamente como doadores, indicando que a Santa Casa agregava os elementos necessários para as contribuições desses indivíduos.

As funções que a Misericórdia representaria seriam as mesmas, contudo, os significados que ela teria para esses grupos intermediários e populares seriam diferentes daqueles projetados pelas camadas dominantes, moldando a imagem da instituição e o próprio sentido da beneficência. Assim, enquanto a sociabilidade nas camadas abastadas foi considerada como um espaço onde se reunia grupos elitizados no controle da assistência e da promoção de uma imagem virtuosa para a perpetuação do poder; para os grupos intermediários, a Santa Casa poderia ser uma possibilidade de inserção para novos círculos sociais e, com isso, garantir melhores contatos em seus ofícios. Se, para as camadas elitizadas, a saúde oferecida pela instituição tinha um viés econômico na recuperação da mão-de-obra; para as camadas populares, esse contato com a Misericórdia tinha um sentido mais próximo com a própria convalescência, indicado pelo crescimento na procura desse grupo à instituição. Entre as camadas populares, apresentamos a presença negra como doadora da Santa Casa, inclusive um caso de uma mulher na condição de escravizada, supondo, entre as possibilidades, que a instituição convergiu essa comunidade pelo seu elemento religioso, em razão da capela da Misericórdia ser em homenagem à Nossa Senhora da Boa Morte, devoção com fortes traços dentro das religiões afro.

Por essa razão, concluímos que a Santa Casa de Misericórdia de Campinas foi um espaço multifacetado, que reuniu tanto camadas elitizadas da cidade e grupos ligados a ela – como fazendeiros e proprietários urbanos, maçons e imprensa –, como grupos populares – entre eles, libertos pobres, escravizados e imigrantes pobres. Suas funções envolvendo a beneficência, a assistência, a socorro aos pobres, a religião e a sociabilidade permitiram que

diferentes expectativas se construíssem em volta da instituição e, com isso, aumentasse sua base de apoio, sua credibilidade e sua heterogeneidade.



## BIBLIOGRAFIA

### 5.1 Fontes:

#### Almanaques

BARCELLOS, Henrique de. *Almanach do Correio de Campinas para 1886*. Campinas: **Tipografia do Correio de Campinas**, 1885.

FERREIRA, Carlos; SILVA, José Hypólito. *Almanach popular de Campinas para o anno de 1879*. Campinas: **Tipografia da Gazeta de Campinas**, 1878.

LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas para 1872*. Campinas: **Tipografia da Gazeta de Campinas**, 1871.

LISBOA, José Maria. *Almanak de Campinas para 1873*. Campinas: **Tipografia da Gazeta de Campinas**, 1872.

PINHEIRO, José Gonçalves. *Almanach de Campinas para 1888*. Campinas, 1888.

SILVA, José Hypolito. *Almanach popular para o ano de 1878*. Campinas: **Tipografia da Gazeta de Campinas**, 1877.

#### Relatório da provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Campinas

RODRIGUES, Antônio Luiz. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1885-1887*. Campinas: Tipografia do Livro Azul, 1887.

SAMPAIO, Francisco de Abreu. *Relatório apresentado em Assembléa Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas no biennio de 1883-1885*. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler & Comp., 1885.

VIEIRA, Joaquim José. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. São Paulo: Tipografia da Província, 1877.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1879.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Asylo de Orphãs de Campinas apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1879.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1881.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Irmandade de Misericórdia de Campinas: anno compromissal 1881 a 1882*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1883.

VIEIRA, Joaquim José (efetivo); LOPES, Valentim José da Silveira (interino). *Relatórios apresentados à Irmandade de Misericórdia de Campinas: anno compromissal de 1882 a 1883*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1883.

Periódicos da Gazeta de Campinas

ATO filantrópico, *Gazeta de Campinas*, 04/03/1879, ed. 1562, página 2.

ATO filantrópico, *Gazeta de Campinas*, 18/10/1878, ed. 1452, página 2.

ESPECULAÇÃO, *Gazeta de Campinas*, 19/12/1877, ed. 1208, página 1. (index 2645)

HOSPITAL de Misericórdia, *Gazeta de Campinas*, 19/11/1871, ed. 208, página 1.

INAUGURAÇÃO do hospital de Misericórdia, *Gazeta de Campinas*, 27/07/1876, ed. 803, página 2 (index 2398)

JOAQUIM Augusto Filho, *Gazeta de Campinas*, 07/03/1880, ed. 1864, página 1.

LIBERDADE, *Gazeta de Campinas*, 13/04/1879, ed. 1594, página 2.

MANUMISSÕES, *Gazeta de Campinas*, 24/04/1877, ed. 1016, página 2.

S. PAULO, *Gazeta de Campinas*, 14/03/1880, ed. 1869, página 2.

SANTA Casa de Misericórdia de Campinas, *Gazeta de Campinas*, 17/08/1879, ed. 1698, página 2.

Um infortúnio, *Gazeta de Campinas*, 19/02/1880, ed. 1849, página 2.

## 5.2 Referências

- ABRAHÃO, Fernando Antônio. *Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2015, p.212-235.
- ABREU, Laurinda. *O papel das Misericórdias dos lugares de além-mar na formação do Império português*. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, vol. VIII(3): 591-611, set.-dez. 2001.
- \_\_\_\_\_. *Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)*. DYNAMIS. Acta Hisp. **Med. Sci. Hist.** Illus. 2000, 20, p.395-415.
- ALBINO, Matheus Alves. *Revelando a doença e a morte: morbidade e mortalidade em Campinas, 1875-1900*. Campinas, SP: Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. [s.n.], 2020.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: **Paz e terra**, 2002.
- AMANCIO, Kleber Antônio de Oliveira. *À procura da liberdade moral: a vida cotidiana dos ex-escravos e de seus descendentes no pós-abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. 2010.
- BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *Cativeiro e moléstia a Santa Casa de misericórdia de Porto Alegre e o perfil de escravos enfermos no contexto do fim do tráfico negreiro no Brasil (1847-1853)*. Porto Alegre: Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- CÂMARA, Fernando. *Dom Joaquim José Vieira e os oitenta anos de sua morte*. **Revista do Instituto do Ceará**, 1997.
- CANO, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas, 1870-1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. 1993.
- CAPONI, Sandra. *Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica* [online]. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**, 2000. ISBN: 978-85-7541-515-3. Available from: doi: 10.7476/9788575415153.
- CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870 – 1889)*. Campinas, SP: **Editora da Unicamp**, 2016.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 1998.
- CERQUEIRA, João Batista de. *Santa Casa de Misericórdia da vila da Cachoeira: a caridade e a filantropia no contexto da política assistencial do governo imperial*. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019.

\_\_\_\_\_. *Caridade, política e saúde: o hospital São João de Deus e a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, Bahia (1756 a 1872)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia – Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, 2015.

CHALHOUB, Sidney; et al (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: **Editora da Unicamp**, 2003

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: **Companhia das Letras**, 1990.

DANIELI NETO, Mario; CELIA, Maria Isabel Basilisco. *Aspectos históricos da evolução urbana do município de Campinas (SP) durante os séculos XVIII e XIX*. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (10): 105-123, jun. 2002/jun. 2003.

EISENBERG, Peter. *Ficando Livre: As alforrias em Campinas no século XIX*. **Estudos Econômicos**: 17(2), p.175-216. Maio/Ago. 1987.

FERRAZ, Lizandra Meyer. *Entradas para a liberdade: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2010.

FRACCARO, Laura Candian. *Famílias ao longo do tempo. Estratégias de manutenção de riquezas entre libertos em Campinas no século XIX*. Santa Catarina: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 15 a 18 de maio de 2013, p.1-24.

FRANCISCO, Renata Ribeiro. *A maçonaria e o processo de abolição em São Paulo*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

GAETA, Maria A. J. V. *Os percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894)*. São Paulo: dissertação de mestrado, 1991.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*. Campinas: Unicamp/CMU **Publicações**, 2016.

GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. **Instituto Piaget**, 1997.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2001.

GOMES, Flávio (org.). *Escravidão, doenças e práticas de cura no Brasil*. Rio de Janeiro: **Outas Letras**, 2016.

GONÇALVES, T. W. *O periodismo maçônico oitocentista da Corte imperial brasileira (1871-1874)*. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em História Social). UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, George. *Captain Swing*. London: **Weidenfels and Nicholson**. 1969.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da USP; Campinas: **Editora da UNICAMP**, 2008.

LEÃO XIII, Papa. **Carta encíclica *Rerum Novarum*** (Sobre a Condição dos Operários). 1891. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

MACCORD, Marcelo. *O Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 2019;

MIRANDA, Zeny Duarte de; SALES, Patrícia Reis Moreira; Santos, Eva Dayane Jesus dos. *Memórias da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte em Cachoeira – Bahia/Brasil: Documentação da Confraria*. **Revista Fontes Documentais**. Aracaju. v. 02, n. 03, set./dez., 2019

NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos”*. Campinas: **UNICAMP/CMU**, 2004.

OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. *Assistência à saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

PAULA, Carlos Francisco de. *A Santa Casa de Misericórdia de Campinas (Monografia histórica até o 70º aniversário da inauguração)*. 1948. In: SANTA Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário. São Paulo, SP: **Revista dos Tribunais**, 1972, p. 77-205.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **REN: Revista Econômica do Nordeste**, vol. 40, nº 03: p.411-424, jul./set. 2009.

PÔRTO, Ângela. *O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, out.-dez. 2006.

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: **publicações da Academia Campinense de Letras**, nº20, 1969.

QUINDERÉ, José. *Dom Joaquim José Vieira, segundo Bispo do Ceará: Aspectos da sua vida*. Revista do Instituto do Ceará, [S.d].

QUIROGA, Ana Maria. *Assistência social no Rio de Janeiro oitocentista: desqualificação dos atendidos, racismo científico e filantropia*. Rio de Janeiro: ANPUH – XIV Encontro regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. Jul./2010.

RANGEL, Rosangela Faria; STAMPA, Inez Terezinha. *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2013. 223 p. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social.

REIMÃO, Mons. Antônio Pereira. *Dom Joaquim José Vieira: traços biográficos*. 1917. In: SANTA Casa de Misericórdia de Campinas: primeiro centenário. São Paulo, SP: **Revista dos Tribunais**, 1972, p. 43-55.

RIBEIRO, Luaê C. *Uma América em São Paulo: a Maçonaria e o Partido Republicano Paulista (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *O visconde imigrantista e a sua escravaria. Campinas, 1887*. HISTÓRIA E ECONOMIA – Revista Interdisciplinar. Brazilian Business School – v.12, n.1, São Paulo, 2014.

ROCHA, Leila Alves. *Caridade e Poder: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889)*. Campinas: UNICAMP, 2005 (mestrado em Política e História Econômica).

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de Mariana (século XVIII)*. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, RJ : FGV/CPDOC/PPHPBC, 2020.. Vol. 33, no. 69 (Jan./Abr., 2020). Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1663625>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: **Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses**, 1997.

\_\_\_\_\_. Catholic Charity in Perspective The Social Life of Devotion in Portugal and its Empire (1450-1700). e-JPH. Vol.2, number 1, **Summer** 2004.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A história do feitiçeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro imperial*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP: [s.n.], 2000.

SANGLARD, Gisele Porto; FERREIRA, Luiz Otávio. *Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)*. **Estudos Históricos**, v.27, n.53, 2014.

SANGLARD, Gisele Porto; LOPES, Maria Antônia. *Pobreza e assistência: debates historiográficos*. **Tempo**, v.24, n.2, 2018.

SANGLARD, Gisele Porto. *A construção dos espaços de cura no Brasil: entre a caridade e a medicalização*. **Revista Esboços**, UFSC, v. 13, n. 16, 2006.

\_\_\_\_\_. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, supl.1, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro, 1920-1940*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em História das Ciências da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005.

\_\_\_\_\_. Assistência e pobreza no Brasil: percurso historiográfico. In: Ricardo dos Santos Batista; Christiane Maria Cruz de Souza; Maria Elisa Lemos Nunes da Silva. (Org.). Assistência e pobreza no Brasil: percurso historiográfico. 1aed.São Paulo: **Hucitec**, 2020, v., p. 31-62.

SANTOS, Alexandre Coelho dos. “*Para que a adoração suba espontânea e livre dos homens para Deus*”: Uma análise a respeito da posição maçônica frente as ações ultramontanas na *Questão Religiosa*. Temporalidades – **Revista de História**, Edição 35, v.13, n.1 (Jan./Jun. 2021).

SANTOS, Fabrício Forganés. *As três Igrejas dos Homens Pretos de São Paulo de Piratininga: gênese urbana e disputas territoriais (1720-1910)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – Bauru, 2021.

SANTOS, Fernanda; FRANCO, José Eduardo. *A insustentável leveza das fronteiras: Clero Católico na Maçonaria e a questão do Anticlericalismo e do Antimaçonismo em Portugal*. **REHMLAC**, vol. 2, núm. 2, dez./2010, p.53-65.

SANTOS, Taina Aparecida Silva. *Nem sempre escravas. trabalhadoras negras em Campinas e região (1876-1882)*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2021.

SARDICA, José Miguel. *O legado histórico de Leão XIII e da encíclica Rerum Novarum*. **DIDASKALIA**. XXXIV (2004).

SILVA, Livia Maria Baêta da. *Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte: numa perspectiva museológica e de gênero*. **VIII Semana de Mobilização Científica**. Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Salvador. Out./2005

SILVA, Márcia Regina Barros da. *O processo de urbanização paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, nº53, 2007.

\_\_\_\_\_. *Santa Casa de Misericórdia de São Paulo: saúde e assistência se tornam públicas (1875-1910)*. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.395-420, jul./dez. 2010.

SLENES, Robert W. *Malungu ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil*. **Revista USP**, São Paulo, n. 12, p.48-67, 1991.2

TITMUSS, Richard M. *The gift relationship. from human blood to social policy*. New York, **The New Press**, 1990

TOMASCHEWSKI, Claudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Mestrado em História: PUC-RS, Porto Alegre, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Topoi – **Revista de História**, Rio de Janeiro, v.9, n.16, 2008.

\_\_\_\_\_. *Mutualismo e filantropia*. Locus: **Revista De História** 10 (1), 2004.

WERNET, Augustin. *A Igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo: **Editora Ática**, 1987.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

XAVIER, Regina Célia Lima. *Religiosidade e escravidão no século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.